



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

# DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXIX Nº 77, TERÇA-FEIRA, 28 DE MAIO DE 2024

BRASÍLIA - DF



## COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

**Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG)**

Presidente

**Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)**

1º Vice-Presidente

**Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL)**

2º Vice-Presidente

**Senador Rogério Carvalho (PT-SE)**

1º Secretário

**Senador Weverton (PDT-MA)**

2º Secretário

**Senador Chico Rodrigues (PSB-RR)**

3º Secretário

**Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN)**

4º Secretário

---

### SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1ª - Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP)

2ª - Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC)

3ª - Senador Dr. Hiran (PP-RR)

4ª - Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)

**Gustavo Afonso Sabóia Vieira**

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

**Patricia Gomes de Carvalho Carneiro**

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

**Paulo Max Cavalcante da Silva**

Coordenador de Elaboração de Atas, Diários e Suplementos

**Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho**

Coordenador de Acompanhamento de Plenário, Registros e Textos Legislativos de Plenários

**Ilana Trombka**

Diretora-Geral do Senado Federal

**Quésia de Farias Cunha**

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

**Gleison Carneiro Gomes**

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

### PARTE I

#### **1 – ATA DA 67ª SESSÃO, DE DEBATES TEMÁTICOS SEMIPRESENCIAL, EM 27 DE MAIO DE 2024**

1.1 – ABERTURA .....	9
1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO	
Destinada a debater “A Tragédia no Estado do Rio Grande do Sul”, nos termos do Requerimento nº 322/2024, do Senador Paulo Paim e outros Senadores. ....	9
1.2.1 – Execução do Hino Nacional Brasileiro .....	9
1.2.2 – Execução do Hino do Estado do Rio Grande do Sul .....	9
1.2.3 – Realização de 1 minuto de silêncio em homenagem às vítimas da tragédia ocorrida no Estado do Rio Grande do Sul .....	10
1.2.4 – Exibição de vídeo sobre a atuação institucional do Senado Federal diante da tragédia	10
1.2.5 – Discurso do Presidente (Senador Rodrigo Pacheco) .....	10
1.2.6 – Oradores	
Senador Paulo Paim .....	12
Senador Hamilton Mourão .....	15
Senadora Leila Barros .....	15
Sr. Jader Barbalho Filho, Ministro de Estado das Cidades .....	18
Sr. Augusto Nardes, Ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) .....	21
Sra. Monique Sacardo Ferreira, Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Mudança do Clima do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima .....	25
Sr. Nilton Pereira Junior, Secretário-Adjunto de Atenção Especializada à Saúde do Ministério da Saúde	26



Sr. Valder Ribeiro de Moura, Secretário-Executivo do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional .....	29
Sr. Bruno Renato Teixeira, Secretário Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania .....	31
Sr. Dario Durigan, Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda .....	33
Sra. Ilana Trombka, Diretora-Geral do Senado Federal .....	37
Sr. Ronaldo dos Santos, Secretário de Políticas para Quilombolas, Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, Povos de Terreiros e Ciganos do Ministério da Igualdade Racial .....	40
Sr. Renato Soares Peres Ferreira, Secretário-Executivo Adjunto do Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte .....	42
Sr. Francisco Milanez, Diretor Científico e Técnico da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan) .....	44
Sr. Enrique Huelva, Vice-Reitor da Universidade de Brasília (UnB) .....	46
Sr. Rogério Porto, geólogo .....	49
Sr. Dirceu Simabucuru, especialista em comunicação e sustentabilidade .....	50
Sr. Marcos Woortmann, Diretor Adjunto do Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS) .....	53
Sr. José Henrique Medeiros Pires, Secretário-Executivo da Representação do Estado do Rio Grande do Sul em Brasília .....	56
Sr. Rualdo Menegat, Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) .....	60
Sr. Lucas Konzen, Coordenador do Grupo de Pesquisa Direito e Sociedade e do Observatório da Regularização Fundiária de Interesse Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) .....	62
1.3 – ENCERRAMENTO .....	66
<b>2 – ATA DA 68ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 27 DE MAIO DE 2024</b>	
2.1 – ABERTURA .....	68
2.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE	
<b>2.2.1 – Oradores</b>	
Senador Jorge Kajuru – Elogios à participação do Ministro da Fazenda, Sr. Fernando Haddad, na audiência pública promovida pela Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados. Satisfação com a realização de partida de futebol solidária, no estádio do Maracanã, que destinou contribuições financeiras às vítimas das enchentes no Rio Grande do Sul. ....	68
Senador Paulo Paim – Atualização numérica dos danos causados pelas enchentes no Rio Grande do Sul. Contentamento com a realização de sessão de debates temáticos sobre a catástrofe climática no Estado. Informações sobre a atuação da Comissão Temporária Externa criada pelo Senado Federal para tratar sobre o tema. ....	71
Senador Eduardo Girão – Manifestação a favor da manutenção do Veto Parcial nº 46/2021, aposto ao Projeto de Lei nº 2108/2021, que define os crimes contra o Estado Democrático de Direito. Expectativa de rejeição do Veto Parcial nº 8/2024, aposto ao Projeto de Lei nº 2253/2022, que dispõe sobre a monitoração eletrônica do preso e extingue o benefício da saída temporária. ....	75



Senador Esperidião Amin – Elogios ao Presidente do Senado Federal, Senador Rodrigo Pacheco, pela realização da sessão de debates temáticos a fim de discutir e buscar soluções para a tragédia no Estado do Rio Grande do Sul. Apelo ao Ministério das Relações Exteriores para que preste apoio aos familiares das vítimas do acidente da Chapecoense. .... 79

## 2.2.2 – Convocação de Sessões

Convocação de sessão solene do Congresso Nacional para 28 de maio, às 11 horas, destinada a homenagear os 200 anos das relações diplomáticas entre Brasil e Estados Unidos da América. .... 80

Convocação de sessão conjunta do Congresso Nacional para 28 de maio, às 14 horas, no Plenário da Câmara dos Deputados. .... 80

2.3 – ENCERRAMENTO ..... 81

## PARTE II

### 3 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

#### 3.1 – EXPEDIENTE

##### 3.1.1 – Abertura de prazo

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso para que o Projeto de Lei nº 3127/2019 seja apreciado pelo Plenário (**Ofício nº 33/2024-CCJ**). .... 83

##### 3.1.2 – Indicação

Nº 39/2024, do Senador Ireneu Orth, que *sugere ao Poder Executivo Federal, por intermédio do Ministério da Fazenda, a adoção de medidas para compensar as perdas de arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços – ICMS – do Estado e Municípios do Rio Grande do Sul.* .... 86

##### 3.1.3 – Matéria recebida da Câmara dos Deputados

Projeto de Lei nº 1213/2024, que *cria as carreiras de Especialista em Indigenismo, de Técnico em Indigenismo e de Tecnologia da Informação; cria o Plano Especial de Cargos da Funai (PECFunai) e o quadro suplementar da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai); define o órgão supervisor e altera a remuneração do cargo de Analista-Técnico de Políticas Sociais; altera a remuneração das carreiras e do Plano Especial de Cargos da Agência Nacional de Mineração (PEC-ANM); altera a remuneração dos cargos das carreiras de Policial Federal e de Policial Rodoviário Federal; cria a Polícia Penal Federal e a carreira de Policial Penal Federal; altera a remuneração dos cargos de Especialista Federal em Assistência à Execução Penal e de Técnico Federal de Apoio à Execução Penal; altera as Leis nºs 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, 12.702, de 7 de agosto de 2012, 12.094, de 19 de novembro de 2009, 11.046, de 27 de dezembro de 2004, 10.871, de 20 de maio de 2004, 13.575, de 26 de dezembro de 2017, 14.204, de 16 de setembro de 2021, 14.600, de 19 de junho de 2023, 10.887, de 18 de junho de 2004, 11.358, de 19 de outubro de 2006, 9.654, de 2 de junho de 1998, 8.691, de 28 de julho de 1993, 12.277, de 30 de junho de 2010, e 11.356, de 19 de outubro de 2006; e revoga a Lei nº 10.693, de 25 de junho de 2003, e a Medida Provisória nº 1.203, de 29 de dezembro de 2023, e dispositivos das Leis nºs 8.460, de 17 de setembro de 1992, 11.357, de 19 de outubro de 2006, 11.538, de 8 de novembro de 2007, 12.775, de 28 de dezembro de 2012, 13.324, de 29 de julho de 2016, 13.327, de 29 de julho de 2016, 13.371, de 14 de dezembro de 2016, e 14.673, de 14 de setembro de 2023.* .... 93



**3.1.4 – Ofício da Ministra de Estado das Mulheres Substituta**

Nº 457/2024, na origem, em reposta ao Requerimento nº 302/2023, da Senadora Damares Alves. ... 225

**3.1.5 – Projetos de Lei**

Nº 2075/2024, da CPI DA BRASKEM, que altera a Lei nº 13.848, 25 de junho de 2019, para dispor sobre a articulação entre as agências reguladoras e os órgãos de defesa do meio ambiente. .... 227

Nº 2076/2024, da CPI DA BRASKEM, que altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, para dispor sobre a obrigatoriedade do registro de antecedentes sancionatórios e declaração de inidoneidade no Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental, e a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para prever a responsabilização penal das consultorias ambientais e a declaração de inidoneidade como sanção administrativa. .... 229

Nº 2077/2024, da CPI DA BRASKEM, que altera a Lei nº 13.575, de 26 de dezembro de 2017, para dispor sobre o percentual de receitas sobre a lavra de recursos minerais que deverá ser investido em pesquisa e inovação e para criar Taxa de Fiscalização de atividades Mineraias (TFAM) e encargo setorial. 232

**3.1.6 – Projeto de Lei Complementar**

Nº 102/2024, da CPI DA BRASKEM, que altera a Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, para conferir à União a competência administrativa para a ação de licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades minerários de alto risco ambiental. .... 237

**3.1.7 – Requerimentos**

Nº 377/2024, do Senador Nelsinho Trad, requer voto de aplauso à escritora Sylvia Cesco, por ter tomado posse como nova integrante entre imortais da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras. .... 241

Nº 378/2024, de Líderes, requer urgência para o Projeto de Lei nº 1.213/2024, nos termos dos arts. 336, II, e 338, II, do Regimento Interno do Senado Federal. .... 245

Nº 379/2024, do Senador Magno Malta, requer voto de pesar pelo falecimento do Sr. Otoni Moura de Paulo, Deputado Estadual do Rio de Janeiro. .... 247

**PARTE III****4 – ATA DA FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE - FPJOVEM**

Ata Circunstanciada da 1ª Reunião, realizada em 22 de maio de 2024 ..... 253

**5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL** ..... 281

**6 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA** ..... 284

**7 – LIDERANÇAS** ..... 285

**8 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS** ..... 287

**9 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO** ..... 296



<b>10 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES .....</b>	<b>299</b>
<b>11 – CONSELHOS E ÓRGÃOS .....</b>	<b>342</b>



Ata da 67ª Sessão, de Debates Temáticos Semipresencial,  
em 27 de maio de 2024

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Rodrigo Pacheco e Paulo Paim e da Sra. Leila Barros.*

*(Inicia-se a sessão às 10 horas e 9 minutos e encerra-se às 14 horas e 48 minutos.)*



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A presente sessão de debates temáticos foi convocada em atendimento ao Requerimento nº 322, de 2024, de autoria do Senador Paulo Paim e de outros Senadores, aprovado pelo Plenário do Senado Federal.

A sessão é destinada a receber os seguintes convidados, a fim de debater a tragédia no Estado do Rio Grande do Sul. As autoridades são: o Exmo. Sr. Ministro Augusto Nardes, Ministro do Tribunal de Contas da União; o Exmo. Sr. Ministro Jader Barbalho Filho, Ministro de Estado das Cidades; o Sr. Mauro Bellini, Vice-Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul; a Sra. Monique Sacardo Ferreira, Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Mudança do Clima, do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima; o Sr. Nilton Pereira, Secretário Adjunto de Atenção Especializada à Saúde, do Ministério da Saúde; o Sr. Valder Ribeiro de Moura, Secretário-Executivo do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional; o Sr. Dario Durigan, Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda; O Sr. Bruno Renato Teixeira, Secretário Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania; o Sr. Ronaldo dos Santos, Secretário de Políticas para Quilombolas, Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, Povos de Terreiros e Ciganos; o Sr. Renato Soares Peres Ferreira, Secretário-Executivo Adjunto do Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; a Sra. Marjorie Kauffmann, Secretária do Meio Ambiente e Infraestrutura do Estado do Rio Grande do Sul; a Sra. Ilana Trombka, Diretora-Geral do Senado Federal; o Sr. Francisco Milanez, Diretor Científico e Técnico da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural; a Sra. Suely Araújo, Especialista Sênior em Políticas Públicas do Observatório do Clima; o Sr. Rogério Porto, Geólogo; o Sr. Dirceu Simabucuru, Especialista em Comunicação e Sustentabilidade; o Sr. Marcos Woortmann, Diretor Adjunto do Instituto Democracia e Sustentabilidade; o Sr. Lucas Konzen, Coordenador do Grupo de Pesquisa Direito e Sociedade e do Observatório da Regularização Fundiária de Interesse Social, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Sr. Enrique Huelva, Vice-Reitor da Universidade de Brasília; Sr. José Henrique Medeiros Pires, Secretário-Executivo da Representação do Estado do Rio Grande do Sul em Brasília; Sr. Rualdo Menegat, Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Convido, para compor a mesa, os seguintes convidados: S. Exa., o Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão Temporária Externa com a finalidade de acompanhar as atividades relativas ao enfrentamento da calamidade ocasionada pelas fortes chuvas que atingiram o Rio Grande do Sul; S. Exa., a Senadora Leila Barros, Presidente da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal; S. Exa., o Senador Hamilton Mourão, Relator da Comissão Temporária; S. Exa., o Sr. Ministro de Estado Jader Barbalho Filho, Ministro das Cidades, como representante das autoridades do Poder Executivo; também o Ministro Augusto Nardes, do Tribunal de Contas da União.

Eu peço que componham a mesa dos trabalhos. (*Palmas.*)

Ressalto a satisfação de receber o Ministro Jader Filho no Plenário do Senado Federal e o convido a compor a mesa dos trabalhos, Ministro de Estado das Cidades. (*Palmas.*)

Convido a todos para, em posição de respeito, acompanharmos o Hino Nacional e, na sequência, o Hino Rio-Grandense, em homenagem à resiliência do povo gaúcho.

(*Procede-se à execução do Hino Nacional.*)

(*Procede-se à execução do Hino Rio-Grandense.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD -



MG) – Antes de iniciarmos, gostaria, em nome da Presidência e dos Senadores do Estado do Rio Grande do Sul, de pedir um minuto de silêncio em homenagem às vítimas da tragédia do Estado do Rio Grande do Sul.

*(Faz-se um minuto de silêncio.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Assistiremos agora a um vídeo produzido pela TV Senado que evidencia a atuação institucional do Senado Federal diante da tragédia.

*(Procede-se à exibição de vídeo.) (Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG. Para discursar - Presidente.) – Eu saúdo todas as autoridades presentes que compõem a mesa de trabalho e os convidados para participarem desta sessão de debates. É nossa alegria ter entre nós o Ministro de Estado das Cidades, Jader Filho, e igualmente o Ministro de Tribunal de Contas da União Augusto Nardes.

Meu cumprimento muito especial aos Senadores que compõem a Comissão Temporária instituída com esta finalidade de tratar dos temas relativos a essa tragédia no Estado do Rio Grande do Sul, notadamente os Senadores do Estado do Rio Grande do Sul: o Senador Paulo Paim, que preside a Comissão; o Senador Hamilton Mourão, que a relata; e também o Senador Ireneu Orth. E uma saudação também ao Senador Luis Carlos Heinze, ora licenciado e substituído pelo Senador Ireneu Orth.

Minha saudação à Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Senadora Leila Barros, a todos os cidadãos e cidadãs, senhoras e senhores que estão conosco nesta sessão presencial e também àqueles que nos acompanham pela TV Senado.

É inenarrável a tragédia que se abateu sobre o Estado do Rio Grande do Sul.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Ah, perfeito.

Antes de dar início, faço questão, de fato, de ler os membros da Comissão: o Senador Paulo Paim; o Senador Ireneu Orth; o Senador Hamilton Mourão – os três do Estado do Rio Grande do Sul –; a Senadora Leila Barros, já citada, Presidente da Comissão de Meio Ambiente; nosso Líder do PSB, o Senador Jorge Kajuru; o Senador Astronauta Marcos Pontes; o Senador Esperidião Amin, e o Senador Alessandro Vieira.

Portanto, registrada a participação dos Senadores que compõem essa Comissão e que representam o Senado Federal. *(Palmas.)*

Eu dizia que é inenarrável a tragédia que se abateu sobre o Estado do Rio Grande do Sul. As perdas e os danos são tantos que é impossível, neste instante, listá-los, sobretudo se levarmos em conta o horror que vivem as famílias gaúchas das cidades onde a tormenta se abateu.

Antes de mais nada, quero prestar a todas e a todos a minha sincera solidariedade uma vez mais. Por mais que possamos tentar, não conseguimos sequer imaginar o que vive a população gaúcha neste momento.

Quero reafirmar que o Congresso Nacional brasileiro está permanentemente ao lado dos nossos compatriotas do Rio Grande do Sul. Assim, veio em bom momento a iniciativa do Senador Jorge Kajuru, dos Senadores Paulo Paim, Efraim Filho e Beto Faro de requererem esta sessão de debates temáticos. Poderemos aqui nos aprofundar no assunto e continuar o trabalho do Senado no socorro de que tanto



necessita o Estado. Tomemos esta sessão de debates como uma sessão de diálogo, mas também uma reunião de trabalho no sentido de identificar iniciativas e ações concretas a partir do diálogo e da discussão em favor do Estado do Rio Grande do Sul.

Segundo os números da Agência Brasil, do último dia 23, mais de 160 pessoas perderam a vida e 72 continuam desaparecidas. Mais de 640 mil pessoas estão fora de suas residências, o que é quase 6% da população do Estado. Dessas, mais de 65 mil ainda vivem em abrigos provisórios. No total, foram resgatadas 82.666 pessoas e mais de 12 mil animais silvestres e domésticos. Dos 497 municípios gaúchos, 468 tiveram suas rotinas afetadas pelas chuvas, o equivalente a mais de 94% do total. Mais de 2,3 milhões de pessoas, 21,5% da população do Estado, foram de alguma forma atingidas por essa catástrofe. Esses números assustadores dão a dimensão da tragédia que vive praticamente todo o Rio Grande do Sul. Isso porque não estou me referindo aos prejuízos econômicos resultantes do desastre para o Rio Grande e para o Brasil. Mas a população gaúcha também está certa de que não está só.

O Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva; o Presidente da Câmara dos Deputados, o Deputado Arthur Lira; o Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal, o Ministro Luiz Edson Fachin; 13 ministros de Estado e este Presidente estiveram no Rio Grande do Sul. Conseguimos com isso ter uma noção mínima do que passa o Estado.

A quantidade de visitas ressalta a gravidade da situação e o compromisso com a assistência às vítimas e com as ações coordenadas pelo Governador Eduardo Leite e sua equipe. A ação do Governo Federal também não tardou, e aqui no Congresso temos votado com celeridade as medidas de socorro ao estado.

A solidariedade de empresas e de voluntários, digna de nota, também foi calorosa e espetacular e tem dado grande alento ao povo do Rio Grande do Sul. Portanto, nosso reconhecimento à sociedade civil, às pessoas, aos cidadãos comuns que se dedicam nesse instante a ajudar seus compatriotas gaúchos.

Na sexta-feira, o Instituto Nacional de Meteorologia divulgou, em seu prognóstico climático para o mês de junho, que o Rio Grande do Sul terá um período com chuvas abaixo da média. Essa notícia traz algum alívio para o povo gaúcho, mas a situação ainda é preocupante. Além das chuvas e do estado atual, com a chegada do inverno, o frio também castiga quem já sofre tanto. Quando as condições permitirem, a reparação possível dos danos da tragédia ainda se estenderá por longo tempo, isso é certo.

A reconstrução de Nova Orleans, nos Estados Unidos, depois do furacão Katrina, nos mostrou as dificuldades desse árduo processo. Para dar uma dimensão do custo da recuperação de Nova Orleans, somente os investimentos no sistema de proteção contra furacões e inundações ultrapassaram o equivalente a R\$72 bilhões, entre doações e dinheiro público. Mesmo com todo esse dinheiro, o sistema levou dez anos para ser construído.

No Brasil, não temos nenhum comparativo de uma reconstrução da magnitude que será necessária para o Rio Grande do Sul. Em razão disso, precisamos traçar estratégias inteligentes, precisamos unir as forças da nossa Federação – União, estados federados, Distrito Federal, municípios –, precisamos dialogar, sobretudo, no âmbito dos Poderes constitucionais, Legislativo, Executivo, Judiciário, e na relação entre os mesmos e o Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Penso que esse debate poderá nos mostrar caminhos para encontrar os melhores rumos da reconstrução do estado. Mais do que isso, penso que esse debate precisa começar a amadurecer a ideia de que precisaremos de medidas preventivas efetivas para os desafios climáticos. Precisamos aprimorar a nossa capacidade de resposta aos eventos climáticos extremos. O episódio do Rio Grande do Sul não é um caso isolado. As mudanças no clima já são uma realidade no mundo todo, e nós precisamos estar preparados.

Peço às minhas colegas e aos meus colegas do Senado Federal que esta sessão se concentre nos problemas e nas soluções reais para o que vivemos e para o que ainda virá. Não podemos faltar aos nossos



irmãos e às nossas irmãs do Rio Grande do Sul.

Muito bom evento a todos. (*Palmas.*)

Registro a presença também da ex-Senadora do Estado do Rio Grande do Sul, Ana Amélia, que muito nos honra com a sua presença.

Muito obrigado, Senadora Ana Amélia. (*Palmas.*)

A Presidência informa ao Plenário que serão adotados os seguintes procedimentos para o andamento da sessão. Será inicialmente dada a palavra ao eminente Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão Temporária, e também ao eminente Senador Hamilton Mourão, Relator da Comissão Temporária, ambos representantes do Estado do Rio Grande do Sul; na sequência, ouviremos a Senadora Leila Barros, Presidente da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal; posteriormente, será dada a palavra, por dez minutos, aos convidados desta sessão; após, será aberta a fase de interpelação pelos Senadores inscritos, dispondo cada Senador de cinco minutos para as suas perguntas.

Com a palavra, Senador Paulo Paim.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discursar.) – Querido – permita que assim me dirija a V. Exa., Presidente – amigo e Presidente do Congresso e do Senado Federal, Rodrigo Pacheco, na sua pessoa eu cumprimento toda a mesa, todas as autoridades e demais companheiros e companheiras que estão neste Plenário e aqueles que estão nos assistindo por todo o Brasil.

Amigos, esta sessão temática destina-se a debater a tragédia que atinge o nosso querido Rio Grande do Sul. Nosso estado vive a pior calamidade de todos os tempos, eu diria a maior, inclusive, acontecida no Brasil. As chuvas inundam cidades, rios transbordam, deslizamento de terra, pontes caindo, estradas ficaram inacessíveis, falta de energia elétrica, falta de água potável, além da falta de alimentos. Hospitais e escolas, dezenas e dezenas foram totalmente destruídos. Dos 497 municípios gaúchos, 469 foram afetados. Os números, o Presidente Rodrigo deu aqui com muita precisão.

Pais e mães choram a perda dos filhos, filhos choram a perda dos pais.

Um poeta gaúcho escreveu um poema que eu vou sintetizar numa frase, Presidente. Ele diz: “Homem que é homem não tem que ter vergonha de chorar”. E aí ele termina dizendo: “Me desculpem, desculpem todos, mas eu vou ali ao lado porque eu vou ter que chorar”. Eu queria dar uma salva de palmas aos poetas, à cultura, àqueles que estão de uma forma ou de outra se comunicando com a nossa população e dizer: fibra, raça, coragem, sim, mas as lágrimas de solidariedade que estamparem o nosso rosto mostram o compromisso com a nossa gente. (*Palmas.*)

Quero a esses compositores, escritores...

Idosos ficaram desamparados, animais morreram e muitos outros ficaram à deriva. Mais de 80% da economia gaúcha foi atingida. O dano patrimonial é estimado na casa dos bilhões – bilhões. Lembro aqui que o representante da Fiergs vai falar, só eles apresentaram uma demanda de 100 bilhões. E essa, na verdade, é a realidade.

O dano emocional é gigantesco. A perda das vidas não tem preço.

Nós, da Comissão Externa do Senado, composta por oito Senadores, que aqui o Presidente Rodrigo Pacheco já citou, estivemos na quinta-feira passada no estado, em diligência. Visitamos hospitais, acampamentos, levando o quê? Carinho, solidariedade, e conversando com as vítimas.

Ouvimos o Governador Eduardo Leite; Prefeitos, ali representados pelo Prefeito de Canoas, Jairo Jorge; Vereadores e Deputados.

Ainda nesta semana, Presidente Rodrigo – eu estou falando aqui da tribuna e sei que seria muito mais fácil falar com V. Exa. –, nós apresentaremos a V. Exa. um rol de projetos que a sociedade civil e os Deputados e Senadores encaminharam para essa Comissão, para que o Colégio de Líderes, sob a liderança



de V. Exa., seja o palco da decisão que virá, posteriormente, para o Plenário.

Presidente, o Governo Federal e o Governo estadual estão trabalhando juntos, sem nenhuma amarra ideológica ou partidária. Em primeiro lugar – em primeiro lugar –, tem que estar e está o povo gaúcho. O objetivo é garantir o bem-estar das pessoas, salvar vidas e reconstruir o estado, garantindo a manutenção das empresas e dos empregos, tanto no campo como na cidade.

Agradecemos a solidariedade e a ajuda de todos os estados da Federação e do DF, além da ajuda e da solidariedade que vieram de outros 50 países.

Heróis anônimos, fica aqui o meu carinho, o nosso abraço a todos vocês: voluntários, defesa civil, Forças Armadas – Exército, Marinha e Aeronáutica –, corpo de bombeiros, policiais civis e militares de todas as áreas. Inclusive profissionais dos presídios, Presidente, estão saindo livremente dos presídios para salvar pessoas que estão já acima do telhado.

O Senado, através da Liga do Bem, está fazendo um belo trabalho de arrecadação e envio de toneladas de alimentos, como água, roupas, cobertores, brinquedos. Ilana, fica aqui... Não sei se a Ilana está presente – a Diretora aqui do nosso Presidente Pacheco, que coordena todo esse trabalho –, mas eu queria umas palmas para ela, em nome de todos os voluntários, pelo trabalho que está fazendo. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG. *Fora do microfone.*) – Gaúcha.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Gaúcha, gaúcha, e que foi com a missão lá para o estado com a gente.

Eu queria dizer que um dos momentos mais bonitos que vi quando chegaram os caminhões, jamantas, do Senado – e vão chegar mais de cem toneladas, que o Congresso, via Senado, está mandando... O momento mais bonito, desculpem todos, foi o momento – a Ilana estava junto, o Senador Kajuru estava junto, do nosso lado, a Leila estava junto, o Marcos Pontes estava junto, o Mourão estava junto – em que nós entregamos cobertor? Não, mas entregamos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Foi quando nós entregamos as fraldas? Não. Quando nós entregamos remédios? Não. O momento mais emocionante foi quando nós entregamos centenas e centenas de brinquedos para as crianças. O sorriso se estampou no rosto de cada uma, abraçando aquele brinquedinho, uma boneca, um carrinho... Fosse o que fosse, era só carinho e solidariedade. Vida longa às crianças do povo gaúcho, vida longa às crianças brasileiras! (*Palmas.*)

Mas, senhores e senhoras, é preciso, não só nesse momento... Daqui para a frente o Brasil vai ser outro, não será o mesmo de antes, porque nós vamos ter, claro, que aprofundar o debate sobre as consequências das tragédias que assolam não apenas o Rio Grande do Sul, mas todo o planeta. Estamos falando em debater as mudanças climáticas e a destruição da natureza, a capacidade de prevenção, os investimentos necessários, saúde, segurança, cuidado com a população.

A função do Poder Legislativo, em crise dessa magnitude, podem saber, é fundamental. É importante o Estado, seja a Federação, seja o Estado, por exemplo, do Rio Grande do Sul, mas é por aqui que passam o debate e a aprovação, inclusive, das medidas provisórias e das iniciativas dos Senadores e Senadoras.

Temos que pensar no bem-viver como visão estratégica, pensar no desenvolvimento de forma sustentável, buscar um projeto de nação que respeite as pessoas, que não agrida o meio ambiente e os direitos humanos. O Pampa gaúcho é o segundo bioma mais devastado do Brasil; em primeiro lugar está a Mata Atlântica. A responsabilidade é de todos nós – todos, todos. Estamos pagando o preço da nossa



insensatez. E quem mais sofre, infelizmente, é a população.

Não podemos mais silenciar diante dos sons e estrondos de uma árvore que é derrubada, das inundações, das queimadas, da desertificação, das águas contaminadas. O desequilíbrio ecológico é culpa do homem e isso pode tornar parte do planeta inabitável. O alerta está sendo dado: aquecimento global, ar irrespirável, desastres ambientais, refugiados climáticos, fome, doenças, pragas.

A seca afetou a Amazônia em 2023, causando a maior queda dos níveis dos rios. Em 2023, ainda, o Rio Grande do Sul foi atingido por enchentes, que se repetiram agora, em 2024. A floresta tropical no sudeste do México sofre com as secas, inclusive, pelo relato que recebemos, com animais, que estavam nas árvores pela seca, caindo e morrendo no chão – e nós só olhando –, todo tipo de animais, onças, macacos, enfim. O Paquistão sofreu enchentes fatais recentemente. Temos que ouvir a natureza. Ela é sábia e ela nos mostra o caminho. Não escutar a natureza é dar razão à nossa própria ignorância, à irresponsabilidade. Há gritos de socorro cruzando o país e refletindo no espelho das aguadas.

Diz o poema, e aqui eu termino, Presidente... Eu já o declamei lá no Rio Grande do Sul, e o poema não é meu. Diz o poema Lamento de um Rio, da Profa. Scheilla Lobato... Diz o poema, que é curto, Presidente, aqui eu termino:

Me perdoem por toda esta “bagunça“ [diz o rio]  
Eu só queria passar [eu só queria passar]  
Eu não fui feito pra destruir...  
Eu só queria passar [eu só queria passar]  
Já fui esperança para os Navegantes...  
Rede cheia para Pescadores...  
[...]  
Hoje sou sinônimo de Medo e Dor...  
Mas [creiam], eu só queria passar...  
Me perdoem por suas casas  
Por seus móveis e imóveis  
Por seus animais  
Por suas plantações...  
Eu só queria passar  
Não sou seu inimigo  
[...]  
Não nasci pra destruição...  
[Eu não queria outra coisa]  
Eu só queria passar  
Era o meu curso natural  
Só estava seguindo meu destino  
[Em direção ao mar]  
Mas, me violentaram  
Sufocaram minhas nascentes  
Desmataram meu leito [sumiu]...  
[...]  
Me perdoem por inundar sua história  
Me perdoem por manchar esta história...  
[Mas, creiam, eu só queria passar – palavras do rio.]



Muito obrigado a todos vocês. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Cumprimentando o Senador Paulo Paim pelo seu pronunciamento, concedo a palavra ao Relator da Comissão temporária, Senador do Estado do Rio Grande do Sul, Hamilton Mourão.

**O SR. HAMILTON MOURÃO** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Para discursar.) – Sr. Presidente Rodrigo Pacheco, na pessoa de quem cumprimento os demais integrantes da mesa, colegas Senadores, Senadoras, senhoras e senhores aqui presentes, meu bom dia a todos.

A Comissão Temporária Externa foi criada com o objetivo de apoiar, avaliar e propor soluções para mitigar os impactos dessa tragédia. Todos entendemos que nossa missão é ampla e multifacetada, englobando desde a análise das causas e consequências dos eventos climáticos, até a proposição de políticas públicas eficazes para a prevenção e gestão de desastres.

A realização deste debate temático possibilitará ouvir os dignos representantes dos órgãos públicos com responsabilidade na gestão das consequências do desastre ambiental, da sociedade civil, da academia e outros atores que trarão contribuição relevante para a orientação dos encaminhamentos a serem efetivados pelo Parlamento, de tal forma que as soluções necessárias para o reerguimento do Rio Grande do Sul cheguem com a urgência necessária aos que realmente precisam.

Está claro, desde já, que é fundamental o fortalecimento dos sistemas de alerta precoce e de capacitação das comunidades para a resposta a desastres, bem como a educação ambiental e a conscientização sobre as mudanças climáticas, preparando a população para os desafios futuros.

Senhoras e senhores, a tragédia climática no Rio Grande do Sul é um alerta de que precisamos agir com urgência e determinação. Não se pode mais ignorar os sinais claros de que o clima está mudando e de que suas consequências são devastadoras. Nossa responsabilidade é tomar medidas concretas para proteger nossas comunidades e garantir um futuro sustentável para as próximas gerações.

Como Relator desta Comissão, gostaria de estabelecer aqui algumas propostas que sirvam de balizamento para o resultado deste debate. Quais as causas, naturais e antrópicas, e as circunstâncias que provocaram e agravaram a vulnerabilidade ao desastre? Quais os danos humanos e ambientais e os prejuízos sociais e econômicos provocados pelo desastre? Quais as perspectivas de recuperação de danos e prejuízos provocados pelo desastre? Quais ações estão sendo executadas para socorrer às vítimas das enchentes e restabelecer os serviços essenciais no estado? Como garantir os recursos necessários para as ações de resposta emergencial do estado? E finalmente, que medidas, legislativas e orçamentárias, o Senado Federal pode adotar para contribuir para a resposta ao desastre, para a prevenção de novos desastres e para que haja um adequado planejamento para a reconstrução e a melhoria da resiliência do Rio Grande do Sul?

É isso aí, Presidente. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Muito obrigado, Senador Hamilton Mourão.

Eu registro a presença, no Plenário do Senado Federal, em nossas galerias, dos alunos e das alunas do oitavo e nono anos do ensino fundamental do Centro Educacional Pipiripau II, Planaltina, Distrito Federal.

Sejam muito bem-vindos, sejam muito bem-vindas. (*Palmas.*)

Concedo a palavra à Presidente da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal, Senadora Leila Barros.

**A SRA. LEILA BARROS** (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF. Para discursar.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Na pessoa do Sr. Exmo. Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional, Senador Rodrigo



Pacheco, cumprimento-o, cumprimento os nossos convidados e também os nossos expositores nesta manhã.

Queridas colegas Senadoras, Senadores desta Casa e todas as pessoas que nos assistem neste Plenário ou virtualmente, a realização desta sessão se dá em caráter de urgência dada a situação alarmante que o povo do Estado do Rio Grande do Sul enfrenta neste momento.

O estado tem sido duramente atingido por chuvas intensas, resultando em enchentes que devastaram a região. A cada dia mais pessoas são afetadas, enfrentando não só a perda de seus bens materiais, mas suas memórias, seus entes queridos e, o que é mais triste, a perspectiva de futuro.

Na última semana estivemos pessoalmente na região do Município de Canoas. As imagens que vi são devastadoras e muito mais impactantes do que as que são mostradas na TV.

E eu aproveito até para agradecer e parabenizar a imprensa brasileira, que tem feito uma belíssima cobertura, mas ver a situação ao vivo, Senador Paim, Senador Mourão, é de fato muito triste.

A situação é, sem exageros, de um verdadeiro cenário de guerra. Em Canoas, a enchente levou quase tudo, deixando um rastro de destruição e lixo por toda a parte. As pessoas desoladas tentam limpar suas casas em meio à angústia de mais chuvas, sem saber quando poderão recomeçar as suas vidas. Nos abrigos, muitos recebendo famílias inteiras, incluindo seus *pets*, num cenário de sofrimento indescritível.

Em meio à tamanha tragédia, o alento se encontra na solidariedade do povo brasileiro, que tem sido fundamental. E isso eu testemunhei, o povo gaúcho é muito grato, muito grato a toda a solidariedade do povo brasileiro. Muito se assemelha às ações da Ação da Cidadania Contra a Fome, liderada por Betinho, na década de 90. A ação foi potencializada, em grande parte, pela solidariedade do povo brasileiro. É possível ver uma faísca de união entre o nosso povo novamente, que dá as mãos ao povo gaúcho. Peço para que não soltemos as mãos dos nossos irmãos e irmãs do Sul. Essa corrente de solidariedade terá que perdurar, pois o estrago que recai sobre o Sul não será revertido nem tão cedo nem tão rápido, precisaremos seguir unidos.

Além da situação extremamente desafiadora por si só, outros desafios vão se somando, a complexidade de ações que são requeridas neste momento torna tudo ainda mais difícil. É preciso salvar vidas, em primeiro lugar, é preciso garantir alimentação, higiene, vestuário, cuidados psicológicos a todos os afetados e, ao mesmo tempo, já é exigido que se apresente uma estratégia de reconstrução. Além de tudo isso, ainda se noticia a ocorrência de estupros, furtos e a disseminação de notícias falsas, que atrapalham ainda mais a luta para manter o estado em pé.

E sabemos que esses eventos não afetam a todos da mesma maneira, mulheres e crianças acabam sendo mais vulnerabilizadas em situações de violação dos seus corpos. Pessoas de baixa renda são, em sua maioria, aquelas que permanecem e permanecerão nos abrigos, por não terem para onde ir. E tudo isso tem sim um motivo já bastante conhecido.

A emergência climática, meus amigos, é uma realidade de que não podemos mais fugir. No cenário global, precisamos compreender que não estamos em vantagem quando tratamos de áreas vulneráveis a eventos extremos. Não adianta bater o pé. Precisamos, por mais que seja difícil aceitar essa realidade, encarar que o clima mudou e que nós precisamos mudar.

Em nível internacional, Sr. Presidente, precisamos seguir cobrando dos principais culpados por este cenário, em nível global. É urgente que o financiamento climático seja coerente com o tamanho dos estragos que esses eventos vêm causando. Precisamos redesenhar toda nossa economia, nossa maneira de produzir e consumir. E o desafio será gigante.

Internamente, precisamos fazer nossa lição de casa. Precisamos falar de zoneamento climático. A ciência já nos oferece instrumentos elaborados com rigor científico para que possamos repensar nossos territórios. Um evento climático extremo pode causar danos tanto pelo excesso de água quanto pela sua



falta; tanto pela queda da temperatura como pelas temperaturas elevadas. O calor extremo, segundo os cientistas, será uma das principais causas de morte da população idosa. Lembremos que a última onda de calor da Europa matou – pasmem! – cerca de 60 mil idosos, em sua maioria mulheres acima de 80 anos.

Soma-se a isso que, por estarmos em uma região tropical, estamos sujeitos à proliferação de doenças como a dengue. Tivemos um surto bastante sério este ano. O meu Distrito Federal foi uma das unidades da federação que mais sofreu com as altas nas internações e mortes. Tememos que os próximos anos serão ainda piores.

Já caminhando para a conclusão de minha fala, pergunto, a todos que aqui estão, o que faremos daqui para frente? Que práticas deixaremos de lado e que práticas vamos incorporar ao nosso trabalho?

Finalizo lembrando, enquanto legisladora, cargo que ocupo hoje, que temos um regramento normativo que vem sendo desenhado há muitos anos na busca por respeitar os limites ecológicos que nos são impostos. Esses limites são físicos, mensuráveis. Agora está diante de nossos olhos o que acontece se não respeitarmos essa linha imposta pela natureza.

Já em 1981, nossa Política Nacional do Meio Ambiente definiu princípios, objetivos e instrumentos para a conservação e melhoria da qualidade ambiental em nosso país, como o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), instrumento de planejamento territorial essencial para a gestão sustentável dos recursos naturais. Em 1988, nossa Constituição Federal trouxe um entendimento claro e norteador: a obrigação do Brasil, enquanto nação, enquanto povo, enquanto poder público, de garantir que as futuras gerações tenham o direito de viver em um ambiente ecologicamente equilibrado.

Como eu tenho dito na Comissão de Meio Ambiente, não há plano B. E não há um planeta B, pelo menos não para a maioria esmagadora da população global. Talvez uma meia dúzia de super-ricos consiga construir uma cápsula e viver longe daqui, mas não é por eles que nós estamos aqui. Nós estamos pela maioria esmagadora, Presidente Paim.

Que possamos nos unir para reconstruir a vida do povo gaúcho. Que o façamos pelo Rio Grande do Sul e por tantos outros refugiados do clima no nosso Brasil e no mundo.

Espero que esta sessão, meus amigos, sirva para nos abrir os olhos e cobrar daqueles que possuem a decisão de tantas vidas em suas mãos.

Aproveito para agradecer aos painelistas que aceitaram estar conosco aqui hoje nesta sessão temática e desejo a todos uma ótima sessão.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Cumprimento a Senadora Leila Barros, Presidente da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal.

Nesse instante, transfiro a Presidência desta sessão de debates a S. Exa. o Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão Temporária criada para o acompanhamento da tragédia. O Senador Paulo Paim, então, conduzirá o encaminhamento com os painelistas e convidados nesta sessão de hoje.

Por favor, Senador Paulo Paim. (*Pausa.*)

(*O Sr. Rodrigo Pacheco, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Dando prosseguimento a esse segundo momento, eu quero, com uma enorme satisfação, dizer – e não é outro discurso –, Ministro Jader Barbalho Filho, da nossa alegria em estar presidindo – o Presidente gentilmente assim me concedeu – e em convidar V. Exa.

V. Exa. e inúmeros Ministros foram convidados. Todos estão na labuta, na correria, neste momento,



para ajudar o Rio Grande, mas V. Exa. suspendeu todos os seus compromissos e mandou avisar para a comissão organizadora que estaria aqui presencialmente. Aí fica minha salva de palmas.

A palavra é sua. (*Palmas.*)

Ele que esteve diversas vezes já no Rio Grande do Sul e é filho do grande Senador Jader Barbalho.

**O SR. JADER BARBALHO FILHO** (Para exposição de convidado.) – Exmo. Sr. Presidente do Senado Federal, meu querido amigo Senador Rodrigo Pacheco; Sr. Presidente da Comissão Temporária Externa com a finalidade de acompanhar as atividades relativas ao enfrentamento da calamidade ocasionada pelas fortes chuvas que atingiram o Rio Grande do Sul, Senador Paulo Paim; Sra. Presidente da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal, Senadora Leila Barros; Relator da Comissão Temporária Externa com finalidade de acompanhar as atividades relativas ao enfrentamento da calamidade ocasionada pelas fortes chuvas que atingiram o Rio Grande do Sul, Senador Hamilton Mourão; Sr. Ministro do Tribunal de Contas da União, Augusto Nardes; Sras. e Srs. Senadores aqui presentes, painelistas e a todos que estamos aqui no intuito de tentar amenizar essa tragédia que, diariamente, vemos nos meios de comunicação ou, presencialmente, no Estado do Rio Grande do Sul.

Como disse o Sr. Presidente, mais uma vez, quero dar a nossa solidariedade ao povo do Rio Grande do Sul, por essa tragédia que assolou um estado tão importante da nossa Federação, e, Presidente Rodrigo, a certeza de que todos nós, de que o tamanho da solidariedade que hoje o Brasil demonstra não será menor a solidariedade minha, a solidariedade do Presidente Lula, quanto a todos os esforços necessários para que nós possamos resolver ou, se não resolver na sua totalidade, enfrentar os problemas de frente, porque, na totalidade, não tem como se recuperarem as vidas que foram perdidas, mas tentar resolver toda a questão da infraestrutura, tudo aquilo que é necessário como resposta e solidariedade do Brasil para com o Rio Grande do Sul.

Primeiramente, Senador Paim, quero iniciar falando especialmente daquilo que ao meu ministério toca diretamente: as famílias.

Desde a semana passada, Senadora Leila, nós viemos conversando com Prefeitos, através dos meios *online*, para que nós possamos entender a complexidade da questão do tema principal, que é a habitação, o tema que é o Minha Casa, Minha Vida. E aí, Presidente Pacheco, de fato, nós temos que ter paciência nesse assunto, fundamentalmente, com os nossos Prefeitos.

A maioria dos senhores aqui conhece melhor a realidade do Rio Grande do Sul do que eu, do que os técnicos do Ministério das Cidades, do que os técnicos da Caixa Econômica Federal. E, Presidente Pacheco, é muito particular a situação do Rio Grande do Sul, porque não existe – e aqui digo às senhoras e aos senhores –, na questão da habitação, um remédio único para a solução daquilo que assolou o Rio Grande do Sul.

Nós temos problemas, Ministro Augusto Nardes, que chegam, por exemplo, de áreas rurais que tiveram casas absolutamente devastadas ou encostas que levaram as suas habitações, ou o caso do que acontece na região metropolitana do Rio Grande do Sul, Presidente Pacheco, que continua aos Prefeitos e a toda a sociedade gaúcha uma incógnita. Afinal de contas, boa parte dela está embaixo d'água. Não se sabe sequer medir qual é o alcance, qual é a quantidade de unidades habitacionais que deverão ser feitas naqueles locais.

E, nas conversas e nos diálogos, Senador Mourão, os Prefeitos passam a mostrar primeiro a sua aflição. Quando nós todos entramos em contato e perguntamos, muitos dizem assim: “Ministro Jader, nós não temos sequer como mandar a Defesa Civil até os locais todos, porque não se tem como passar”.

Essa é a realidade, Presidente Pacheco. Em diversas áreas rurais, não se tem como medir o tamanho da amplitude do problema que nós vamos enfrentar. Em outros locais, a Defesa Civil sequer tem tempo, condição. Seria uma covardia da gente exigir que, neste momento, eles possam nos dar as informações



completas, porque nós precisamos delas.

Inclusive, o Ministro Nardes pode falar melhor sobre os órgãos de controle de casas que estão de fato destruídas, de casas que estão condenadas e de casas que precisam só de pequenas reformas, com pequenos problemas.

E a política pública do Minha Casa, Minha Vida Calamidades passa, Presidente Pacheco, exatamente por isso, para a gente definir quais são as casas que de fato precisam ser reconstruídas, casas que não podem mais ser habitadas, ou, em outras situações, Senador Paim, áreas onde o Minha Casa, Minha Vida... Mesmo que aquela casa não tenha sido condenada, Senadora Leila, nós não podemos construir se ela está em área de risco, se ela está em área que pode ser novamente... De repente, nessa situação, Presidente Pacheco, pode ser que aquela casa não tenha sido levada, mas se, numa próxima enxurrada, nós vamos edificar uma nova casa naquele mesmo local, será que essa casa vai continuar naquele lugar? Então, são esses os questionamentos que todos nós nos fazemos.

E nós já nos reunimos, Presidente Pacheco, com 38 municípios – já nos reunimos já com 38 municípios – dos quase 400 municípios com os quais nós teremos que ter o diálogo.

Então, avaliem bem: nós iniciamos, na semana passada, convidamos a todos os Prefeitos, mas até agora nós só conseguimos conversar com 38 Prefeitos. Desses quase 400, Senador Mourão, somente 54 nos apresentaram, apesar de todos os apelos, a quantidade de casas, mas eu insisto aqui e faço uma defesa, porque, nessas horas, muita gente é covarde, no sentido de responsabilizar terceiros. Isso não cabe dentro de mim. Os Prefeitos estão, de fato, com dificuldades imensas, enormes, de nos apresentarem as informações. (*Palmas.*)

Então, eu faço essa fala, mas, ao mesmo tempo, peço e faço um apelo, para que, o quanto antes, os Prefeitos possam nos dar essas informações, para que a gente comece a trabalhar e a tratar, por exemplo, com o Ministério da Fazenda, com o Ministério do Planejamento, com a Casa Civil, sobre o crédito extraordinário que nós iremos precisar para poder fazer a construção dessas unidades habitacionais a estas famílias; que os Prefeitos possam nos dar as informações, para que, a partir daí, nós possamos trabalhar essas informações e iniciar o processo como deve ser feito.

Na sequência, Presidente Rodrigo, vamos falar das obras de prevenção. E aqui faço uma fala especial com este Congresso Nacional da importância de que este cenário que nós estamos vendo, no Rio Grande do Sul... É importante que os senhores e as senhoras tenham esta compreensão: este é o novo normal – este é o novo normal. E isso nós iremos ver, com cada vez mais frequência, não só no Rio Grande do Sul, mas em todo este país, em todo este país, da seca ao excesso de chuva. E, se as nossas cidades não estiverem preparadas, se não estiverem adaptadas, se a resiliência das nossas cidades não for uma prioridade para este país, nas obras de prevenção a desastres, nós iremos ver tragédias como essas cada vez mais frequentes, em que sairá muito mais caro, Sras. e Srs. Senadores, e este espaço tão importante de discussão deste país. Nós iremos gastar muito mais, o Brasil terá um custo muito maior, se nós não tratarmos de prevenção como prioridade neste país.

O Brasil precisa entender a urgência climática. O Brasil precisa priorizar isso nos seus orçamentos.

E aí, quanto às soluções, Presidente Pacheco, da Região Sul à minha Região Norte, os problemas são difusos. E vou citar aqui, Senador Mourão, para mim, que sou um amazônida, ter ido, ano passado, à região de Santarém, como isso não só assolou o meu Pará, para ver rios, braços de rios, onde as pessoas que a vida inteira tiveram como meio de transporte barco tiveram de andar 10km, Senadora Leila – e aqui eu não estou fazendo, absolutamente, eu não estou aumentando 1cm sequer –; 10km para pegar, Presidente Pacheco, um galão de água! Essa é a realidade dos eventos climáticos que nós temos hoje.

Em compensação a tudo isso...



(*Soa a campainha.*)

**O SR. JADER BARBALHO FILHO** – ... vemos o que está se passando na Região Sul. Então, é importante ter isso como uma prioridade.

E aí, Presidente Pacheco, já me encaminhando para final, nós fizemos a seleção do PAC do Ministério das Cidades. E, em relação especialmente ao Rio Grande do Sul, que é o tema de que nós estamos falando aqui, mas não menos importante para outras regiões deste país, faço aqui a minha prestação de contas quanto à priorização do Governo do Presidente Lula para a questão das encostas.

Todas as encostas, Presidente Pacheco, todas as encostas que foram apresentadas no Ministério das Cidades no Rio Grande do Sul, em duas cidades especialmente, Santa Maria e Porto Alegre, todas elas que estavam enquadradas, que estavam com o seu objeto adequado àquilo que foi apresentado no processo seletivo, todas elas foram selecionadas; 100%, Presidente Pacheco! E nós faremos, daqui a mais ou menos 15 dias, o Presidente Lula fará o anúncio da nova parte da seleção e da prevenção, que será a seleção de drenagem.

E já posso aqui adiantar às senhoras e aos senhores, pela discussão que temos feito com a Casa Civil, por orientação do Presidente Lula, por determinação do Presidente Lula, que a seleção, Presidente Pacheco, que estava estabelecida em R\$4,4 bilhões, será ampliada – já antecipo aos senhores –, porque nós vamos analisar todos os projetos, em especial os projetos das áreas que estão sendo impactadas por esse evento climático que estamos vendo agora.

Em paralelo a isso, estamos pedindo, em diálogo com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul e com outros técnicos que vão nos auxiliar, que nós possamos analisar se esses projetos que foram apresentados, Presidente Pacheco, lá em novembro, estão adequados à realidade que nós estamos vivendo hoje, se a quantidade de água está adaptada para aquela realidade que foi apresentada lá, porque, em novembro, o retrato era um; hoje, Senador Mourão, o retrato é outro. Então, antes que nós possamos fazer o processo de escolha e seleção dessas propostas, nós precisamos entender e avaliar se essas propostas estão adequadas para a realidade atual, para essa quantidade de água que assolou o Rio Grande do Sul.

Então, para finalizar, Presidente Pacheco, desde o ano passado, no intuito e na determinação que o Presidente Lula tem nos dado, nós também estamos selecionando, vamos selecionar, nos quatro anos do Governo do Presidente Lula, 200 projetos de redução de risco, para dar aos municípios onde estão as áreas mais impactadas deste país – nós vamos dar aos municípios, a partir das universidades, de estudos das universidades – projetos, planos de redução de risco, para que a gente possa ter clareza de que prevenção tem que ser uma prioridade, para que a gente não veja isso, não assista a situações como as que estão acontecendo no Rio Grande do Sul se repetirem em outros estados da nossa Federação.

Muito obrigado pela oportunidade que me foi dada hoje. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Parabéns ao Ministro Jader Barbalho Filho, Ministro de Estado das Cidades, que fez uma análise da realidade do Rio Grande e já deixou encaminhada uma série de propostas.

Abraço.

Passamos, de imediato, a palavra ao Ministro Augusto Nardes, Ministro do Tribunal de Contas da União (TCU). (*Pausa.*)

**O SR. AUGUSTO NARDES** – Caro Senador Paim, Senador Hamilton Mourão, Presidente Pacheco, Senadora Leila...

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permita-me, antes de você iniciar, convidar para a mesa – eu já havia comunicado a ele – o Sr. José



Henrique Medeiros Pires, Secretário-Executivo da representação do Estado do Rio Grande do Sul em Brasília.

Seja bem-vindo! (*Palmas.*)

O Governador disse que tentaria entrar. Entendemos que ele está se deslocando para todas as partes do Rio Grande dentro do possível, e é fundamental que o representante do Governador esteja aqui na mesa com a gente.

Ministro Nardes, a palavra é sua.

**O SR. AUGUSTO NARDES** – Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O senhor é gaúcho também, não é?

**O SR. AUGUSTO NARDES** (Para exposição de convidado.) – É um prazer estar aqui nesta Casa, onde fui votado e questionado para chegar a uma eleição, em 2005, no Tribunal de Contas da União, há 18 anos, depois de 24 anos como Deputado.

Tive o privilégio de ser colega de muitos que estão aqui, entre eles, o Senador Paim.

Momento trágico para o Rio Grande, momento trágico para o Brasil.

Eu tenho falado com o Senador Pacheco, acabei de falar com ele; tenho falado com o Presidente da Câmara, Arthur Lira.

Nós estamos trabalhando, desde que eu presidi o Tribunal, em 2012 – eu assumi em 2013, 2014 –, com um grande projeto para transformar a nação. Talvez este momento – estimado Senador Paim, Senador Hamilton Mourão, Senadora Ana Amélia, que representou tão bem o meu Estado aqui – seja o momento mais importante para falar o que eu estou defendendo praticamente há 12 anos.

Há 12 anos eu venho lutando, Senadora Leila, para implantar a governança na nação brasileira.

Quem conhece governança sabe que uma das ferramentas mais importantes é a avaliação de risco. Sem governança, a nação não tem perspectiva, não tem futuro; não temos perspectiva de nos transformarmos em uma nação líder no planeta.

Por isso, em 2013, eu fui a Paris, como Presidente do Tribunal, trocamos boas práticas com as nações mais desenvolvidas do planeta, trouxemos os melhores modelos de governança do planeta para o Brasil e implantamos no Tribunal de Contas da União, em 2013 e 2014. Conseguimos iniciar um projeto para avaliar indicadores de governança da nação, e hoje nós temos indicadores de governança – para os Srs. Senadores, que estão aqui – de 381 instituições. Estamos fazendo, neste momento, Senador Paim, exatamente uma nova auditoria que vem calhar com o que falou a Senadora Leila: ESG (*environmental, social, and governance*). Porque, sem avaliar a questão ambiental, sem avaliar a questão da governança, sem avaliar as questões das políticas públicas... Por isso é que o ESG é importante para a gente implantar a política de desenvolvimento sustentável.

Eu fiz um mestrado, nos anos em que eu morei na Europa, em desenvolvimento sustentável. Os nossos discursos hoje têm que ser para o futuro. Eu tentei alertar o Governador do Rio Grande do Sul: estive com ele e fiz uma palestra de uma hora e meia sobre governança para ele – ele avançou algumas coisas. O Prefeito de Porto Alegre, também falei com ele, para ter avaliação de riscos. Se tivéssemos avaliação de riscos, não teria tido o rompimento dos diques. Não foi feita avaliação. O que é governança? Direcionar, avaliar e monitorar – direcionar, avaliar e monitorar –, mas tem que monitorar o tempo todo.

Eu tenho um trabalho, que eu vou mostrar aqui para os senhores, sobre as auditorias que o tribunal faz, porque o tribunal, para tomar decisões, faz sempre um levantamento. Consegui implantar, nessas negociações que fizemos lá com o OCDE, que são os 38 países mais desenvolvidos, e trazer as melhores práticas de prevenção – de prevenção. O que faltou foi prevenção. E governança preventiva é fundamental.



Indicadores são base para poder fazer avaliação e tomar decisões. Sem indicadores, não temos como fazer.

Então, hoje nós já temos indicadores de governança de pessoas no Brasil, feitos pelo TCU. Governança financeira nós já temos. Governança de compras... Nós compramos 1,3 trilhões, e milhões e bilhões de medicamentos são jogados no lixo por falta de políticas preventivas, por falta de planejamento. A nova lei já está aprovada, a 14.133: tem que fazer planejamento em governança nas compras da nação. Eram 15 mil obras inacabadas que nós tínhamos há pouco tempo. Isso é falta de governança. E foi o que faltou em Porto Alegre, apesar de eu ter falado com o Prefeito três vezes: “Vamos implantar governança!”. Não consegui convencê-lo. O Governador avançou em algumas questões.

Mas eu tenho percorrido o Brasil todo. O Jader acabou de falar, e eu estive lá em Santarém na semana passada. Santarém pode ter uma situação dramática como Porto Alegre, porque o Rio Tapajós e o Rio Amazonas se encontram ali, e se derem chuvas torrenciais, alaga toda a cidade de Santarém. Eu alertei-os sobre isso na semana passada. E foi o que aconteceu com o Porto Alegre. Lá atrás já tinha acontecido em 1941, foram tomadas todas as providências necessárias, mas não foi feita a manutenção. O muro é para aguentar 6m, e não foi feita a manutenção. Então, faltou governança.

Agora o momento não é de falar disso, vamos socorrer. É de solidariedade – aquilo que falou a Leila, que falou o Paim, com muita propriedade. Nós temos que abraçar a todos, mas nós não podemos tapar o sol com a peneira.

Eu vou dizer para vocês, eu sofri, eu estava lá, na segunda-feira. Na sexta-feira, eu estava em Sarandi, fazendo uma palestra sobre Governança e ClimateScanner, que eu vou aqui expor para os senhores, sobre a Auditoria Mundial do Clima, que nós estamos liderando. Mas, antes, eu vou mostrar a situação do que o Tribunal já fez e como nós podemos ajudar e acompanhar isso, para a gente trabalhar junto com o Senado, junto com essa comissão dos três Senadores que estão designados: Hamilton Mourão, Paim, e agora o Ireneu Orth.

Mas eu estava lá, na segunda-feira – na sexta, sábado, domingo –, as chuvas começaram no domingo e na segunda torrencialmente. Eu estava na estrada, eu tive que parar o carro de tanta chuva que tinha na *freeway* entre Capão da Canoa e Porto Alegre. Na segunda-feira eu estava lá, achei que o avião não ia partir, foram 42 minutos de turbulência total, mas consegui chegar aqui, porque eu tinha compromisso no TCU, presidia a sessão na terça-feira e tinha compromisso.

Então eu estou vivendo isso e estou trabalhando com a tese da governança, já percorri o Brasil todo. Essa ida a Santarém, Ministro Jader, é decorrente de um projeto que o Prefeito, o Presidente da Associação dos Prefeitos, o Aguiar, me pediu, para implantar a governança em todo o Brasil. Eu já percorri o Brasil cinco, seis vezes. Muitos estados já implantaram a governança. Por exemplo, lá no Rio Grande do Sul, Caxias do Sul já implantou, o Rio Grande já implantou. Conseguimos convencer, já sabem fazer avaliação de risco. Porque sem avaliação de risco você toma a decisão errada. E é assim que nós botamos dinheiro no lixo permanentemente, por isso que a nova Lei 14.133 estabelece que tem que ter planejamento.

Então, eu vou apresentar alguns eslaides para mostrar a situação de como o Tribunal está vendo essa questão, para fazer uma fala técnica da tragédia no Rio Grande do Sul e que a gente possa servir de exemplo para o resto do país.

Porque já aconteceu em Santa Catarina, já aconteceu recentemente no Rio de Janeiro, já aconteceu em Pernambuco. Lá em Santarém acontece todos os anos de aumentar as águas do rio, invadir parte de Santarém. Isso acontece em todo o Brasil. O Brasil pode se vangloriar de não ter tido guerras, mas, em termos de temporais e situações dramáticas, nós temos tido permanentemente. E o país precisa tomar uma decisão. Aí depende de política da defesa civil, não há uma política de governança na defesa civil



brasileira. Eu tenho todos os dados aqui. Vou ver se eu consigo mostrar.

Dá para passar aí.

Aí a questão do risco – se der para deixar um pouquinho maior. O risco é uma das questões centrais. Vocês podem ver aí, na questão do risco, que o tom azul mostra que é necessário tomar uma série de providências. Exatamente na parte de baixo está escrito: desastre. É necessária toda uma política de prevenção, especialmente para poder fazer análise de risco.

Eu criei uma rede de governança, eu tenho 650 voluntários, eu tenho gente especializada. Inclusive, Ministro Hamilton Mourão, estamos prestando serviço para o Exército Brasileiro fazer política de prevenção do risco. Na rede que eu criei de voluntários, 650 brasileiros, nós temos um grupo especialista em avaliação de risco, como temos gente especializada em infraestrutura. Eu vi que o Tribunal não podia fazer tudo, porque o Tribunal é um órgão formal, ele trabalha e se manifesta de forma jurídica e determina ao Governo que faça as coisas. Se o Governo não faz, o gestor acaba sendo penalizado. Então, avaliação de risco é um dos temas muito importantes.

O que nós constatamos? Fizemos uma auditoria em 2016, depois fizemos em 2022. Eu vou mostrar algumas situações. O que ficou claro aqui, que eu vou mostrar para os senhores, em relação aos municípios? Sessenta por cento dos municípios brasileiros não apresentaram, em 2017, nenhum instrumento questionado.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. AUGUSTO NARDES** – Quais são os instrumentos que tem que ter um município para poder evitar desastres? Estão aqui os dados, todos, porque nós estamos vivendo uma tragédia lá no Rio Grande do Sul. Por exemplo, a carta geotécnica de aptidão da urbanização em Porto Alegre não foi feita; plano municipal de redução de riscos, não tem – boa parte dos municípios não tem –; lei de uso e ocupação do solo que contemple a prevenção de escorregamentos e deslizamentos em encostas, não temos; plano diretor que contemple a prevenção de escorregamentos; lei de uso e ocupação do solo que contemple a prevenção de enchentes, e assim vai. Eu deixo esses dados para o senhor, Senador Paim, e para o Senador Hamilton, para que vocês possam utilizar. Está aqui como é que está a situação de cada estado e a situação de cada região.

Nós sabemos tudo o que está acontecendo, no TCU. O TCU faz isso. Eu implantei as auditorias operacionais para a gente fazer políticas preventivas, e não somente punitivas, e depois buscar o...

*(Soa a campanha.)*

*(Interrupção do som.)*

**O SR. AUGUSTO NARDES** - Se já aconteceu a perda, a sociedade toda perde.

Eu me especializei, escrevi dois livros sobre o tema: o primeiro, *Governança pública - O desafio do Brasil*; o segundo, *Da Governança à Esperança*. Então, aí, eu mostro a situação – eu vou passar rapidamente, aí está todo o material que eu vou deixar – da infraestrutura no Brasil. Vou deixar aqui para o Senado, como uma contribuição do tribunal. Aí estão os gráficos de como é que está cada região – vou passar rapidamente, Senador Paim –, para que os senhores tenham noção do nosso trabalho.

O que nós estamos fazendo agora? O Governo está começando a ajudar, está começando a acontecer. Qual é a nossa missão do TCU? Fiscalizar para onde vai o dinheiro; governança é para onde vai o seu dinheiro. Então, montamos um programa chamado Recupera Rio Grande do Sul. O Relator sou eu, de toda a parte da defesa civil; o Relator da parte de infraestrutura é o Ministro Vital do Rêgo; o Relator da parte econômica, o Jader... aliás, Jader, não; Jhonatan. Parecido quase com o seu nome, Ministro Jader.

*(Soa a campanha.)*



**O SR. AUGUSTO NARDES** – Nós vamos fiscalizar todo o trabalho. Mas o que já está caracterizado, Ministro Jhonatan e Ministro...

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Jader.

**O SR. AUGUSTO NARDES** – Aliás, Ministro Jader e Presidente Paim, é que o país tem que implantar governança.

Acabei de falar com o Senador e Presidente Pacheco. Já está aqui o projeto da governança – fui eu que o organizei e estabeleci, no Governo Michel Temer –, já passou na Câmara.

O país tem que ter governança para avaliar para onde vai. Qual é o planejamento estratégico da nação brasileira? Qual é o projeto do Estado brasileiro nas questões fundamentais, como infraestrutura, como educação, saúde? Não temos projetos montados para a nação, projetos de Estado; temos projetos, eventualmente, de governos, mas nós não focamos pensando em 2030, 2050, 2060. E como...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. AUGUSTO NARDES** – Para finalizar, se me permite, Senador Paim.

Como nós vamos pensar a nação em relação a temas centrais que precisam ser avaliados, por exemplo, a governança da infraestrutura ou a política habitacional? Para onde vai a infraestrutura se o planeta está mudando? O que vai ficar na beira de mar e de oceanos? Vão continuar aquelas estradas ou vão ser invadidas? Aconteceu agora, no Rio Grande do Sul.

Teremos que pensar uma governança de infraestrutura não somente do Brasil, mas da América Latina – governança de infraestrutura. Então, eu tenho um time, e este ano eu vou organizar o Fórum Nacional de Infraestrutura, pensando o futuro do Brasil em relação à infraestrutura, porque as nossas cidades estão com problemas de trânsito imensos e algumas cidades vão desaparecer, algumas ilhas vão desaparecer com a mudança do clima.

Por isso, eu propus uma auditoria de clima, e eu encerro por aí, ClimateScanner se chama, há dez anos atrás...

*(Interrupção do som.)*

*(Soa a campanha.)*

**O SR. AUGUSTO NARDES** – Permita-me, Senador Paim.

Neste momento, nós estamos fazendo uma auditoria com 70 países. Eu fui recentemente, juntamente com o Presidente Bruno Dantas, Vital do Rêgo, que será o relator, a Nova York expor para 70 países. E a mesma auditoria que nós fizemos lá na Amazônia, do Ministro Jader, nós estamos fazendo – já fizemos uma desde 2014, com indicadores de desenvolvimento – no planeta. ClimateScanner se chama. E nós estamos com reuniões, este ano, em cinco continentes para treinar os países a fazer a auditoria, que o Brasil está orientando.

Então, o Brasil está começando a tomar uma liderança em desenvolvimento sustentável, e é aqui no Senado que eu estou revelando pela primeira vez esse trabalho, que não é feito pelo Ministro Nardes, eu iniciei o projeto, mas é feito pela toda a casa do Tribunal de Contas. É a grande contribuição que nós queremos deixar e o projeto de governança que está aqui, Senador Paim, à disposição dos Srs. Senadores para agora votar, porque já passou pela Câmara, e aí nós passaremos a ter uma política de governança na nação brasileira.

*(Soa a campanha.)*



**O SR. AUGUSTO NARDES** – Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Ministro Augusto Nardes, Ministro do Tribunal de Contas da União (TCU).

Nós temos em torno de 20 painelistas, Ministro, e somente devido a isso que nós não temos o tempo que V. Exa. merecia, mas fica aqui o compromisso, Ministro, de V. Exa. ser convidado. Nós temos um ciclo de debate sobre a situação da tragédia do Estado do Rio Grande do Sul, e você poderá expor na íntegra o seu projeto e as ideias nesse ciclo de debate. O.k., Ministro? Parabéns.

De imediato, convido a Sra. Monique Sacardo Ferreira, Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Mudanças do Clima do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, que está aqui representando a Ministra Marina.

Seja bem-vinda. (*Palmas.*)

**A SRA. MONIQUE SACARDO FERREIRA** (Para exposição de convidado.) – Bom dia, Exmos. Senadores.

Senadora Leila, na sua pessoa cumprimento também todos os Exmos. Senadores aqui presentes, todas as autoridades e quem está nos acompanhando presencialmente ou pela internet.

Expresso também a minha solidariedade ao povo gaúcho, a todas as pessoas do Estado do Rio Grande do Sul e seus familiares, que têm passado por este momento tão doloroso em face desses eventos climáticos extremos.

E também, como a própria Senadora Leila já aqui indicou, o art. 225 da Constituição Federal é o grande norteador também da agenda do Ministério do Meio Ambiente, da atuação do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

Temos olhado para a política climática e para o enfrentamento à emergência climática como uma grande missão de promover políticas, em coordenação com os demais ministérios, com os demais agentes, os demais Poderes da República e com os agentes da sociedade, que promovam a descarbonização da economia, promovam uma transição justa e também preparem a população e as nossas cidades a se tornarem cada vez mais resilientes aos impactos que sabemos que já estamos vivenciando e que serão cada vez mais recorrentes e extremos no Brasil e também no mundo.

Sabemos também que, infelizmente, como o Ministro Augusto Nardes apresentou, os nossos municípios, as nossas cidades têm capacidades aquém das necessárias para lidar com esse problema. Portanto, para o que a Política Nacional de Mudança do Clima, aprovada aqui por esta Casa, que é o grande norteador, e coordenada pela Presidência da República – e o MMA tem o papel de fazer essa coordenação e levar a política e a sua implementação ao máximo –, tem olhado é que a gente precisa de um olhar preventivo. Isso já foi falado bastante aqui, mas essa prevenção começa na mitigação das mudanças do clima, começa em a gente repensar quais são as escolhas que a gente faz para os diversos setores econômicos, quais são as escolhas de desenvolvimento que nós temos. Para tanto, a gente está elaborando um Plano Nacional de Mudança do Clima, revisando o Plano Nacional de Mudança do Clima, que, no componente de mitigação, terá sete planos setoriais, que vão olhar para a energia, a agricultura, a mudança do uso da terra... Enfim, são sete setores para os quais a gente vai olhar. O Governo, como um todo – porque não é um plano do ministério, é um plano do Governo Federal, como um todo –, olhará quais são as escolhas, quais são os caminhos que a gente vai percorrer para desenvolver o nosso país, mas com resiliência e contribuindo para essa questão de reduzir as emissões globais de gases de efeito estufa.

Numa outra parte desse processo de prevenção... Então, o nosso primeiro passo é mitigar, é contribuir para o esforço global de reduzir emissões. Um segundo passo é a gente se adaptar, porque a gente já está vendo esses impactos, e todas essas alterações climáticas já estão impactando as nossas vidas, as de todos nós. Para tanto, serão quinze planos setoriais de adaptação. Vejam já o simbolismo dos números: nós



temos sete planos de mitigação e nós temos quinze de adaptação, contemplando também todos os setores da economia, mas também diversos públicos que sofrem, de maneira diferenciada, os impactos da mudança climática, como povos e comunidades tradicionais, povos indígenas, pessoas negras, ambientes naturais, como oceanos e zonas costeiras, dentre outros. Então, temos também esses quinze planos setoriais de adaptação.

Estamos trabalhando também na elaboração de um projeto para apoiar 260 municípios, inicialmente, para construir os seus planos municipais de adaptação à mudança do clima. Essa estratégia é fundamental. O enfrentamento à mudança climática não é feito por um ente isolado, mas é uma coordenação interfederativa necessária para prevenir e salvar vidas.

E, por último, queria também deixar aqui claro que o MMA se junta a esse esforço de prevenção e preparação dos nossos municípios, da nossa sociedade, ao enfrentamento. O Presidente Lula e a Ministra Marina Silva têm trabalhado em conjunto, em diálogo com diversos ministérios e setores, na elaboração de um programa de enfrentamento a essa emergência, que é tão necessário para que possamos salvar vidas e minimizar todos esses impactos e essas perdas e danos.

Agradeço a todos. Muito obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Meus cumprimentos, Monique Sacardo Ferreira, Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Mudança do Clima do Ministério do Meio Ambiente. Meus cumprimentos, e leve um abraço desta Comissão à Ministra Marina Silva.

De imediato, concedo a palavra ao Sr. Nilton Pereira, Secretário Adjunto de Atenção Especializada à Saúde do Ministério da Saúde, representando aqui a nossa querida Ministra Nísia Trindade.

É fundamental o ministério estar presente aqui hoje, porque o *day after* é que é a grande preocupação, como será daqui para a frente, e o Ministério da Saúde está se preparando nesse sentido e já está colaborando.

A palavra é sua, Sr. Nilton Pereira Júnior.

**O SR. NILTON PEREIRA JÚNIOR** (Para exposição de convidado.) – Bom dia a todas e todos. Bom dia, Senador. Na pessoa de V. Exa., cumprimento a todos os Senadores, Senadoras, Ministros, colegas do Governo Federal, do Poder Executivo, membros do Senado, sociedade civil, especialmente os nossos companheiros e companheiras do Rio Grande do Sul, que vêm enfrentando há mais de um mês esta tragédia, a maior de todos os tempos no Brasil e no Rio Grande do Sul.

Em nome da Ministra Nísia e sob orientação do Presidente Lula, o Ministério da Saúde vem, desde o primeiro momento, no apoio aos desastres – não é só um tipo de desastre no que compete ao impacto à saúde das populações do estado. E imediatamente nós já acionamos toda a força de trabalho estruturada no Ministério da Saúde, sob comando da Ministra Nísia, no que compete à resposta imediata do ponto de vista da assistência e do ponto de vista da vigilância em saúde, as duas grandes frentes de ação em que o Ministério da Saúde vem atuando desde o final de abril, início de maio.

Rapidamente, colocando também, concordando com a fala da colega do Ministério do Meio Ambiente, nós temos tanto a fase de prevenção e preparação aos desastres, às emergências de saúde pública, no conceito que nós temos instituído desde 2011 pelo decreto da Presidenta Dilma. E, nesse momento, em 2011, o ministério, por meio do decreto presidencial, instituiu o conceito de Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional, que inclusive foi acionado durante a pandemia de covid. E, no final de 2011, foi criada também a Força Nacional do SUS, muito para dar respostas às várias tragédias que aconteciam naquele período, especialmente ao que ocorreu na região serrana do Rio de Janeiro, que impactou no óbito de mais de 800 pessoas.

E neste momento, o Ministério da Saúde, sob liderança do Ministro Padilha, criou a Força Nacional



do SUS, que, à semelhança da Força Nacional de Segurança, mobiliza trabalhadores e trabalhadoras do Sistema Único de Saúde de todo o Brasil, especialmente profissionais das redes de urgência e emergência, da atenção hospitalar, mas também da atenção primária, da saúde indígena. E esses profissionais mobilizados pelo Ministério da Saúde atuam, articulados sob liderança do Ministério da Saúde, em parceria com o estado, com o município afetado, de acordo com a necessidade.

E aí, nessa primeira parte da resposta, nós imediatamente, em menos de 12 horas, mobilizamos nossa equipe da Força Nacional de Saúde, que foi ao Rio Grande do Sul no primeiro dia do momento mais crítico, lá do final de abril, início de maio, e imediatamente identificou a necessidade de termos uma mobilização para além de trabalhadores e trabalhadoras: também de compormos a estrutura física, de ampliarmos a estrutura física de atendimento.

E é esse caso, esse é o nível máximo da resposta a uma emergência sanitária, quando atuamos não só com trabalhadores, insumos e equipamentos, mas quando levamos também os hospitais de campanha do Ministério da Saúde, que, desde o dia 5 de maio, foi montado, inicialmente em Canoas, depois em Porto Alegre, depois em São Leopoldo e anteontem em Novo Hamburgo. Temos, então, quatro estruturas hospitalares de urgência e emergência, que têm a capacidade, inclusive, de leitos de UTI. Nós temos dois leitos de retaguarda com complexidade semelhante a leitos de UTI instalados, então, em cada um desses quatro hospitais.

Neste momento, já fizemos mais de 6,3 mil atendimentos, Senador, desde o dia 5 de maio, nos quatro hospitais, nos mais de 20 abrigos, que os nossos profissionais do Sistema Único de Saúde, especialmente da Força Nacional, mas também da atenção primária e da saúde indígena, porque também há comunidades afetadas, temos profissionais nas comunidades indígenas do Rio Grande do Sul, trabalhando na assistência, no resgate, na transferência. Nós fizemos mais de 60 transferências aeromédicas, inclusive algumas mostradas no Jornal Nacional, no Fantástico e em outras mídias, mostrando o trabalho integrado da Força Nacional do SUS com equipes do Samu, do território, do estado e dos municípios, com as Forças Armadas e outros voluntários que estão lá.

Queria, antes de passar para o segundo passo... Então, essa é a nossa primeira forma de resposta, levando trabalhadores, especialistas em desastres, em emergência, em urgência e emergência, e levando estrutura. Só nesse nível de resposta, nós já mobilizamos mais de 300 voluntários do Brasil todo.

E aqui eu gostaria de fazer um cumprimento muito especial, inicialmente, aos trabalhadores e trabalhadoras do SUS do Estado do Rio Grande do Sul e de todos os municípios. O SUS e o Ministério da Saúde trabalham de forma sempre articulada e coordenada, com todas as suas ações sendo desenvolvidas sempre em parceria com a Secretaria Estadual de Saúde; a Secretária Arita é uma grande parceira. Nós estamos em contato diário com a Secretaria e com toda a sua equipe e estamos em contato diário com os representantes dos secretários municipais de saúde do Rio Grande do Sul.

No SUS, nós temos a organização tripartite, em que nós conseguimos ter representação dos municípios em diálogo permanente. A Ministra, quando instituiu o comando de operações de emergência no âmbito do Sistema Único de Saúde, uma das primeiras ações que a Ministra Nísia tomou no dia 2 de maio, instituiu esse comando nacional com o seu braço local. Nós temos reuniões diárias com o estado e com os representantes dos municípios para que a gente possa entender qual é a demanda naquele momento.

A primeira demanda foi de resposta, e continua. Nós estamos ampliando o número de atendimentos em abrigos. O primeiro tipo de resposta foi relacionado à transferência, ao caso de urgência/emergência da pessoa que teve um trauma, da pessoa que teve um caso agudo de infarto, de AVC, o que também, infelizmente, é recorrente nos últimos dias por conta da perda de medicações e por conta de toda a instabilidade emocional que grande parte das pessoas com doenças crônicas vem sofrendo. O número de infartos, de derrames, que é o AVC, e de transtornos mentais graves vêm crescentemente sendo identificados



tanto nas unidades de atenção à saúde do território quanto nas unidades móveis e nas unidades temporárias que nós instalamos. Então, esse é o primeiro atendimento dos casos agudos.

Neste momento, estamos enfrentando tanto os casos agudos quanto os casos de doenças infectocontagiosas que podem aparecer na sua forma aguda, mas o mais preocupante para nós são as manifestações crônicas e permanentes das doenças infectocontagiosas. Neste momento, nós já temos quatro casos de óbitos por leptospirose, a doença mais lembrada neste momento por conta da transmissão hídrica dessa bactéria, principalmente em água contaminada, nós temos outros quatro casos em investigação...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. NILTON PEREIRA JÚNIOR** – ... e temos mais de 50 casos confirmados, para um conjunto de mil e tantos casos notificados e em investigação.

Mas eu lembro aqui a importância de nós sempre nos preocuparmos com outras doenças infectocontagiosas que podem aparecer, como as doenças diarreicas, as hepatites, mas o mais grave neste momento no atendimento à população, inclusive porque o frio chegou e tende a ser um inverno bem rigoroso pelas projeções, são as síndromes respiratórias.

No ano passado, o Rio Grande do Sul sofreu com as síndromes respiratórias, principalmente em crianças. O Ministério da Saúde colocou mais de R\$50 milhões, no ano passado, para abrir leitos de UTI pediátrica. Este ano, a Secretaria estadual já solicitou e nós já estamos encaminhando mais recursos para a abertura emergencial de mais leitos de UTI pediátricas por conta da síndrome...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. NILTON PEREIRA JÚNIOR** – ... respiratória, mas também por outras doenças.

E, concluindo, rapidamente, nós já passamos... A Ministra Nísia foi lá semana passada e voltará lá amanhã, ficando lá alguns dias, porque a presença da Ministra Nísia é fundamental na articulação da gestão tripartite do SUS.

O Ministério da Saúde já disponibilizou mais de R\$1,7 bilhão, tanto em emendas parlamentares quanto em apoio emergencial, já antecipando recurso, e mais recentemente a Ministra antecipou a aprovação de 33 novas unidades básicas de saúde, que já haviam sido contempladas no PAC; porém, nós antecipamos a análise, para o Rio Grande do Sul, de todas as propostas do PAC e já liberamos mais de R\$200 milhões em propostas PAC para reconstrução e ampliação de Unidades Básicas de Saúde.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. NILTON PEREIRA JÚNIOR** – Por fim, Senador, nós já encaminhamos... Aí concluindo aqui a nossa intervenção imediata, nós mandamos insumos e medicamentos. Queria reforçar aqui o que a Ministra vem colocando sempre: não houve e não há falta de nenhuma vacina contra nenhuma das doenças que nós temos, principalmente as mais importantes agora para esse tipo de tragédia, mas nós já liberamos mais de 1,2 milhão doses das novas vacinas. Não tivemos ainda nenhum relato, do estado e dos municípios, de falta, mesmo com a perda de vacinas, que foi importante. Mais de 50 Unidades Básicas de Saúde tiveram perdas de vacinas, por conta das enchentes, mas ninguém teve falta de vacinas.

Nós já flexibilizamos o programa – isso é importante para a população brasileira. O Farmácia Popular flexibilizou a exigência das...

*(Interrupção do som.)*

*(Soa a campanha.)*

**O SR. NILTON PEREIRA JÚNIOR** – ... por conta da perda de várias medicações e receitas



que as pessoas tiveram.

Concluindo, nós já entregamos, então, a pedido da Ministra Nísia, mais de 135 *kits* de emergência, que são 150 itens que atendem à população para a demanda emergencial. E agora nós já estamos organizando a segunda fase, que é da reconstrução e do restabelecimento da Rede de Atenção à Saúde. Os municípios estão solicitando construções, reformas e equipamentos, já tivemos mais de 720 pedidos de 230 municípios, o que totaliza R\$317 milhões.

A Ministra Nísia determinou e estamos na Sala de Situação diária, sob o comando do Ministro Rui, e todas essas propostas estão sendo analisadas...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. NILTON PEREIRA JÚNIOR** – ... rapidamente e já estamos liberando alguns recursos, porque o nosso objetivo é que o SUS se restabeleça na sua complexidade e, mais do que isso, que amplie acesso, amplie qualidade e amplie segurança na assistência à saúde de toda população do Rio Grande do Sul.

Muito obrigado e desculpe passar do tempo. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Nilton Pereira Júnior, Secretário Adjunto do Ministério da Saúde, que aqui fez um minibalço muito preciso, em nome da Ministra Nísia Trindade.

Vamos em frente.

De imediato, passo a palavra ao Sr. Valder Ribeiro de Moura, Secretário-Executivo do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, que fala em nome do Ministro Waldez Góes.

**O SR. VALDER RIBEIRO DE MOURA** (Para exposição de convidado.) – Bom dia a todos. Quero cumprimentar o Presidente da Comissão, Senador Paulo Paim, e agradecer o convite para estar nesta sessão de hoje. Cumprimento também a Senadora Leila Barros e na sua pessoa, Senadora, cumprimentar todos os Senadores e as Senadoras presentes, e todos os colegas dos ministérios aqui presentes; cumprimentar o Ministro Jader Filho, os que estão presentes no Plenário e os que estão acompanhando de forma virtual.

Eu queria falar um pouquinho da atuação da defesa civil. Hoje nós estamos completando um mês: no dia 27 de abril, houve a primeira enchente lá no Vale do Rio Pardo e, no dia 29 de abril, o primeiro alarme do Inmet. Então, com um mês de atuação da defesa civil nessa tragédia, nós já estamos chegando, em termos de assistência humanitária, restabelecimento e reconstrução, que são os três pilares de atuação da Defesa Civil nacional, aos... Já foram aprovados planos de trabalho superiores a todo o ano de 2023, no Rio Grande do Sul, nos eventos climáticos dos ciclones e da estiagem. Seguramente, em aproximadamente uma semana, ou seja, 40 dias do evento, nós já estaremos aprovando mais do que todo o recurso aprovado no ano de 2023 para o Rio Grande do Sul. Esse é um trabalho que a gente quer agradecer aqui.

Esqueci-me de informar só da ausência do Ministro Waldez Góes. Eu acho que todos têm acompanhado a dedicação do Ministro Waldez Góes e do Secretário Wolnei na atuação e no debate. Os dois estão praticamente o mês inteiro no Rio Grande do Sul. Ministro Waldez Góes tem vindo a Brasília para se reunir com a sua equipe e com os demais secretários no sábado e domingo, que é o único momento que ele tem para tratar das questões do Ministério da Integração. E tem colocado todo o ministério à disposição do Estado do Rio Grande do Sul, numa articulação com o Governo do Rio Grande do Sul, com os municípios, mas também com entidades de apoio, com outros Governos estaduais. Então, justifico aqui a ausência do Ministro Waldez Góes nesta sessão.

Bom, continuando, só para destacar que, então, nós estamos muito, numa articulação com o Ministério da Gestão e Inovação e com o MMA, contando com a colaboração de servidores para que esses planos de trabalho possam avançar e nós não tenhamos pendências na aprovação desses planos de trabalho.



Muitos desses planos, cabe destacar, são devolvidos aos entes municipais estaduais para ajuste.

Queria destacar também aqui, atualizando os dados, que nós já tivemos 80 mil desabrigados, e hoje estamos com 55 mil desabrigados no Rio Grande do Sul – dados atualizados no domingo. Desalojados: temos 581 mil desalojados, já tivemos quase 700 mil desalojados.

Quero destacar aqui o trabalho de articulação com quase mais de 20 ministérios e órgãos envolvendo a questão de doações. Já são mais de 20 mil toneladas de doações ao Rio Grande do Sul só pelo Governo Federal, controle do Governo Federal.

Quanto à articulação com o pessoal, nós temos trabalhado também, assim como o Senado Federal, com a Ligabom, conversando lá com o Coronel Washington, com o Coronel Carlos, para auxiliá-los, principalmente na questão da triagem – nós precisamos chegar com a triagem dessas doações já feita ao Rio Grande do Sul. Essa última milha de doação é um problema que nós temos, porque as doações precisam chegar já numa ordem de prioridade. Hoje, só para citar como exemplo, nossa prioridade lá não é mais a água potável; já é a higiene, já é a questão de alimentação.

E quero também destacar a articulação que nós temos com todo o país relacionada aos equipamentos. Hoje mesmo, em Petrolina, nós temos seis bombas da Codevasf que têm a capacidade de retirar 1m<sup>3</sup> de água por segundo. Essa é a grande demanda que nós temos hoje, em Porto Alegre principalmente, mas também em Canoas, que são essas bombas que nós temos, da companhia de saneamento do Estado do Ceará, da Codevasf e da Petrobras. Então, é necessário esse trabalho agora, que é o trabalho do restabelecimento.

Nós chegamos agora, após um mês de trabalho da Defesa Civil nacional, ao trabalho de restabelecimento. Isso é inédito. A gente sempre trabalha muito pouco tempo com ajuda humanitária, e, logo em seguida, já começa o trabalho de restabelecimento, que é a questão da limpeza, da volta, do restabelecimento das pontes, dos bueiros, dos canais. Então, somente agora a gente está começando a aprovar os planos de trabalho de restabelecimento pela Defesa Civil, e esse será um trabalho imenso, juntamente com o trabalho da reconstrução.

É importante destacar que todos esses dados que eu venho falando aqui – e aí eu quero pegar o gancho da apresentação do Ministro Nardes – são ações de resposta, ou seja, aquele vermelho que foi destacado no primeiro eslaide do Ministro Nardes, ou seja, nós temos que trabalhar a questão do risco, da avaliação do risco, fazer uma comparação em relação ao planejamento estratégico dos entes municipais em relação a essa matriz de risco. Onde nós precisamos vincular esse trabalho? Isso é importante.

E aí eu quero destacar um trabalho que vem sendo feito pela Defesa Civil, numa parceria com a PUC e mais quatro universidades, que é o Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil. Esse Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil se iniciou em fevereiro de 2023. São nove produtos, numa participação de mais de 2,2 mil profissionais ligados ao tema, que tratam de basicamente cinco produtos, que são a prevenção, muito bem tratada aqui pelo Ministro Jader Filho, pelo Ministro Augusto Nardes; a mitigação, colocada aqui pela Chefe de Gabinete do Ministério do Meio Ambiente; mas também temos que pensar na preparação, na resposta e na recuperação.

Esse plano provavelmente será lançado agora, no final de junho, depois de mais de um ano e meio de discussão, de trabalhos apresentados, com oficinas. Destaco muito a importância do lançamento desse plano, que eu acho que é um projeto, um plano que trata muito da questão da identificação, da análise do tratamento de riscos nesse trabalho que o Ministro Augusto Nardes tem gerenciado com muita habilidade.

Também temos agora, já começamos os testes do Cell Broadcast, que é uma ferramenta que nós temos em países desenvolvidos. Implementamos agora o teste em dez municípios. É uma ferramenta de alerta para a população, de como proceder quando ocorre esse tipo de desastre.

No próximo mês, deveremos apresentar o resultado dos testes e o lançamento desse projeto pela



Defesa Civil nacional e o Ministério da Integração.

Hoje, nós já estamos com as medidas provisórias aprovadas, com mais de R\$2 bilhões investidos no Ministério da Integração, para as mais variadas formas de atendimento, desde o auxílio-reconstrução, uma parceria também com relação ao restabelecimento – 560 milhões de restabelecimento, mais 219 milhões para reconstrução –, a parceria com os Correios, para que haja essa doação, para que chegue realmente nos abrigos, nas escolas, nos postos de saúde.

Eu acho que, em linhas gerais, era isso, pelo tempo que tenho para trazer aqui, mas fico à disposição para qualquer informação, qualquer esclarecimento, dado necessário que a Defesa Civil nacional ou o Ministério da Integração possa prestar.

Muito obrigado e fica aqui o meu sentimento e a minha solidariedade ao povo do Rio Grande do Sul. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito obrigado, Sr. Valder Ribeiro de Moura, Secretário-Executivo do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional.

Quero dizer, Valder, que o Ministro Waldez Góes viajou conosco de lá para cá e ficou bem ao meu lado, me deu uma verdadeira aula da experiência que ele tem nessa área. Leve o meu abraço respeitoso a ele.

Passo a palavra de imediato ao Sr. Bruno Renato Teixeira, Secretário Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, Ministro Silvio Luiz de Almeida. Seja bem-vindo.

O Ministro esteve no Rio Grande do Sul também e foi muito bem recebido lá.

A palavra é sua.

**O SR. BRUNO RENATO TEIXEIRA** (Para exposição de convidado.) – Bom, em primeiro lugar, gostaria de cumprimentar o Senador Paulo Paim, que preside esta Comissão Temporária em razão das graves chuvas e do estado de calamidade que atinge o Estado de Rio Grande do Sul; o Sr. Relator também, o eminente Senador Hamilton Mourão; a Senadora Leila, Presidente da Comissão de Meio Ambiente.

Trago aqui nosso agradecimento, em nome do Ministro Silvio Almeida, por poder participar desta audiência e estendo a nossa mais profunda solidariedade ao povo gaúcho e ao Estado do Rio Grande do Sul.

Nós do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania estamos trabalhando desde as primeiras horas dessa grave crise climática. Dentro do escopo de nossas competências, imediatamente iniciamos a adoção do nosso protocolo para atendimento das pessoas em situação de catástrofes naturais. Esse protocolo, Senadoras, Senadores e demais participantes, visa garantir de maneira imediata a articulação dos agentes públicos, seja das prefeituras, seja do Governo do estado e do sistema de justiça, na adoção de procedimentos que visam garantir o atendimento às pessoas em situação de maior vulnerabilidade, em especial crianças e adolescentes, idosos, gestantes, pessoas com deficiência, pessoas que estão em privação de liberdade, a população LGBTQIA+, a população em situação de rua.

Dentro desse contexto de grave crise climática e os efeitos imediatos que os alagamentos causam na vida das pessoas, há necessidade de se garantir que os abrigos possam ser espaços que garantam aos mais vulneráveis um mínimo de dignidade e de segurança, sobretudo; e observar, nesse contexto, comunidades e povos indígenas, comunidades e quilombolas, povos ciganos e ribeirinhos, assim como o conjunto da população que hoje vive em situação de rua, que estão sobretudo expostos a esse contexto de maior vulnerabilidade e exposição em decorrência desses episódios.

Dentro desse protocolo das medidas emergenciais em torno da proteção dos direitos humanos, é



necessário se implementarem ações de promoção da documentação civil. Em um estado de urgência, as pessoas são resgatadas ou evacuadas de suas residências, na maioria das vezes, apenas com a roupa do corpo, deixando para trás o conjunto de documentação necessária para que as pessoas voltem a acessar serviços e, sobretudo, as políticas públicas reparatórias.

Em outro sentido e na mesma urgência, há de se observar o contexto da segurança alimentar, que deve ser preservada nesse contexto de calamidade, e garantir que a alimentação possa chegar em quantidade e qualidade a todos que estão abrigados ou desalojados, mobilizar o sistema de garantia de direitos de crianças e adolescentes, para que as medidas preventivas sejam adotadas na prevenção ao abuso sexual, à exploração e à violência. Portanto, é fundamental que as ações de proteção das crianças e dos adolescentes sejam garantidas visando a sua integridade física e psicológica.

Nesse sentido, Senadores e Senadores, o ministério faz essa articulação com o conjunto dos conselheiros tutelares de todos os municípios atingidos, com a efetiva participação do Ministério Público nesse trabalho não só de monitoramento da condição dessas crianças e adolescentes, mas, sobretudo, com medidas preventivas que possam garantir a integridade das crianças e dos adolescentes que, nesse contexto, ficam ainda mais vulnerabilizados.

Nós estamos atuando, no Estado do Rio Grande do Sul, com um conjunto de servidores atuando dentro dos abrigos, levando as principais demandas das pessoas com deficiência e prioridade nas entregas das tecnologias assistidas, como cadeiras de roda, cadeiras de banho, muletas, próteses, aparelhos auditivos, e as equipes têm feito esse levantamento para poder prover, em conjunto com estados e municípios, a entrega, em caráter emergencial, desses insumos de primeira necessidade tanto dos idosos quanto das pessoas com deficiência, que também estão no escopo da atuação do nosso ministério, sempre articulado com as demais pastas do Governo, seja o Ministério do Desenvolvimento Social, seja o Ministério da Saúde e a própria Defesa Civil Nacional.

Essa articulação tem sido necessária e urgente na garantia dos direitos das pessoas que estão nessa condição, visando à segurança alimentar de todas as pessoas atingidas nos acolhimentos e observando as demandas por alimentação, os encaminhamentos junto ao comando de operações.

As demandas que são acolhidas pelos profissionais, pelos servidores nos abrigos são imediatamente destinadas a esse comando de operação, que é o responsável por prover também a logística para que essa alimentação chegue, de forma adequada, às pessoas que estão nesse contexto.

Então, nós temos, lá no Rio Grande do Sul, um servidor que coordena as ações do Ministério dos Direitos Humanos e as demandas que chegam dos servidores que estão em campo, aquelas que são mais urgentes, os insumos que são mais urgentes para prover a entrega por meio da logística do Ministério da Defesa. Então, fizemos um levantamento do conjunto de cozinhas solidárias de iniciativa da sociedade civil e dos movimentos sociais, para viabilizar, em conjunto com a Secretaria-Geral da Presidência da República, o Conab e o Ministério de Minas e Energia, para prover o gás de cozinha para a produção dos alimentos, uma vez que o gás de cozinha vem sendo o insumo que mais impacta no custo da produção dos alimentos.

Então, há uma articulação promovida, no âmbito do Ministério de Minas e Energia com o Sindicato Patronal, para que se possa prover, pelo menos nos próximos três meses, mais de 40 mil botijões de gás para essas cozinhas solidárias, que estão sendo essenciais para a garantia da segurança alimentar das pessoas que estão nessa condição de abrigamento e estão em uma situação de maior vulnerabilidade.

Então, essas são as ações que o Ministério dos Direitos Humanos tem realizado no território, a partir do Centro de Comando e Controle.

Por fim, Senadores, nós queremos aqui exaltar o trabalho do conjunto de voluntariados. Eles têm sido fundamentais para a garantia e segurança das pessoas em condição de abrigo, e esse diálogo dos



servidores com o conjunto de voluntariado tem viabilizado que a gente consiga levar a qualidade, sobretudo a formação desses voluntários, para o olhar específico às pessoas em situação de maior vulnerabilidade, que, nesse contexto dos abrigos, são colocadas todas de forma imediata, em razão da emergência, nós entendemos, num único espaço.

E nós, enquanto Ministério dos Direitos Humanos, temos levado as diretrizes que são necessárias para esse olhar dos grupos mais vulneráveis nessa condição de abrigamento: aos idosos, como deve ser o cuidado aos idosos, como deve ser observada a questão e as demandas das pessoas com deficiência, quais são os critérios que devem ser observados para as mães solas, para crianças e adolescentes eventualmente desacompanhados.

Então, todo esse conjunto de observantes a gente também tem levado como diretriz para dialogar com o voluntariado e com os agentes municipais sobretudo, para que a gente possa garantir um mínimo de dignidade, garantir direitos nesses espaços precários e que devem ser provisórios.

Então, pensar a retomada da dignidade e da cidadania dessas pessoas passa necessariamente também por pensar em olhar a partir da garantia dos seus direitos humanos.

Muito obrigado, Senador. Estamos à disposição. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Secretário Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos Renato Teixeira, que representou o Ministro Silvio Luiz de Almeida.

Parabéns pelas iniciativas em defesa do nosso povo na ótica dos direitos humanos.

O Ministro Jader vai ter que se retirar devido a outros compromissos.

Queria aqui dar uma salva de palmas a ele... (*Palmas.*) ... que veio prestigiar todos nós aqui, e a outros Ministros que não puderam porque estão operando, mas mandaram – todos mandaram – representante.

Eu quero chamar agora o Dr. Dario Durigan, Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda, representando o Ministro Fernando Haddad, que, junto com o Presidente Lula, tem feito todo o esforço possível e inimaginável para atender ao povo do Rio Grande.

A palavra é sua, Ministro Dario.

**O SR. DARIO DURIGAN** (Para exposição de convidado.) – Bom dia a todas, bom dia a todos.

Cumprimento o Senador Paim, o Senador Mourão, a Senadora Leila. Na pessoa dos três, cumprimento os demais Senadores aqui presentes.

Cumprimento aqui o Ministro Jader, em nome dos demais membros e colegas do Executivo representantes do Estado do Rio Grande do Sul, e aproveito já para desejar toda a recuperação, toda a nossa solidariedade ao estado. O que for possível, o que estiver ao nosso alcance a gente vai fazer para a reconstrução do nosso querido Estado do Rio Grande do Sul.

Senador Paim, eu trago, em três grandes eixos, essa fala em nome do Ministro Fernando Haddad.

O primeiro eixo é o eixo das respostas imediatas, que já foi tocado por vários dos meus colegas aqui do Executivo. O segundo é o plano de recuperação financeira – talvez eu acrescentar alguns itens que foram anunciados nesses dias, nas semanas anteriores, mas aproveito para dar um panorama abarcante, consistente com tudo que já foi anunciado, para que a gente tenha isso de maneira bem sistematizada. E, numa terceira fase, o futuro: o que a gente faz? Uma vez que a gente deu as respostas mais imediatas, que eram devidas, organizou-se o plano de reestruturação junto com o Estado do Rio Grande do Sul. E então? O que faremos adiante, também dialogando com outras falas anteriores que foram feitas?

Em primeiro lugar, é importante dizer que, quando a gente vê um desastre dessa proporção, que afeta a vida das pessoas, afeta a vida dos gaúchos e das gaúchas, é importante aprender com o que a gente



já viu no passado e ter um compromisso aqui com a vida das pessoas. Por isso, acho que foi muito correto, muito acertado o Presidente Lula, no domingo, dia 5 de maio, fazer uma visita ao estado e um sobrevoo às áreas afetadas, com o Presidente Rodrigo Pacheco, com o Presidente Arthur Lira – o Ministro Fernando Haddad estava junto; o Ministro Edson Fachin, do Supremo, estava junto; o Ministro Bruno Dantas, do TCU, também estava junto, além de outros.

Eu acho que isso serviu para que houvesse uma sensibilização conjunta dos líderes da nação, e, ao mesmo tempo, a gente fizesse algo que foi muito acertado e que a gente viu sendo operacionalizado nessas últimas três ou quatro semanas, que é ter uma coordenação de ação.

Nesses casos, como a gente está vendo no Rio Grande do Sul, seria indesejável que a gente tivesse 15, 16 programas lançados seja pelos municípios, seja pelo Estado, pelo Governo Federal, pela Câmara, pelo Senado, buscando o que poderia ser visto como protagonismo na resposta, quando, na verdade, a gente tem que olhar para o que é mais efetivo para aquela população que está desabrigada, para aquele município que está com uma necessidade importante de resposta e para o Estado do Rio Grande do Sul.

Então me parece que nessas três frentes, tanto na resposta imediata, quanto no plano de reestruturação financeira que eu apresento em grandes linhas, quanto no futuro, é preciso ter em conta isto. Primeiro, uma sensibilidade com a vida das pessoas. A gente precisa ter... Em eventos como esse, a gente não pode fazer chacota. A gente tem que ter compromisso na resposta, seriedade na resposta.

O segundo elemento: a cooperação federativa aqui é maior. A Federação brasileira não deve ser vista como competição, mas sim como cooperação entre entes, em que cada um tem uma força, cada um tem um orçamento, cada um tem uma competência constitucional, e é preciso harmonizar essas atuações em benefício – sempre em benefício – da população brasileira.

Então, as medidas mais imediatas de resposta ao que aconteceu no Rio Grande do Sul foram dadas, mas aqui eu vou fazer alguns destaques, e não me compete passá-los exaustivamente.

A Defesa Civil, que, como o SUS, trazido pelo colega do Ministério da Saúde, tem uma competência tripartite: você tem a Defesa Civil nacional, a estadual e a municipal, que atuam em coordenação.

As Forças Armadas e o Ministério da Defesa, Senador Mourão, foram responsáveis pelo resgate de mais de 70 mil pessoas na área afetada e pelo resgate de mais de 10 mil animais. Elas têm mobilizado, junto com a Receita Federal... Eu tenho acompanhado, como Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda, junto com o Secretário da Receita Federal, meu amigo Robinson Barreirinhas, e a Receita Federal tem mobilizado, junto com as Forças Armadas, todas as doações que chegam, via de regra em Guarulhos, para que elas se desloquem até as áreas necessitadas no Rio Grande do Sul.

Esse fim de semana, eu estava em São Paulo, com o Secretário Barreirinhas, e saíram vários aviões das Forças, com mais de 700 toneladas, em um fim de semana, de São Paulo para o Rio Grande do Sul.

O estoque de doação que a gente tem em São Paulo – isso do Estado de São Paulo, da Prefeitura de São Paulo, de outros países, de outros estados –, o nosso armazém em Guarulhos está totalmente tomado. Dada essa vazão de centenas de toneladas diárias – seja por avião, agora começando por terra –, não está simples escoar de Guarulhos para o Rio Grande do Sul todas as doações que têm chegado, o que é prova de que este país pode dar certo, de que o Brasil tem um lugar no mundo, e a gente está recebendo muito apoio.

Ainda de imediato, o Ministério da Saúde também, como foi dito aqui, já tem quatro hospitais de campanha mobilizados para o estado.

O Ministério dos Transportes desbloqueou inúmeras rodovias: eram 61 rodovias bloqueadas, e hoje a gente já tem 44 totalmente desbloqueadas – segundo os dados que me foram passados pelo Ministério dos Transportes –, oito parcialmente, e só algumas poucas ainda com problema de bloqueio.

O Presidente Lula, como eu disse, foi dia 5 de maio – na sua segunda viagem, então – com os demais



Presidentes dos Poderes.

No dia 6 de maio, a gente se reuniu cedo no Governo, para apresentar qual seria o plano, especialmente financeiro, que compete ao Ministério da Fazenda, para dar essa resposta, e a primeira alternativa, a primeira sugestão que foi levada ao Presidente da República foi a decretação de calamidade, inclusive com repercussão fiscal e muito bem delimitada, conforme eu próprio solicitei ao Presidente Lula, que foi apresentada na tarde da segunda feira, dia 6 de maio, para o Presidente da Câmara e para o Presidente do Senado.

Na própria segunda-feira, esse texto foi aprovado na Câmara; na terça-feira, dia 7 de maio, o texto foi aprovado no Senado, prova dessa coordenação, que, para dar resposta à catástrofe, é fundamental, e eu volto a repisar esse ponto.

Isso, no dia 7 de maio.

No dia 8 de maio, a gente se reuniu, com a minha coordenação, no Ministério da Fazenda, com toda a equipe econômica, para desenhar qual seria o primeiro passo da resposta financeira ao Rio Grande do Sul. Em um dia, a gente fechou todo o pacote.

No dia 9 de maio, no Palácio do Planalto, estava o Presidente Lira participando de um evento com o Presidente Lula, e o Ministro Fernando Haddad apresentou o primeiro pacote de crédito para o Estado do Rio Grande do Sul.

Esse pacote envolve um atendimento, de imediato, para os trabalhadores. Então, teve antecipação de FGTS; quem tinha seguro-desemprego também teve antecipação do seguro-desemprego; para beneficiários do trabalho de programa social, Bolsa Família foi antecipado; para o agricultor rural, de pequeno e médio porte, foi anunciada uma linha especial no Pronaf e no Pronamp, para que, junto com *fundings*, junto com recurso que vá para o banco, também vá uma garantia que faça com que o risco diminua para o banco que vai emprestar e para que a gente atinja a finalidade, que é fazer com que o crédito chegue na ponta.

O tomador, o agricultor já pode fazer, isso está operativo, inclusive com as cooperativas de crédito do Rio Grande do Sul, que é uma demanda importante que nos tem chegado.

Para além do agricultor rural de pequeno e médio porte, para o empresário, o empreendedor, o MEI, também foi anunciada uma linha de crédito do MEI que olha a capacidade de cada uma das cidades e das localidades. Então, a cidade que está com calamidade decretada tem uma linha ainda mais benéfica para o pequeno empresário, em que se tem, por exemplo, praticamente um juro nominal de 4% ao ano, podendo chegar a 6%, fazendo com que juro real seja praticamente juro zero ao ano para o pequeno e para o médio empresário que toma crédito no Rio Grande do Sul.

Foram disponibilizados recursos – em torno de R\$200 milhões – para a estruturação de projetos, para que os municípios e os estados consigam ter capacidade de fazer projetos. O dinheiro chega, mas o dinheiro chegar é só uma das etapas. O que fazer com esse dinheiro? Qual projeto? Como a gente vai passar pela burocracia, que a gente tem feito vencer, que a gente tem feito diminuir? Como fazer com que esse dinheiro chegue e seja bem aplicado?

Isso na quinta-feira, 9 de maio.

Na segunda-feira, 13 de maio – portanto, três ou quatro dias depois –, junto com o Governador Eduardo Leite, o Presidente Lula e o Ministro Haddad anunciaram um programa de recuperação da dívida do Estado do Rio Grande do Sul, que serve para o Rio Grande do Sul, de imediato – já foi aprovado por este Congresso Nacional –, e que serve já de modelo para outros estados – tomara que não – que venham a passar por outras situações de calamidade, como passou o Rio Grande do Sul. Então, isso na semana do 13 de maio.

No 15 de maio, o Presidente Lula foi ao Rio Grande do Sul e anunciou o vale reconstrução – R\$5,1 mil para as famílias desabrigadas –, que vai ser pago pela Caixa Econômica Federal, com o mínimo de



burocracia possível. A gente tem que ter algum controle, para que a gente possa prestar contas agora e nos anos à frente. Os municípios vão passar as listas das áreas afetadas; a Caixa Econômica pega o nome do interessado, valida, recebe um pedido e, prontamente, sem maiores burocracias, faz o pagamento para o interessado.

(*Soa a campanha.*)

**O SR. DARIO DURIGAN** – A gente ainda tem duas etapas nesse plano de reconstrução financeira.

Para os municípios em calamidade, foi paga, na sexta-feira, uma parcela adicional equivalente a um fundo de participação dos municípios – prontamente atendido aí, na marcha dos prefeitos. Na semana passada, houve esse pedido também dos prefeitos, e isso foi pago na última sexta-feira.

E esta semana o Vice-Presidente Alckmin irá ao Rio Grande do Sul e fará um anúncio para aquelas empresas, para aqueles industriais, para aqueles agricultores que são de maior porte. Então, vejam: a gente correu e apresentou e estruturou, mexeu nos sistemas, disponibilizou recursos para os bancos para atender aos pequenos, aos médios, seja no âmbito rural, seja no âmbito do comércio e da indústria. Esta semana a gente vai dar um outro passo, que é para os maiores. Então, uma grande mobilização de recursos, também vencendo as etapas burocráticas, para que o Presidente Alckmin anuncie, no Rio Grande do Sul, essa nova linha de crédito.

Para concluir, eu me permito falar um pouco do futuro.

Vejam, eu falei das respostas imediatas. As Forças Armadas tiveram um papel fundamental; a defesa civil teve um papel fundamental; o Ministério da Saúde, o Ministério dos Transportes, o Ministério do Trabalho e Emprego. Organizamos uma resposta, nos curto e médio prazos, do ponto de vista financeiro. Essa resposta, nos curto e médio prazos, tem uma inteligência financeira, porque ela não mobiliza recursos da União num montante além do que o necessário, conforme a gente diagnostica neste momento, mas ela otimiza esse recurso.

Então, vejam, a União, hoje, mobiliza algo como R\$12 bilhões para ajuda ao Rio Grande do Sul, mas, na frente do crédito, essa mobilização de *fundings*, que é recurso para os bancos investirem em garantia, faz com que não se exija daquele pequeno empreendedor grandes estoques.

(*Soa a campanha.*)

**O SR. DARIO DURIGAN** – Afinal de contas, ele perdeu o estoque dele, encheu a loja de água. Então, a própria União está garantindo esse empréstimo, o que faz com que o crédito caia.

Então, vejam, com alguma mobilização de recursos federais, a gente vai ter algo como R\$50 bilhões de crédito disponível para os pequenos e médios, seja do rural, seja do meio urbano, da indústria, do comércio e dos serviços.

E a gente precisa pensar em como seguir fazendo isto: ter responsabilidade com o Orçamento da União, mas sem deixar de atender ao Estado do Rio Grande do Sul e aos outros estados que passarem por essa situação. E a melhor forma de olhar para isso no longo prazo, Senadora Leila – a gente tem tratado isso com a senhora, a senhora tem nos ensinado muito –, é olhar para o Brasil a partir de um novo plano de desenvolvimento. O Brasil precisa ter um novo olhar para um crescimento sustentável.

(*Soa a campanha.*)

**O SR. DARIO DURIGAN** – Para o Plano de Transformação Ecológica que a gente tem desenvolvido, o Ministro Haddad tem falado disso muito antes dos desastres, a gente precisa olhar. O



mundo mudou, a gente precisa olhar para o mundo com outro cuidado e com uma outra visão estratégica.

As nossas finanças hoje têm que ter um olhar especial para a sustentabilidade, por isso a gente discute mercado de carbono. Mercado de carbono é pegar a externalidade, que nunca entrou na conta... A poluição que vai para o rio, a poluição que vai para o ar, isso nunca fez preço, isso precisa entrar na conta, isso faz parte do negócio. Isso não é olhar para o Brasil, isso é olhar para as melhores práticas do mundo. Então internalizar essas externalidades que nunca foram consideradas é um passo importante.

Trabalhar com outras diretrizes de finanças públicas faz com que a gente vá do ponto de vista da normalidade institucional, da execução do Plano Safra, da execução do orçamento público, internalizando as preocupações e gerando os efeitos de prevenção.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. DARIO DURIGAN** – Tem uma série de outras frentes, eu não tomo aqui todo o tempo.

A transformação energética, que para a gente do Brasil é só um capítulo da transformação ecológica... Se para o mundo... O mundo todo está focado em transformar o petróleo em alguma outra coisa, seja o veículo elétrico, seja o nuclear. O Brasil tem, para vocês considerarem, a gente tem no Brasil como responsável por emissão de gás do efeito estufa... O que vem das cidades, o que vem das indústrias é muito pouco comparado com o que tem de desmatamento nas nossas florestas. Então, olhar de maneira integrada, com a peculiaridade que o Brasil traz, faz com que a gente olhe para um futuro de maneira diferente.

Para concluir, tem um eixo no Plano de Transformação Ecológica que é a nova defesa civil, porque a gente sabe que a defesa civil estruturada, muito bem estruturada, mas com o olhar das décadas passadas, não vai ter condições de fazer frente aos desastres que as mudanças climáticas têm nos impelido.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. DARIO DURIGAN** – Então é preciso olhar tanto para a nossa discussão no G20, de tributação dos mais ricos, para poder financiar, do ponto de vista global, a resposta às mudanças climáticas, à fome, aos desalojados climáticos, é preciso olhar para o Brasil, a gente está vivendo essa realidade. É preciso olhar de frente para o problema e dar as respostas que estão nas nossas mãos. Então, dentro do nosso programa mais estratégico de transformação ecológica, que é um programa de desenvolvimento econômico para isso, tem uma frente que vai lidar com prevenção, que vai lidar com resposta, à altura do que a nova realidade nos demanda.

Mais uma vez, em nome do Ministro Haddad, eu agradeço. A gente tem muito ainda o que fazer na resposta ao Rio Grande do Sul.

Obrigado, Senador Paim. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Meus cumprimentos ao Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, que fez uma exposição aí mostrando toda a força que o Ministro Fernando Haddad e o Presidente Lula estão dando no campo econômico e social para o Rio Grande do Sul.

Neste momento – embora a gente vá continuar aqui, claro, tem ainda em torno de 12 inscritos –, nós vamos passar a palavra à Sra. Ilana Trombka, Diretora-Geral do Senado Federal, que vai falar sobre a Liga do Bem e as toneladas e toneladas de contribuição que o Senado tem dado para o Rio Grande do Sul. Ela esteve conosco na missão de quinta-feira, e só naquele dia chegaram três caminhões: dois em Porto Alegre e um em Canoas.

**A SRA. ILANA TROMBKA** (Para exposição de convidado.) – Boa tarde a todos, boa tarde a



todas.

Cumprimento a Mesa, o Senador Paim, o Senador Mourão, a Senadora Leila, e o Henrique, da representação do Rio Grande do Sul em Brasília.

Antes de entrar efetivamente na questão da Liga do Bem, eu gostaria de fazer duas observações: a primeira delas é que eu, antes de vir a este Plenário, estava dando uma palestra aos colegas do Congresso de Administração Pública, que ocorre nesses dias no IDP Norte, e, ao falar com eles, a futura Presidente da Ebap me perguntou o que eu diria àqueles alunos de Administração e Gestão Pública que lá estavam. Eu disse para eles do privilégio de ser servidor público. Acho que, num momento de uma tragédia, como a que acontece no Rio Grande do Sul, esse privilégio se maximiza, porque é o privilégio de saber que o seu trabalho vai ter uma efetiva ação dentro da recuperação de um estado, que precisa contar com o Senado Federal, a Câmara, o Governo Federal e todas as instituições. E, ao falar com eles, eu dizia exatamente deste privilégio do Senado Federal, eu falava dessa junção da atividade-fim do Senado Federal, que é a atividade legislativa, e da atividade-meio, que é a administração da Casa.

A administração do Senado Federal, liderada por mim nos últimos nove anos e meio, criou um grupo de trabalho voluntário chamado Liga do Bem. A Liga do Bem, que tem um trabalho bastante impactante com o melhor residual de imagem local para o Senado Federal, já tinha feito uma campanha quando do desastre de Petrópolis, levando 30 toneladas para aquela localidade.

Então, logo que ocorreram, nos primeiros dias de maio, as chuvas e as enchentes, nós mobilizamos uma reunião aqui – inclusive, o próprio representante do Rio Grande do Sul estava e dela participou – e tínhamos, como primeiro objetivo, em uma semana, conseguir 5 mil cobertores. Senhores, só de cobertores já foram mais de 25 mil. O primeiro envio foi feito via FAB, e depois conseguimos uma logística própria. Hoje, segunda-feira, à tarde, sairão mais 54 toneladas, totalizando, com o envio de hoje, 231 toneladas.

Mas não são apenas números de que eu falo, eu falo de uma organização que consegue atuar dentro da sua atividade-fim e consegue espaço para organizar um trabalho voluntário que é importante, sob o ponto de vista do envolvimento dessas mesmas pessoas com a causa, que é importante sobre o ponto de vista da colaboração que cada um de nós, brasileiros e brasileiras, temos que dar nesse momento em que o Rio Grande do Sul precisa.

Estávamos lá na quinta-feira – a Senadora Leila, o Senador Paim, o Senador Mourão, e outros Senadores, como o Senador Astronauta Marcos Pontes, o Senador Heinze, o Senador Ireneu e o Senador Kajuru –, estávamos todos lá quando fomos visitar um abrigo.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O Esperidião Amin, só para...

**A SRA. ILANA TROMBKA** – O Senador Amin.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Foi só o que faltou.

**A SRA. ILANA TROMBKA** – Estávamos todos lá quando fomos visitar um abrigo que está sendo feito no ginásio do Sindicato dos Metalúrgicos, e naquele momento chegava o caminhão da Liga do Bem a Canoas. Chegava, então, ao sindicato. E nós, antes, tínhamos feito uma passagem por dentro do abrigo, conversando com as famílias. Eu preciso confessar a vocês que o olhar de desesperança e cansaço daquelas pessoas era algo extremamente marcante.

E ali, conversando com eles, havia crianças, havia animais, cachorros, nós perguntamos então às crianças o que elas tinham feito naqueles 21 dias – naquele momento em que estavam no abrigo, e continuam lá, porque sabemos que a cidade de Canoas tem uma particularidade, especialmente no bairro de Matias Velho, onde se localizavam aquelas habitações –, e as crianças disseram: nada.

Foi aí que, junto com os Senadores, nós abrimos o caminhão, fizemos uma corrente humana. E



eu acho que foi uma imagem que encheu os olhos de muita gente, especialmente os corações, e chovia, e chovia bastante na quinta-feira, e nós começamos a tirar os brinquedos de lá.

Talvez só nós que vivemos isso na quinta-feira possamos ter a noção do que sentimos, mas aquelas crianças se abraçavam e pulavam, porque elas tinham comida, elas tinham vestimentas, elas tinham colchões, elas tinham cobertores, elas tinham até um restaurante do Sindicato dos Metalúrgicos, que dava a humanidade de se comer em pratos e sentados, o que nesse momento não é muito comum. Elas tinham, inclusive, água quente, não é, Senador Paim? Mas elas não tinham brinquedos. E elas eram crianças, dezenas de crianças que estavam há 21 dias sem ver um brinquedo.

E eu compreendo que aquela não era a necessidade mais premente, era necessário que eles estivessem abrigados da chuva, que eles tivessem uma condição mínima de alimentação, de higiene, mas, depois de 21 dias, aquilo tinha virado um utensílio de primeira necessidade, de poder prover para eles, com a humildade de quem está tão longe, aquela oportunidade de voltar a brincar. Isso fez com que todos nós que estávamos quinta-feira lá acreditássemos na potencialidade – na potencialidade do trabalho voluntário e na potencialidade do trabalho deste Senado Federal.

Então, eu deixo esse depoimento muito singelo para mostrar aqui uma iniciativa, que é uma iniciativa possível – não só do Senado, hoje está no Senado, mas de qualquer outro órgão – e que pode se revestir na esperança e na volta à normalidade, quando você deixa um brinquedo na mão de uma criança, brinquedos que eles não encontrarão na volta às suas casas, porque nós sequer sabemos se eles encontrarão casas, mas certamente as coisas que ali estavam não encontrarão – não encontrarão a linha branca de eletrodomésticos, não encontrarão os estofados, não encontrarão as camas, as roupas nem os brinquedos.

De alguma forma, é o que nós – e, quando eu falo nós, não falo nós, servidores do Senado, eu falo nós, brasileiros que não estamos no Rio Grande Sul e brasileiras que não estamos no Rio Grande Sul – podemos fazer, e é muito bom que façamos, porque, às vezes, o sorriso de uma criança você não resolve com o investimento, segundo o Governador Eduardo Leite, que é da monta de R\$11 bilhões, que será necessário pelos próximos sete meses, mas nós resolvemos pelo menos o sorriso que foi possível que aquelas crianças tivessem no momento em que receberam aqueles brinquedos.

Muito obrigada pela oportunidade, Senador.

E por fim, eu só quero dizer que o Senado Federal está atento às questões do Rio Grande do Sul, de todas as formas, da parte legislativa, da parte dos Senadores e da administração também. E por uma determinação do Senador Paulo Paim, Presidente do Conselho do Jovem Senador, a data do Jovem Senador está estendida até o momento em que a Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul achar que é possível que nós garantamos a participação do Jovem Senador do Rio Grande do Sul. Enquanto isso não for sinalizado, o Jovem Senador não será feito, porque uma Federação é formada por todos os seus estados, e não por quase todos eles. É mais uma amostra do que, sob orientação, de novo, do Senador Paim, que é o Presidente do Conselho do Jovem Senador, foi dado a esta gestão e será prontamente cumprido.

Muito obrigada, boa tarde a todos e a todas. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, parabéns, nossa querida Diretora-Geral do Senado Federal, Ilana Trombka. Parabéns por todo o trabalho que vem fazendo, e que seja um exemplo para outras regiões do país.

Não é, Senadora Ana Amélia? Agora que eu a estou vendo aqui. Sentamos muito tempo juntos, nesse mesmo lugar.

Passamos a palavra agora, na sequência, ao Sr. Ronaldo dos Santos, Secretário de Políticas públicas para Quilombolas, Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, Povos de Terreiros e Ciganos, representando aqui a Ministra da Igualdade Racial, Ministra Anielle Franco. (*Palmas.*)

Mais dois representando os ministérios e, em seguida, vamos começar com os especialistas, cientistas,



estudiosos da questão do meio ambiente.

**O SR. RONALDO DOS SANTOS** (Para exposição de convidado.) – Bom dia a todos e todas. Nossa saudação ao Senador Paulo Paim, grande referência do povo negro no Brasil, que tão bem tem nos representado aqui neste Congresso Nacional. Nossa saudação à Senadora Leila, a quem temos a honra de nos dirigir. E na pessoa dela, saúdo a todos os Senadores e Senadoras e todas as autoridades presentes.

Venho em nome da Ministra Anielle Franco, Ministra do Ministério da Igualdade Racial, somar nossa voz a todas as outras que nos antecederam ou que ainda ecoarão nesta Casa, trazendo a nossa solidariedade ao povo gaúcho. Não poderia deixar de iniciar esta fala sem tornar público este nosso sentimento de solidariedade e, ao mesmo tempo, registrar nosso orgulho e felicidade de ver a capacidade do povo brasileiro de mobilização em momentos como este. Apesar de que infelizmente ainda existem os grupos da desinformação, que operam para confundir, tumultuar e agir contra em um momento tão delicado, a corrente do bem prevalece e tem prevalecido neste momento.

Tudo o que a gente espera em momentos como esse, no mínimo... Primeiro, a gente não espera viver momentos como esse, a gente não espera ver momentos como esse acontecendo, mas, se eles acontecem, o mínimo que a gente pode querer nessa situação é sair dela melhor do que entramos. A gente não pode sair de momentos como esse sequer iguais ao que nós entramos, a gente precisa sair de momentos como esse melhor do que entramos.

E, em algumas falas que me antecederam – sobretudo com destaque à brilhante fala da Senadora Leila –, fica evidenciada a necessidade que nós temos de um novo paradigma de desenvolvimento. O paradigma de desenvolvimento que nos trouxe até aqui pode ter cumprido um papel, mas ele deixou consequências, e não dá para apostar no próximo ciclo de desenvolvimento com as mesmas fichas com que se apostou até aqui, porque compreendemos que nós não temos mais a capacidade de suportar as mesmas consequências que foi possível suportar até aqui. Quando a gente fala de ter sido suportável até aqui, também é relativizando, porque pessoas perderam vidas concretamente, e vidas perdidas não se relativizam.

A gente está falando de uma crise climática, de um evento climático sem precedentes no Brasil. É importante dizer também que esse evento em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, salva a proporção e a dimensão histórica, não é o primeiro sinal de eventos climáticos acontecendo no Brasil. Também é bem verdade que foi citado antes de mim sobre a seca na Amazônia no ano passado, o quanto isso precisou nos mobilizar para que o estado de proteção social alcançasse as comunidades tradicionais e quilombolas daquele território amazônico. E lá o assunto era uma seca, que não teve a mesma dimensão de notícia e de desastre como a do Rio Grande do Sul.

Mas nós temos outros eventos registrados e a gente, sim, precisa pensar em nosso paradigma de desenvolvimento, a gente precisa pensar em conservação ambiental e justiça climática. Eu não posso falar sobre conservação ambiental e justiça climática sem falar sobre justiça agrária. Esse é um fator que no campo gera desigualdades, não a justiça agrária, mas a injustiça agrária; gera repercussão nas cidades e, por consequência, gera um desequilíbrio generalizado, que não é o único responsável, mas se soma ao conjunto de fatores que resultam em eventos climáticos como esses que estamos vivenciando.

O racismo estrutural construiu e consolidou o discurso e a narrativa de que as comunidades tradicionais impedem o desenvolvimento do país, da região. Nós ouvimos, reiteradas vezes, inclusive autoridades públicas dizendo que o problema para o desenvolvimento de um país, de um lugar é a comunidade quilombola que está ali, são os povos originários que ocupam determinadas regiões ou um conjunto de tantos outros povos e comunidades tradicionais, que, portanto, isso é um impedimento para o desenvolvimento, mas se formos olhar o modo de vida, o modo de produção desses povos e dessas comunidades, nós vamos entender que a conta é diametralmente oposta à dessa narrativa que vem sendo



reproduzida. Essas comunidades conservam o ambiente, essas comunidades conservam o meio onde vivem; as comunidades tradicionais de matriz africana têm na natureza uma relação intrínseca com seu modo de ser, de existir no mundo. Então, não, essas comunidades não impedem o desenvolvimento de lugar nenhum, muito pelo contrário, essas comunidades são matrizes referenciais, Senador, Senadora, para o novo paradigma de desenvolvimento.

Se é verdade que a partir de eventos como esse nós vamos buscar construir – e o Secretário-Executivo do Ministro Haddad, que me antecedeu, falava sobre isso – o novo paradigma de desenvolvimento, com novas matrizes, é necessário buscar nessas comunidades, referenciais de desenvolvimento, porque lá tem referenciais de ocupação de território, participação social, democracia plena, respeito à sociobiodiversidade. Então, é necessário que o chamado mundo desenvolvido, civilização desenvolvida, beba...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. RONALDO DOS SANTOS** – ... nesses espaços, para que a gente, daqui a algumas décadas, não chore por não ter observado aquilo que sempre esteve à nossa disposição. E não basta olhar para construir um novo paradigma: é incluí-las num novo projeto de desenvolvimento. Não existe projeto de desenvolvimento do Brasil sem considerar sua diversidade, sua malha social, que ocupa todos os biomas, que ocupa todos os cantos desse território nacional.

Existem cosmopercepções que, ao contrário do que vimos até aqui, que foram modelos de desenvolvimento, que cumpriram o seu papel, mas deixaram legados muito perversos...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. RONALDO DOS SANTOS** – É necessário que compreendamos que existem outras cosmopercepções que garantem desenvolvimento, inclusive produção de riqueza, mas assegurando às futuras gerações o direito de viver com plenitude.

O Brasil está às vésperas de sediar a COP 30, a Conferência do Clima que acontecerá em novembro de 2025. Então, eu acho que essa soma de eventos trágicos e positivos – trágico no caso que acontece no Rio Grande do Sul, positivo o que acontece, por exemplo, ao sediar uma COP – nos desafia a sair da retórica...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. RONALDO DOS SANTOS** – ... a sair dos infinitos planos e ir para a prática, para a construção de verdade do novo paradigma.

Trouxemos um conjunto de informações sobre as nossas entregas no Estado do Rio Grande do Sul, que é o estado que tem o maior número de comunidades tradicionais de matriz africana e povos de terreiro do Brasil; é um estado que tem 7 mil famílias quilombolas, sendo que 136 territórios quilombolas, dos 138 existentes naquele lugar, estão em municípios com calamidades ou emergência; e é um estado...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. RONALDO DOS SANTOS** *(Fora do microfone.)* – ... que reúne os três povos ciganos existentes no Brasil...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. RONALDO DOS SANTOS** – ... calon, rom e sinti.

Mas, entendendo que o nosso tempo já expirou, entendendo que essa produção, essa construção nossa também é pública, ficamos à disposição para compartilhamentos e conversas posteriores.

Eu agradeço o espaço e mais uma vez deixo um abraço da Ministra Anielle Franco. E dizemos que



estamos juntos nessa corrida pela recuperação do Rio Grande do Sul.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Sr. Ronaldo dos Santos, Secretário de Políticas Públicas do Ministério da Igualdade Racial, que aqui representou a Anielle Franco e fez o retrato da realidade do país e falou da devida prevenção na questão do meio ambiente.

De imediato – em seguida, vamos entrar com os especialistas –, eu passo a palavra para o Sr. Renato Soares Peres Ferreira, Secretário Executivo Adjunto do Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, representando aqui o Ministro Márcio França.

**O SR. RENATO SOARES PERES FERREIRA** (Para exposição de convidado.) – Bom dia, Senador Paulo Paim, Senadora Leila Barros, Senador Hamilton Mourão, senhor representante do Governo do Rio Grande do Sul, na pessoa de quem cumprimento todas as autoridades presentes, os caros colegas do Governo Federal que me antecederam, painelistas, senhoras e senhores, todos os presentes neste importante evento para debater a situação da tragédia no Estado do Rio Grande do Sul.

Eu gostaria de iniciar, Senador Paim, colocando que o Ministro Márcio França gostaria de ter estado presente. Ele está, neste momento, no Estado do Rio Grande do Sul. Ele foi para lá pela manhã; deve retornar a Brasília no final do dia, mas ele está lá, reunido com empresários, com sindicatos, para entender o apoio necessário aos empreendedores do Rio Grande do Sul.

Eu gostaria também de ressaltar que a atitude geral – acho que os colegas do Governo Federal que me antecederam deixaram claro isso – do Governo Federal é uma atitude de inegociavelmente fazer o bem, ajudar as pessoas, ter foco nas pessoas. Isso é diferente de dizer que há um monopólio do bem por qualquer governo. Então, nós queremos colaborar, colaborar muito com o Estado do Rio Grande do Sul, colaborar muito com a sociedade civil, diante de exemplos também tão importantes e tão bonitos, como os dados pela Diretora-Geral do Senado, colocando aqui sobre as atitudes também da sociedade civil.

Então, tudo isso é muito importante, mas o Governo está muito focado em ajudar as pessoas, e o foco é fazer o bem, diante dessa situação tão triste, tão terrível e dramática.

Quanto ao Ministério do Empreendedorismo, eu ressaltaria que, pela lei que estabelece as nossas áreas de competência, o inciso X do art. 30-A coloca que é competência do MEMP o apoio ao empreendedorismo, à microempresa e à empresa de pequeno porte em caso de calamidade pública. Então, é uma competência legal específica para que o MEMP atue nesses casos, como foi, inclusive, feito já em 2023, no caso de chuvas menores no Vale do Taquari; também foi feita uma iniciativa de ajuda do Ministério do Empreendedorismo.

Nesse caso, eu acho que nós temos que distinguir bem que existem pelo menos duas fases na tragédia: uma fase inicial mais aguda, em que o foco tem que ser realmente no resgate das pessoas, no atendimento aos desabrigados, no atendimento às necessidades mais básicas; em seguida, se entra na fase de reconstrução. Às vezes, a gente entra nessas fases em momentos diferentes, em locais diferentes e regiões diferentes do Estado.

Nessa fase da reconstrução é que nós temos a participação mais intensa do MEMP, especificamente em relação aos fluxos financeiros que têm que ser adaptados às medidas de resiliência, de adaptação que têm que ser adotadas, inclusive à vista do Acordo de Paris e dos demais diplomas que regem as iniciativas voltadas à proteção quanto aos riscos climáticos.

Eu gostaria de ressaltar, então – sem prejuízo de o MEMP estar muito aberto a ouvir quais são as necessidades dos empreendedores, como o Ministro Márcio França, eu relatei, está fazendo neste momento, lá no Rio Grande do Sul, para entender como a gente pode ajudar mais –, algumas coisas que já foram



feitas com a participação do MEMP.

Na Medida Provisória nº 1.216, que vai ser apreciada aqui, no Senado Federal, vai ser apreciada pelas Casas Legislativas, houve duas modificações em relação ao Pronampe, que é o programa de crédito para micro e pequenas empresas. A primeira dessas alterações foi um reforço nas garantias, para que possam ser dados mais empréstimos. Esse reforço foi da monta de R\$4,5 bilhões, o reforço nas garantias para o FGO, que está sendo aportado ao FGO, e isso viabiliza empréstimos nas condições favorecidas do Pronampe, ou seja, com a garantia pública, pequenos empreendedores, na faixa de R\$30 bilhões de empréstimos. Isso foi feito especificamente para o Estado do Rio Grande do Sul, no bojo da Medida Provisória 1.216.

Ressalto que esse crédito, esses R\$30 bilhões que estão sendo liberados para os pequenos empreendedores, apenas nas cidades afetadas do Rio Grande do Sul, tem algumas condições especiais, como um prazo de carência dobrado. Então, o prazo de carência do Pronampe normalmente é de 12 meses; nesse caso, é de 24 meses. O limite também é ampliado, o limite de quanto as empresas podem pegar. Então, é um empréstimo especial nas suas condições de pagamento. Também foi determinada uma suspensão das parcelas daqueles que estavam devendo, parcelas do Pronampe anteriores, para que nesse período de calamidade essas parcelas não sejam cobradas. Isso também foi feito em favor das empresas.

Além dessas garantias, dessas novas garantias para viabilizar mais empréstimos do Pronampe, também foi incluído um recurso da monta de R\$1 bilhão para poder fazer uma subvenção aos empréstimos também no Estado do Rio Grande do Sul. Essa subvenção, que o colega do Ministério da Fazenda que me antecedeu colocou em linhas gerais, permite que haja um desconto no crédito tomado pelo empreendedor. Então ele toma esse crédito e, ao sair... Por exemplo, ele toma R\$100 mil e, ao sair do banco, já está devendo R\$60 mil apenas; R\$40 mil vão ser pagos pelo estado para os bancos. Então, é importante diferenciar que não é só a garantia do empréstimo. Uma parte do empréstimo é paga pelo estado. Isso está sendo feito no âmbito do Pronampe, no Rio Grande do Sul, na faixa de 40%. Tem R\$1 bilhão que vão poder representar um empréstimo de R\$2,5 bilhões nessas condições, com a subvenção de 40%. Isso está sendo feito no âmbito do Pronampe, o que, no nosso entender, é muito importante para essa situação de calamidade. É um mecanismo semelhante ao que foi utilizado na crise do Vale do Taquari no ano passado, mas lá a gente tinha R\$100 milhões apenas disponíveis para essa subvenção e agora nós temos dez vezes mais recursos, R\$1 bilhão, por meio de crédito extraordinário, para a gente poder fazer essa subvenção.

E uma novidade também dessa subvenção é que a gente separou uma parte dessa subvenção e dos empréstimos só para MEIs e microempresas. Então, uma parte não é disputada nem pelas empresas de pequeno porte. Então, existe um direcionamento específico de uma parte dos recursos apenas para empresas que faturam até R\$360 mil, porque a gente sabe, pela experiência, que às vezes esses recursos acabam sendo desproporcionalmente alocados em empresas de porte um pouco maior. Então, mesmo dentro das pequenas empresas, a gente tem calibrado para buscar atender as pequenas empresas e os MEIs mais adequadamente também dentro desses mecanismos.

Eu gostaria de ressaltar, por fim, já encaminhando para o final, que a Medida Provisória 1.218 complementa a 1.216. Então é muito importante a atenção também na análise, nas Casas Legislativas, dessa medida provisória do crédito extraordinário, que viabiliza a aplicação das medidas da 1.216.

Enfim, ressalto novamente que o Ministro Márcio França está, neste momento, no Rio Grande do Sul e deve trazer para o ministério algumas demandas novas, coisas que nós possamos estudar e fazer. Nós sabemos que ainda temos um longo caminho pela frente para a recuperação do estado, mas o estado pode contar muito com o Ministério do Empreendedorismo. Nós estamos muito focados em ajudar na



reconstrução da melhor maneira possível e muito atentos às necessidades dos empreendedores locais.

Obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Meus cumprimentos, Renato Soares Peres, Secretário Executivo Adjunto do Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, representando aqui o Ministro Márcio França. Leve também um abraço nosso a ele, estive com ele diversas vezes.

Nós, até o momento, tivemos aqui sete representantes... Oito ministérios usaram a palavra: sete representantes e um Ministro presente, que foi o Ministro Jader. Nós vamos entrar agora nos especialistas, cientistas.

Eu vou começar com um convidado do Rio Grande do Sul, que é da minha cidade, lá de Canoas, Francisco Milanez, Diretor Científico e Técnico da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan).

Milanez, é com você. Um abraço.

**O SR. FRANCISCO MILANEZ** (Para exposição de convidado. *Por videoconferência.*) – Boa tarde, Senador Paim. Na pessoa do senhor, eu cumprimento todos os outros Senadores e autoridades presentes. É uma honra, uma oportunidade estar aqui conversando com o Senado, e nós temos que transformar esse sofrimento da nossa população numa oportunidade – essa é a meta da minha fala.

Eu vou aproveitar o discurso do Ronaldo dos Santos para falar de um paradigma de desenvolvimento. Nós estamos numa mudança climática que vai continuar e vai piorar, infelizmente; não é um desejo nosso. Há 53 anos, a HPAN, a entidade pioneira da luta ambiental brasileira, tem advertido isso – é mais de meio século de avisos – e não foi frutífero, mas eu tenho esperança de que agora seja.

Então, essa desorganização climática que nós estamos vivendo é fruto de um conjunto de ações humanas antrópicas. E essa desorganização climática faz das pessoas, dos nossos cidadãos vítimas e também da agricultura vítima, pois a agricultura precisa de organização climática para conseguir produzir. Ela precisa do frio no inverno, do calor no verão, das chuvas distribuídas, como o Rio Grande do Sul outrora teve, 100mm por mês; agora, estamos vivendo essa loucura.

Bom, eu queria falar rapidamente sobre as causas e as soluções. Em primeiro lugar, o desmatamento das encostas e das matas ciliares é um dos conjuntos. O que é uma enchente? Nada mais é que uma quantidade de água numa velocidade muito rápida. O que se faz para evitar uma enchente ou reduzi-la? A gente absorve essa água, porque aí a tira fora dos rios, ou, então, a atrasa. Se a água chega mais devagar ao rio, o rio dá conta de transportá-la; se ela chega concentrada, o rio transborda.

A natureza, em milhares de anos, desenvolveu um sistema de proteção do rio, que são as várzeas. As várzeas são os lugares onde o rio ocupa, na verdade, é o leito do rio no leito maior sazonal que ele ocupa quando está muito cheio. E essas várzeas são lugares de absorção da água e retenção da água. Então, elas evitam enchentes e danos lá na frente.

O solo, outra causa... Esse desmatamento das encostas se soma, porque a floresta absorve 150mm, até 200mm de água. Então, uma boa parte dessa chuva poderia não ter chegado ao rio absorvida pelas florestas. As florestas foram tiradas; ao tirá-las, foi posta, obviamente, agricultura ali, e uma agricultura da Idade Média, que nós usamos ainda, que é uma agricultura de solo nu e compactação de solo.

Ora, essa compactação de solo impermeabiliza. Ao impermeabilizar as encostas, a água corre mais rápido ainda, sem falar que, se houvesse a floresta, além de absorver, ela iria atrasar essa água. Então, a água iria desacelerar e, por isso, não se acumular tanto no rio. Então, a gente já vê vários efeitos diferentes das florestas e dos...

Esse solo nu se agrava ainda mais, hoje em dia, com o uso de agrotóxicos e herbicidas, que são agrotóxicos que matam todas as plantas, e as plantas são exatamente quem pode reter e desacelerar a



água. Isso gera também uma erosão gigante, que é o solo rico dos agricultores que vai embora parar no rio, empobrece o solo e, no rio, faz o assoreamento, vai para o fundo do rio e o transforma num rio mais raso. Um rio mais raso, com menor chuvas, vai extravasar, porque ele está com a capacidade de transporte de água menor. Então, eu só estou mostrando o conjunto de coisas que levou esse acidente a ser muito agravado, e poderia talvez até ser evitado.

Nesses 53 anos, na Agapan, nós tivemos avanços da luta ambiental, das leis, mas, nos últimos anos, nós temos tido um retrocesso e precisa-se falar sobre isso. Começou com o Código Florestal, que era a lei, talvez, mais importante de preservação do país, que foi destruída em muitos itens, mas eu vou falar de um. Os rios, a proteção dos rios era medida a partir do leito maior sazonal. O leito maior sazonal é a várzea. Então, hoje, a proteção dos rios está pelo leito normal. Do leito normal, a proteção fica dentro da várzea, não tem nenhuma eficácia para enchentes e tudo o mais. Essa é uma causa disso que nós estamos sofrendo.

No Rio Grande do Sul, o código de meio ambiente gaúcho desprotegeu as várzeas, desprotegeu as matas ciliares, desprotegeu as espécies nativas e várias outras coisas. A lei de agrotóxico gaúcha evitava que vários herbicidas – esses agrotóxicos que, através de matar as plantas, aumentam a erosão – fossem liberados, e já eram proibidos há mais de 30 anos no Brasil, e, agora, recentemente, foi assinada uma lei que autoriza construções, obras de barragens, obras de reservatórios d'água dentro de áreas de preservação permanente. Ora, as áreas de preservação permanente são o ambiente da natureza que produz a água, que regulariza a água e que absorve a água. Então, essas áreas são essenciais mais do que nunca hoje. Talvez tivessem que ser ampliadas, mas, ao contrário, nós estamos autorizando fazer obras dentro, o que é, na verdade, acabar com a área de preservação permanente.

Bom, então, vamos encaminhar, falando sobre soluções, Senador Paim.

As plantas nativas têm milhares, milhões de anos de experiência em conviver com mudanças climáticas, que já aconteceram, só que em 6 mil anos, outras, em um milhão de anos. Por essas mudanças, essas plantas estão adaptadas àquele solo, às variações climáticas etc. A resiliência das plantas nativas é gigante. Então, nós temos que atentar para isso e pensar o seguinte: nós queremos resiliência para as mudanças climáticas. Isso é o principal, fundamental, no uso de plantas nativas.

Bom, e aí o que nós precisamos fazer para reduzir, porque vão acontecer, infelizmente, as próximas chuvas, as próximas secas, inclusive as secas – e o Rio Grande do Sul foi vítima de três verões com seca muito grande? Transição orgânica. E por que transição orgânica? Porque está comprovado pela ciência que as plantas orgânicas têm maior resiliência tanto ao ressecamento quanto ao excesso de chuva. Por terem uma saúde total, não serem envenenadas por agrotóxicos, elas têm uma capacidade de resiliência muito maior e produzem um solo muito mais saudável.

Segundo, a recuperação urgente das áreas de preservação permanente que foram desprotegidas, como as matas ciliares.

A mata ciliar é bem importante, é a mata que acompanha os rios, dos dois lados do rio. Essa mata é um coador: grande parte dessa erosão que vem dos morros poderia ficar ali, o solo, e diminuir o volume da água, porque o solo está misturado na água. Retendo na mata ciliar, diminuiria, e iria para dentro do rio uma água mais limpa. Isso já é um serviço importantíssimo.

Então, nós temos que recuperar as áreas de preservação permanente, proteger nossos morros...

Outra forma de proteger nas áreas que não forem nativas, as de preservação permanente, é a agrofloresta orgânica, porque ela faz uma retenção e uma diminuição de erosão, uma estabilidade e uma proteção do solo gigantes. Então, isso seria nas áreas inclinadas, com a agrofloresta, mas nas áreas mais planas também é permitida uma agricultura orgânica.

Por que eu falo em transformar esse sofrimento em oportunidade? Hoje, Senador, além desses



sofrimentos... Que não é só perder as casas. É perder a memória, perder sua vida, porque as pessoas estão perdendo suas fotos dos parentes, seus quadrinhos, seus objetos e suas casas. Isso é um sofrimento gigante. Nós podemos, graças a esse sofrimento, ter uma oportunidade de fazer diferente. Então, nós podemos fazer com que essas pessoas tenham mais saúde, alimentos orgânicos, e que o Brasil deixe de ser copião de última categoria de desenvolvimento dos outros.

O mundo quer produtos orgânicos, e nós temos que aproveitar essa liderança e, para fazer isso, nós precisamos de dinheiro para pesquisa, especificamente, de orgânicos e agrofloresta, financiamento para produção e comércio, ajuda do Governo para comerciar.

Por exemplo, o Pampa, que está em risco e está sendo altamente destruído pela soja, ele precisa... O Estado tem que impor aos frigoríficos que façam compra em carne orgânica e certificação. Isso transformaria o Pampa na região mais rica do Rio Grande do Sul, e os produtores orgânicos pecuaristas não têm a capacidade de fazer isso sozinho.

Então, nós precisamos defender a nossa olivicultura, que é a fronteira melhor, a viticultura, a horticultura, que está acontecendo no sul do estado, e não um produto que é passageiro, que é a soja, que deixa 99% do veneno na nossa água, e exportamos um grão.

Muito bem, eu aqui vou concluindo, dizendo o seguinte: nós temos uma oportunidade única de mudar a nossa linha de desenvolvimento para um desenvolvimento que vai enriquecer mais às pessoas, porque vai dar saúde para elas, o que nós estamos perdendo, e trazer proteção ambiental, tudo no mesmo pacote. Essa é a nossa proposta.

Muito obrigado pela oportunidade de falar. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito obrigado dizemos nós, Francisco Milanez, Diretor Científico e Técnico da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan).

Fez uma bela fala. Meus cumprimentos!

Nós combinamos aqui um presencial e outro virtual, ou seja, à distância. Então, agora fala o Sr. Enrique Huelva.

O Sr. Enrique Huelva é Vice-Reitor da Universidade de Brasília (UnB).

O tempo é seu, Reitor.

Em seguida, fala o Rogério Porto, que estará no sistema remoto.

**O SR. ENRIQUE HUELVA** (Para exposição de convidado.) – Boa tarde a todas, boa tarde a todos.

Gostaria de cumprimentar a mesa, o Senador Paulo Paim e a Senadora Leila, é um prazer revê-los. Senador Morão, é um prazer revê-lo também. E, nas pessoas deles, gostaria de cumprimentar todos os outros aqui presentes, todas as autoridades aqui presentes, também meus colegas, professores e cientistas.

Eu não estou aqui na qualidade de especialista propriamente dito, não seria a minha área de especialidade, mas sim como Vice-Reitor da Universidade de Brasília. Como representante de especialistas, eu acho que eu posso não apenas falar pela minha universidade, mas falar também em nome das outras universidades, outros centros de pesquisa, outras instituições de pesquisa do país, e, nesse sentido, contribuir com algumas reflexões para a temática de hoje.

Antes disso, obviamente, quero expressar a minha solidariedade com os irmãos e irmãs gaúchos. Eu acompanhei toda a tristeza, toda a preocupação dos nossos colegas na universidade, colegas gaúchos, que têm as suas famílias lá, naqueles momentos de desespero, de não saberem o que é que está acontecendo nas suas casas, nas suas cidades, nos seus bairros.

Parabenizo o Senado Federal pela iniciativa. Eu acho que é de fundamental importância essa junção de diferentes atores, diferentes saberes. Que seja o primeiro passo de outros que seguramente serão



necessários para enfrentar esses graves problemas e evitá-los.

Destaco também, como outras falas anteriores fizeram, essa amostra de solidariedade gigantesca, que mostra a virtude ética do povo brasileiro nesse momento de tanta aflição.

Gostaria de brevemente apresentar algumas reflexões da possibilidade da nossa contribuição como centros de ciência, de academia, de ensino, para este momento, mas também projetando a verdadeira dimensão do problema que estamos enfrentando, que – aqui foi destacado já pela Senadora Leila – não é algo pontual, mas algo que está se tornando sistemático. Essa é a verdadeira dimensão daquilo que estamos aqui enfrentando.

Como a ciência pode contribuir, quais são os seus caminhos, como a política junto com a ciência pode enfrentar adequadamente essa situação?

Eu gostaria de destacar três dimensões, já foram aqui também destacadas por outros, apenas para a gente conseguir se localizar e organizar um pouco a agenda, a futura agenda, especialmente nessa perspectiva da ciência.

Obviamente, há o primeiro atendimento imediato – diferentes atores aqui, representando o ministério e secretarias já têm exposto o que está sendo realizado –, mas depois disso vem a reconstrução, e a reconstrução de todas aquelas áreas que foram atingidas não é fácil.

A reconstrução não pode ser uma repetição daquilo que nós tínhamos. A reconstrução tem que estar baseada em um mapeamento, baseada em estudos científicos, baseada em conhecimento que mostrem como evitarmos isso.

Acabamos de ver aqui o colega e cientista apresentando algumas sugestões. Obviamente, tem outras áreas, outros especialistas que podem contribuir de diferentes formas, para que essa reconstrução de todas aquelas cidades, daqueles bairros, de toda aquela infraestrutura, de todas aquelas vidas que foram atingidas seja diferente – temos que saber quão diferente –, para que nós não tenhamos, daqui a poucos anos, novamente uma situação como a que estamos atravessando agora.

Creio que a ciência pode contribuir fortemente para o planejamento, para o mapeamento, para a avaliação de causas, mas também para a construção de soluções, para que essa reconstrução de todas aquelas áreas que foram atingidas seja de uma forma diferente, de modo a evitar uma repetição do que estamos presenciando.

O segundo nível da profilaxia de tentar evitar esses acontecimentos: foi destacado aqui que as catástrofes climáticas são de diferentes índoles e, paradoxalmente, atingem as mesmas áreas, os mesmos estados, com seca e, depois, com enchente. A gente vem observando isso no mundo inteiro – no mundo inteiro –, não apenas aqui no Brasil, mas no Brasil temos alguns elementos particulares.

Primeiro, a dimensão continental do Brasil, a complexidade climática, a complexidade de diferentes áreas, do Cerrado, da área amazônica, e também um elemento adicional, a densidade de população na área costeira. Isso é altamente preocupante, com esse enorme litoral que tem o Brasil.

E, segundo, a gente vem observando também, com preocupação, nas capitais do Norte e Nordeste, principalmente do Nordeste, um avanço preocupante do nível do mar, apenas para destacar outro ponto de preocupação a essa grande complexidade climática, geográfica e social, obviamente, também do Brasil.

Creio que o mapeamento, a avaliação de risco, como foi destacado aqui, mas o mapeamento com essas diferentes naturezas das catástrofes climáticas, de uma forma um pouco mais detalhada nessa imensidão do Brasil, é outra contribuição necessária que a ciência pode aportar para o melhor planejamento também das ações políticas.

A terceira dimensão, a dimensão global, também foi apontada aqui por outros, o reconhecimento.

Primeiro, acho que passa por aí, pelo reconhecimento de que, em grande parte, as mudanças



climáticas são causadas pelo homem. Temos que dizê-lo, com todas as letras.

Acho que a ciência mostrou já, de uma forma categórica, sem dúvidas, de que é assim, e isso significa também que está nas nossas mãos, no nosso comportamento, como seres humanos e como sociedade, pelo menos minimizar essa tendência, seguramente evitá-la; não vamos conseguir evitá-la, mas pelo menos localizar, dimensionar aquilo que nós realmente podemos fazer, que está nas nossas mãos, para pelo menos minimizar os efeitos e a aceleração dessas tendências.

Temos muitos especialistas em diferentes universidades no Brasil, diferentes centros de pesquisa, que podem contribuir fortemente também para esse dimensionamento daquilo que está nas nossas mãos, que podemos mudar como seres humanos e como sociedade como um todo.

De um modo geral, um outro ponto que eu queria destacar, e eu faço aqui nesta Casa, é que a fundamentação das decisões políticas tem que ser em conhecimento científico.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. ENRIQUE HUELVA** – A ciência não é o Oráculo de Delfos, a gente não entra em contato com as divindades, com os deuses, para saber como vai ser o futuro; a gente constrói conhecimento de uma forma sólida, metódica, metodológica, e esse conhecimento não é algo abstrato, que tenha como única finalidade ser publicado em revistas especializadas, mas, especialmente, ele está à disposição dos senhores e das senhoras, para tomar as suas decisões.

É impossível que as decisões não sejam, não estejam pautadas, não se fundamentem por conhecimento científico. Na Universidade de Brasília, só para dar um exemplo, temos 800 laboratórios especializados em diferentes áreas, mais de 3 mil pesquisadores atuando na pesquisa. Qualquer outra universidade mostra também esses dados.

Nós estamos aqui para ajudar, estamos aqui para subsidiar as decisões dos senhores e das senhoras, para que elas se reflitam aqui também no trabalho...

*(Interrupção do som.)*

*(Soa a campanha.)*

**O SR. ENRIQUE HUELVA** – É necessário que isso seja praticado, evitando, então, achismos, evitando confundir o desejo com a realidade, o desejo de ser assim ou assado, e evitando, especialmente, e combatendo fortemente *fake news*. Lamentavelmente, estamos mais uma vez observando quanto mal elas fazem em situações como a atual.

E, aí, acho que também está nas mãos nossas, tanto daquele que formula políticas públicas como da academia, planejar isso de uma forma um pouco mais sistemática, no sentido de políticas públicas, políticas científicas, políticas acadêmicas, que, de uma forma mais clara, mais sistemática, aproximem esses desafios que tem o país nessas áreas, das possibilidades nossas de contribuição.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. ENRIQUE HUELVA** – Então, Capes, CNPq, o próprio Ministério da Educação e as FAPs têm essa possibilidade de, através de políticas, de detalhes, de fomento à pesquisa, fazer esse fomento de uma forma mais focalizada, talvez para responder a problemas específicos do país no âmbito climático.

A minha fala é, basicamente, para colocar a Universidade de Brasília, colocar as outras universidades, meus colegas cientistas, à disposição dos senhores e das senhoras para contribuir com aquilo que a gente pode fazer.

Muito obrigado a todas, muito obrigado a todos. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) –



Muito bem, Sr. Enrique Huelva, Vice-Reitor da Universidade de Brasília (UnB), que falou, neste momento, com uma visão da academia.

Parabéns.

Concedo a palavra de imediato ao Sr. Rogério Porto, geólogo, remotamente. Em seguida, falará o Sr. Dirceu Simabucuru, especialista em comunicação e sustentabilidade.

**O SR. ROGÉRIO PORTO** (Para exposição de convidado. *Por videoconferência.*) – Uma boa tarde.

Eu quero, na pessoa do Senador Paulo Paim, cumprimentar todas as autoridades presentes nesta sessão, agradecer pelo convite e dizer que eu estou muito honrado em participar.

Bem, vamos tomar um exemplo: hoje, a principal preocupação de todo mundo é reduzir os efeitos dessa calamidade que se abateu sobre o Rio Grande do Sul. Então, essa é a primeira coisa, a maior prioridade é essa, mas depois nós vamos ter uma fase de reconstrução. E aí, eu gostaria de aproveitar a intervenção do Ministro Augusto Nardes, que fala na necessidade de se fazer um planejamento mais adequado, uma gestão mais adequada.

Tanto o Instituto de Pesquisas Hidráulicas, como o Prof. Tucci e outros professores do IPH da UFRGS, aqui da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, advogam a necessidade de fazer um zoneamento de diferentes níveis de risco nas áreas inundáveis. Mas, além disso, nós somos vítimas, seguidamente, de problemas gravíssimos provocados por estiagens, com perdas econômicas, sociais e humanas muito grandes também.

Neste momento, falar em estiagem durante uma cheia parece uma coisa ridícula, mas trata-se de alcançar um equilíbrio no uso dos recursos hídricos e dos recursos naturais em geral.

O Rio Grande do Sul tem a maior densidade hidrográfica do mundo, é a terceira maior disponibilidade de águas superficiais do Brasil, tendo um território físico muito menor que o do Estado do Mato Grosso e o do Amazonas, que são os dois maiores detentores de águas superficiais. O Brasil tem 15% das águas superficiais do mundo e dois dos três maiores aquíferos. Então, falar em escassez de água é absurdo, principalmente na situação de cheia que nós estamos enfrentando agora.

Assim, do que a gente precisa? Criar um equilíbrio que reduza o uso de recursos naturais por tonelada produzida, seja do que for, e isso se obtém criando reservação de água que controle a velocidade nas cheias e permita a utilização da água nas estiagens.

Ora, a Bacia Taquari-Antas tem 52% da sua superfície coberta de floresta. Então, não é por ausência de floresta – tem floresta –, mas nós tivemos uma precipitação pluviométrica intensíssima num espaço de tempo muito curto. Por isso, os níveis das águas, que tinham alcançado 21 metros acima do normal, passaram para 25 metros; no ano passado, atingiram 27 e 28 metros, além dos níveis normais; e, neste ano, 32,80 metros. Então, foi uma coisa extraordinária. Num único dia, na minha terra natal, que é Soledade, em 12 horas choveu 178 milímetros. Isso é um absurdo! É uma quantidade de água descomunal!

Como é que você disciplina isso? Criando reservatórios de água. Afeta áreas de preservação permanente? Sim, porque toda a metade do Rio Grande do Sul é de drenagens intermitentes e perenes, conseqüentemente geradoras de áreas de preservação permanente.

Como é que você evita o efeito nocivo? Criando, recuperando a mata ciliar no contorno dos reservatórios, como fizeram os Estados Unidos no seu programa de combate aos efeitos das cheias. Eles criaram reservatórios, mas recuperaram a vegetação de contorno. E é isso que tem que ser feito. Não é eliminar a mata ciliar, é simplesmente deslocar a mata ciliar para o entorno dos reservatórios.

Vejam bem, a acumulação de água aumenta a oferta de água natural. Na Andaluzia, a chuva média era 480mm; depois que fizeram reservação e vegetação permanente, ela passou para 560mm. Então, aumentou em 50% a chuva natural. Na própria metade sul do Rio Grande do Sul, a precipitação



pluviométrica média anual era em torno de 1.400mm a 1.450mm, pegando um perímetro, assim, de São Gabriel, Dom Pedrito, Rosário do Sul, Bagé, São Gabriel, mais ou menos. Bom, hoje é de 1.580mm, e é onde tem o maior número de reservatórios de todo o Brasil, de reservatórios criados por iniciativa privada.

Outra questão: a forma de fazer agronegócio hoje no Rio Grande do Sul é uma forma que implica uma cobertura quase que permanente do solo com algum tipo de vegetação, seja de gramíneas, seja de grãos, ou de pastagem, seja o que for, mas a cobertura vegetal é quase que 100% do período do ano. Ora, o que a gente precisa, então, é criar um equilíbrio entre o uso do solo e o uso da água para alcançar produtividades muito altas e, conseqüentemente, por unidade produzida, utilizar menos recursos naturais.

Isso não é uma política agressiva ao meio ambiente porque tu recuperas a mata ciliar no contorno dos reservatórios, mas é econômica, política, social e humanamente equilibrada, porque usa os recursos naturais da maneira mais eficiente possível.

Eu quero agradecer a todos a oportunidade e me colocar à disposição para qualquer questionamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A fala brilhante do Sr. Rogério Porto, geólogo, que apontou caminhos. Inclusive, ele também é gaúcho.

De imediato, concedo a palavra ao Sr. Dirceu Simabucuru, especialista em comunicação e sustentabilidade.

**O SR. DIRCEU SIMABUCURU** (Para exposição de convidado.) – Boa tarde a todos. Quero agradecer ao Senador Paulo Paim, à Senadora Leila, ao Senador Hamilton Morão, que estava aqui, e à Senadora Zenaide Maia, Senadora do meu estado, por ter sugerido meu nome.

E quero começar falando, primeiro, desejando solidariedade ao povo gaúcho e o pesar para as famílias que perderam seus entes queridos.

Eu vou me alinhar à fala do Ministro do TCU Augusto Nardes, falando de ESG, que é a minha especialidade. O que nós temos hoje com essa tragédia que aconteceu no Rio Grande do Sul, a questão dos eventos climáticos, da emergência climática, do aquecimento global, já há um bom tempo vem causando desastres no mundo inteiro, mas, infelizmente o humano, às vezes, precisa sofrer para acordar para algumas coisas.

O Secretário-Geral Guterres, toda vez que abre aquelas COPs, fala que nós estamos falhando em deter o aquecimento global. E a gente já passou de 1,4, o que estava se prevendo para 2030. E os eventos climáticos por que nós estamos passando agora são piores do que eles já estavam estimando. Recentemente agora, acho que a geleira do juízo final se movendo e derretendo mais do que os cientistas previam. E aquela geleira derretendo, é um metro de água no mar que sobe. Então toda a área costeira do planeta inteiro vai submergir.

Agora, dando dados, entendendo o que o Brasil está passando nessa situação toda, estamos falando em bilhões para recuperar o Rio Grande do Sul, e como é que a gente vai fazer o Brasil ser resiliente às questões climáticas. Não tem como fugir disso. Em tudo se vai falar sobre isso. As questões climáticas, as questões do aquecimento, as questões das emergências são pauta no mundo inteiro. E será sequencial. A única certeza que nós temos é de que vai piorar. Infelizmente vai piorar. Então nós temos que nos adaptar a isso.

O cálculo da S&P Global, só para os senhores terem uma ideia, US\$4,4 trilhões se perdem anualmente em eventos climáticos, 4,4 trilhões. São dois brasis por ano que se perdem no mundo inteiro. As pesquisas todas, a última pesquisa da Quest já colocou que 99% das pessoas acreditam que a tragédia do Rio Grande do Sul foi proveniente de aquecimento global. Então acho que não estamos mais discutindo sobre o negacionismo do aquecimento. É uma realidade, é uma tragédia. O Ministro do TCU falou de forma



muito clara, a governança medir os riscos.

O ESG, é isso que as empresas estão fazendo no mundo inteiro, cuidando dessas questões. Uma, porque estão perdendo muito dinheiro, lógico. A outra, porque os consumidores, as pessoas estão olhando para isso de forma muito veemente, rejeitando produtos, rejeitando empresas que não estão olhando para isso. É uma realidade no mundo inteiro. Então, para a gente só ter uma ideia, o movimento de ESG previsto para chegar em 2025, das empresas no mundo, vai chegar a US\$53 trilhões, só investimento em ESG. No Brasil, só fundos, 59 fundos de investimento, a US\$2 bilhões.

O prejuízo, só nos primeiros nove meses do ano passado: US\$295 bilhões, o mundo perdeu, só nos primeiros nove meses do ano passado, sem contar essas últimas tragédias que nós tivemos. São 16,5 bilhões, em 2022, a perda do setor da agropecuária no Brasil por evento climático. Então, a gente sabe que se estão estudando, a Embrapa, que tipo de semente, que tipo de planta vai conseguir perdurar daqui a dez anos. Nós já estamos tendo um problema de alimento no mundo inteiro por causa do aquecimento global. Então, só tirando as questões desses eventos, dessa tragédia que aconteceu no Rio Grande do Sul, nós temos a questão do alimento. Como é que essas sementes sobreviverão nesse clima mais quente? E já é para agora.

Então, assim, olhar para essas questões climáticas. Acho que os políticos, as empresas, a sociedade, os cientistas não têm como fazer nada sem olhar para isso. A gente fala em fazer pontes, fazer estradas, qualquer obra pública, mas se ela já não tiver a visão de resistência e impacto climático, não vai dar certo.

A gente viu Taiwan, com um terremoto com magnitude de mais de sete, morreram nove pessoas, mas nenhum prédio caiu. Por quê? Porque aquelas comunidades já estão acostumadas a esses eventos climáticos.

No Japão, a educação das crianças já começa aos 6 anos de idade, de como enfrentar isso. A gente viu aquele episódio do avião que pegou fogo, como aquela rapaziada desceu tranquilamente, quer dizer, eles estão condicionados a isso. A gente vai ter que levar isso às escolas, às universidades, essa educação, para lidar com esses eventos climáticos e reduzir o impacto que a gente vai ter.

E colocando o seguinte, no Brasil, a CVM (Comissão de Valores Mobiliários) aprovou, há pouco tempo, a Resolução 193, que fala sobre a adesão ao IFRS. É um relatório de sustentabilidade daquilo que o ministro do TCU está falando, que fala sobre as empresas, como é que elas cuidam das questões ambientais, sociais e de governança e como é que isso impacta na questão financeira. A partir de 2026, todas as empresas de capital aberto serão obrigadas a utilizar esse relatório e as empresas públicas, pelo que eu vi o Ministro Fernando Haddad falando, também vão ser obrigadas. Ou seja, por que isso é importante? Porque o mundo inteiro está aderindo a esses relatórios, o sistema financeiro está aderindo a esses relatórios. Significa que as empresas serão obrigadas a ser responsáveis, obrigadas a relatar os impactos que causam no meio ambiente e com o que contribuem com relação aos impactos climáticos e sociais. Isso é muito importante frisar, porque não adianta a gente falar das questões climáticas, ambientais, sem falar das questões sociais. A gente sabe que esses impactos climáticos atingem de forma diferenciada cada camada da população, a gente sabe que no Rio Grande do Sul as camadas mais pobres estão sofrendo muito mais e vão ter muita dificuldade de voltar a resistir sobre isso.

Por fim, eu queria colocar o seguinte. A questão do ESG fala muito sobre a questão reputacional, o risco reputacional. É isso que derruba a maioria das empresas no valor da sua bolsa quando ela comete alguma irregularidade, seja ambiental, seja social, mas também é o que dá atratividade para investimentos nesse capital. O Brasil, segundo uma matéria que a McKinsey coloca, é uma joia verde escondida: “[...] a oportunidade para o Brasil se tornar [...] uma potência de sustentabilidade”.

Então, vamos entender, toda crise gera uma oportunidade. E o Brasil, a gente já ouviu falar muito sobre isso, é um manancial de potência nessa área de sustentabilidade e isso, como o Secretário Durigan



falou aqui, é dinheiro. Então, descarbonização, crescimento sustentável, energia renovável, hidrogênio verde, biomassa, biocombustível, mercado de carbono, infraestrutura de investimento, o Brasil oferece isso naturalmente.

Agora, o que é preciso? Olhar para isso apenas e ficar falando? Não, é preciso se adequar às questões de regulamentação internacional, porque nesse dinheiro que virá tem o dinheiro, como a Senadora falou, que precisa ser colocado via ONU, via ajuda, mas tem o dinheiro de investimento, e esse dinheiro é gigantesco e pode vir para o Brasil. Por que vem para o Brasil? Porque, por exemplo, vai usar uma matriz energética que, no Brasil, 80% é renovável. Nos relatórios dessas empresas, usar uma energia renovável ganha ponto. Uma empresa na China polui 70 vezes mais porque a matriz energética chinesa, que está em transição, é à base de carvão, de termoeletrica.

Então, produzir no Brasil é sustentável. O que a gente precisa fazer? Adequar as questões regulamentais, adequar as questões de mão de obra...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. DIRCEU SIMABUCURU** – ... também, para poder atender essas demandas.

Então, só para a gente fechar, tem uma pesquisa que coloca o seguinte: nas questões climáticas, nas questões de impacto social, nas questões ligadas a ESG, uma empresa sozinha tem efetividade de 8%, apenas o Governo, 11%; Governo e empresas trabalhando separadamente, 28%; Governo e empresas trabalhando em conjunto: 44%. É seis vezes mais a produtividade, o índice de resultado com Governo e empresa trabalhando juntos. Então, é preciso alinhar sobre regras que estão no mercado.

O Ministro do TCU falou isso de forma muito clara. Se o Brasil se adequar, os governos se adequarem àquelas questões de governança, as empresas não temerão investir conjuntamente. Por quê?

*(Soa a campanha.)*

**O SR. DIRCEU SIMABUCURU** – Porque estarão trabalhando com os mesmos objetivos.

Então, finalizando, é uma tragédia enorme o que a gente sofreu, lá no Rio Grande do Sul, e isso pode trazer uma dose de realidade, de impacto e de impulsionamento.

Então, Senadora Leila, Senador Paim, é importante agora pegar esse movimento, essa situação e impulsionar isso, de forma que a gente possa melhorar essa questão no país e atrair investimento, atrair dinheiro grande, porque vai precisar desse dinheiro para infraestrutura no Brasil.

Obrigado. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Meus cumprimentos ao Sr. Dirceu Simabucuru, especialista em comunicação e sustentabilidade, que falou da importância de nós termos um grande fundo, o que você já tinha falado também, inclusive com investimentos do exterior.

Eu, nesse momento, com enorme satisfação, vou passar a Presidência dos trabalhos à Senadora Leila, que é Presidente da Comissão de Meio Ambiente e nos ajudou muito a construir esse momento. Então, Senadora Leila, passo a Presidência para você, nesse momento.

*(O Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra. Leila Barros.)*

**A SRA. PRESIDENTE** (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Obrigada.

Eu cumprimento todos que estão aqui desde o início dessa sessão temática tão importante para nós aqui, para nos instruir justamente na nossa pauta diária, numa situação tão difícil para os nossos irmãos do Rio Grande do Sul, e que de certa forma já liga o alerta em termos de emergência climática, no país



inteiro, porque nós já estamos sofrendo.

Então, vou passar a palavra agora para o Sr. Marcos Woortmann, Diretor Adjunto do Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS).

Seja bem-vindo, Sr. Marcos, que é um amigo também, trabalhou conosco aqui no Governo local do Distrito Federal. Seja bem-vindo.

**O SR. MARCOS WOORTMANN** (Para exposição de convidado.) – Obrigado, Senadora Leila, na pessoa de quem eu cumprimento todos os membros da mesa. A Senadora tem feito um grande papel à frente da Comissão de Meio Ambiente e é uma grande amiga, com quem eu tive muita satisfação em trabalhar, no passado.

Hoje, inclusive, coincidentemente, começamos essa sessão no Dia da Mata Atlântica. Veja que interessante.

E hoje eu quero dizer que falo, nesse local, como cientista político, como pesquisador de direitos humanos, Diretor Adjunto do IDS, mas sobretudo como um gaúcho nascido em Novo Hamburgo, no Vale dos Sinos, uma das cidades afetadas por esse desastre ambiental.

O que nós estamos vivendo hoje, Senadores, é um aumento de 1,4 graus nas temperaturas, como bem aqui apresentado pelo meu predecessor. Essas são as consequências imediatas de não ouvirmos os alertas que foram dados no passado. Porém, os alertas dados este mês pelo IPCC denotam que nós não estamos no caminho agora, como humanidade, de barrar esse aumento, mas que, se as NDCs, ou seja, as contribuições voluntárias de cada país, seguirem tímidas e insuficientemente cumpridas, as temperaturas irão aumentar ainda mais. Estamos falando de, em poucos anos, um aumento possível de 20% a 30% adicional ao que nós já tivemos – e adicionando a isso as devidas consequências.

Esse debate que nós estamos tendo nesta Casa não é um debate sobre a forma que o mundo é *versus* a forma que o mundo deveria ser; não é um debate sobre idealismo *versus* realismo; tampouco é um debate sobre direita *versus* esquerda. E isso precisa ser superado imediatamente.

Citando aqui um grande filósofo político, jurista, constitucionalista, cientista político, Norberto Bobbio, uma grande figura, eminente em todo o mundo por suas reflexões, é preciso colocar esse ponto em perspectiva. Não há um problema em ninguém ser de direita e não há um problema em ser de esquerda, como também não há virtudes. São formas de enxergar a realidade, e uma democracia precisa comportar ambas.

Agora, o ponto é qual? Nas mudanças climáticas, não se trata de favorecer uma visão ou outra, porque, Senador Mourão, não existe liberdade para quem está debaixo d'água, não existe liberdade para quem perdeu tudo na vida. E, como nós sabemos, não existe igualdade também nos desastres climáticos, porque é o pobre que sofre mais. É o pobre que não só perde a vida e o patrimônio, mas também perde o emprego, porque a sua empresa, onde ele trabalhava, quebrou.

Eu queria fazer uma ilustração, nesta sessão desse Plenário, para os senhores terem ideia do que se trata. Esses são os relatos que eu recebo da minha própria família. Os senhores que estão aqui embaixo, onde eu estava sentado agora, imaginem, olhem aqui e vejam aquela estátua do Ruy Barbosa, aquele busto: seria coberto aquele busto com o tanto que foi o aumento de nível do Rio Guaíba, do Lago Guaíba, mais de 6m. E nós não estamos falando de um aumento simplesmente de água; nós estamos falando de uma mistura pútrida de lama e esgoto, cheia de doenças. Isso é o que está sofrendo o Vale dos Sinos, o Vale do Taquari e Porto Alegre.

Essa crise é uma crise mundial. Está sofrendo-a a Rússia, a China, os Estados Unidos, o Paquistão, a Tanzânia, Omã, Cazaquistão e o Brasil, mas nós precisamos reconhecer qual é o papel do nosso país nesse problema. Nós somos o quinto maior poluidor do mundo. E isso não é pouco.

Voltando aqui, aquele senhor que ali está, patrono do Senado, em suas palavras: “Todos os assuntos,



por graves que sejam, devem ceder o passo, quando se trate de chamar o sentimento público, ou a ação dos governos, ao respeito da vida humana [...]”. É disso que nós estamos falando.

Mercedes Bustamante, uma grande professora da Universidade de Brasília, minha universidade, *alma mater*, pesquisadora, representante brasileira no Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima, descreveu precisamente qual é a responsabilidade que nós temos como país perante a crise que aflige agora o Rio Grande do Sul. Existe uma massa de calor sobre todo o Centro-Oeste, que é a massa que impede o ar polar de subir, seguir seu fluxo natural, e os rios amazônicos de descer, inclusive ressecando o Pantanal, numa seca histórica que nunca ocorreu. E essas massas, desviadas de sua rota natural, convergem agora sobre o Rio Grande do Sul.

Esse é o mesmo processo que causou também enchentes, deslizamentos e mortes no Espírito Santo, no Rio de Janeiro, também em São Paulo e agora no Rio Grande do Sul. E onde será no ano que vem? Essa é a pergunta que tem que ser feita, porque as calamidades, as catástrofes que ocorreram naqueles estados não geraram a reação necessária dentro destas Casas – estamos falando aqui da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. E eu pergunto: será que essa calamidade gerará as respostas necessárias?

Eu quero passar um testemunho para os senhores e as senhoras. No ano passado, eu compareci a um encontro, a um chamado do Cacique Raoni, no Mato Grosso. Lá eu experienciei um calor, medido no termômetro, pelo Instituto de Pesquisas da Amazônia, de 46°. A sensação térmica eu não consigo nem descrever; 46° de dia, mas existia, Senadora, uma diferença gritante entre São Félix do Xingu, onde nós estávamos, ali próximos, em uma área coberta de floresta, e Espigão do Leste: no mesmo meridiano, no mesmo bioma, só que uma área coberta de floresta e a outra área cercada de agronegócio, destruída pela soja. À noite, na aldeia do Cacique Raoni, nós precisávamos de cobertor para dormir, porque a temperatura caía para 13°; em Espigão do Leste, no mesmo meridiano, 200km para o lado, a temperatura era de 32° à noite. Essa é uma diferença, essa é uma ilustração palpável para qualquer um que queira ir lá ver.

Nós precisamos agora, imediatamente, assumir as responsabilidades do que foi o projeto de desenvolvimento deste país e suas consequências, porque o que aconteceu no século XX e nos séculos anteriores, que segue acontecendo agora, não é mais aceitável, não é mais possível de ser ignorado, porque as consequências estão postas. Não adianta mais a gente fingir que elas podem ser evitadas, que se trata de matéria de opinião quando a água está subindo – e a água está subindo em diversos estados, não apenas no Rio Grande do Sul.

Neste momento, inclusive, se reúne a Corte Interamericana de Direitos Humanos em Manaus, de hoje até quarta-feira, debatendo também o papel e as consequências do Brasil na emergência climática neste momento, porque isso se trata também de matéria de direitos humanos.

Trazendo um dado aqui extremamente importante sobre as nossas consequências, sobre as nossas razões, sobre as nossas responsabilidades como país em todos os seus níveis: 56% – esses são dados da Conferência Brasileira de Mudança do Clima – dos municípios brasileiros não têm qualquer ação climática; apenas 12% têm planos, mas nem todos os cumprem; 8,5% têm leis, mas apenas 1,9% monitoram, têm metas e sabem, têm um horizonte de trabalho claro. Nós estamos falando, Senadora, de 110 municípios brasileiros de um total de 5.568 – 110 apenas.

Mas e o Rio Grande do Sul? Onde está o Rio Grande do Sul nisso tudo? No Rio Grande do Sul, na última aferição feita pela AdaptaBrasil, 43% dos seus municípios não têm capacidade adaptativa. Nós sabemos que esse número vai aumentar avassaladoramente. Mais de 90% dos municípios do Rio Grande do Sul foram atingidos. Mas aí está: nós precisamos nos pensar como país, nós precisamos pensar em cada uma das regiões, nós precisamos pensar em cada um dos estados. E qual é a responsabilidade do Rio Grande do Sul nesse ponto?



*(Soa a campanha.)*

**O SR. MARCOS WOORTMANN** – Por exemplo, o Rio Grande do Sul tem 385 mil hectares pendentes de passivo de restauração ambiental. Isso são dados do Observatório do Código Florestal. Nós temos uma área de oito vezes a capital, Porto Alegre, em passivo.

Eu quero, para concluir, avançar aqui na mesma linha do Ministro Augusto Nardes e fazer uma leitura para provocar a reflexão desta Casa, cuja função é legislar, mas também é fiscalizar. Um dos crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral consiste em retardar ou deixar de praticar ato de ofício ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal, essa é a definição de prevaricação. Como foi dito hoje num programa de rádio, a minha visão converge com a do jornalista. Quando o Governador Leite recebe os alertas de que as tragédias são iminentes...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. MARCOS WOORTMANN** – ... recebe um alerta de tragédia, inclusive, que aconteceu naquele mesmo ano e que iria se repetir no ano seguinte, isso é equivalente a um pai dizer: “Eu tenho obrigações demais já com a escola e não posso levar meu filho para se vacinar, porque eu não tenho tempo para isso”. É inaceitável! E a responsabilidade tem que ser dada a quem ela é devida.

Nós precisamos de ação internacional, e o Brasil pode ser um grande líder do mundo – ou será seu líder ou será a vergonha –, porque, no ano que vem, na COP 30, teremos a revisão de todas as NDCs, as contribuições voluntárias de cada país. Ou o Brasil fará o seu dever de casa e se colocará na posição de liderança mundial – agora, inclusive, afeito por essa calamidade que sofreu – ou isso será uma mancha na nossa história. E, para que isso ocorra, Senadores, é necessário também a gente começar a traduzir números.

Quando nós falamos em Bertioga no ano passado, que foi o recorde de chuvas em toda a história do Brasil, nós falamos em 600mm de chuva. O que isso traduz?

*(Soa a campanha.)*

**O SR. MARCOS WOORTMANN** – Que número é esse? Pouca gente consegue entender. Eu vou traduzir esse número. Isso significa, em 1m<sup>2</sup>, uma caixa d’água de 600 litros de água. Isso é o que choveu naquela cidade. E, este ano, em Fontoura Xavier, no Rio Grande do Sul, Senador, choveram 500 litros – 500 litros.

Este é o dever que nós temos como país: assumir as responsabilidades, e esta Casa tem a sua parcela – enorme também.

E aqui eu quero deixar uma contribuição da sociedade civil, um pleito muito claro sobre o que precisa ser feito. Sessões como esta são importantes, mas mais importante é a negociação e o avanço das pautas legislativas. E aqui eu quero destacar três delas: a primeira é a PEC 37, de 2021, que assegura o direito à segurança climática como um direito fundamental na Constituição brasileira. Isso é extremamente importante e inadiável. Essa PEC já foi aprovada...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. MARCOS WOORTMANN** – ... inclusive em relatório na CCJ, e eu peço à Senadora e ao Senador que liderem os blocos do Governo e da Oposição, Senador Mourão, em diálogo com o Deputado Presidente Arthur Lira, para que vá direto a Plenário, porque isso precisa ser respondido por essa Casa



também.

Tem também o PL 380, de 2023, que cria, dá diretrizes às cidades resilientes.

E, por fim, Senadores, a ratificação do Acordo de Escazú. A ratificação do acordo que permite e garante o acesso, protegido por lei internacional, à informação ambiental e protege os defensores do meio ambiente. Não podemos mais ter episódios como o dos assassinatos que ocorrem há tantas décadas neste país, que é o recordista de assassinatos de defensores do meio ambiente. Esse é um acordo extremamente importante que está na Câmara dos Deputados e que deve entrar também nessa negociação.

E, por último, para concluir, eu queria...

*(Interrupção do som.)*

*(Soa a campanha.)*

**O SR. MARCOS WOORTMANN** – ... como fiscalização desta Casa, que fiscalize o Governo Federal, porque tem um ponto extremamente importante de campanha que os eleitores que o elegeram ainda estão aguardando, que é a criação da Autoridade Nacional de Segurança Climática. Como existe autoridade nacional em diversos casos, em diversas áreas, nessa área isso é inadiável e é extremamente importante, Senadora.

Muito obrigado.

Contamos com esta Casa. *(Palmas.)*

**A SRA. PRESIDENTE** (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Muito bem.

Obrigada pela presença, Marcos Woortmann, que é Diretor Adjunto do Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS).

Vou passar a palavra agora para o Sr. Lucas Pizzolatto Konzen, Coordenador do Grupo de Pesquisa Direito e Sociedade e do Observatório da Regularização Fundiária de Interesse Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Seja bem-vindo, Dr. Lucas!

Está no remoto. *(Pausa.)*

Prof. Lucas? *(Pausa.)*

Boa tarde, Prof. Lucas. *(Pausa.)*

Bom, vou passar a palavra para o próximo expositor, que é o Sr. José Henrique Medeiros Pires, que é Secretário-Executivo da Representação do Estado do Rio Grande do Sul.

Fique à vontade. *(Pausa.)*

**O SR. JOSÉ HENRIQUE MEDEIROS PIRES** (Para exposição de convidado.) – Senadora Leila, Senador Mourão, todos que me antecederam, Srs. Senadores, Sras. Senadoras aqui presentes, com muita honra ocupo esta tribuna, ao tempo em que saúdo todos que estão presentes aqui ou que nos acompanham pela Rádio Senado, pela TV Senado e pelas redes sociais desta Casa.

Em nome do Governador Eduardo Leite e por delegação dele, agradeço penhoradamente a todos os brasileiros que se entrelaçaram na emocionante corrente de solidariedade que cerca o Rio Grande do Sul, seja por meio dos heróis, anônimos em sua maioria, que, voluntariamente, de todos os estados da Federação, atuam nas buscas e salvamentos de vítimas, seja por meio daqueles que se somam nas importantíssimas remessas de donativos que chegam ao estado de todos os recantos do Brasil. Também agradeço as colaborações internacionais que têm chegado e faço, aqui, uma referência especial – até agora não citada, mas é importante citar – à Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores, a ABC, que não tem medido esforços para viabilizar a resolução dos trâmites decorrentes das doações que aportam no Brasil, principalmente de avião ou em navios, o que, aliás, está acontecendo hoje



no Porto de Rio Grande.

Nesse momento, faz-se necessário um agradecimento especial ao Senado da República, que, por meio da Liga do Bem, mobilizou Brasília e Entorno, enviando dezenas de milhares de cobertores novos inicialmente, mas estes, que já começaram a ser arrecadados lá no início da tragédia climática, foram fundamentais, porque foram milhares de cobertores novos que chegaram exatamente no momento em que o frio chegou. Então, foi muito importante, e aqui vai, mais uma vez, um agradecimento à Dra. Ilana, que coordena e dirige o Senado, por mobilizar e enfrentar, de maneira bastante efetiva, essa questão. Além das cobertas, alimentos, roupas e outras coisas necessárias seguiram via terrestre e pelos aviões da Força Aérea Brasileira. Vai também, neste momento, um agradecimento ao Ministério da Defesa como um todo – Exército, Marinha e Aeronáutica – e também a todos os voluntários que estão, neste momento, inclusive aqui, num grande galpão do Senado da República, separando os víveres e gêneros que estão sendo encaminhados para o Rio Grande do Sul.

Bem, dando segmento aqui, eu quero destacar o seguinte: a história, assim como as enchentes, assim como as secas, se repete. E aqueles que me antecederam realmente foram bastante precisos ao dizer que precisamos, sempre, sempre, aprender com a história e precisamos aprender com as enchentes e secas pelos mesmos motivos. Nós não podemos desprezar os modelos registrados; temos que aprender com eles. Precisamos qualificar as comunidades para, quando da indesejada repetição de situações como essa, nós termos dotado as estruturas para o enfrentamento necessário, seja com pontes mais altas, diques de contenção, casas de bombeamento prontas para entrar em ação, prédios públicos resilientes... Enfim, o aprendizado que a história nos proporciona permite exatamente isso, inclusive a criação de leis, como foi falado aqui anteriormente, para as circunstâncias normais e as excepcionais; as previsões jurídicas e administrativas que permitam aos agentes de Estado atuação rápida eficiente e que permita a segurança jurídica que valide os atos administrativos decorrentes.

E aqui, nesse ponto, eu faço um agradecimento especial ao Congresso Nacional, que, nos eventos dramáticos e extremos, já em setembro do ano passado, em tempo recorde, após a propositura do Senador Rodrigo Pacheco, com a relatoria do Senador Paulo Paim, em poucos dias aprovou e publicou um decreto legislativo naquele sentido. E há poucos dias, diante do desastre em curso, o Congresso disponibilizou leis específicas, já citadas aqui, para embasar o enfrentamento que está sendo feito.

Falando em leis, quero lembrar que o Estatuto das Cidades, de 2001, preconiza que cidades com mais de 20 mil habitantes tenham um plano diretor. No Rio Grande do Sul, nós temos mais de cem cidades com população superior ao recorte da lei, pois quase 300 cidades gaúchas possuem plano diretor, e creio que todas as 497 devam pensar seriamente em tê-lo, pois ninguém melhor do que os munícipes, por meio de suas lideranças, por seus líderes comunitários, seus Vereadores, para definir as áreas urbanizáveis, as áreas agricultáveis, as áreas municipais de preservação, as encostas que podem oferecer perigo em eventos climáticos extremos. Algumas cidades destruídas têm pouco mais de 10 mil habitantes. Também essas terão uma nova fase que deverá vir a seguir, além do plano diretor; terão que ter um plano de resiliência, como foi bem falado aqui.

Cito especificamente um caso: o caso de Pelotas. Pelotas preparou, depois da pandemia, um plano de resiliência. Faz mais de dez dias que os alagamentos que ocorrem em Pelotas estão nos noticiários nacionais. Hoje, a cidade está enfrentando, neste momento, seu maior desafio, porque, pela cheia do Canal São Gonçalo, associada ao vento sudeste, a enchente voltou exatamente aos preocupantes índices que tinha enfrentado lá em 1941.

Porém, o que está acontecendo? A cidade fez diques de contenção em toda a margem do Canal São Gonçalo; a enchente deparou-se com as antigas casas de bomba do extinto Dnos (Departamento Nacional de Obras de Saneamento), que foi extinto em 1990, e estão todas funcionando plenamente, apesar da



idade. Porque todos os Prefeitos que sucederam a construção dessas casas de bombas, na década de 60, colocaram a manutenção dessas casas de bomba como algo importante para a cidade. E ainda foram além: o Serviço Autônomo de Saneamento de Pelotas, o Sanep, nesses anos todos, ampliou as estruturas de resistência a partir de estudos prévios. Então, aqui fica um registro.

É claro que a cidade cresceu, as cidades se desenvolveram. A água subiu principalmente em lugares onde ela tinha estado em 1941 e encontrou áreas que foram urbanizadas, da década de 60 em diante, ou seja, a água foi ao mesmo lugar a que ela ia, só que não tinha população. E, se a gente for analisar o histórico de enchentes no Rio Grande do Sul, nós tivemos uma grande enchente em 1823, antes da Revolução Farroupilha, que está muito bem destacada, quando o Rio Grande do Sul tinha 20 mil habitantes. Nós tivemos uma grande enchente, muito bem marcada, em 1897, que chegou com água a lugares bem... às coxilhas, em Porto Alegre, mas também a população era muito menor.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. JOSÉ HENRIQUE DE MEDEIROS PIRES** – Em seguida, eu concluo.

Quero dizer que a própria enchente de 1941, quando encontrou Porto Alegre, encontrou uma cidade com 270 mil habitantes. É preciso falar isso.

Agora, é preciso que todos façam um plano de resiliência para poder atender os desabrigados dentro de um planejamento. É preciso organizar melhor as ocupações das zonas rurais em todo o estado, pois tudo indica que situações de enchentes longas e de secas, como nós tivemos recentemente, podem voltar, e voltar mais rápido do que o previsto.

Finalizando, destaco que o Governador do Estado, Eduardo Leite, criou a Secretaria da Reconstrução Gaúcha há poucos dias, e essa secretaria vai coordenar as necessárias ações futuras que vão permitir, muito em breve, o reerguimento do estado, obviamente, com o auxílio absolutamente...

*(Interrupção do som.)*

*(Soa a campanha.)*

**O SR. JOSÉ HENRIQUE DE MEDEIROS PIRES** – ... e dos demais entes e Poderes da União.

Fica aqui um agradecimento aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras, a todos que nos acompanharam, dizendo, mais uma vez, muito obrigado pela força de todos os quadrantes deste país e do mundo – mais de 50 países estão enviando donativos. O Senador Paim acompanhou a entrega de donativos do Japão no último fim de semana, encaminhando para Canoas um avião da FAB carregado com purificadores de água, que vão fazer a diferença em hospitais do SUS.

Muito obrigado, Senador. Obrigado a todos.

Uma boa tarde. *(Palmas.)*

**A SRA. PRESIDENTE** (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Obrigada pela participação, Sr. José Henrique Medeiros Pires, que é Secretário-Executivo da Representação do Estado do Rio Grande do Sul em Brasília.

Vou passar a palavra agora para o Professor do Departamento de Paleontologia do Instituto de Geociências... *(Pausa.)*

Pois não, Senador Kajuru.

**O SR. JORGE KAJURU** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Pela ordem.) – Eu não sei se o microfone... Ah, está. Logo eu, não saber se o microfone está ligado... *(Risos.)*

Desculpem-me, eu sou um brincalhão; só 50 anos de carreira na televisão brasileira.

Irmã Leila, minha companheira; nosso Presidente – porque eu o chamo de Presidente – General



Hamilton Mourão... Está na mesa ainda? – por causa da minha visão... Ele está aí?

**A SRA. PRESIDENTE** (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Está, sim, Kajuru.

**O SR. JORGE KAJURU** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Ele nem foi almoçar, não é?

**O SR. HAMILTON MOURÃO** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – Não.

**O SR. JORGE KAJURU** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – E tinha que almoçar, porque é diabético.

Mas eu queria trazer, rapidamente, uma satisfação a vocês todos, porque eu estive ausente – fiquei aqui a primeira meia hora – em função de um compromisso que eu tinha marcado na semana passada com o Ministro Haddad.

Como a nossa presença lá no Rio Grande do Sul foi muito forte, com a gente vendo cada situação e cada prioridade... O Presidente Mourão foi o primeiro a me falar, e aí eu falei: o senhor tem toda razão. A questão de que você se emocionou, Leila... Porque você me carregava, em função da visão, de braços, e você ia relatando para mim o que você estava vendo, porque eu não estava vendo em função do problema que eu tenho no momento. E você se emocionando, a cada instante, Paim também; todos.

Mas eu fiquei aturdido quando ouvi o depoimento do Prefeito de Canoas, que é jornalista como eu – Deus e saúde, primeiro, a todos e a todas que estão aqui presentes, a vocês todos, em especial às gaúchas e aos gaúchos –, quando ele relatou sobre uma avó de 70 anos que morava com dois netos. A água passou da janela, então ela perdeu a casa todinha. E a Leila se lembra, o Mourão se lembra e os demais que foram lá – nós fomos em sete Senadores lá – de que se falou até em valor.

**A SRA. PRESIDENTE** (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – O Senador Paim também está aqui.

**O SR. JORGE KAJURU** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – O Paim, querido Presidente, meu irmão, se lembra de que o Prefeito falou entre R\$20 mil, R\$25 mil, R\$30 mil – não é isso? – o valor de casa.

Agora, eu fui o quê? Eu fui confirmar agora oficialmente, porque nós sabemos como funciona o Governo em relação a um compromisso de emenda. O ex-Presidente Davi Alcolumbre já tinha passado os R\$10 milhões que eu pedi. Agora, eu confirmei este valor, voltei agora mesmo lá do ministério. Conforme eu combinei com o Paim e com o Mourão, a minha prioridade seria a habitação, que é também a prioridade do Relator, o Presidente Mourão. Portanto, está oficialmente confirmado o valor de R\$10 milhões, de que o Governador Eduardo Leite, de uma honestidade intocável, faz questão de prestar contas de centavo a centavo que chegar lá ao fundo – foi isso que ele disse a nós, inclusive, naquela reunião que o Presidente Paim confirmou. E o Presidente Paim falou: “Kajuru, não precisa passar para mim e para o Mourão, já passa diretamente para o fundo”. Hoje, antes de ir para o ministério, eu falei com o Presidente Mourão como é que eu faria, porque a minha prioridade é a habitação, pois eu quero ver gente de novo tendo casa para viver lá. Então, esse valor que eu vou destinar de R\$10 milhões... Respeitando Parlamentares que só querem passar R\$1 milhão, eu acho R\$1 milhão um valor ridículo, mas ele é bem-vindo. Para mim, tinha que ser no mínimo R\$10 milhões – é isso que eu vou fazer. Então, eu vou enviar isso para a Secretaria da Habitação. O Governador Eduardo Leite concordou e fará a mesma prestação de contas de quantas casas significarão esses R\$10 milhões.

Seguirei fazendo aquele trabalho junto a Portugal, com os brasileiros, inclusive uma gaúcha de Canoas, da sua terra, Paim, que é a Andrezza, e o Cristiano, em Lisboa. A Latam já foi lá buscar mais de 300 toneladas de tudo, especialmente roupa de inverno para criança e para adulto, material higiênico,



fralda, enfim, tudo o que Portugal conseguiu lá através de brasileiros e de portugueses, a quem devemos agradecer aqui. E também através de brasileiros que vivem numa cidade chamada Connecticut, próxima a Nova York, como o empresário, amigo meu pessoal, que está lá há mais de 20 anos... E lá só tem empresário brasileiro rico, graças a Deus! Tem mais de 1 milhão de brasileiros lá. Eles fizeram também um movimento extraordinário, inclusive com máquinas, porque tem cidade gaúcha – exemplo: Bento Gonçalves – que precisa de máquinas no valor de R\$300 mil, e os americanos conseguiram. Como o Ministro Silvio Costa Filho e o Ministro José Múcio foram corretíssimos comigo e conseguiram o transporte da Latam, eles também mandaram essa confirmação aqui nesta reunião de que estão fazendo o mesmo com Nova York, no Aeroporto John Kennedy, onde lá buscarão também as quase 500 toneladas, inclusive essas máquinas, para as cidades, em especial, lá no Rio Grande do Sul, que estão precisando.

É uma satisfação minha, é uma prestação de contas que eu faço de coração, nada mais do que a minha obrigação, com a compreensão que o meu Estado de Goiás teve, porque tinha gente falando: “Kajuru, os goianos vão te criticar”. Não, pelo contrário, me elogiaram pela minha decisão, porque, graças a Deus, eu sou recordista de emendas para o Estado de Goiás. Então, ao passar R\$10 milhões dos R\$100 milhões que eu mandei para Goiás, não tinha como o goiano reclamar.

Muito obrigado.

Desculpe pelo tempo que usei da Presidência e desta reunião, que devolvo à minha irmã, Leila do Vôlei. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Muito bem, Senador Jorge Kajuru. Parabéns pela iniciativa. Como sempre, o senhor com um coração muito generoso e uma pessoa muito empática.

Eu vou passar a palavra agora para o Sr. Rualdo Menegat, que é Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Seja bem-vindo, Prof. Rualdo. (*Pausa.*)

No remoto.

**O SR. RUALDO MENEGAT** (Para exposição de convidado. *Por videoconferência.*) – Boa tarde a todos e a todas.

Exma. Senadora Leila Barros, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, e Exmo. Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão Temporária e meu querido conterrâneo, cumprimentando-os, também cumprimento a mesa, as autoridades já nominadas, os painelistas e todos e todas aqui presentes ou que nos assistem.

Nós estamos diante da maior catástrofe climática de uma região metropolitana do Hemisfério Sul. Por essa razão, trata-se de um grande aviso a toda a comunidade nacional e também global, mas esses avisos já vieram antes. Em 2004, também aqui no Sul, abateu-se o furacão Catarina, o primeiro furacão descrito no Atlântico Sul. Por causa disso, o ex-Presidente Al Gore escreveu o livro *Uma Verdade Inconveniente*. Agora, podemos perguntar: até quando será inconveniente? Até quando as medidas para enfrentarmos os tempos severos serão procrastinadas se já entramos agora na era das consequências?

A chuva de 800mm que caiu no Rio Grande do Sul em cinco dias deveu-se ao agravamento da emergência climática. A temperatura média do planeta já alcançou mais 1,4°C. Quanto mais os oceanos aquecem, mais a água evapora. Agora, vejam. Quanto mais a atmosfera aquece mais ela consegue guardar vapor d'água. Então, quando esse vapor se condensa e ocorre a chuva, essa chuva poderá ser muito maior do que aquelas que já vimos. A atmosfera tem uma enorme capacidade de guardar vapor. Dizemos, então, que os fenômenos severos serão mais intensos e frequentes. Esse aumento de temperatura se deve à queima de combustíveis fósseis, em especial o carvão, cuja exploração e queima deve ser encerrada em nosso país.



Nós devemos atacar as causas.

Agora, vejamos. Se 800mm de chuva caem no oceano, não há grande impacto na nossa infraestrutura, porém, se caem nas terras onde vivemos, as consequências podem ser maiores ou menores, dependendo de cinco fatores, ou seja, nós podemos agravar o que já é grave.

O primeiro fator é geológico, geomorfológico, hidrográfico do lugar onde a chuva cai. Precisamos olhar o lugar. Essa chuva caiu nas terras altas do Planalto Meridional, e, dali, rapidamente as águas escoaram por vales profundos e estreitos dos Rios Jacuí, Taquari-Antas, Caí, Sinos e Gravataí e, logo, se concentraram nas terras baixas do Delta do Jacuí. Dali, as águas vão para o Lago Guaíba, que está conectado com a Laguna dos Patos, que se liga ao Atlântico. Agora, vejam. O encontro das águas dos rios, que convergem como um funil até o Guaíba, em Porto Alegre, com as águas do sistema de lagos e lagoas costeiras atua como uma bacia e dificulta o escoamento quando há marés e tempestades lá em Rio Grande, na desembocadura da Lagoa dos Patos. Então, as águas se acumulam no Delta do Jacuí, formando um lago de inundação que ocupou uma área nada menos de 800km<sup>2</sup>, impactando cerca de 5 milhões de pessoas apenas na região metropolitana.

Vemos, assim, que essa região onde vivemos aqui, em Porto Alegre, é muito sensível a inundações, sendo a mais notória a de 1941, mas toda a vida urbana dessa região tem sido uma vida de enfrentar inundações. Então, elas não são de fato uma surpresa, embora a intensidade.

O segundo fator é saber em que condições a água escorre sobre os solos. Vejam. Se os serviços ecossistêmicos – estou falando dos rios, da mata ripária, das matas e dos banhados – estão funcionando integralmente, eles atuam para diminuir a velocidade e o volume da água. Por outro lado, se os serviços ecossistêmicos estão desestruturados, ora, a água escorre com mais velocidade e volume, criando torrenteiras muito violentas. Nos últimos anos, em função da intensificação da monocultura do agronegócio, especialmente da soja, houve uma desestruturação dos serviços ecossistêmicos, facilitada também pelo desmantelamento das leis ambientais que os protegiam, mas não é só o agronegócio. O crescimento das cidades também se deu em terras ribeirinhas, graças ao relaxamento de medidas protetivas dos planos diretores urbanos, aumentando a exposição das populações ao risco.

O terceiro fator é o da infraestrutura do estado e dos municípios para enfrentarem o cenário catastrófico. Eu vou me deter aqui apenas com um exemplo, para mostrar como a infraestrutura está e estava desmantelada quando ocorreu a catástrofe. O sistema de proteção contra inundações de Porto Alegre não funcionou por simples falta de manutenção nas comportas e nas casas de bombas. Isso é inaceitável! É como trancar os coletes salva-vidas em uma sala. Nós não somos uma cidade inexperiente com questão de inundações. Então, como explicar esse descaso?

O quarto fator é o de capacidade e preparação da defesa civil. Reconhecemos que houve um esforço heroico aqui e devemos agradecer pelo resto das nossas vidas, mas sabemos que, quando uma vovó ou uma mãe com um bebê são salvas no telhado de uma casa inundada, é porque falhou o nosso sistema de alerta e de prevenção. Não podemos achar normais essas cenas, pois somos uma sociedade que tem capacidade para fazer frente a situações como essa. Por um lado, porque são previsíveis; por outro, porque temos conhecimentos armazenados nas nossas universidades, como falou aqui o Vice-Reitor da nossa querida UnB, e também conhecimento acumulado nas comunidades.

E temos aqui o quinto fator, o da educação. Esses temas do aquecimento global, da emergência climática e da geografia do lugar devem estar na escola como conteúdos, mas principalmente como práticas, do ensino universitário ao fundamental. Devemos entrar em outro modo educativo, aquele que prepara a juventude e os futuros profissionais para a emergência climática. São eles que vão construir as soluções para o futuro. Eu poderia aqui ter inúmeras sugestões e ideias, mas a pergunta é: quem vai construir as



novas condições para o futuro? São eles, são os jovens, que nós devemos formar desde agora.

E, vejam bem, o pior recado que podemos passar às novas gerações é o de que esses eventos severos são uma fatalidade e um destino. Sim, eles vão ocorrer com maior intensidade e frequência, mas temos o dever: precisamos encorajar as novas gerações. E devemos fazer isso com base no conhecimento e não negando os eventos climáticos.

A grande estratégia do futuro não é a da simples reconstrução feita com as ideias prepotentes do século XX que nos trouxeram até aqui. Diferente disso, devemos pensar na ideia-chave de regeneração. Nós precisamos, urgentemente, regenerar nossos ecossistemas, para que eles tenham capacidade de diminuir a velocidade e o volume das águas que chegam às zonas baixas do nosso estado. Nós precisamos, sim, regenerar as cidades. Elas devem ser menos parasitárias, devem consumir menos, devem ter maior autonomia energética, devem ser cidades mais permeáveis às águas, devem ter uma maior capacidade de desenvolver, dentro do seu tecido urbano, as matas, os corredores ecológicos. E também precisamos regenerar as comunidades.

Sim, esse enorme desastre não só se abate contra a infraestrutura, mas também contra a sociedade. Assim, nós precisamos de uma geóetica que informa nossos claros limites para habitar a terra. Como disse Francis Bacon, um grande sábio do século XVI, a melhor maneira de vencer a natureza é obedecendo-a. Criemos, pois, uma nova cultura para habitar a nossa terra.

Muito obrigado.

Era isso que eu tinha a dizer. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Prof. Rualdo Menegat, recado muito bem dado para todos nós, com a lembrança do quanto ainda temos que educar e preparar o nosso futuro, os jovens, os que, no futuro, farão algo de fato, porque a nossa geração falhou e muito. Nós precisamos realmente rever isso.

Vou conceder a palavra ao nosso último expositor aqui, que é o Sr. Lucas Konzen, Coordenador do Grupo de Pesquisa Direito e Sociedade e do Observatório da Regularização Fundiária de Interesse Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Seja bem-vindo, Sr. Lucas.

**O SR. LUCAS KONZEN** (Para exposição de convidado. *Por videoconferência.*) – Senadora Leila, boa tarde. Agradeço a compreensão, aqui, com os problemas técnicos enfrentados.

Queria agradecer à Mesa Diretora do Senado Federal o convite e, na pessoa do Senador Paulo Paim, cumprimentar as demais autoridades aqui presentes.

“Para aprender sobre o ambiente em que vivemos, devemos começar pelo local em que estamos” era a lição do Atlas Ambiental de Porto Alegre, uma publicação coordenada pelo orador que me precedeu, o Prof. Rualdo Menegat, uma publicação de divulgação científica, que devorei ainda no ensino médio, em fins da década de 90.

Lembrei-me dessa lição nas últimas semanas, quando as ruas, praças e parques do Menino Deus, o bairro onde eu vivo, foram inundados. De repente, a minha família ingressava na estatística: mais de 600 mil desalojados no Rio Grande do Sul. Nas imediações da minha casa, as águas turvas e contaminadas tomaram a escola de educação infantil que a minha filha frequenta, o hospital que nos atende, o estádio do meu time do coração, o Internacional. Nós, porto-alegrenses, testemunhamos: as mudanças climáticas, um fenômeno de escala global, aumentam, exponencialmente, as chances de eventos extremos, cujos efeitos se fazem sentir em escala local.

O caso de Porto Alegre, senhoras e senhores, impressiona, porque se trata de uma cidade privilegiada. Conforme dados da plataforma AdaptaBrasil, o risco de impacto das mudanças climáticas para inundações em Porto Alegre é considerado baixo. Embora a ameaça representada pelas águas do Guaíba e o grau de



exposição da população sejam muito altos, a vulnerabilidade é considerada muito baixa. E, entre outros fatores, isso se deve ao fato de contarmos, há décadas, com um sistema de proteção contra inundações.

O que leva famílias, empresas, governos a investirem seus recursos em áreas da cidade expostas ao avanço das águas? Acreditávamos que os mais de 60km de diques, comportas, casas de bombas – uma infraestrutura bem descrita, aliás, no Atlas Ambiental – nos defenderiam de cheias até a cota de 6m.

O que mostram as evidências? Quero mostrar aqui alguns mapas para vocês, pessoal.

Em considerável medida, por muitas décadas, a gente pode dizer que Porto Alegre não cresceu de costas para o Guaíba, como muitas vezes se ouve por aí, mas respeitando a relação com as suas águas, de modo compatível com o sistema de proteção.

Não nos enganemos. Eu, como pesquisador na área do direito, gostaria aqui de ressaltar que um sistema de proteção repousa não apenas em obras de engenharia, mas também em normas, umas elaboradas por esta Casa. Havia algo que ficava a salvo das disputas político-ideológicas em Porto Alegre – assim foi durante muito tempo –: a norma que desencorajava o avanço do processo de urbanização para além das áreas protegidas pelo sistema, uma norma plasmada nas exposições da lei orgânica municipal do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental da década de 90.

Nas últimas décadas, senhoras e senhores, aquilo que se supunha fora de disputa passou a ser vilipendiado. A campanha pela derrubada do Muro da Mauá, na contramão das evidências científicas, ilustra bem esse fenômeno. As autoridades municipais, em tom de brincadeira, em um dado momento da história da minha cidade, chegaram a sugerir que fossem distribuídas picaretas à população, em tom de brincadeira – não é? –, para pôr abaixo o muro.

Vejam só: o símbolo do sistema de proteção contra inundações transformado em uma espécie de Muro de Berlim! A remoção do muro está prevista no projeto de revitalização capitaneado pelo Governo do estado, cujo desiderato é transformar o Cais Mauá na principal atração turística da nossa cidade.

O modelo de negócio, desenhado com o crivo do BNDES, baseia-se na concessão da área à iniciativa privada e na alienação de parte do terreno para fins da edificação de arranha-céus. Para se adequar ao empreendimento com valor geral de vendas bilionário, a Lei do Plano Diretor de Porto Alegre foi alterada, e o regime urbanístico e ambiental, de forma inédita na cidade, agora encoraja que sejam erguidas, à beira do curso d'água, edificações comerciais e residenciais, com coeficientes de aproveitamento e alturas elevadíssimos para os padrões de Porto Alegre. São áreas que estariam, é claro, hoje, debaixo d'água.

Senhoras e senhores, isso não teria sido possível sem as mudanças promovidas na legislação federal em matéria ambiental e de uso e parcelamento do solo urbano, sobretudo no que se refere ao papel conferido aos municípios na flexibilização das Áreas de Preservação Permanente, as APPs.

Dessa vez, estima-se que a cheia tenha atingido a cota de 5,35m, um recorde, por certo, mas abaixo da cota limite do sistema. Ainda assim, como todos sabemos, o sistema de proteção falhou miseravelmente, produzindo uma catástrofe sem precedentes. Por quê? A resposta seja de técnicos do Departamento de Esgotos Pluviais (DEP), seja de acadêmicos do Instituto de Pesquisas Hidráulicas (IPH), orgulho da minha universidade, dois dos esteios de proteção do sistema, tem sido uníssona: falta de manutenção. Vocês já ouviram isso aqui antes, não é? Ninguém investe no que deseja destruir.

Nas cheias de 2014, de 2016 e, sobretudo, nas de setembro e novembro do ano passado, em que foram alcançadas as duas cotas mais elevadas desde a enchente histórica de 1941, problemas graves com manutenção das casas de bombas e das comportas já haviam sido identificados. As mudanças radicais nas normas urbanísticas e ambientais têm sido acompanhadas do progressivo dismantelamento das práticas que asseguravam um funcionamento adequado do sistema de proteção.

O DEP, outrora órgão de primeiro escalão da prefeitura municipal, acabou sendo incorporado ao Departamento Municipal de Águas e Esgotos (Dmae) e, esvaziado, progressivamente foi perdendo o pessoal,



o orçamento, sobretudo com a perspectiva da privatização. Esse processo foi alavancado a partir da aprovação do marco legal do saneamento básico pelo Congresso Nacional.

As evidências sugerem que estimular a gestão pública em nível local, a formação de profissionais qualificados e o investimento em pesquisa científica, tecnologia e inovação são respostas para se construir cidades mais resilientes.

Porto Alegre, eu dizia, é uma cidade privilegiada. Na margem oposta do Guaíba, por exemplo, a vizinha Eldorado do Sul foi dizimada. Surgido a partir de fracionamentos irregulares em áreas de várzeas de inundação, antes destinadas à pecuária e à cultura de arroz, o município expandiu sua área urbanizada sem contar com o sistema de proteção contra inundações. Privilegiados também são, em sua grande maioria, os habitantes de bairros como o Menino Deus, temporariamente desalojados, mas, em momento algum, desabrigados. As informações que temos sugerem que quem acudiu massivamente os abrigos em Porto Alegre foram, sobretudo, os moradores das vilas populares.

Com base em dados do IBGE e do Ipea sobre favelas e núcleos urbanos informais, nós mapeamos, no Observatório da Regulação Fundiária de Interesse Social da UFRGS, as vilas populares de Porto Alegre situadas nas áreas diretamente atingidas pelas inundações. Comunidades urbanas que se consolidaram em áreas abarcadas pelo sistema de proteção estão incluídas nesse mapeamento, como a Vila Areia, no bairro Farrapos; a Vila Nova Brasília, no Sarandi; que estão há semanas submersas. São comunidades inteiras que perderam tudo. Para além de móveis e eletrodomésticos, é provável que, nessas vilas populares, muitas das edificações tenham sucumbido à enchente ou permaneçam inabitáveis mesmo depois que as águas baixarem. Sem a segurança jurídica da posse, milhares de famílias correm neste momento o risco de simplesmente não ter para onde retornar.

Na resposta à tragédia, efetivar o direito humano à moradia adequada deve ser prioridade do Estado brasileiro. É responsabilidade do Congresso Nacional fazer a sua parte para assegurar às pessoas em situação de maior vulnerabilidade atingidas pelas consequências das mudanças climáticas – a exemplo dos moradores das vilas populares – medidas especiais de proteção e integração, de distribuição de recursos, de acesso aos serviços e de não discriminação.

Finalizo.

Em vez de despejos forçados para cidades transitórias, que tendem a se tornar permanentes, o que precisamos é honrar as diretrizes do Estatuto da Cidade. Assumamos o desafio de encorajar a regularização fundiária plena.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Nós é que agradecemos a participação do Sr. Lucas Konzen, que é Coordenador do Grupo de Pesquisa Direito e Sociedade e do Observatório da Regularização Fundiária de Interesse Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Bom, antes de finalizarmos a nossa sessão temática, eu quero agradecer a todos os expositores, a todas as autoridades que estiveram presentes. Falo isso em nome não só dos Senadores, mas também da Bancada Feminina, a qual estou representando aqui, nesta mesa, e da Comissão de Meio Ambiente.

Vou deixar o encerramento para aquele que começou, aquele que foi o nosso requerente, aquele que, junto com o Senador Mourão, de fato, está aqui lutando, junto com o Senador Ireneu, os Senadores gaúchos, que estão diariamente nos alertando sobre a situação dos nossos irmãos do Rio Grande do Sul.

(*Intervenção fora do microfone.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Não, vou passar para o nosso decano, nosso querido amigo e o maior representante aqui, junto com o Senador



Mourão e o Senador Ireneu, do nosso povo gaúcho.

(A Sra. Leila Barros deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.)

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discursar - Presidente.) – Leila, primeiro, quero agradecer a sua gentileza.

Eu havia combinado com você: eu fiz abertura em nome da Comissão que presido, que é essa Comissão Externa em relação à crise do Rio Grande do Sul, e você faria a fala de encerramento.

Eu só posso, neste momento, agradecer a todos. Foram cerca de 20 painelistas, 8 representantes do Governo: 7 à distância e o Ministro Jader, pessoalmente.

Quero agradecer ao representante do Governador Eduardo Leite, porque o Governador se comprometeu comigo que entraria de forma virtual, a não ser que não desse, e não deu. Ele fez contato – eu falei com você –, “estou pronto para a missão”, e fez um belo pronunciamento.

Quero agradecer àqueles que nos acompanharam à distância, e pode crer que são milhares que nos acompanharam. Eu sempre digo, para aqueles que não entendem ainda, que a TV Senado tem um potencial enorme. Ela abraça todo o Brasil. Nesta questão específica do Rio Grande do Sul, essa equipe de profissionais de imprensa tem se dedicado dia e noite, dia e noite, a divulgar o trabalho do Congresso Nacional, o trabalho do Governador do estado, dos Prefeitos, do Presidente da República, dos seus Ministros.

Neste momento, eu quero só dizer isto. Permita-me, meu Relator, Senador Mourão, que eu diga: é um momento de solidariedade, de fraternidade, de gratidão. Eu pediria, assim, pelo amor de Deus, àqueles que trabalham com *fake news*: deem uma trégua! Nosso povo está morrendo lá, e vocês continuam com *fake news* – tipo absurdos como este, de que não viram um discurso dos membros da Comissão. E essa Comissão está todo dia trabalhando, reunindo, conversando, dialogando. Foram eles que organizaram este momento, foi essa Comissão com a orientação do Presidente Rodrigo Pacheco.

E aqui eu rendo as minhas homenagens a todos os servidores, funcionários, mas quero também olhar lá na ponta, fazer aqui um gesto pequeno, mas de nossa parte, grande, de todos nós, aos voluntários, àqueles que, como eu digo, ou de jatinho – quando eu digo jatinho, é lancha – ou de lancha ou de *jet ski* – gente que podia estar em casa, muito bem acomodada – estavam lá salvando gente. Quero falar do pescador, que com o seu reminho, com a sua barquinha, estava lá salvando gente, salvando os animais. Quero falar da ajuda internacional, quero falar da ajuda de todo o país: não teve um estado, e o DF, que não esteja mandando...

Os aeroportos estão lotados de mantimentos, de remédios, de cobertores, porque no Sul, nesta época, está muito frio e, infelizmente, a chuva voltou. Nesta noite foi muita chuva, e me falaram, há pouco tempo, que a preocupação aumentou. Quero... Mesmo àqueles que não estão aqui, mas que com a distância fizeram a sua fala, deram a sua contribuição, eu só posso dizer o seguinte: o Brasil era um, ou foi um, antes do que aconteceu no Rio Grande do Sul; o Brasil há de ser outro daqui para frente. Nós vamos, efetivamente, trabalhar todos, todos unidos, porque não tem essa de querer acusar um ou outro. Pelo amor de Deus, parem com isso, em nome da vida! É o momento de nos somarmos, desde que assumamos o compromisso de defender o meio ambiente. Meio ambiente é vida! A nossa gente sofre tanto, porque não houve a devida defesa e o cuidado com o meio ambiente.

Era só isso. Digo a todos muito obrigado, gratidão e solidariedade.

Como é bom ver essa declaração de amor do Brasil ao nosso povo gaúcho! O povo gaúcho ama também o Brasil.

Um abraço a todos. Que Deus nos ilumine. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS.



Fala da Presidência.) – Cumprida a finalidade desta sessão especial do Senado Federal, agradeço às personalidades que nos honraram com a sua participação.

Convido todos os debatedores e os Senadores a virem, aqui, à frente da mesa, para fazermos uma foto coletiva. Que esta foto represente todos aqueles que defendem o meio ambiente, defendem a vida e, neste momento, estão solidários com todo o povo gaúcho, com todo o povo brasileiro. Kajuru, por favor.

Encerrada a sessão. (*Palmas.*)

*(Levanta-se a sessão às 14 horas e 48 minutos.)*



Ata da 68ª Sessão, Não Deliberativa,  
em 27 de maio de 2024

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura

*Presidência do Sr. Weverton.*

*(Inicia-se a sessão às 15 horas e 9 minutos e encerra-se às 16 horas e 14 minutos.)*



**O SR. PRESIDENTE** (Weverton. Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA. Fala da Presidência.) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

A presente sessão não deliberativa destina-se a discursos, comunicações e outros assuntos de interesse partidário ou Parlamentar.

As Senadoras e os Senadores poderão se inscrever para o uso da palavra por meio do aplicativo Senado Digital, por lista de inscrição, que se encontra sobre a mesa, ou por intermédio dos totens disponibilizados na Casa.

Os Senadores presentes remotamente, inscritos para o uso da palavra, poderão fazê-lo através do sistema de videoconferência.

Nós vamos passar à lista dos oradores, que terão até 20 minutos para fazer uso da palavra.

Eu convido para utilizar a tribuna e iniciar as falas no dia de hoje o colega Senador Kajuru.

Quero também cumprimentar aqui, Senador Kajuru, o colega Deputado Remy Soares, do Estado do Maranhão, da região central lá do nosso estado – não sei se V. Exa. conhece –, Presidente Dutra. O Deputado Remy está aqui visitando o Senado Federal hoje. Seja bem-vindo!

Passo a palavra ao Senador Kajuru.

**O SR. JORGE KAJURU** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Para discursar.) – O Deputado sabe: o Weverton é a voz mais aplaudida do Maranhão, como Senador e como amigo – é a correção que eu lhe faço. Não me chame de colega. Neste Senado tem 81 Senadores, só um é meu colega, porque eu não gosto dele; 80 são meus amigos.

**O SR. PRESIDENTE** (Weverton. Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – Amigo/irmão. (*Risos.*)

**O SR. JORGE KAJURU** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Você é irmão.

Senador, Presidente Weverton, hoje, segunda-feira, brasileiros e brasileiras, embora eu prefira falar – e aprendi com um maranhense, José Sarney – brasileiras e brasileiros, quero aplaudir a participação, na semana passada, do Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara Federal: um craque, em todos os sentidos, até para responder a figuras que são tão desprezíveis que nem o nome delas eu cito.

Haddad mostrou que além de competente na formulação e execução da política econômica, sabe ser preciso também no enfrentamento político, o que estava faltando, na minha opinião, no Governo Lula 3, desde que o ex-Ministro da Justiça Flávio Dino foi indicado para o STF – esse também era cara a cara, não temia ninguém, especialmente os mais ignorantes.

O Ministro da Fazenda lamentou que setores da oposição tentem fazer um debate político rebaixado com recortes de falas em redes sociais em busca de apoiadores, o que se corroborou quando um Deputado sob investigação no inquérito da *fake news* acusou o Governo de maquiagem de dados. Tolinho, você não passa de um “polichinlo” e, como é analfabeto, não vai saber o significado dessa palavra.

Na resposta, o Ministro Haddad fez questão de dizer que não queria polarizar, mas restabelecer uma verdade histórica. Vamos ao que ele declarou: “Só teve dois Presidentes que deram calote: Fernando Collor e Jair Bolsonaro”. Aí vem o Presidente Lula e paga o calote. Abro aspas: “Ah, olha o déficit que o Presidente Lula fez”, fecho aspas.

Esse déficit, Deputado “polichinlo”, não é nosso. “O filho” – palavras do Haddad... “Polichinlo” é um adjetivo usado por mim. Pode me processar, Deputado, que eu colocarei no meu gabinete um quadro de atestado de idoneidade. Disse Haddad: “O filho é teu; tem que assumir a paternidade. Faz o exame de



DNA que vai saber quem deu o calote”.

Para quem não se lembra, no fim do ano passado, o Governo Lula 3 decidiu pagar mais de R\$93 bilhões em precatórios acumulados desde a gestão anterior. Ainda sobre heranças recebidas pelo Governo Lula 3, em resposta a outra provocação ridícula de outro Deputado medíocre, o Ministro da Fazenda fez questão de tornar pública conversa com o Governador de Minas Gerais, Romeu Zema. Abro aspas, aqui, para Fernando Haddad: “O Zema, que é um apoiador do Bolsonaro, em março de 2023, estava na minha mesa pedindo para pagar o calote que o Bolsonaro deu nele” – deu nele, Zema. Segue Haddad: “Eu falei: por que o senhor não cobrou de Bolsonaro no ano passado?”, fecho aspas.

Muita gente já esqueceu, mas em 2022 o Executivo Federal decidiu não pagar as transferências devidas com a renúncia do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) sobre combustíveis, energia elétrica e telecomunicações. A compensação do calote começou em 2023 e vai até 2025, período em que o Governo Lula 3 repassará R\$27 bilhões da União aos estados e ao Distrito Federal pela perda de receita provocada por uma decisão tomada em ano eleitoral, que Haddad qualificou de “caridade feita com chapéu alheio”. Concordo 100%.

O Ministro da Fazenda também não deixou sem resposta quem quis fazer gracinha, indagando-lhe: “Se, ao invés de enfrentar desafios fiscais na Fazenda, ele não gostaria de estar à frente do Ministério da Cultura tocando Blackbird?”. Fernando Haddad reafirmou que gosta de música, de livro, de filme, disse saber que certos setores da oposição têm dificuldades com as artes – e, é verdade, muitos não leram nem gibi, nem *O Pequeno Príncipe* – e arrematou, abro aspas: “Se não fosse o Congresso Nacional botando goela abaixo do Governo duas leis de apoio à cultura, a cultura teria morrido no Brasil durante a pandemia. Vocês quase acabaram com a cultura brasileira, que é um dos maiores patrimônios deste país”.

E aqui se faça justiça: quem criou a lei da cultura foi José Sarney, chamada de Lei Sarney, depois, pelo próprio Presidente Collor.

Se não se furtou ao enfrentamento político, o Ministro da Fazenda demonstrou, mais uma vez, o equilíbrio que o caracteriza ao destacar que medidas no Executivo e no Legislativo, muitas vezes, implicam desgastes. Fernando Haddad assinalou, porém, que, ao invés de ficar atrás de lacração, um homem de Estado tem de se preocupar com o que é bom para o país no médio e longo prazos, e não torcer por aquela frase maldita: “quanto pior, melhor”.

De minha parte, e concluo, sei que o Ministro da Fazenda é um homem público de Estado, e, por isso, só posso lhe desejar êxito em suas empreitadas, pois assim o Brasil só sairá ganhando.

Vou deixar para o dia de amanhã o meu outro assunto, Presidente Weverton, em relação ao que quero lembrar sobre o Rio Grande do Sul, e aqui desejo Deus e saúde à nossa pátria amada, em especial às gaúchas e aos gaúchos.

Desculpem pela minha visão, mas o vulto dá a nítida impressão de que tem brasileiros e brasileiras na galeria. O mesmo desejo a vocês: Deus e saúde, e harmonia, alegria, menos ódio, mais amor, porque não vale a pena viver de ódio. E, para mim, o contrário do amor não é o ódio, é o desprezo, é a indiferença. O poeta, na altura da cegueira, como eu estou, Jorge Luis Borges, meu xará argentino, dizia: “O esquecimento é a única vingança e o único perdão”.

Agradecidíssimo.

**O SR. PRESIDENTE** (Weverton. Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – Senador Kajuru, nós estamos na galeria com os alunos do 1º semestre do curso de Direito do Centro Universitário Estácio daqui de Brasília, Distrito Federal.

Sejam bem-vindos!

**O SR. JORGE KAJURU** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Praze-



ração!

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Kajuru, permita-me um aparte?

**O SR. JORGE KAJURU** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – De Paim não é aparte; é ensinamento, é aula.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para apartear.) – Senador Kajuru – mas você que é um mestre –, nós deveríamos ter feito uma homenagem na sessão da manhã – V. Exa. me lembrou aqui, quando gravou o vídeo, mas foi V. Exa. que me lembrou – ao que aconteceu ontem no Maracanã. Eu estou dizendo que o mérito é seu. V. Exa. me lembrou aqui. Eu estou dando o gancho agora dos profissionais, nossos jogadores do passado e do presente – do passado e do presente, porque já estão aposentados muitos, mas estavam lá, foram lá, jogaram com os mais jovens...

**O SR. JORGE KAJURU** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Com chuva.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Com chuva.

**O SR. JORGE KAJURU** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Foram 32 mil pessoas.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso. Você mesmo me disse: 32 mil pessoas que foram lá e levaram contribuição. Foi um ato de solidariedade ao povo gaúcho.

Por isso, mais uma vez, V. Exa. aqui também, que lembrou tão bem essa questão, que até emocionou por estar mais perto de nós, faz essa homenagem ao Ministro Fernando Haddad. De fato, o Ministro Fernando Haddad está fazendo um trabalho gigantesco – gigantesco! Toda vez que vai ao debate, que tem que achar caminhos para ajudar o povo gaúcho, ele é o primeiro a dizer: “O Presidente Lula se pronunciou, dizendo que não vai faltar dinheiro para ajudar aquele povo, que está com tanto sofrimento”.

V. Exa. esteve lá comigo. V. Exa. entregou pacotes e brinquedos debaixo d’água! Eu queria aqui elogiar...

**O SR. JORGE KAJURU** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Lado a lado contigo – um prazer!

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... o Ministro Haddad, mas também elogiar o belíssimo trabalho de V. Exa. Parabéns, Senador Kajuru!

**O SR. JORGE KAJURU** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu é que agradeço, Paim. Eu já falei que você é que nos inspira em tantas coisas e nessa situação do Rio Grande do Sul.

É bom lembrar... E o Weverton não esteve lá para ver, mas ele iria ficar emocionado, porque eu sei o ser humano que ele é. Eu fiquei – juro por Deus! – tão feliz de ver como o gaúcho é grato, a maneira como eles estão agradecendo, inclusive ao Presidente Lula, pelos R\$5,1 mil, pela questão da dívida... Nessa hora, não tem que ter política, gente! Pelo amor de Deus! O que está acontecendo no Rio Grande do Sul não é para se politizar. Não dá!

E o carioca, ontem, mostrou o quanto ele é também solidário. Eu morei 15 anos no Rio de Janeiro. Foram R\$26 milhões arrecadados ontem. Já foram para o Rio Grande do Sul, para o fundo... O Governador, que é um homem seriíssimo, saberá o que fazer. Inclusive, ele não abre mão da prestação de contas de cada centavo que receber, o Governador Eduardo Leite, que não é do meu partido.

E merecem os cumprimentos a CBF, porque ela comprou 10 mil ingressos, o baiano Presidente Ednaldo Rodrigues, e também a TV Globo, que abriu mão 100% dos seus patrocínios. Daí o total de R\$26 milhões. Um exemplo que o futebol deu, que ainda é pequeno. Eu estou insistindo com o Presidente



da CBF – e aqui lhe informo em primeira mão, Paim, e para todo o Brasil – para que a gente consiga, na Série A, pelo menos, em cada jogo daqui para frente, um percentual das rendas. São arrecadações que não tem nenhum problema você passar aí... Que você passe 3% de cada renda. O que representaria isso, toda semana, em despesas para o que mais necessita, o Rio Grande do Sul?

Vamos na luta! Vamos continuar! Temos até quarta-feira para trabalhar.

E muitíssimo obrigado, Presidente Weverton.

E, graças a Deus, mais uma vez, não passei do tempo.

E dou um beijo aqui – ele vem remotamente para falar – ao meu amigo e irmão Eduardo Girão, que entendeu aqui a troca que fez comigo, porque eu vou lá agora dar um abraço no nosso oftalmo que é o Senador Dr. Hiran, pois o que ele tem feito por mim é coisa de irmão. Ele me liga todo dia, está cuidando da minha visão e disse: “Você não vai perder a visão, Kajuru”. Ao contrário do que um outro oftalmo, indicado pelo Lucas Barreto, veio falar para mim: “Kajuru, se prepare para fazer psicanálise, porque você vai ficar cego”. Pode um médico falar isso para mim?

Eu sei que tem muita gente na rede social desejando que eu fique cego, mas tomem cuidado: o Kajuru é forte, ele é protegido. E tem uma tal de D. Zezé lá, que é mãe dele, merendeira de grupo escolar, que fica olhando lá de cima. Então, o sujeito que desejar a cegueira do Kajuru – eu não quero que você fique cego, não – tome cuidado, pois, daqui a pouco, o seu olho fecha.

Agradecidíssimo.

**O SR. PRESIDENTE** (Weverton. Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – Obrigado, Senador Kajuru.

Convido para utilizar a tribuna, fazer o uso da palavra, o próximo orador que é o Senador Paulo Paim, do nosso querido Rio Grande do Sul.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discursar.) – Querido amigo e irmão de bom combate, que preside a sessão, Senador Weverton, é uma satisfação estar com você aqui neste momento em que o sofrimento, Kajuru, espelhado hoje pela manhã está até o momento se refletindo ainda em todos aqueles brasileiros e brasileiras que nos acompanham pela TV Senado.

E me permita, Kajuru, porque o Senador Weverton é um que está quase sempre presidindo a sessão, junto com outros Senadores da Mesa. Agora, uma *fake news* que anda circulando lá no estado diz que nós não estamos aqui e não estamos lá também. (*Risos.*)

É tão absurdo! Quase todo dia, a gente faz quase uma disputa, digamos, linda e emocionante de quem fala primeiro. Quase todos os dias. E ambos falamos, não só eu, da situação do Rio Grande do Sul, desde que começou lá no ano passado, ainda, essa questão das enchentes, mas não vamos perder tempo com *fake news*, vamos em frente! O Brasil sabe, o Rio Grande sabe o trabalho que nós todos, todos estamos fazendo aqui, porque a solidariedade aqui é dos 81 Senadores.

Eu queria, rapidamente... Primeiro, eu procuro, quase todos os dias, Senador Weverton, atualizar os dados, o que faço aqui desta tribuna, como vou fazer agora, para que o Brasil todo perceba, pela TV Senado, o que, infelizmente, ainda está acontecendo, porque a chuva voltou: óbitos: 169; municípios afetados: 469; municípios que estão em estado de calamidade: são outras centenas; municípios em situação de emergência: 341; pessoas em abrigo: 55.813, 56 mil praticamente; desalojados: 581.638; afetados: 2.345.400; desaparecidos ainda: 56; pessoas resgatadas: 77.711; animais resgatados: 12.503; efetivo que está lá de voluntários, policiais, Exército, Marinha e Aeronáutica, à disposição do povo gaúcho: 28.128; só viaturas: 4.069; aeronaves, 14; embarcações, 216. Inclusive, a Marinha botou à disposição o maior navio da América Latina, que está lá em Rio Grande, com um hospital com toda a estrutura, ajudando o povo



gaúcho.

Quero também, Sr. Presidente, dizer que, na sessão de hoje pela manhã sobre a tragédia do Estado do Rio Grande do Sul, estiveram aqui, a pedido... Nós solicitamos, a Comissão solicitou, e toda a assessoria da Mesa do Senado, o Presidente Pacheco colaboraram muito. Tivemos oito ministérios participando desse debate; foi um total de 20 painelistas. A sessão foi, inclusive, aberta pelo Presidente Rodrigo Pacheco, que passou para mim a Presidência. Depois, no ato final, quando faltavam ainda alguns oradores, painelistas convidados, eu passei para a Leila, porque a Leila é Presidente da Comissão de Meio Ambiente.

E a Leila, como ela é como a gente... A Leila tem um coração do tamanho do Brasil, eu diria, de bondade, de carinho. Eu vi as meninas do vôlei que estavam aqui, estudantes de vôlei, abraçando-a. No final, eu disse: “Leila, eu fiz o discurso de abertura; você faça, agora, o de encerramento”. Não. Ela quis que eu fizesse uma fala no encerramento, como Senador do Rio Grande do Sul. Eu quero mais uma vez agradecer a você, Leila. Você é um orgulho não só de Brasília, mas de todo o povo brasileiro.

Ainda, Sr. Presidente – permita-me –, eu quero aqui enaltecer a Comissão Externa do Senado sobre a tragédia climática, que, no caso aqui, dentro do possível participou. Quero dizer que o Congresso Nacional, com amplo apoio do Presidente Rodrigo Pacheco, criou a Comissão Externa do Senado para acompanhar a situação no Rio Grande do Sul. Os membros são: este Senador – eu fiquei de Presidente –; o Vice é o Ireneu Orth; Hamilton Mourão é o Relator; Leila Barros; Jorge Kajuru; Astronauta Marcos Pontes; Esperidião Amin; Alessandro Vieira. Seu objetivo é: ações legislativas em prol do Rio Grande do Sul, sugerir projetos e acompanhar o que está sendo feito. Entende a Comissão que a união dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, do Governo estadual, do Governo Federal e dos governos municipais é que poderá sustentar e fazer com que, realmente, a gente junto consiga reconstruir o Rio Grande.

Fica aqui o nosso agradecimento ao Presidente Lula, mas também ficam o agradecimento e os cumprimentos ao Governador Eduardo Leite – a questão não é se é desse ou daquele partido – e a todos os Prefeitos do Rio Grande do Sul, porque todos, dentro do possível, estão dando a sua colaboração.

Presidente, eu vou falar um pouco da diligência que essa Comissão fez ao Rio Grande do Sul. Foram sete dos oito Senadores. A Comissão Externa do Senado, que está acompanhando a tragédia no meu estado, esteve em diligência na quinta-feira no estado. Esse Colegiado é composto, como eu disse aqui... Já fiz a leitura de cada um dos oito. Visitamos Canoas e São Leopoldo, onde conhecemos, fomos ver como funciona um hospital de campanha e como está a situação dos abrigos, no caso, em Canoas. Conversamos com as pessoas, levando a solidariedade e o carinho merecido.

Também nos encontramos com o Governador Eduardo Leite, com o Prefeito Jairo Jorge, de Canoas, e também com o representante do Prefeito de São Leopoldo, Ary Vanazzi, que é o Nelson Spolaor, que está sendo o coordenador da luta lá para a recuperação da cidade de São Leopoldo. Esteve também conosco o Deputado Federal e coordenador da bancada gaúcha, Dionilso Marcon. O Deputado Estadual Adão Pretto Filho foi às atividades e me entregou uma carta em defesa da vida e do meio ambiente, que eu já coloquei nos Anais da Comissão e que vou deixar também aqui nos *Anais do Senado*.

Realizamos uma audiência pública na Base Aérea de Canoas.

Algumas demandas – que eu deixo aqui registradas – do Governador Eduardo Leite incluem a compensação da redução da arrecadação do estado, estimada em R\$11,5 bilhões, ainda em 2024, devido à tragédia. Essa medida, segundo o Governador, é fundamental visto que as perdas na arrecadação não são, infelizmente, compensadas, porque o estado, em grande parte, ficou parado. Então, se as empresas estão embaixo d’água, elas não produzem, não geram emprego, não geram lucro nas partes devidas a elas, e, conseqüentemente, o estado não arrecada. É por isso que ele diz que algo em torno de R\$12 bilhões será o prejuízo pelo estado em que se encontram as empresas no nosso estado. O que o estado deixa de pagar em função dessa suspensão deveria ser direcionado para um fundo de reconstrução do estado. Ele vinculou



aqui que foram importantes as decisões que nós tomamos aqui. Eu fui, inclusive, Relator dos dois projetos, tanto aquele que fala sobre o estado de emergência, que foi aprovado por nós todos, que tive a satisfação de relatar, como também aquele sobre a dívida do estado, pelo qual, por três anos, o Rio Grande do Sul não pagará um centavo sequer. E eu tenho dito que a sensibilidade do Presidente Lula e do Governo é enorme com a realidade do Rio Grande, e, se tiver que prorrogar, vamos prorrogar tantas vezes quantas forem necessárias.

No entanto, diz ainda o Governador, a redução da arrecadação inviabiliza o pagamento das despesas do dia a dia do estado. Portanto, é essencial que a União emita dívida para suportar ônus de emergência dessa magnitude, o que pode ser feito por meio de emenda à MPV 1.222, de 2024.

É preciso também adotar medidas para garantir a manutenção de emprego e renda, o que o Ministro Haddad já está vendo, o que o Ministro Marinho está vendo, com o apoio, claro, do Presidente Lula.

Há o acesso facilitado às linhas de crédito para os setores da economia afetados.

Tudo isso está sendo encaminhado pela União.

O reequilíbrio cautelar do contrato de concessão do aeroporto também é urgente, para permitir os investimentos necessários para recuperar o Aeroporto Salgado Filho, que ainda, infelizmente, está debaixo d'água. O nosso estado é um estado que recebe muitos turistas do Brasil todo, mas a situação em que se encontra o aeroporto, ainda embaixo d'água, inviabiliza, infelizmente, que aqueles que querem conhecer o nosso estado e toda a sua pujança no campo do turismo consigam chegar lá, embora eu aqui agradeça muito a força que fazem o Aeroporto de Santa Maria, baseado no esforço da Aeronáutica, o de Canoas e também o Aeroporto de Caxias.

Quanto às demandas específicas de Canoas, destacamos a necessidade de motores, geradores e bombas de esgotamento, para avançarmos na limpeza da cidade, bem como o auxílio financeiro para a reconstrução das casas e o apoio para recuperar a infraestrutura de saúde e educação. Além disso, é fundamental capacitar a engenharia local para proteger as cidades com diques mais eficientes.

Já em São Leopoldo, Nelson Spolaor, Assessor Especial do Prefeito, disse que é necessário fornecer auxílio financeiro para a reconstrução das casas e apoiar os empreendedores locais. São iniciativas – ele fortalece – que já estão sendo vistas, com muito carinho, com o devido encaminhamento por parte do Presidente Lula e seus Ministros. Também é necessário investir na restauração da infraestrutura da cidade, especialmente nas áreas de saúde e educação.

Presidente, eu fiz apenas um resumo muito pequeno, mas usando o horário que eu tenho aqui neste momento, relatando que, sobre as demandas que foram apresentadas para esta Comissão, todas elas estão sendo enviadas para o Executivo para que, dentro dos limites do trabalho de cada um de nós, possam ser atendidas.

A Comissão se reúne novamente nessa quarta, porque quinta é feriado – vamos nos reunir, na realidade, na terça-feira, amanhã –, e pretendemos, então, apresentar ao Presidente Rodrigo Pacheco e ao Colégio de Líderes uma série de projetos de inúmeros Senadores que foram apresentados e que poderão ser votados aqui no regime de urgência devido à nossa realidade.

Era isso, Presidente. Agradeço, Senador Weverton, mais uma vez a V. Exa., que é um homem, como eu dizia antes, voltado às políticas humanitárias.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Weverton. Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA. Para apartear.)  
– Eu que agradeço, Senador Paim.

V. Exa. começou a sua palavra justamente falando sobre o combate a *fake news*. Eu tenho defendido



muito a questão do debate, da regulação, sim, das redes...

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem...

**O SR. PRESIDENTE** (Weverton. Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – ... assim como nós temos todas as obrigações de prestar conta do que nós falamos e, assim, do que nós publicamos em rede virtual. Não é justo covardes se esconderem atrás de computadores e – muitas vezes, com CPFs inexistentes, ou de terceiros que nada têm a ver – utilizarem esse espaço para difamar, para, muitas vezes, estimular até pessoas a perderem as suas vidas. Quantos já não tiraram as suas próprias vidas, por conta de injúrias, difamações, calúnias que sofreram por esse mal do século, que é essa informação falsa, a *fake news*?

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Perfeito.

**O SR. PRESIDENTE** (Weverton. Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – Então, todos aqui somos sabedores de que V. Exa., como representante da bancada do Rio Grande, como toda esta Casa e o Congresso, tem sido muito responsável no debate, no que trata dos anseios e dos problemas da sociedade.

Por último, sobre o último evento que nós estamos vivendo, todos estarecidos ainda com o que aconteceu e está acontecendo no Rio Grande do Sul: obviamente sabemos o que V. Exa. tem feito aqui dentro da Casa, junto ao Presidente Lula, junto ao Governo para poder juntar forças, para podermos ajudar neste momento, momento tão difícil da vida do povo do Rio Grande. E que pena que tem gente que ainda tem coragem de politizar, tentar politizar esse drama dessas famílias que estão lá. O mais importante é que não só solidariedade, que é muito importante, mas ações concretas estão tendo desta Casa, do Governo e da sociedade civil como um todo.

Não se tem discussão sobre quem é de tal região. Eu lembrava que, dos municípios mais pobres lá do Maranhão, do Nordeste brasileiro – que muitas vezes é criticado –, os mais humildes não estão medindo esforços para também darem a sua contribuição e ajudar, porque todos nós somos brasileiros, todos nós temos um carinho grande pelos nossos irmãos gaúchos.

Tenham em nós total apoio, sabendo que este momento, por mais difícil que seja, será superado, e obviamente o reconhecimento desta Casa e de todos nós pelo trabalho que o Senador Paulo Paim desenvolve aqui dentro desta Casa.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito obrigado, Presidente Weverton.

Eu só posso dizer a V. Exa. que foi um belo pronunciamento, que vai repercutir, inclusive, no meu estado. Quero dizer para V. Exa. que a única palavra que me sai do coração neste momento, de forma respeitosa e amorosa, é a palavra gratidão. Gratidão, gratidão!

Como é bom saber que no mundo existem pessoas iguais a você.

**O SR. PRESIDENTE** (Weverton. Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – Muito bem, Senador Paim.

Eu fiquei ontem à noite... Nem sou de publicar muitas questões minhas, particulares, de minha família, mas eu fiquei tão emocionado em perceber que... Muitas vezes, você fica desiludido com esse mundo cruel que muitas vezes petrifica o coração das pessoas e do nosso entorno, mas ontem o meu filho mais novo, Gabriel, de cinco anos de idade, enquanto a nossa família estava reunida, fazendo a oração do final de semana, pedindo uma semana abençoada para todos e cada um foi fazer a sua, na vezinha dele – até publiquei nos meus Stories, do Instagram –, espontaneamente pediu pelo povo do Rio Grande do Sul...

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Olha! Viu?

**O SR. PRESIDENTE** (Weverton. Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – ... pedindo



pelas pessoas lá que estavam sofrendo e tudo.

Então, nós ficamos todos muito emocionados porque você percebe que até as crianças, os mais inocentes todos estão sentindo e estão dando a sua energia positiva para pedir para o Papai do Céu abençoar aquele estado e ajudar as pessoas a saírem daquele momento difícil que estão vivendo.

O próximo orador é muito amigo dele, o Girão.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Diga para o Gabriel que o povo gaúcho o ama e a todos os familiares.

**O SR. PRESIDENTE** (Weverton. Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – Obrigado, Senador Paulo Paim.

Nós vamos agora convidar para fazer uso da palavra, de forma remota, o colega Senador Eduardo Girão, do Estado do Ceará.

Paz e bem!

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para discursar. *Por videoconferência.*) – Paz e bem, meu querido irmão, Senador Weverton, pai dos nossos queridos Miguel e Gabriel.

Deus abençoe você e sua família, Presidente. Muito obrigado por estar conduzindo, abrindo esta sessão em uma semana atípica aí no Senado Federal. Eu estou num pedacinho do Senado Federal aqui no Ceará, que é o nosso gabinete aqui, mas daqui a pouco eu estou retornando a Brasília.

Sei que muitos colegas não o farão, porque vão ficar nos seus estados – tem um feriado no meio e foi decretada pelo Presidente Rodrigo Pacheco a sessão remota, virtual –, mas eu faço questão de voltar até porque eu quero estar presente na sessão do Congresso amanhã. Não iria conseguir colocar a minha cabeça no travesseiro sem participar ativamente desse debate sobre questão de *fake news*.

E aí vamos entrar no tema. O que é *fake news*? Quem é que diz o que é verdade e o que é mentira? É o Governo? É o STF? É um consórcio de imprensa?

E isso está incomodando muito os brasileiros. Eu sou um Parlamentar que viajo pelo Ceará inteiro, na minha capital, Fortaleza, onde estou agora, e converso na praça, nas ruas, converso nos mercados com gente que é de direita, com gente que é de esquerda, com pessoas que são contra ou a favor de Governo.

Estive, nesse final de semana, por ocasião do evento do Partido Novo, de que eu faço parte com muita honra e alegria, em Pernambuco e na Paraíba, conversei com os paraibanos e pernambucanos e eu percebo uma apreensão generalizada, que está traduzida numa pesquisa recente que mostra que 61% dos brasileiros, ou seja, muito mais que a metade dos brasileiros, estão com medo – repito: medo! – de falar nas redes sociais, por causa de retaliação dos poderosos, dos donos do poder, dos burocratas, que não aceitam críticas e que vêm querer calar o brasileiro em algo mais do que democrático, que são as redes sociais e que deu voz à população.

E aí, meu caro Presidente, nós vamos ter amanhã, na sessão do Congresso Nacional, a apreciação do Veto 46.

E o meu pronunciamento é dirigido a você, brasileiro, a você, brasileira, a você, pessoa de bem deste país, que não tem ideia da força que você tem junto aos seus representantes, junto ao seu Deputado Federal, junto ao seu Senador, que amanhã vai colocar a digital dele para definir se o Brasil vai ter cadeia para quem propagou *fake news* – e ninguém sabe quem vai dizer o que é *fake news*. Então a perseguição vai estar instalada em nosso país, uma perseguição, inclusive, política, porque é isso o que está acontecendo hoje.

Quem é conservador e de direita está sendo intimidado nesta nação. A Constituição do Brasil está sendo desrespeitada, hoje em dia muito mais gravemente, porque antes eram alguns Ministros apenas do STF e do TSE, e agora existe um alinhamento político e ideológico com o Governo Lula, que agora,



durante essa tragédia, dessa catástrofe do Rio Grande do Sul...

E fica aqui a minha solidariedade à ação efetiva. Já conversei com o Senador Paulo Paim, já conversei com o Senador Ireneu Orth também, já conversei com o Senador Heinze também, que está de licença, e com o próprio Senador Mourão, das iniciativas que nós estamos tendo para pegar o fundo eleitoral – é o mínimo possível –, para pegar pelo menos a metade desse fundo da vergonha eleitoral e colocar lá para o povo que está sofrendo, o povo gaúcho; e também para, todo ano, fazer a destinação do que não é meu, é dinheiro do contribuinte, para ajudar com emendas individuais o Rio Grande do Sul.

E, durante o período dessa catástrofe, nós vimos dois fatos: que esse Governo tenta encurralar as pessoas, dizendo o que é *fake news*, porque mostra a sua inoperância, mostra que quem faz politicagem, na verdade, é o próprio Governo, quando coloca um interventor biônico, vamos dizer assim, e cria mais um ministério, já batendo recorde de ministérios aí, com o dinheiro do contribuinte, inchando a máquina – e são craques em aparelhar; e que, por uma questão, no meu modo de ver – respeito quem pensa diferente –, política, colocar um Deputado do PT, tirar do Ministério da Propaganda, que vinha fazendo o que estava fazendo, tentando calar as críticas, e jogar lá para o povo do Rio Grande do Sul, isso é fazer palanque em cima da tragédia alheia, pensando nas próximas eleições.

Tem um Governador do estado lá, gente. Por que não respeitar o Governador, que foi eleito pelo voto popular? Mas, em vez de fortalecer aquele Governo...

Como o Governo anterior fez, nunca teve tanto dinheiro para estados e municípios – e olha que eu tenho críticas e demonstrei publicamente minhas críticas ao Governo anterior –, mas ele não quis colocar um Governador biônico, um interventor biônico, como a gente está vendo agora, no Rio Grande do Sul, quando teria que somar os esforços, fortalecer o Eduardo Leite.

Quando você vê aquelas imagens do Governador Eduardo Leite, no dia do decreto, da nomeação do Paulo Pimenta, você via o constrangimento na face do Eduardo Leite, do Governador, algo assim com que até eu fiquei constrangido ao assistir. Imagina quem estava lá? Imagina o povo gaúcho, que está sofrendo?

Então, olhem só a gravidade desses vetos, amanhã, principalmente, o nº 46: cinco anos de cadeia, até cinco anos, para quem propagar *fake news*. E eles é que vão dizer o que é *fake news*.

Nós temos que manter o veto; mantê-lo, porque é um absurdo esse veto. É algo necessário para a democracia do Brasil que esse veto seja mantido.

Sabem quando foi votada essa Lei de Segurança Nacional? Durante a pandemia, de forma virtual, excluindo debate. Só teve uma audiência pública, foi tratorada. E agora se quer derrubar o veto, mas o brasileiro está mobilizado.

Foi só o que me perguntaram, lá na Paraíba, em Pernambuco e no Ceará, durante esses dias intensos em que eu estive aqui no Nordeste. Mas estou voltando aí para fazer o bom debate no Congresso amanhã, para que a gente possa ter bom senso e que todos nós, por unanimidade, em respeito à liberdade de expressão e à livre opinião da nossa nação, mantenhamos esse Veto nº 46.

E eu quero lembrar o Rio Grande do Sul, de novo, como foi falado. Lembram quando o Governo Lula disse que era *fake news* a questão das multas? Que a Agência de Transportes estava multando os caminhões cheios de mantimentos, de remédios, de roupas, e estava multando essas doações? E aí, graças à rede social, que a gente ainda tem...

É por isso que os poderosos estão incomodados; porque não aceitam crítica, mas querem impor goela abaixo, pela mídia tradicional, o que eles pensam, para se blindarem.

E, graças à rede social, começou-se a mostrar que os donativos não estavam chegando ao Rio Grande do Sul, porque estava tendo bloqueio, multa, burocracia nas rodovias, e o Governo Lula foi dizer que isso



era *fake news*.

A própria Agência Nacional de Transportes depois fez uma resolução, simplificando o caminho desses ônibus, desses caminhões cheios de ajuda para o Rio Grande do Sul, anulando todas as multas, ou seja, reconheceu, e houve realmente... O próprio Governador de Santa Catarina mostrou isso, o Jorginho Mello, nosso ex-colega, mostrou que estavam acontecendo multas, acontecendo burocracia para o povo.

Imagine se não fossem as redes sociais, a imposição deles, dos poderosos, do sistema carcomido, iria se estabelecer, mas, graças a isso, o povo do Rio Grande do Sul também começou a receber as ajudas, porque as vias começaram a fluir sem multa, sem perseguição.

Quer outra? A ajuda do Uruguai, que foi colocada à disposição, e o Governo Lula negou. Depois, o próprio Embaixador disse que realmente tinha oferecido, mas que tinha sido negado, e o Governo Lula veio dizer que era *fake news*.

Gente, a verdade está aí. Você combate mentira com a verdade; a verdade sempre vai prevalecer. Isto é fundamental numa democracia: que as pessoas possam se expressar, possam se manifestar, mas isso incomoda os poderosos, que escondem certas situações, mas um dia vão voltar. Todo mundo vai saber o que está acontecendo nos bastidores, e a verdade já começa a aparecer.

Eu quero dizer para vocês, que, além dessa questão dos cinco anos de cadeia para *fake news*, que está nesse Veto 46 e que amanhã nós teremos o dever moral, com a ajuda da sociedade, de manter, e vai ser um veto que vai repercutir por gerações – esse voto amanhã –, também tem lá um dispositivo, nesse mesmo Veto 46, que a gente precisa manter, que é o das manifestações de movimentos sociais, ditas “pacíficas” – eu coloco entre aspas.

Atenção, Brasil; atenção, você que está assistindo, você sabe o que pode acontecer, se esse veto for derrubado amanhã? Pode acontecer o seguinte: invasões de terras. Porque o movimento pode dizer: “Eu sou pacífico, eu sou pacífico; estou indo, pacificamente, aqui, entrando nas fazendas; é pacífico, eu estou, pacificamente, bloqueando as estradas do Brasil”.

Esse Veto 46, amanhã, precisa ser mantido, para não ter dúvida de que a polícia não pode ser algemada, porque a polícia tem que manter a ordem, tem que cumprir o seu dever constitucional. É importante que a sociedade fique atenta, amanhã, no Congresso Nacional, às 14h. Mais ou menos neste horário que a gente está aqui, deve estar rolando, amanhã, essa importantíssima sessão que vai analisar também o veto da saidinha – da saidinha dos presos. O que você pensa, brasileiro, sobre isso? Amanhã vai ficar claro.

O Senado já aprovou, a Câmara dos Deputados já aprovou o fim das saidinhas de presos. E agora tem o veto do Presidente Lula, que, no meu modo de entender, tirou a alma do projeto. Amanhã, vai ser deliberado se a gente derruba ou se a gente mantém o veto. Nesse caso, nós temos que derrubar o veto do Presidente Lula, porque é essa a vontade da população brasileira.

Então, eu, Sr. Presidente, estou embarcando, daqui a pouco, para Brasília, por dever de consciência. Não iria conseguir olhar nos olhos dos meus seguidores, dos meus conterrâneos, de quem votou em mim e de quem não votou também, porque a gente está na política colocando as nossas ideias, e político tem que ter uma coisa: coerência, integridade. Então, se eu sou representante dos cearenses, um dos três representantes do Estado do Ceará no Senado Federal, eu vou honrar, eu vou dignificar e eu vou brigar amanhã pela manutenção do Veto 46. E eu peço que você, de forma ordeira, pacífica e respeitosa, contate – isso é da democracia – o seu Deputado Federal, contate o seu Senador e coloque a sua posição sobre isso.

Eu tenho certeza de que amanhã vai ser um dia histórico para o Brasil, um dia que, mesmo numa sessão virtual, a gente vai conseguir respeitar o desejo da sociedade brasileira, de 61% da população, Presidente– 61%, mais da metade, eu repito, bem mais –, que está com medo de se manifestar nas redes sociais, com medo de retaliação de quem manda e desmanda neste país. Este país é feito de gente honesta,



gente íntegra, gente trabalhadora que pega condução às 5h da manhã para levar o pão de cada dia, que fica sendo humilhada em hospital, querendo marcar cirurgia, demorando, muitas vezes, anos.

Eu estava conversando com uma mãezinha, duas ou três semanas atrás, na Associação Pestalozzi, indo fiscalizar as emendas parlamentares que nós destinamos para as entidades assistenciais que fazem trabalho com blindagem eleitoral. O dinheiro não é meu, o dinheiro é seu. Eu apenas indico e procuro fazer, em total transparência, para todos os 184 municípios do Estado do Ceará, independentemente de se são governados pelo PT, pelo PDT, pelo PL, não importa. Eu mandei para todos, mas eu vou fiscalizar. E tenho um convênio com o Ministério Público Federal, com o Ministério Público estadual, para fiscalizar cada centavo.

Eu vou visitar. Tempo disponível, muitas vezes... Num sábado, num domingo, numa sexta-feira que eu venha para cá, eu vou visitar.

Uma mãezinha me falou, Presidente, que estava há dois anos tentando marcar uma consulta com o neuro para o seu filhinho autista. Esse é o respeito que muitos governantes que só pensam no poder pelo poder querem. É por isso que eu sou contra a reeleição, sou contra a reeleição e vou lutar com todas as minhas forças, para que, um dia, o Brasil não tenha mais esse instrumento que, para mim, corrói a democracia. O populismo fica forte, porque você começa uma gestão – principalmente no Executivo – já pensando no que fazer para continuar no poder. Isso evita que você tome decisões importantes para a sua cidade, porque você não quer se desgastar com o setor da sociedade, que, eventualmente, pode fazer um barulho em relação a isso.

Então, eu convoco a população brasileira a se juntar a nós, Parlamentares, cientes do dever, da importância de manter o Veto 46. Sim ao Veto 46, amanhã, no Congresso Nacional! Nós temos não apenas esses dois motivos que eu citei, mas outros, importantes...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Por videoconferência.*) – ... para que a gente possa respeitar o Estado democrático de direito.

Ora, se alguém se sentiu injuriado, caluniado, difamado pelas redes sociais – e eu já me senti –, entre com um processo! Eu já entrei. Está lá na nossa legislação, você pode entrar com uma ação com relação às pessoas que fizeram isso contra você. Entre, mas não vá querer agora censurar as redes sociais, controlar... Essa palavra regulamentar é uma palavra que leva a outros caminhos que a gente vê aí: regulamentação de maconha – palavra bonita –, regulamentação do aborto. O brasileiro é pró-vida, o brasileiro é pró-família, o brasileiro é pró-liberdade de expressão.

Que Deus abençoe a nossa nação, Presidente. Amanhã, sim ao Veto 46.

Muita paz.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Weverton. Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – Obrigado, Senador Girão.

Quero agradecer aqui. Nós estamos com a ilustre presença aqui dos alunos do 1º ano do ensino fundamental do Centro de Ensino Fundamental 1 do Varjão, aqui de Brasília. Todos os alunos – crianças que estão aqui – sejam bem-vindos ao Senado Federal, ao Senado da República. Tenho certeza de que vocês já, já estarão aqui tomando conta e ajudando a construir um país melhor. Então, sejam bem-vindos.

Antes de passar aqui para o próximo inscrito, quero anunciar aqui também, no nosso Plenário, a ilustre presença dos nossos Prefeitos. Já falei aqui do Deputado Remy Soares, lá do Maranhão, da região central do Maranhão, de Presidente Dutra... o Senador Esperidião Amin deve conhecer alguma história de



lá, porque outro dia eu falei de Peritoró e ele sabia uma história de Peritoró, da terra do meu pai, que eu não sabia. Então, Senador Esperidião, aqui eu estou também presente com o Prefeito da cidade de Tuntum, Prefeito Fernando Pessoa, e o Prefeito Junior do Posto, da cidade de Itaipava do Grajaú.

Esses dois Prefeitos têm feito uma grande gestão, parceiros do municipalismo, sempre estão aqui em Brasília em busca de apoio, de parceria, estamos lá sempre de mãos dadas. Eu tenho muita alegria de compartilhar aqui a amizade com eles e de saber que eles têm feito um grande trabalho nos seus municípios e que vão continuar, sem dúvida nenhuma, contribuindo, não só com o povo lá de Tuntum, como também de Itaipava.

Eu passo a palavra ao nosso Prof. Esperidião Amin.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discursar. *Por videoconferência.*) – Senador Weverton, é uma alegria poder me dirigir aos nossos companheiros Senadores e aos Prefeitos que nos visitam sob a sua Presidência. Quero trazer aqui uma boa tarde para todos. Vim aqui para fazer dois rápidos registros, mas não posso deixar, instigado por V. Exa., de saudar os três Prefeitos na pessoa do primeiro mencionado, que nada mais é do que Fernando Pessoa.

Alguém que recebeu esse nome tem naturalmente o direito de ser orgulhoso e em homenagem ao nosso Prefeito Fernando Pessoa, homenageio o Maranhão, o seu estado. É o estado da minha companheira quando participei da aventura de ser candidato a Presidente da República, Gardênia Gonçalves, esposa do nosso ex-Governador, que tem o nome do estádio. Enfim, eu tenho uma excelente relação com a nossa gente do Maranhão e gostaria de homenagear o Fernando Pessoa, dizendo que eu me lembro bem deste trecho:

[...] [para] passar além do Bojador [Era o Cabo das Tormentas, ou vizinho ao Cabo das Tormentas.]

[...] [é preciso] passar [também] além da dor.

Deus [...] perigo e o abismo deu,

Mas [foi] nele [...] que espelhou o céu.

O céu do Maranhão, o céu de Santa Catarina, o céu do Brasil que nós queremos. E, em breve, dê mais esperança para o nosso Rio Grande do Sul, para o nosso povo brasileiro e para o nosso Maranhão em especial.

Presidente, as minhas duas observações são, primeiro, cumprimentar o Senado, a pessoa do Presidente da Casa, pela sessão de debates temáticos realizada hoje, versando sobre a crise do nosso Rio Grande do Sul, na busca de soluções, na busca de manifestações técnicas que respaldem a nossa ação, a ação de brasileiros, e nós, integrantes, especialmente os integrantes da Comissão Temporária Externa, temos o dever de zelar para que as ações sejam eficazes e urgentes.

Mas eu quero registrar aqui, Presidente, que na imprensa deste fim de semana, particularmente no último sábado, temos a notícia de que a Justiça americana, assim como a Justiça da Colômbia e assim como a Justiça da Inglaterra, vão iniciar, particularmente a dos Estados Unidos, na Flórida, a análise – repito, na Justiça dos Estados Unidos, no Estado da Flórida – das responsabilidades da seguradora e da corretora do caso do acidente da Chapecoense, que chocou a todos nós, catarinenses e brasileiros, e a humanidade.

Realizamos uma CPI, requerida – e sob sua Presidência – pelo atual Governador de Santa Catarina, o nobre Senador Jorginho Mello, e tivemos a participação efetiva de todos nós, Senadores que integramos a Comissão, particularmente o Senador Izalci Lucas, que fez um trabalho magnífico como Relator. Conseguimos, antes mesmo da CPI, motivar várias autoridades federais em torno desse caso. Mas posso dizer que foi frustrante o resultado das nossas ações. E lamento que, agora, nós tenhamos que depositar a



nossa esperança na Justiça dos Estados Unidos, na Justiça da Colômbia e na Justiça da Inglaterra, posto que, nesses três países, correm ações que têm grande chance de êxito.

Então, eu queria, publicamente, fazer um apelo ao Ministério das Relações Exteriores e Defesa Nacional, que já tinha sido acionado ainda quando o Senador Nelsinho Trad era Presidente da Comissão de Relações Exteriores. Vou fazê-lo, agora também, ao nosso Presidente da Comissão, o Senador Renan Calheiros, para que o Ministério das Relações Exteriores e a nossa Embaixada nos Estados Unidos – no caso, o Consulado que responde pela Flórida –, a nossa Embaixada na Colômbia e a nossa Embaixada em Londres acompanhem esse caso, uma vez que se trata de um compromisso internacional, de uma grande seguradora, que é a principal acionada, e da corretora AON, que vão responder por estas ações mencionadas.

Este meu apelo eu vou complementar fazendo o mesmo pedido na Comissão de Relações Exteriores. Eu o endereço ao nosso Ministro das Relações Exteriores e Defesa Nacional e farei o detalhamento desse pedido a esses Embaixadores, através do Ministério, para que não fiquem sem o abrigo, sem o apoio das nossas embaixadas as viúvas e os familiares daquelas 74 vítimas de um acidente terrivelmente doloroso, como todos os outros, mas esse doloroso porque se tratava de uma disputa oficial de futebol internacional que estava sendo realizada e, naturalmente, pela alegação de que o espaço aéreo não coberto pela apólice ou a apólice vencida seriam motivos para deixar essas 74 famílias, no mínimo, sem o apoio que, humanitariamente, lhes é devido.

Tenho certeza, Senador Weverton, de que, se esse assunto passar sob os seus olhos ou sob os olhos do Senador Rodrigo Pacheco, vai receber o apoio que merece, por envolver direito, direito internacional privado e, acima de tudo, humanidade.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Weverton. Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA. Fala da Presidência.) – Obrigado, Senador Esperidião.

Sem dúvida nenhuma, essa tragédia com o time da Chapecoense – eu era Deputado Federal e lembro como se fosse hoje – chocou todo o país e não pode ser esquecida jamais. E tenho certeza de que, seja pela Justiça aqui no Brasil, seja através de um organismo internacional... Mas as famílias e todos que esperam ansiosamente o desfecho ou, pelo menos, um alívio, que não é só a pena, mas que os culpados realmente não só sejam responsabilizados, mas também possam pagar pela omissão ou erro, enfim. Mas foi toda uma geração, um sonho, e, naquele momento, não foi só Santa Catarina, mas todo o país sentiu muito, chorou muito. E tenho certeza de que V. Exa., que participou diretamente aqui da cobrança, ainda na CPI e após ela, lembrou aqui a frustração que se tem, muitas vezes, em tragédias como essa, quando você fica nessa sensação de que não pôde ou não teve mais o que fazer. Mas a sua voz aqui, sem dúvida nenhuma, vai continuar tendo muita repercussão e muita força para que nós possamos continuar lutando não só para fazer justiça, mas também para levar políticas públicas concretas para o nosso povo.

Então, um abraço, Senador Esperidião, que lembrava aqui os nossos maranhenses, Fernando Pessoa... Eu estava aqui lembrando que o Maranhão produz grandes poetas, grandes artistas, mas os nossos poetas Fernando Pessoa, Sousândrade, Gonçalves Dias, Ferreira Gullar, Nauro Machado, José Chagas, Maria Firmina dos Reis, Odylo Costa Filho, Bandeira Tribuzi, Graça Aranha... Enfim, são muitos aqui que nós poderíamos elencar, e, sem dúvida nenhuma, nós ficamos bastante felizes em ter aqui essas lideranças do nosso estado aqui presentes.

A Presidência informa às Senadoras e aos Senadores que estão convocadas as seguintes sessões: para amanhã, terça-feira, sessão solene do Congresso Nacional, às 11h, em homenagem aos 200 anos da relação diplomática do Brasil e Estados Unidos da América, e sessão conjunta do Congresso Nacional, às 14h, destinada à deliberação dos vetos e à eleição complementar do Conselho de Comunicação Social do



Congresso Nacional.

Cumprida a finalidade desta sessão, a Presidência declara o seu encerramento.

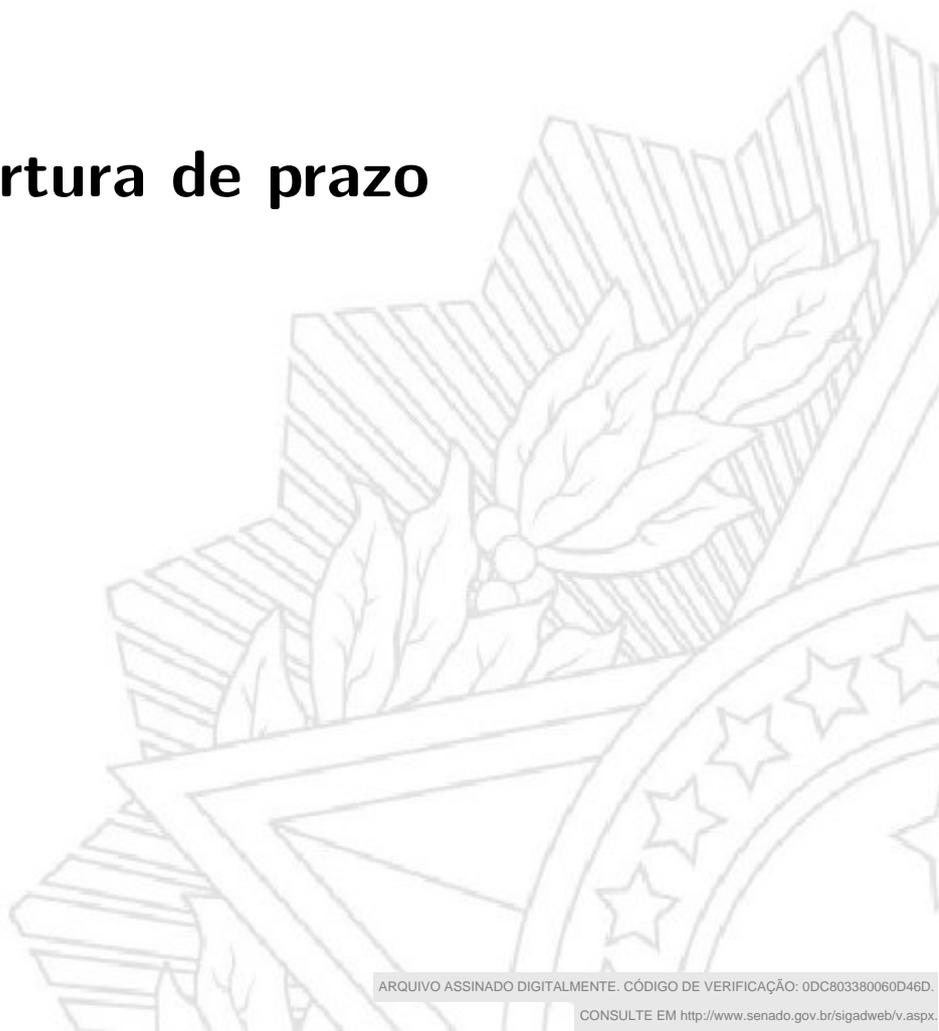
*(Levanta-se a sessão às 16 horas e 14 minutos.)*



# MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

## EXPEDIENTE

### Abertura de prazo



**PROJETO DE LEI Nº 3.127, DE 2019**

*Dispõe sobre a castração química voluntária de reincidente em crime contra a liberdade sexual.*

Recebido o Ofício nº 33, de 2024, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, comunicando a apreciação da matéria, em caráter terminativo.

Concluída a instrução da matéria, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros da Casa, para que seja apreciada pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.

**Prazo: de 29/5/2024 a 5/6/2024.**





**SENADO FEDERAL**  
**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
**SECRETARIA DE COMISSÕES**  
**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA**

Ofício nº 33/2024–PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 22 de maio de 2024.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador **RODRIGO PACHECO**  
Presidente do Senado Federal

**Assunto:** Decisão Terminativa.

**Senhor Presidente,**

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, **pela aprovação do Projeto de Lei nº 3127, de 2019**, que “*Dispõe sobre a castração química voluntária de reincidente em crime contra a liberdade sexual.*”, de autoria da Senador Styvenson Valentim, e das Emendas nºs 1-CCJ, 3-CCJ, 5-CCJ a 9-CCJ. Acolhida parcialmente a Emenda nº 2-CCJ.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente,

Senador **DAVI ALCOLUMBRE**  
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania



# Indicação





# SENADO FEDERAL

## INDICAÇÃO N° 39, DE 2024

Sugere ao Poder Executivo Federal, por intermédio do Ministério da Fazenda, a adoção de medidas para compensar as perdas de arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços – ICMS – do Estado e Municípios do Rio Grande do Sul.

**AUTORIA:** Senador Ireneu Orth (PP/RS)



[Página da matéria](#)

Avulso do INS 39/2024 [1 de 5]





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Ireneu Orth

## INDICAÇÃO Nº , DE 2024

Sugere ao Poder Executivo federal, por intermédio do Ministério da Fazenda, a adoção de medidas para compensar as perdas de arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços – ICMS – do Estado e Municípios do Rio Grande do Sul.

Sugerimos ao Poder Executivo federal, por intermédio do Ministério da Fazenda, com fundamento no artigo 224, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal – RISF –, a implementação urgente de medidas destinadas a compensar as perdas na arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços – ICMS – dos entes estadual e municipais do Rio Grande do Sul, como forma de assegurar a manutenção da receita média observada nos últimos 12 meses, durante o período em que estiver em vigor o Decreto Legislativo nº 36 de 2024.

### JUSTIFICAÇÃO

A catástrofe climática que assola o Rio Grande do Sul causou um impacto devastador em todo o estado, que necessita de ações urgentes e coordenadas para mitigar os efeitos econômicos e sociais dessa tragédia. Com base no precedente estabelecido durante a pandemia de Covid-19, por meio da **Lei Complementar 173/2020**, proponho que o Governo Federal adote providências similares para implementar um programa específico para o Rio



Assinado eletronicamente por Sen. Ireneu Orth

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3299698210>

1  
Avulso do INS 39/2024 [2 de 5]



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Ireneu Orth

Grande do Sul, considerando a situação de emergência reconhecida pelo Decreto Legislativo nº 36, de 2024.

Inicialmente, é crucial ressaltar a gravidade da situação. O estado de calamidade pública ou situação de emergência no Rio Grande do Sul afeta 468 dos 497 municípios, resultando em números alarmantes de quase 80 mil pessoas em abrigos, 600 mil desalojados e mais de 2,3 milhões de almas afetadas. Vidas humanas foram perdidas com o registro, até esta data, de 163 óbitos confirmados e outros 72 cidadãos desaparecidos. Esses números demonstram a magnitude da tragédia e a urgência de medidas compensatórias para a recuperação do Estado e dos Municípios.

O impacto econômico é igualmente grave. Com o fechamento do comércio, prestadores de serviços e indústrias a arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços – ICMS - sofreu uma queda brutal. Algumas administrações municipais já reportam perda de receita que supera 30% neste primeiro mês de calamidade. A continuidade dessa situação, com muitas empresas impossibilitadas de operar devido aos danos causados pelas inundações, poderá levar a uma queda na arrecadação próxima de zero em muitos municípios.

**É necessário que o Governo Federal intervenha para garantir a compensação dessas perdas de arrecadação, assegurando, no mínimo, a manutenção do valor médio dos últimos 12 meses, durante o período de vigência do Decreto Legislativo nº 36, de 2024, que reconhece o estado de calamidade pública no Rio Grande do Sul.** A metodologia, aqui sugerida, baseia-se no modelo adotado durante a pandemia de Covid-19, quando a Lei Complementar 173/2020 permitiu repasses para estados e municípios para compensar essas perdas, como forma de garantir a continuidade dos serviços públicos essenciais.

A situação atual do Rio Grande do Sul pode ser comparada à recuperação pós-guerra, onde a reconstrução econômica é um desafio monumental. A tragédia não só interrompeu as atividades comerciais e



Assinado eletronicamente por Sen. Ireneu Orth

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3299698210>

Avulso do INS 39/2024 <sup>2</sup> [3 de 5]



SENADO FEDERAL  
**Gabinete do Senador Ireneu Orth**

industriais, mas também destruiu infraestruturas críticas, criando um cenário de desespero e incerteza para milhares de famílias e negócios.

Para exemplificar a gravidade da situação, basta observar que a falta de arrecadação irá afetar diretamente a capacidade dos municípios de fornecer serviços básicos à população, como saúde, educação e segurança. Sem um apoio financeiro robusto e imediato do Governo Federal, os esforços locais serão insuficientes para lidar com as consequências a longo prazo dessa calamidade.

Além de fornecer um alívio imediato para essa crise, é fundamental que o Governo Federal trabalhe em conjunto com as autoridades estaduais e municipais para desenvolver estratégias de desenvolvimento econômico que incentivem a reconstrução e o crescimento das economias das cidades atingidas. Isso inclui incentivos fiscais, apoio ao empreendedorismo e investimentos em infraestruturas resilientes.

Em resumo, a calamidade que assola o Rio Grande do Sul exige uma resposta rápida e abrangente. A implementação desse programa de compensação das perdas de arrecadação de ICMS, baseado no modelo da Lei Complementar 173/2020, é uma medida urgente e necessária para garantir a recuperação econômica e social do estado. Esse esforço conjunto é crucial para assegurar que as comunidades afetadas possam se reconstruir e prosperar, mesmo diante de adversidades tão críticas.

Portanto, fica este apelo ao Governo Federal para que, com urgência e sensibilidade, estenda a mão ao povo do Rio Grande do Sul neste momento de imensa dificuldade. Para que ajude a reconstruir, não apenas as infraestruturas destruídas, mas também a esperança e a dignidade de milhões de irmãos brasileiros que enfrentam esta tragédia com coragem e superação.

Sala das Sessões em 27 de maio de 2024



Assinado eletronicamente por Sen. Ireneu Orth

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3299698210>

3  
Avulso do INS 39/2024 [4 de 5]



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Irenêu Orth

**Senador IRENEU ORTH**  
**Progressistas / RS**

CSC



Assinado eletronicamente por Sen. Irenêu Orth

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3299698210>

Avulso do INS 39/2024 <sup>4</sup> [5 de 5]

Apresentada a Indicação nº 39, de 2024, do Senador Ireneu Orth, *sugerindo ao Poder Executivo Federal, por intermédio do Ministério da Fazenda, a adoção de medidas para compensar as perdas de arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços – ICMS – do Estado e Municípios do Rio Grande do Sul.*

A indicação será encaminhada nos termos regimentais.



# Matéria recebida da Câmara dos Deputados





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 1213, DE 2024

Cria as carreiras de Especialista em Indigenismo, de Técnico em Indigenismo e de Tecnologia da Informação; cria o Plano Especial de Cargos da Funai (PECFunai) e o quadro suplementar da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai); define o órgão supervisor e altera a remuneração do cargo de Analista-Técnico de Políticas Sociais; altera a remuneração das carreiras e do Plano Especial de Cargos da Agência Nacional de Mineração (PEC-ANM); altera a remuneração dos cargos das carreiras de Policial Federal e de Policial Rodoviário Federal; cria a Polícia Penal Federal e a carreira de Policial Penal Federal; altera a remuneração dos cargos de Especialista Federal em Assistência à Execução Penal e de Técnico Federal de Apoio à Execução Penal; altera as Leis nºs 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, 12.702, de 7 de agosto de 2012, 12.094, de 19 de novembro de 2009, 11.046, de 27 de dezembro de 2004, 10.871, de 20 de maio de 2004, 13.575, de 26 de dezembro de 2017, 14.204, de 16 de setembro de 2021, 14.600, de 19 de junho de 2023, 10.887, de 18 de junho de 2004, 11.358, de 19 de outubro de 2006, 9.654, de 2 de junho de 1998, 8.691, de 28 de julho de 1993, 12.277, de 30 de junho de 2010, e 11.356, de 19 de outubro de 2006; e revoga a Lei nº 10.693, de 25 de junho de 2003, e a Medida Provisória nº 1.203, de 29 de dezembro de 2023, e dispositivos das Leis nºs 8.460, de 17 de setembro de 1992, 11.357, de 19 de outubro de 2006, 11.538, de 8 de novembro de 2007, 12.775, de 28 de dezembro de 2012, 13.324, de 29 de julho de 2016, 13.327, de 29 de julho de 2016, 13.371, de 14 de dezembro de 2016, e 14.673, de 14 de setembro de 2023.

**AUTORIA:** Câmara dos Deputados

**DOCUMENTOS:**

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)
- [Legislação citada](#)



- Projeto original

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2405618&filename=PL-1213-2024](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2405618&filename=PL-1213-2024)



Página da matéria

Avulso do PL 1213/2024 [2 de 130]



Cria as carreiras de Especialista em Indigenismo, de Técnico em Indigenismo e de Tecnologia da Informação; cria o Plano Especial de Cargos da Funai (PECFunai) e o quadro suplementar da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai); define o órgão supervisor e altera a remuneração do cargo de Analista-Técnico de Políticas Sociais; altera a remuneração das carreiras e do Plano Especial de Cargos da Agência Nacional de Mineração (PEC-ANM); altera a remuneração dos cargos das carreiras de Policial Federal e de Policial Rodoviário Federal; cria a Polícia Penal Federal e a carreira de Policial Penal Federal; altera a remuneração dos cargos de Especialista Federal em Assistência à Execução Penal e de Técnico Federal de Apoio à Execução Penal; altera as Leis n.ºs 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, 12.702, de 7 de agosto de 2012, 12.094, de 19 de novembro de 2009, 11.046, de 27 de dezembro de 2004, 10.871, de 20 de maio de 2004, 13.575, de 26 de dezembro de 2017, 14.204, de 16 de setembro de 2021, 14.600, de 19 de junho de 2023, 10.887, de 18 de junho de 2004, 11.358, de 19 de outubro de 2006, 9.654, de 2 de junho de 1998, 8.691, de 28 de julho de 1993, 12.277, de 30 de junho de 2010, e 11.356, de 19 de outubro de 2006; e revoga a Lei n.º 10.693, de 25 de junho de 2003, e a Medida Provisória n.º 1.203, de 29 de dezembro de 2023, e dispositivos das Leis n.ºs 8.460, de 17 de setembro de 1992, 11.357, de 19 de outubro de 2006, 11.538, de 8 de novembro de 2007, 12.775, de 28 de dezembro de 2012, 13.324, de 29 de julho de 2016, 13.327, de 29 de julho de 2016, 13.371, de 14 de dezembro de 2016, e 14.673, de 14 de setembro de 2023.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Avulso do PL 1213/2024 [3 de 130]



CAPÍTULO I  
DAS CARREIRAS DE ESPECIALISTA EM INDIGENISMO E DE TÉCNICO EM  
INDIGENISMO

Seção I  
Disposições Gerais

Art. 1º Ficam criados as seguintes carreiras e os respectivos cargos de provimento efetivo:

I - Especialista em Indigenismo, de nível superior, composta de cargo de Especialista em Indigenismo; e

II - Técnico em Indigenismo, de nível intermediário, composta de cargo de Técnico em Indigenismo.

§ 1º O cargo de Especialista em Indigenismo poderá ser classificado em áreas e em especialidades, quando for necessária formação especializada ou habilidade específica para o exercício de suas atribuições.

§ 2º As áreas e as especialidades para o cargo de Especialista em Indigenismo serão definidas em regulamento.

§ 3º A partir da data de entrada em vigor desta Lei, os cargos de Indigenista Especializado, de nível superior, e de Agente em Indigenismo, de nível intermediário, integrantes do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE), ficam reorganizados nos cargos de Especialista em Indigenismo, da carreira de Especialista em Indigenismo, e de Técnico em Indigenismo, da carreira de Técnico em Indigenismo, respectivamente.

Art. 2º São atribuições do cargo de Especialista em Indigenismo:



3

I - promoção e defesa dos direitos assegurados pela legislação brasileira aos povos indígenas, bem como a sua proteção e a melhoria de sua qualidade de vida;

II - realização de estudos direcionados à demarcação, à regularização fundiária e à proteção dos territórios indígenas;

III - regulação e gestão do acesso aos territórios indígenas e do seu uso sustentável;

IV - formulação, articulação, coordenação e implementação de políticas dirigidas aos povos indígenas e às suas comunidades;

V - planejamento, organização, execução e avaliação de atividades inerentes à proteção territorial, ambiental e cultural e dos direitos dos povos indígenas;

VI - acompanhamento e fiscalização das ações desenvolvidas em territórios indígenas ou que afetem direta ou indiretamente os povos indígenas e as suas comunidades;

VII - estudos e pesquisas referentes à sua área de atuação e especialidade; e

VIII - atividades administrativas e logísticas, de nível superior, inerentes às competências institucionais de seu órgão ou entidade de exercício.

Art. 3º São atribuições do cargo de Técnico em Indigenismo:

I - planejamento, organização, execução e avaliação de atividades inerentes ao indigenismo, bem como apoio técnico e administrativo especializado a essas atividades;

II - execução de atividades de coleta, de seleção e de tratamento de dados e informações especializadas;



III - orientação e controle de processos direcionados à proteção e à defesa dos povos indígenas;

IV - acompanhamento e fiscalização das ações desenvolvidas em territórios indígenas ou que afetem direta ou indiretamente os povos indígenas e as suas comunidades; e

V - atividades administrativas e logísticas, de nível intermediário, inerentes às competências institucionais e legais de seu órgão ou entidade de exercício.

Art. 4º A jornada de trabalho dos integrantes das carreiras de Especialista em Indigenismo e de Técnico em Indigenismo é de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 5º Os cargos de provimento efetivo das carreiras de Especialista em Indigenismo e de Técnico em Indigenismo são estruturados em classes e padrões, na forma do Anexo I desta Lei.

Art. 6º Os servidores titulares dos cargos de provimento efetivo de que tratam os incisos V e VI do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, ficam automaticamente enquadrados nos cargos de Especialista em Indigenismo e de Técnico em Indigenismo, respectivamente, de acordo com as respectivas atribuições, os requisitos de formação profissional e a posição relativa na tabela constante do Anexo II desta Lei.

Art. 7º Fica criado o Plano Especial de Cargos da Funai (PECFunai), composto de cargos de níveis superior, intermediário e auxiliar do Plano de Classificação de Cargos, de que trata a Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, de que trata a Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, do PGPE, de que



trata a Lei n° 11.357, de 19 de outubro de 2006, ou de planos correlatos das autarquias e das fundações públicas não integrantes de carreiras estruturadas, regidos pela Lei n° 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pertencentes ao quadro de pessoal da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai).

§ 1° Os cargos do PECFunai são organizados em classes e padrões, na forma do Anexo III desta Lei.

§ 2° Os servidores ocupantes dos cargos de provimento efetivo de que trata o *caput* deste artigo, com investidura decorrente de aprovação em concurso público, serão enquadrados no PECFunai, mantidos as respectivas denominações, as atribuições, os requisitos de formação profissional e a posição relativa na tabela constante do Anexo IV desta Lei.

Art. 8° Os servidores ocupantes de cargos de níveis superior, intermediário e auxiliar lotados no quadro de pessoal da Funai até a data de entrada em vigor desta Lei, não enquadrados no PECFunai e não pertencentes às carreiras de que trata o art. 1° desta Lei comporão o quadro suplementar da Funai e permanecerão nos planos de cargos a que pertenciam anteriormente à vigência desta Lei.

Art. 9° Os cargos de níveis superior e intermediário do PECFunai e do quadro suplementar da Funai, de que tratam os arts. 7° e 8° desta Lei, vagos e que vierem a vagar, ficam transformados, respectivamente, em cargos de Especialista em Indigenismo e de Técnico em Indigenismo.

Art. 10. O concurso público para o quadro de pessoal da Funai com autorização vigente na data de entrada em vigor desta Lei é válido para ingresso nos cargos de que trata o art. 9° desta Lei.



§ 1º As áreas e as especialidades para o cargo de Especialista em Indigenismo do concurso público com autorização vigente a que se refere o *caput* deste artigo poderão ser definidas em edital.

§ 2º Não se aplica ao concurso público a que se refere o *caput* deste artigo o disposto no § 2º do art. 1º desta Lei.

## Seção II Do Ingresso e do Exercício

Art. 11. A investidura nos cargos de provimento efetivo das carreiras de Especialista em Indigenismo e de Técnico em Indigenismo ocorrerá na classe e no padrão iniciais do respectivo cargo, mediante aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos.

Parágrafo único. O concurso público de que trata o *caput* deste artigo poderá ser realizado por área de conhecimento e por especialidade, organizado em etapas, incluído, se for o caso, curso de formação, conforme dispuser o edital de abertura do certame.

Art. 12. São requisitos de escolaridade para ingresso nos cargos de provimento efetivo das carreiras de Especialista em Indigenismo e de Técnico em Indigenismo:

I - diploma de conclusão de curso superior, em nível de graduação, ou habilitação legal específica equivalente para o cargo de Especialista em Indigenismo; e

II - certificado de conclusão do ensino médio ou habilitação legal específica equivalente para o cargo de Técnico em Indigenismo.



Art. 13. Os ocupantes dos cargos de Especialista em Indigenismo e de Técnico em Indigenismo terão lotação na Funai, na qualidade de órgão supervisor das carreiras de Especialista em Indigenismo e de Técnico em Indigenismo, e poderão ter exercício descentralizado em órgãos e em entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional que tenham atuação na política indigenista.

#### Seção III

#### Do Desenvolvimento na Carreira, no PECFunai e no Quadro Suplementar

Art. 14. O desenvolvimento do servidor nos cargos das carreiras de Especialista em Indigenismo e de Técnico em Indigenismo, nos cargos integrantes do PECFunai e nos cargos do quadro suplementar da Funai, de que tratam os arts. 7º e 8º desta Lei, mediante promoção e progressão funcional, observará os seguintes requisitos, sem prejuízo de outros estabelecidos em regulamento:

I - para fins de progressão funcional:

a) cumprimento do interstício de 12 (doze) meses de efetivo exercício em cada padrão; e

b) avaliação de desempenho; e

II - para fins de promoção:

a) cumprimento do interstício de 12 (doze) meses de efetivo exercício no último padrão de cada classe;

b) avaliação de desempenho;

c) experiência profissional na área de atuação de cada cargo, com duração mínima fixada para fins de promoção às classes subsequentes à inicial;



d) certificação em eventos de capacitação no campo de atuação do cargo, com carga horária mínima e complexidade compatíveis com o respectivo nível e classe; e

e) qualificação profissional na área de atuação de cada cargo.

Art. 15. As regras, os critérios e os procedimentos para concessão de progressão funcional e de promoção nas carreiras de Especialista em Indigenismo e de Técnico em Indigenismo, nos cargos integrantes do PECFunai e nos cargos do quadro suplementar da Funai, de que tratam os arts. 7º e 8º desta Lei, serão estabelecidos em regulamento.

Art. 16. Enquanto não for editado o regulamento de que trata o art. 15 desta Lei, as progressões funcionais e as promoções serão concedidas observando-se as normas vigentes na data de entrada em vigor desta Lei.

#### Seção IV Da Remuneração

Art. 17. A remuneração dos cargos de Especialista em Indigenismo e de Técnico em Indigenismo é composta das seguintes parcelas:

I - vencimento básico, na forma do Anexo V desta Lei; e

II - Gratificação de Apoio à Execução da Política Indigenista (Gapin), de que trata o art. 109 da Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009.



Art. 18. A Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 109. Fica instituída a Gratificação de Apoio à Execução da Política Indigenista (Gapin), devida, exclusivamente:

I - aos servidores titulares dos cargos de provimento efetivo das carreiras de Especialista em Indigenismo e de Técnico em Indigenismo, quando no exercício de atividades inerentes à política indigenista;

II - aos servidores integrantes do Plano Especial de Cargos da Funai (PECFunai) e do quadro suplementar da Funai, incluídos aqueles optantes pela Estrutura Remuneratória de Cargos Específicos de que trata a Lei nº 12.277, de 30 de junho de 2010, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, quando no exercício de atividades inerentes à política indigenista.

.....

§ 4º (Revogado).

§ 5º (Revogado).” (NR)

“Art. 109-A. A Gapin será concedida conforme os valores estabelecidos para as seguintes localidades de exercício:

I - Banda III: unidades sediadas nas seguintes localidades, desde que não situadas nas capitais de unidades federativas ou em suas regiões metropolitanas:

a) Amazônia Legal;



b) faixa de fronteira do território nacional; e

c) Estado de Mato Grosso do Sul;

II - Banda II:

a) unidades situadas em capitais de unidades federativas ou em suas regiões metropolitanas, nas seguintes localidades:

1. Amazônia Legal;

2. faixa de fronteira do território nacional; e

3. Estado de Mato Grosso do Sul; e

b) unidades não situadas em capitais de unidades federativas ou em suas regiões metropolitanas fora da Amazônia Legal, da faixa de fronteira do território nacional e do Estado de Mato Grosso do Sul; e

III - Banda I: unidades situadas em capitais de unidades federativas ou em suas regiões metropolitanas, fora da Amazônia Legal, da faixa de fronteira do território nacional e do Estado de Mato Grosso do Sul.

§ 1º Consideram-se faixa de fronteira do território nacional e Amazônia Legal as áreas assim definidas pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

§ 2º Regulamento poderá estabelecer a concessão da banda imediatamente superior, em relação à banda prevista no *caput* deste artigo, para localidades específicas com comprovada dificuldade



de fixação de servidor efetivo verificada após, no mínimo, 1 (um) ano da publicação desta Lei.

§ 3º Para efeito do disposto nos incisos I, II e III do *caput* e do § 2º deste artigo, ato conjunto do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e do Ministério dos Povos Indígenas indicará em rol taxativo as localidades de exercício por banda.

§ 4º Até a entrada em vigor do ato a que se refere o § 3º deste artigo, a Gapin será devida no valor correspondente à Banda I, prevista no inciso III do *caput* deste artigo.

§ 5º Os titulares dos cargos de Especialista em Indigenismo e de Técnico em Indigenismo cedidos para órgãos e entidades do Poder Executivo federal que não tenham atuação na política indigenista perceberão os valores da Gapin correspondentes à Banda I, prevista no inciso III do *caput* deste artigo.

§ 6º Os titulares dos cargos do PECFunai e do quadro suplementar da Funai que não se encontrem em exercício em seu órgão de lotação não farão jus à Gapin.”

“Art. 110. Fica instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade Indigenista (GDAIN), devida aos titulares de cargos de níveis superior, intermediário e auxiliar do PECFunai e do quadro suplementar da Funai, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, em exercício das atividades



inerentes às atribuições do respectivo cargo na Funai.

.....

§ 3º (Revogado).

.....”(NR)

Art. 19. A Gratificação de Desempenho de Atividade Indigenista (GDAIN), de que trata o art. 110 da Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, não será devida:

I - aos titulares dos cargos de que trata o art. 1º desta Lei; e

II - aos optantes pela Estrutura Remuneratória de Cargos Específicos de que trata a Lei nº 12.277, de 30 de junho de 2010, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Art. 20. A remuneração dos cargos integrantes do PECFunai e do quadro suplementar da Funai, de que tratam os arts. 7º e 8º desta Lei, é composta das seguintes parcelas:

I - vencimento básico, na forma do Anexo VI desta Lei;

II - Gapin, de que trata o art. 109 da Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009; e

III - GDAIN, de que trata o art. 110 da Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009.

Art. 21. O Anexo LXXXII da Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, passa a vigorar na forma do Anexo VII desta Lei.

Art. 22. O Anexo LXXXIII da Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, passa a vigorar na forma do Anexo VIII desta Lei.



Art. 23. Os quadros e e *f* da tabela XVIII do Anexo XLV da Lei n° 12.702, de 7 de agosto de 2012, passam a vigorar na forma do Anexo IX desta Lei.

Seção V  
Da Movimentação de Pessoal

Art. 24. Os titulares dos cargos de provimento efetivo integrantes do PECFunai e do quadro suplementar da Funai, de que tratam os arts. 7° e 8° desta Lei, somente poderão ter exercício em outros órgãos e entidades quando:

I - requisitados pela Presidência ou pela Vice-Presidência da República ou nas hipóteses de requisição previstas em lei; e

II - cedidos para órgãos ou entidades do Poder Executivo federal para o exercício de Cargo Comissionado Executivo (CCE) ou de Função Comissionada Executiva (FCE) de nível mínimo 13 ou equivalente.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto no *caput* deste artigo aos cargos de provimento efetivo integrantes das carreiras de Especialista em Indigenismo e de Técnico em Indigenismo quando em exercício em órgãos e em entidades que não tenham atuação na política indigenista.

Seção VI  
Da Previdência

Art. 25. Os servidores integrantes das carreiras de Especialista em Indigenismo e de Técnico em Indigenismo, do PECFunai e do quadro suplementar da Funai terão a Gapin, de que trata o art. 109 da Lei n° 11.907, de 2 de fevereiro de



2009, incorporada aos proventos de aposentadoria que tenham como fundamento a integralidade e a paridade, desde que tenham percebido a gratificação por mais de 60 (sessenta) meses contínuos ou intercalados.

§ 1º Para fins da incorporação de que trata o *caput* deste artigo, será considerada a banda em que o servidor houver permanecido por maior tempo nos 120 (cento e vinte) meses de percepção da gratificação anteriores à aposentadoria voluntária, para os benefícios instituídos após a data de publicação desta Lei.

§ 2º O disposto no § 1º deste artigo não se aplica ao servidor:

I - que houver percebido a Gapin em período inferior a 120 (cento e vinte) meses anteriores à aposentadoria voluntária; ou

II - que houver se aposentado por regra cujo reajuste ocorra pela paridade, até a data de publicação desta Lei.

§ 3º Na hipótese do § 2º deste artigo, será considerada a Banda I, prevista no inciso III do *caput* do art. 109-A da Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, observados a classe e o padrão do cargo na data da aposentadoria.

Art. 26. Para fins de incorporação da GDAIN, de que trata o art. 110 da Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, aos proventos de aposentadoria dos integrantes do PECFunai e do quadro suplementar da Funai, de que tratam os arts. 7º e 8º desta Lei, serão adotados os seguintes critérios:

I - quando o benefício de aposentadoria tiver como critério a integralidade e a paridade de que tratam a Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, e a Emenda



Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, a gratificação corresponderá:

a) a 50 (cinquenta) pontos, considerados o nível, a classe e o padrão do servidor; ou

b) à média dos pontos da gratificação de desempenho recebidos nos últimos 60 (sessenta) meses de atividade, por meio da apresentação de termo de opção de que tratam os arts. 87 a 91 da Lei nº 13.324, de 29 de julho de 2016;

II - quando o benefício de aposentadoria tiver como critério a integralidade e a paridade de que trata a Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, deverá ser observado o disposto no inciso II do § 8º do art. 4º da referida Emenda Constitucional.

Parágrafo único. Aos benefícios de aposentadoria e de pensão instituídos até 19 de fevereiro de 2004, a gratificação corresponderá a 50 (cinquenta) pontos, considerados o nível, a classe e o padrão do servidor.

Art. 27. Aos servidores aposentados ou aos beneficiários de pensão cujos benefícios previdenciários sejam amparados pela paridade e decorram de cargo de provimento efetivo em que a investidura do servidor tenha ocorrido mediante aprovação em concurso público serão aplicadas as vantagens de natureza permanente e geral concedidas aos servidores efetivos do PECFunai, inclusive aquelas advindas da transformação ou da reclassificação do cargo efetivo em que tenha ocorrido a aposentadoria ou a instituição da pensão.



Parágrafo único. Aos servidores aposentados e aos beneficiários de pensão que não se enquadrem no PECFunai ou nas carreiras de que trata o art. 1º desta Lei serão aplicadas as vantagens de natureza permanente e geral concedidas aos servidores do quadro suplementar da Funai.

## CAPÍTULO II DA CARREIRA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

### Seção I Disposições Gerais

Art. 28. A partir da data de entrada em vigor desta Lei, o cargo de Analista em Tecnologia da Informação, de nível superior, de que trata o parágrafo único do art. 1º da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, fica reorganizado na carreira de Tecnologia da Informação, no âmbito do Poder Executivo federal.

§ 1º O cargo a que se refere o *caput* deste artigo fica estruturado em classes e padrões, na forma do Anexo X desta Lei.

§ 2º Os atuais ocupantes dos cargos de Analista em Tecnologia da Informação serão automaticamente enquadrados na carreira de Tecnologia da Informação na data de entrada em vigor desta Lei, de acordo com a posição relativa na tabela constante do Anexo XI desta Lei.

Art. 29. A jornada de trabalho dos integrantes da carreira de Tecnologia da Informação é de 40 (quarenta) horas semanais.



Art. 30. Além das atividades especializadas de planejamento, supervisão, coordenação e controle dos recursos de tecnologia da informação relativos ao funcionamento da administração pública federal, são atribuições do cargo de Analista em Tecnologia da Informação da carreira de Tecnologia da Informação:

I - executar análises para desenvolvimento, implantação e suporte a sistemas de informação e a soluções tecnológicas específicas;

II - especificar e apoiar a formulação e o acompanhamento das políticas de planejamento relativas aos recursos de tecnologia da informação;

III - especificar, supervisionar e acompanhar as atividades de desenvolvimento, manutenção, integração e monitoramento do desempenho dos aplicativos de tecnologia da informação;

IV - gerenciar a disseminação, a integração e o controle de qualidade dos dados;

V - organizar, manter e controlar o armazenamento, a administração e o acesso às bases de dados da informática de governo;

VI - desenvolver, implementar, executar e supervisionar atividades relacionadas aos processos de configuração, segurança, conectividade, serviços compartilhados e adequações da infraestrutura de informática da administração pública federal;

VII - executar ações necessárias à gestão da segurança da informação dos órgãos e das entidades da administração pública federal;



VIII - executar ações necessárias à governança de tecnologia da informação e à proteção de dados dos órgãos e das entidades da administração pública federal;

IX - prospectar o uso de soluções para aumentar a eficiência e a capacidade de personalização da relação com os usuários de serviços públicos; e

X - promover a inovação e a melhoria de serviços públicos com o uso de tecnologia.

#### Seção II Do Ingresso e do Exercício

Art. 31. A investidura no cargo de provimento efetivo da carreira de Tecnologia da Informação ocorrerá na classe e no padrão iniciais do cargo, mediante aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos realizado em 2 (duas) etapas de caráter eliminatório e classificatório, observado que a segunda etapa será constituída de curso de formação.

§ 1º O concurso público a que se refere o *caput* deste artigo poderá, quando couber, ser realizado por áreas de especialização, conforme dispuser o edital de abertura do certame, observada a legislação pertinente.

§ 2º O concurso público para o cargo de Analista em Tecnologia da Informação com autorização vigente na data de entrada em vigor desta Lei é válido para ingresso no cargo de Analista em Tecnologia da Informação da carreira de que trata o art. 28 desta Lei.

§ 3º Para ingresso no cargo de Analista em Tecnologia da Informação, será exigido diploma de graduação em nível superior.



§ 4º Os ocupantes do cargo de que trata o *caput* deste artigo terão lotação no Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, na qualidade de órgão supervisor da carreira de Tecnologia da Informação, e exercício em órgãos e em entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

§ 5º Compete ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos definir os órgãos ou as entidades em que os ocupantes do cargo de que trata o *caput* deste artigo terão exercício, observadas a correlação entre as competências da unidade de exercício e as atribuições do cargo.

### Seção III Da Remuneração

Art. 32. Os ocupantes do cargo de Analista em Tecnologia da Informação passam a ser remunerados exclusivamente por subsídio, fixado em parcela única, conforme especificado no Anexo XII desta Lei.

Art. 33. Não serão devidas aos titulares do cargo de Analista em Tecnologia da Informação as seguintes espécies remuneratórias:

I - vencimento básico;

II - Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (GDPGPE), de que trata o art. 7º-A da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006;

III - Gratificação Temporária do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática (GSISP), de que trata o art. 287 da Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009;



IV - vantagens pessoais e Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI), de qualquer origem e natureza;

V - diferenças individuais e resíduos, de qualquer origem e natureza;

VI - valores incorporados à remuneração decorrentes do exercício de função de direção, chefia ou assessoramento ou de cargo em comissão;

VII - valores incorporados à remuneração referentes a quintos ou a décimos;

VIII - valores incorporados à remuneração a título de adicional por tempo de serviço;

IX - vantagens incorporadas a proventos ou a pensões com fundamento nos arts. 180 e 184 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, e nos arts. 190 e 192 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990;

X - abonos;

XI - valores pagos a título de representação;

XII - adicional pelo exercício de atividades insalubres, perigosas ou penosas;

XIII - adicional noturno;

XIV - Gratificação Temporária das Unidades dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal (GSISTE), de que trata o art. 15 da Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006;

XV - vantagem pecuniária individual, de que trata a Lei nº 10.698, de 2 de julho de 2003;

XVI - Gratificação de Atividade, de que trata a Lei Delegada nº 13, de 27 de agosto de 1992; e



XVII - outros adicionais e gratificações, de qualquer origem e natureza, que não estejam explicitamente referidos no art. 35 desta Lei.

Parágrafo único. Ficam os Analistas em Tecnologia da Informação automaticamente dispensados da GSISP, de que trata o art. 287 da Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009.

Art. 34. Os servidores integrantes da carreira de Tecnologia da Informação não poderão perceber cumulativamente com o subsídio quaisquer valores ou vantagens incorporadas à remuneração por decisão administrativa ou judicial, ou por extensão administrativa de decisão judicial, de natureza geral ou individual, ainda que decorrentes de sentença judicial transitada em julgado.

Art. 35. O subsídio dos servidores integrantes da carreira de Tecnologia da Informação não exclui o direito à percepção, nos termos da legislação e de regulamentação específica, das seguintes espécies remuneratórias:

I - gratificação natalina;

II - adicional de férias;

III - abono de permanência de que tratam o § 19 do art. 40 da Constituição Federal e o § 3º do art. 3º, o art. 8º e o § 5º do art. 10 da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019; e

IV - retribuição pelo exercício de função de direção, chefia ou assessoramento.

Parágrafo único. O disposto no *caput* deste artigo também se aplica a parcelas indenizatórias previstas em lei.



Art. 36. Na hipótese de redução de remuneração, de provento ou de pensão em decorrência da aplicação do disposto nesta Lei aos servidores integrantes da carreira de Tecnologia da Informação, eventual diferença será paga a título de parcela complementar de subsídio, de natureza provisória, que será gradativamente absorvida por ocasião do desenvolvimento no cargo ou na carreira por progressão funcional ou promoção ordinária ou extraordinária, da reorganização ou da reestruturação do cargo, da carreira ou das remunerações previstas nesta Lei ou da concessão de reajuste ou de vantagem de qualquer natureza.

Parágrafo único. A parcela complementar de subsídio a que se refere o *caput* deste artigo estará sujeita exclusivamente à atualização decorrente da revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais.

Art. 37. Aplica-se o disposto nos arts. 32, 33, 34, 35 e 36 desta Lei às aposentadorias e às pensões dos servidores integrantes da carreira de Tecnologia da Informação que tenham como critério de reajuste a paridade, nos termos da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, e da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019.

#### Seção IV Da Movimentação de Pessoal

Art. 38. Os titulares do cargo de provimento efetivo integrantes da carreira de Tecnologia da Informação somente poderão:



I - ser requisitados pela Presidência ou pela Vice-Presidência da República ou nas hipóteses de requisição previstas em lei;

II - ser cedidos para órgãos ou entidades do Poder Executivo federal para o exercício de CCE ou de FCE de nível mínimo 13 ou equivalente;

III - ser cedidos para órgãos ou entidades de outros Poderes da União para o exercício de CCE ou de FCE de nível mínimo 15 ou equivalente; ou

IV - ser cedidos para o exercício de cargos de Secretário de Estado ou do Distrito Federal, de cargos em comissão de nível equivalente ou superior ao de CCE ou de FCE de nível 15 ou de dirigente máximo de entidade da administração pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, de prefeitura de capital ou de Município com mais de 500.000 (quinhentos mil) habitantes.

#### Seção V Do Desenvolvimento na Carreira

Art. 39. O desenvolvimento do servidor no cargo da carreira de Tecnologia da Informação, mediante promoção e progressão funcional, observará os seguintes requisitos, sem prejuízo de outros estabelecidos em regulamento:

I - para fins de progressão funcional:

a) cumprimento do interstício de 12 (doze) meses de efetivo exercício em cada padrão; e

b) avaliação de desempenho; e

II - para fins de promoção:



- a) cumprimento do interstício de 12 (doze) meses de efetivo exercício no último padrão de cada classe;
- b) avaliação de desempenho;
- c) experiência profissional na área de atuação do cargo, com duração mínima fixada para fins de promoção às classes subsequentes à inicial;
- d) certificação ou especialização na área de tecnologia da informação com carga horária mínima e complexidade compatíveis com o respectivo nível e classe; e
- e) qualificação profissional na área de atuação do cargo.

Art. 40. As regras, os critérios e os procedimentos para concessão de progressão funcional e de promoção na carreira de Tecnologia da Informação serão estabelecidos em regulamento.

Art. 41. Enquanto não for editado o regulamento de que trata o art. 40 desta Lei, as progressões funcionais e as promoções serão concedidas observando-se as normas vigentes aplicáveis ao cargo de Analista em Tecnologia da Informação, integrante do PGPE, na data de entrada em vigor desta Lei.

### CAPÍTULO III DA CARREIRA DE DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS SOCIAIS

Art. 42. A Lei nº 12.094, de 19 de novembro de 2009, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º .....

§ 1º Os ocupantes dos cargos de que trata este artigo terão lotação no Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, na qualidade de



órgão supervisor, e exercício descentralizado em órgãos da administração pública federal direta com competências relativas às políticas sociais.

§ 2º Compete ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, observado o disposto no § 1º deste artigo, definir o órgão de exercício descentralizado dos ocupantes dos cargos de que trata este artigo.

§ 3º No interesse da administração, o órgão supervisor poderá definir o exercício descentralizado provisório dos servidores ocupantes dos cargos efetivos de que trata o *caput* deste artigo em autarquias e fundações.

.....

§ 5º (Revogado).

I - (revogado);

II - (revogado).” (NR)

“Art. 3º .....

I - executar atividades de assistência técnica em projetos e programas nas áreas de saúde, previdência, emprego e renda, segurança pública, desenvolvimento urbano, segurança alimentar, assistência social, educação, cultura, cidadania, direitos humanos, igualdade racial e proteção à infância, à juventude, à pessoa com deficiência, à pessoa idosa e aos povos indígenas que não sejam privativas de outras carreiras ou cargos isolados, no âmbito do Poder Executivo federal;

.....



III - identificar situações em desacordo com os padrões estabelecidos em normas e na legislação específica de atenção à saúde, previdência, emprego e renda, segurança pública, desenvolvimento urbano, segurança alimentar, assistência social, educação, cultura, cidadania, direitos humanos, igualdade racial e proteção à infância, à juventude, à pessoa com deficiência, à pessoa idosa e aos povos indígenas que não sejam privativas de outras carreiras ou cargos isolados, no âmbito do Poder Executivo federal, e proporcionar ações orientadoras e corretivas, de forma a promover a melhoria dos processos e a redução dos custos;

IV - aferir os resultados da assistência à saúde, previdência, emprego e renda, segurança pública, desenvolvimento urbano, segurança alimentar, assistência social, educação, cultura, cidadania, direitos humanos, igualdade racial e proteção à infância, à juventude, à pessoa com deficiência, à pessoa idosa e aos povos indígenas, considerando os planos e os objetivos definidos no Sistema Único de Saúde, no Sistema Único de Assistência Social e em demais políticas sociais;

....." (NR)

"Art. 4º .....

.....

§ 4º Ato do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos definirá a habilitação



específica exigida para o ingresso nos cargos da carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais.  
.....”(NR)

“Art. 5º-B A partir de 1º de janeiro de 2025, os ocupantes dos cargos da carreira de que trata o art. 1º desta Lei passam a ser remunerados exclusivamente por subsídio, fixado em parcela única, conforme especificado no Anexo IV desta Lei.”

“Art. 5º-C Estão compreendidas no subsídio e não são mais devidas aos ocupantes dos cargos que integram a carreira a que se refere o art. 1º desta Lei, a partir de 1º de janeiro de 2025, as seguintes parcelas remuneratórias:

I - vencimento básico, de que trata o inciso I do *caput* do art. 5º-A desta Lei; e

II - GDAPS, de que trata o inciso II do *caput* do art. 5º-A desta Lei.”

“Art. 5º-D Além das parcelas remuneratórias de que trata o art. 5º-A, não são devidas aos ocupantes dos cargos que integram a carreira a que se refere o art. 1º desta Lei, a partir de 1º de janeiro de 2025, as seguintes espécies remuneratórias:

I - vantagens pessoais e Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI), de qualquer origem e natureza;

II - diferenças individuais e resíduos, de qualquer origem e natureza;



III - valores incorporados à remuneração decorrentes do exercício de função de direção, chefia ou assessoramento ou de cargo em comissão;

IV - valores incorporados à remuneração referentes a quintos ou a décimos;

V - valores incorporados à remuneração a título de adicional por tempo de serviço;

VI - vantagens incorporadas a proventos ou a pensões com fundamento nos arts. 180 e 184 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, e nos arts. 190 e 192 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990;

VII - abonos;

VIII - valores pagos a título de representação;

IX - adicional pelo exercício de atividades insalubres, perigosas ou penosas;

X - adicional noturno;

XI - Gratificação Temporária das Unidades dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal (GSISTE), de que trata o art. 15 da Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006;

XII - vantagem pecuniária individual, de que trata a Lei nº 10.698, de 2 de julho de 2003;

XIII - Gratificação de Atividade, de que trata a Lei Delegada nº 13, de 27 de agosto de 1992;  
e

XIV - outros adicionais e gratificações, de qualquer origem e natureza, que não estejam explicitamente referidos no art. 5º-F desta Lei.”



“Art. 5º-E Os servidores integrantes da carreira de que trata o art. 1º desta Lei não poderão perceber cumulativamente com o subsídio quaisquer valores ou vantagens incorporadas à remuneração por decisão administrativa ou judicial, ou por extensão administrativa de decisão judicial, de natureza geral ou individual, ainda que decorrentes de sentença judicial transitada em julgado.”

“Art. 5º-F O subsídio dos servidores integrantes da carreira de que trata o art. 1º desta Lei não exclui o direito à percepção, nos termos da legislação e de regulamentação específica, das seguintes espécies remuneratórias:

I - gratificação natalina;

II - adicional de férias;

III - abono de permanência de que tratam o § 19 do art. 40 da Constituição Federal e o § 3º do art. 3º, o art. 8º e o § 5º do art. 10 da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019; e

IV - retribuição pelo exercício de função de direção, chefia ou assessoramento.

Parágrafo único. O disposto no *caput* deste artigo também se aplica a parcelas indenizatórias previstas em lei.”

“Art. 5º-G Na hipótese de redução de remuneração, de provento ou de pensão em decorrência da aplicação do disposto nesta Lei aos servidores integrantes da carreira de que trata o art. 1º desta Lei, eventual diferença será paga a título de parcela



complementar de subsídio, de natureza provisória, que será gradativamente absorvida por ocasião do desenvolvimento no cargo ou na carreira por progressão ou promoção ordinária ou extraordinária, da reorganização ou da reestruturação dos cargos, das carreiras ou das remunerações previstas nesta Lei ou da concessão de reajuste ou de vantagem de qualquer natureza.

Parágrafo único. A parcela complementar de subsídio a que se refere o *caput* deste artigo estará sujeita exclusivamente à atualização decorrente da revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais.”

“Art. 5º-H Aplica-se o disposto nos arts. 5º-B a 5º-G às aposentadorias e às pensões dos servidores integrantes da carreira de que trata o art. 1º desta Lei que tenham como critério de reajuste a paridade, nos termos da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, e da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019.”

“Art. 16-A. O servidor que faça jus ao recebimento da GDAPS no exercício de 2024 perceberá o valor equivalente à pontuação obtida no último ciclo avaliativo de que tenha participado e sido avaliado e que tenha gerado efeito financeiro.”

“Art. 17. ....  
§ 1º .....



I - .....  
 a) cumprimento do interstício de 12 (doze) meses de efetivo exercício em cada padrão; e  
 .....

II - .....  
 a) cumprimento do interstício de 12 (doze) meses de efetivo exercício no último padrão de cada classe;  
 .....

§ 2º O interstício de 12 (doze) meses de efetivo exercício para a progressão funcional e para a promoção, conforme estabelecido nos incisos I e II do § 1º deste artigo, será:

I - computado a contar da última progressão funcional ou promoção;  
 .....”(NR)

“Art. 17-A. Os ocupantes de cargos efetivos de que trata o art. 1º ficam reposicionados na nova estrutura do cargo constante do Anexo I-A desta Lei, da seguinte forma:

I - posicionamento inicial no Padrão I da Classe A; e

II - reposicionamento de um padrão para cada ano completo de efetivo exercício no cargo.

Parágrafo único. Descontado o tempo de efetivo exercício aplicado para reposicionamento na tabela remuneratória, o tempo remanescente inferior a 1 (um) ano de efetivo exercício no cargo será



computado no interstício para a progressão funcional ou promoção subsequente.”

“Art. 17-B. Ato da autoridade máxima do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos estabelecerá regras transitórias para as progressões funcionais e promoções que vierem a ocorrer nos primeiros 12 (doze) meses após a data de entrada em vigor desta Lei.”

“Art. 17-C. Após o prazo de que trata o art. 17-B, e até que seja editado novo regulamento para o desenvolvimento na carreira de que trata o art. 1º desta Lei, deverá ser repetido o resultado da última avaliação de desempenho individual da qual o servidor tenha participado e sido avaliado e que tenha gerado efeitos financeiros.”

“Art. 21. ....  
.....

I-A - quando o benefício de aposentadoria tiver por critério a integralidade e a paridade de que trata a Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, deverá ser observada a determinação constante do inciso II do § 8º do art. 4º da referida Emenda Constitucional; e

II - nos demais casos, será aplicado o disposto nas Leis nºs 10.887, de 18 de junho de 2004, e 12.618, de 30 de abril de 2012, e no art. 26 da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019.” (NR)



Art. 43. A partir da data de entrada em vigor desta Lei, não poderá ser concedida a GSISTE, de que trata o art. 15 da Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006, aos integrantes da carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais.

Art. 44. Os Anexos II e III da Lei nº 12.094, de 19 de novembro de 2009, passam a vigorar, respectivamente, na forma dos Anexos XIII e XIV desta Lei.

Art. 45. A Lei nº 12.094, de 19 de novembro de 2009, passa a vigorar acrescida dos Anexos I-A e IV, na forma dos Anexos XV e XVI desta Lei, respectivamente.

CAPÍTULO IV  
DAS CARREIRAS E DO PLANO ESPECIAL DE CARGOS DA AGÊNCIA  
NACIONAL DE MINERAÇÃO

Art. 46. A Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º-A A partir de 1º de janeiro de 2026, os ocupantes dos cargos das carreiras de que trata o art. 1º desta Lei passam a ser remunerados exclusivamente por subsídio, fixado em parcela única, conforme especificado no Anexo II-A desta Lei.”

“Art. 1º-B Estão compreendidas no subsídio e não serão mais devidas aos ocupantes dos cargos das carreiras de que trata o art. 1º desta Lei, a partir de 1º de janeiro de 2026, as seguintes parcelas remuneratórias:



I - para o cargo de Especialista em Recursos Minerais: vencimento básico, Gratificação de Desempenho de Atividades de Recursos Minerais (GDARM) e Gratificação de Qualificação (GQ), conforme o disposto no inciso I do *caput* do art. 25-A desta Lei;

II - para o cargo de Técnico em Atividades de Mineração: vencimento básico e GDARM, conforme o disposto no inciso II do *caput* do art. 25-A desta Lei;

III - para o cargo de Analista Administrativo: vencimento básico, Gratificação de Desempenho de Atividades Administrativas do DNPM (GDADNPM) e GQ, conforme o disposto no inciso IV do *caput* do art. 25-A desta Lei; e

IV - para o cargo de Técnico Administrativo: vencimento básico e GDADNPM, conforme o disposto no inciso V do *caput* do art. 25-A desta Lei."

"Art. 1º-C Além das parcelas remuneratórias de que trata o art. 1º-B, não serão devidas aos ocupantes dos cargos que integram as carreiras a que se referem os incisos I, II, III e IV do *caput* do art. 1º desta Lei, a partir de 1º de janeiro de 2026, as seguintes espécies remuneratórias:

I - vantagens pessoais e Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI), de qualquer origem e natureza;



II - diferenças individuais e resíduos, de qualquer origem e natureza;

III - valores incorporados à remuneração decorrentes do exercício de função de direção, chefia ou assessoramento ou de cargo em comissão;

IV - valores incorporados à remuneração referentes a quintos ou a décimos;

V - valores incorporados à remuneração a título de adicional por tempo de serviço;

VI - vantagens incorporadas a proventos ou a pensões com fundamento nos arts. 180 e 184 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, e nos arts. 190 e 192 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990;

VII - abonos;

VIII - valores pagos a título de representação;

IX - adicional pelo exercício de atividades insalubres, perigosas ou penosas;

X - adicional noturno;

XI - vantagem pecuniária individual, de que trata a Lei nº 10.698, de 2 de julho de 2003;

XII - Gratificação de Atividade, de que trata a Lei Delegada nº 13, de 27 de agosto de 1992; e

XIII - outros adicionais e gratificações, de qualquer origem e natureza, que não estejam explicitamente referidos no art. 1º-E desta Lei.”



“Art. 1º-D Os servidores integrantes das carreiras de que tratam os incisos I, II, III e IV do *caput* do art. 1º desta Lei não poderão perceber cumulativamente com o subsídio quaisquer valores ou vantagens incorporadas à remuneração por decisão administrativa ou judicial, ou por extensão administrativa de decisão judicial, de natureza geral ou individual, ainda que decorrentes de sentença judicial transitada em julgado.”

“Art. 1º-E O subsídio dos servidores integrantes das carreiras de que tratam os incisos I, II, III e IV do *caput* do art. 1º desta Lei não exclui o direito à percepção, nos termos da legislação e de regulamentação específica, das seguintes espécies remuneratórias:

I - gratificação natalina;

II - adicional de férias;

III - abono de permanência de que tratam o § 19 do art. 40 da Constituição Federal e o § 3º do art. 3º, o art. 8º e o § 5º do art. 10 da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019; e

IV - retribuição pelo exercício de função de direção, chefia ou assessoramento.

Parágrafo único. O disposto no *caput* deste artigo também se aplica a parcelas indenizatórias previstas em lei.”



“Art. 1º-F Na hipótese de redução de remuneração, de provento ou de pensão em decorrência da aplicação do disposto nesta Lei aos servidores integrantes das carreiras de que tratam os incisos I, II, III e IV do *caput* do art. 1º desta Lei, eventual diferença será paga a título de parcela complementar de subsídio, de natureza provisória, que será gradativamente absorvida por ocasião do desenvolvimento no cargo ou na carreira por progressão funcional ou promoção ordinária ou extraordinária, da reorganização ou da reestruturação dos cargos, das carreiras ou das remunerações previstas nesta Lei ou da concessão de reajuste ou de vantagem de qualquer natureza.

Parágrafo único. A parcela complementar de subsídio a que se refere o *caput* deste artigo estará sujeita exclusivamente à atualização decorrente da revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais.”

“Art. 1º-G Aplica-se o disposto nos arts. 1º-A a 1º-F desta Lei às aposentadorias e às pensões dos servidores integrantes das carreiras de que tratam os incisos I, II, III e IV do *caput* do art. 1º desta Lei que tenham como critério de reajuste a paridade, nos termos da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, e da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019.”



“Art. 3º-A O plano a que se refere o art. 3º desta Lei passa a ser denominado Plano Especial de Cargos da Agência Nacional de Mineração (PEC-ANM).”

“Art. 21. Para fins de incorporação da GDARM, GDAPM, GDADNPM e GDAPDNPM aos proventos de aposentadoria dos servidores referidos nos arts. 15 e 15-A desta Lei, serão adotados os seguintes critérios:

I - quando o benefício de aposentadoria tiver como critério a integralidade e a paridade de que tratam a Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, e a Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, a gratificação corresponderá:

a) a 50 (cinquenta) pontos, considerados o nível, a classe e o padrão do servidor; ou

b) à média dos pontos da gratificação de desempenho recebidos nos últimos 60 (sessenta) meses de atividade, por meio da apresentação de termo de opção de que tratam os arts. 87, 88, 89, 90 e 91 da Lei nº 13.324, de 29 de julho de 2016;

II - quando o benefício de aposentadoria tiver como critério a integralidade e a paridade de que trata a Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, deverá ser observado o disposto no inciso II do § 8º do art. 4º da referida Emenda Constitucional;

a) (revogada);

b) (revogada);



III - (revogado).

Parágrafo único. Aos benefícios de aposentadoria e de pensão instituídos até 19 de fevereiro de 2004, a gratificação corresponderá a 50 (cinquenta) pontos, considerados o nível, a classe e o padrão do servidor.”(NR)

Art. 47. A partir da data de entrada em vigor desta Lei, aplicam-se aos servidores em efetivo exercício na Agência Nacional de Mineração (ANM) as proibições e as vedações previstas no art. 23 da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004.

Art. 48. O art. 23 da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 23. ....

.....

II - .....

.....

c) (revogada);

.....

§ 4º É permitido o exercício de outra atividade profissional por parte dos servidores das agências referidas no Anexo I desta Lei, desde que observados o cumprimento da jornada do cargo, o horário de funcionamento do órgão ou entidade e o dever de disponibilidade ao serviço público e desde que a atividade não seja potencialmente causadora de conflito de interesses, nos termos da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013.”(NR)



Art. 49. A Lei nº 13.575, de 26 de dezembro de 2017, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 7º Os membros da Diretoria exercerão mandatos de 5 (cinco) anos, não coincidentes, vedada a recondução.” (NR)

“Art. 33-A. Os membros da Diretoria que, em maio de 2024, exerciam o seu primeiro mandato manterão o prazo de 4 (quatro) anos e poderão ter seu mandato renovado, uma única vez, por igual período.”

Art. 50. Os Anexos II, V, VI-A, VI-B, VI-C e VI-D da Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004, passam a vigorar, respectivamente, na forma dos Anexos XVII, XVIII, XIX, XX, XXI e XXII desta Lei.

Art. 51. A Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004, passa a vigorar acrescida do Anexo II-A, na forma do Anexo XXIII desta Lei.

#### CAPÍTULO V DA GRATIFICAÇÃO TEMPORÁRIA DE ATIVIDADE EM ESCOLA DE GOVERNO

Art. 52. A Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 292. ....

I - (revogado);

II - Fundação Escola Nacional de Administração Pública (Enap);

III - Instituto Rio Branco (IRBr); e

IV - Escola Superior da Advocacia-Geral da União Ministro Victor Nunes Leal.



.....” (NR)

CAPÍTULO VI  
DA EXTINÇÃO DE CARGOS EM COMISSÃO, DE FUNÇÕES DE CONFIANÇA E  
DE GRATIFICAÇÕES

Art. 53. O inciso II do *caput* do art. 18 da Lei nº 14.204, de 16 de setembro de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 18. ....

.....

II - 31 de março de 2025, para os alocados em órgãos da administração pública direta ou sem alocação definida.” (NR)

CAPÍTULO VII  
DAS UNIDADES COMUNS À ESTRUTURA BÁSICA DOS MINISTÉRIOS

Art. 54. O § 8º do art. 50 da Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 50. ....

.....

§ 8º A previsão de que trata o § 3º deste artigo não se aplica ao Ministério do Turismo, ressalvados os arranjos colaborativos ou modelos centralizados no Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.” (NR)



CAPÍTULO VIII  
DA GRATIFICAÇÃO PREVISTA NO ANEXO IX DA LEI Nº 8.460, DE 17  
DE SETEMBRO DE 1992

Art. 55. A partir da data de entrada em vigor desta Lei, fica extinta a gratificação prevista no Anexo IX da Lei nº 8.460, de 17 de setembro de 1992.

§ 1º Os servidores que fazem jus à percepção da gratificação referida no *caput* deste artigo até a data de entrada em vigor desta Lei receberão o valor correspondente à gratificação na forma de VPNI, a ser absorvida por ocasião da reorganização ou da reestruturação de sua tabela remuneratória, da concessão de reajustes, adicionais, gratificações ou vantagem de qualquer natureza ou do desenvolvimento no cargo.

§ 2º A VPNI a que se refere o § 1º deste artigo está sujeita exclusivamente à atualização decorrente de revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais.

CAPÍTULO IX  
DA GRATIFICAÇÃO TEMPORÁRIA DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

Art. 56. Fica instituída a Gratificação Temporária de Proteção e Defesa Civil (GPDEC), devida aos titulares de cargos de provimento efetivo, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, em exercício na Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional.

§ 1º A GPDEC somente será devida aos servidores que atuem de modo direto em atividades críticas finalísticas da Defesa Civil, conforme definido em regulamento.



§ 2º Os quantitativos da GPDEC, por unidade organizacional, serão fixados em ato da autoridade máxima do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional.

§ 3º O quantitativo máximo de servidores de que trata o *caput* deste artigo que poderão perceber a GPDEC será o estabelecido no Anexo XXIV desta Lei.

§ 4º Os níveis da GPDEC poderão ter seus quantitativos alterados, mediante ato da autoridade máxima do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, desde que a alteração não acarrete aumento de despesa e que não seja ultrapassado o total de servidores beneficiários constante do Anexo XXIV desta Lei.

§ 5º Somente farão jus à GPDEC servidores com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais.

§ 6º A GPDEC será paga em conjunto com a gratificação de desempenho a que o servidor faça jus em virtude do plano de carreiras ou cargos ao qual pertença, ainda que norma sobre a gratificação de desempenho específica disponha de modo diverso, e não servirá de base de cálculo para quaisquer outros benefícios ou vantagens.

§ 7º A GPDEC não integrará os proventos de aposentadoria e de pensões.

Art. 57. O servidor titular de cargo regido pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pertencente aos quadros de pessoal de órgãos e de entidades da administração pública federal, poderá ser cedido para ter exercício na Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional e perceber a GPDEC,



independentemente do exercício de cargo em comissão ou de função de confiança.

Art. 58. Os valores da GPDEC são os constantes do Anexo XXV desta Lei.

CAPÍTULO X  
DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA

Art. 59. O art. 4º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 4º .....

§ 1º .....

.....

XXVI - o Bônus de Desempenho Institucional por Perícia Médica em Benefícios por Incapacidade (BPMBI);

XXVII - o Bônus de Desempenho Institucional por Análise de Benefícios com Índícios de Irregularidade do Monitoramento Operacional de Benefícios (BMOB); e

XXVIII - a Gratificação Temporária de Proteção e Defesa Civil (GPDEC).

§ 2º O servidor ocupante de cargo efetivo poderá optar pela inclusão na base de cálculo da contribuição, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40 da Constituição Federal e no art. 2º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada a limitação estabelecida no § 2º do art. 40 da Constituição Federal e no art. 26 da Emenda



Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, das seguintes parcelas:

I - as percebidas em decorrência de local de trabalho e do exercício de cargo em comissão ou de função comissionada ou gratificada;

II - a GSISTE;

III - a GSISP;

IV - a GAEG;

V - a GEPR;

VI - a Gratificação de Raio X;

VII - as recebidas a título de adicional noturno ou de adicional por serviço extraordinário; e

VIII - a GPDEC." (NR)

CAPÍTULO XI  
DAS CARREIRAS DE POLICIAL FEDERAL E DE POLICIAL RODOVIÁRIO  
FEDERAL

Art. 60. Os Anexos II e III da Lei nº 11.358, de 19 de outubro de 2006, passam a vigorar, respectivamente, na forma dos Anexos XXVI e XXVII desta Lei.

Art. 61. O art. 7º da Lei nº 9.654, de 2 de junho de 1998, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 7º .....

Parágrafo único. Ficam ressalvadas da dedicação exclusiva referida no *caput* deste artigo as hipóteses de acumulação remunerada de cargos públicos previstas no inciso XVI do *caput* do art. 37



da Constituição Federal, na forma de regulamento do Diretor-Geral da Polícia Rodoviária Federal.” (NR)

Art. 62. Aplica-se aos integrantes da carreira de Policial Federal de que trata a Lei n° 9.266, de 15 de março de 1996, da carreira de Policial Rodoviário Federal, de que trata a Lei n° 9.654, de 2 de junho de 1998, e da carreira de Policial Penal Federal, de que trata a Lei n° 10.693, de 25 de junho de 2003, o disposto no inciso XVI do *caput* do art. 37 da Constituição Federal, na forma do regulamento do respectivo Diretor-Geral, com prevalência da atividade policial.

#### CAPÍTULO XII DA POLÍCIA PENAL FEDERAL

Art. 63. A Polícia Penal Federal, organizada e mantida pela União, fundada na hierarquia e na disciplina, vinculada ao órgão administrador do sistema penitenciário federal, tem por atribuição realizar a segurança dos estabelecimentos penais federais.

#### CAPÍTULO XIII DAS CARREIRAS DA ÁREA PENITENCIÁRIA FEDERAL

Art. 64. A Lei n° 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 122-A. A partir de 1° de agosto de 2024, o cargo de Agente Federal de Execução Penal, ocupado ou vago, integrante da carreira de Agente Federal de Execução Penal, de que trata a Lei n° 10.693, de 25 de junho de 2003, fica transformado, nos termos do art. 4° da Emenda Constitucional n°



104, de 4 de dezembro de 2019, no cargo de Policial Penal Federal da carreira de Policial Penal Federal, no âmbito do Poder Executivo federal, observado o disposto nos Anexos LXXXVI e LXXXVIII desta Lei.”

“Art. 123. São atribuições do cargo de Policial Penal Federal o exercício das atividades de atendimento, vigilância, custódia, guarda, escolta, assistência e orientação de pessoas recolhidas aos estabelecimentos penais e de internamento federais, integrantes da estrutura do órgão administrador do sistema penitenciário federal, e das atividades de natureza técnica, administrativa e de apoio a elas relacionadas.” (NR)

“Art. 123-A. Os ocupantes de cargos da carreira de Policial Penal Federal ficam sujeitos a integral e exclusiva dedicação às atividades do cargo.”

“Art. 125-A. Os ocupantes do cargo de Policial Penal Federal serão remunerados exclusivamente por subsídio, fixado em parcela única, conforme especificado no Anexo XC-A desta Lei.”

“Art. 126-A. Estão compreendidas no subsídio e não serão devidas aos ocupantes dos cargos que integram a carreira de Policial Penal Federal as seguintes parcelas remuneratórias:

I - vencimento básico; e



II - Gratificação de Desempenho de Atividade de Agente Penitenciário Federal (GDAPEF), de que trata o art. 128 desta Lei.”

“Art. 126-B. Além das parcelas remuneratórias de que trata o art. 126-A desta Lei, não são devidas aos ocupantes dos cargos que integram a carreira de Policial Penal Federal as seguintes espécies remuneratórias:

I - vantagens pessoais e Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI), de qualquer origem e natureza;

II - diferenças individuais e resíduos, de qualquer origem e natureza;

III - valores incorporados à remuneração decorrentes do exercício de função de direção, chefia ou assessoramento ou de cargo em comissão;

IV - valores incorporados à remuneração referentes a quintos ou a décimos;

V - valores incorporados à remuneração a título de adicional por tempo de serviço;

VI - vantagens incorporadas a proventos ou a pensões com fundamento nos arts. 180 e 184 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, e nos arts. 190 e 192 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990;

VII - abonos;

VIII - valores pagos a título de representação;

IX - adicional pelo exercício de atividades insalubres, perigosas ou penosas;



X - adicional noturno;

XI - vantagem pecuniária individual, de que trata a Lei nº 10.698, de 2 de julho de 2003;

XII - Gratificação de Atividade, de que trata a Lei Delegada nº 13, de 27 de agosto de 1992;

XIII - Gratificação de Atividade Penitenciária Federal, de que trata a Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003;

XIV - Gratificação de Compensação Orgânica, de que trata a Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003;

XV - Gratificação de Atividade de Risco, de que trata a Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003;

XVI - Gratificação de Atividade de Custódia Prisional, de que trata a Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003;

XVII - Indenização de Habilitação de Custódia Prisional, de que trata a Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003; e

XVIII - outros adicionais e gratificações, de qualquer origem e natureza, que não estejam explicitamente referidos no art. 126-D desta Lei.”

“Art. 126-C. Os servidores integrantes da carreira de Policial Penal Federal não poderão perceber cumulativamente com o subsídio quaisquer valores ou vantagens incorporadas à remuneração por decisão administrativa ou judicial, ou por extensão administrativa de decisão judicial, de natureza



geral ou individual, ainda que decorrentes de sentença judicial transitada em julgado.”

“Art. 126-D. O subsídio dos servidores integrantes da carreira de Policial Penal Federal não exclui o direito à percepção, nos termos da legislação e de regulamentação específica, das seguintes espécies remuneratórias:

I - gratificação natalina;

II - adicional de férias;

III - abono de permanência de que tratam o § 19 do art. 40 da Constituição Federal e o § 3º do art. 3º, o art. 8º e o § 5º do art. 10 da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019; e

IV - retribuição pelo exercício de função de direção, chefia ou assessoramento.

Parágrafo único. O disposto no *caput* deste artigo também se aplica a parcelas indenizatórias previstas em lei.”

“Art. 126-E. Na hipótese de redução de remuneração, de provento ou de pensão em decorrência da aplicação do disposto nesta Lei aos servidores integrantes da carreira de Policial Penal Federal, eventual diferença será paga a título de parcela complementar de subsídio, de natureza provisória, que será gradativamente absorvida por ocasião do desenvolvimento no cargo ou na carreira por progressão funcional ou promoção ordinária ou extraordinária, da reorganização ou da reestruturação do cargo, da carreira ou das



remunerações previstas nesta Lei ou da concessão de reajuste ou de vantagem de qualquer natureza.

Parágrafo único. A parcela complementar de subsídio a que se refere o *caput* deste artigo estará sujeita exclusivamente à atualização decorrente da revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais.”

“Art. 126-F. Aplica-se o disposto nos arts. 126-A a 126-E desta Lei às aposentadorias e às pensões dos servidores integrantes da carreira de Policial Penal Federal que tenham como critério de reajuste a paridade, nos termos da Emenda Constitucional n° 41, de 19 de dezembro de 2003, da Emenda Constitucional n° 47, de 5 de julho de 2005, e da Emenda Constitucional n° 103, de 12 de novembro de 2019.”

“Art. 135. Para fins de incorporação da GDAPEN ou da GDAPEF aos proventos de aposentadoria, serão adotados os seguintes critérios:

I - quando o benefício de aposentadoria tiver como critério a integralidade e a paridade de que tratam a Emenda Constitucional n° 41, de 19 de dezembro de 2003, e a Emenda Constitucional n° 47, de 5 de julho de 2005, a gratificação corresponderá:

a) a 50 (cinquenta) pontos, considerados o nível, a classe e o padrão do servidor; ou

b) à média dos pontos da gratificação de desempenho recebidos nos últimos 60 (sessenta) meses de atividade, por meio da apresentação de termo de



opção de que tratam os arts. 22 a 26 da Lei n° 13.327, de 29 de julho de 2016;

II - quando o benefício de aposentadoria tiver como critério a integralidade e a paridade de que trata a Emenda Constitucional n° 103, de 12 de novembro de 2019, deverá ser observado o disposto no inciso II do § 8° do art. 4° da referida Emenda Constitucional.

a) (revogada);

b) (revogada).

Parágrafo único. Aos benefícios de aposentadoria e de pensão instituídos até 19 de fevereiro de 2004, a gratificação corresponderá a 50 (cinquenta) pontos, considerados o nível, a classe e o padrão do servidor."(NR)

"Art. 137. O ingresso nos cargos de Especialista Federal em Assistência à Execução Penal, de Técnico Federal de Apoio à Execução Penal e de Policial Penal Federal ocorrerá mediante prévia aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos, no primeiro padrão da classe inicial.

§ 1° Para ingresso nos cargos a que se refere o *caput* deste artigo, será exigido:

I - para o cargo de Especialista Federal em Assistência à Execução Penal, diploma de conclusão de curso superior, em nível de graduação, e, quando for o caso, habilitação legal específica, conforme definido no edital do concurso público;



II - para o cargo de Técnico Federal de Apoio à Execução Penal, certificado de conclusão de ensino médio ou equivalente e, quando for o caso, habilitação legal específica, conforme definido no edital do concurso público; e

III - para o cargo de Policial Penal Federal, diploma de conclusão de curso superior, em nível de graduação.

§ 2º O concurso público a que se refere o *caput* deste artigo será realizado em 2 (duas) etapas, de caráter eliminatório, observado o seguinte:

I - a primeira etapa será constituída das seguintes fases:

- a) provas escritas;
- b) exames médicos específicos;
- c) sindicância de vida pregressa, observado o disposto no art. 77 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal);
- d) avaliação psicológica; e
- e) teste de aptidão física; e

II - a segunda etapa será constituída de curso ou de programa de formação.

§ 3º Observado o caráter eliminatório de todas as fases e etapas, serão também de caráter classificatório:

I - as fases previstas nas alíneas a e e do inciso I do § 2º deste artigo; e

II - a etapa prevista no inciso II do § 2º deste artigo.



§ 4º Quando houver prova de títulos, a ser definida no edital de abertura do concurso público, ela será:

I - apenas de caráter classificatório; e

II - realizada após a conclusão da primeira etapa do concurso público.

§ 5º Somente apresentarão os títulos a que se refere o § 4º os candidatos aprovados nas fases previstas no inciso I do § 2º deste artigo.”(NR)

“Art. 138. É vedada a aplicação do instituto da redistribuição aos servidores integrantes das carreiras de Especialista Federal em Assistência à Execução Penal, de Técnico Federal de Apoio à Execução Penal e de Policial Penal Federal.”(NR)

“Art. 138-A. Os ocupantes dos cargos de Especialista Federal em Assistência à Execução Penal, de Técnico Federal de Apoio à Execução Penal e de Policial Penal Federal terão exercício nas penitenciárias federais ou no órgão administrador do sistema penitenciário federal.

§ 1º A cessão é vedada durante o estágio probatório.

§ 2º Durante o estágio probatório, os ocupantes dos cargos de que trata o *caput* deste artigo exercerão suas atribuições obrigatoriamente nas penitenciárias federais.



§ 3º Regulamento definirá o percentual máximo de ocupantes de cada um dos cargos de que trata o *caput* deste artigo que poderão atuar fora das penitenciárias federais.”

“Art. 138-B. Os titulares do cargo de provimento efetivo integrantes da carreira de Policial Penal Federal somente poderão:

I - ser requisitados pela Presidência ou pela Vice-Presidência da República ou nas hipóteses de requisição previstas em lei; e

II - ser cedidos para o exercício de Cargo de Natureza Especial (NE), de Cargo Comissionado Executivo (CCE) ou de Função Comissionada Executiva (FCE) de nível mínimo 13 ou equivalente, em órgãos ou em entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.”

Art. 65. A partir da data de entrada em vigor desta Lei, para ingresso no cargo de Policial Penal Federal, será exigido diploma de conclusão de curso superior, em nível de graduação.

Parágrafo único. O disposto no *caput* deste artigo não se aplica a concurso público vigente na data de entrada em vigor desta Lei.

Art. 66. Os Anexos LXXXV, LXXXVI, LXXXVIII e LXXXIX da Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, passam a vigorar, respectivamente, na forma dos Anexos XXVIII, XXIX, XXX e XXXI desta Lei.



Art. 67. A Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, passa a vigorar acrescida do Anexo XC-A, na forma do Anexo XXXII desta Lei.

CAPÍTULO XIV  
DO PLANO DE CARREIRAS PARA A ÁREA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA  
ADMINISTRAÇÃO FEDERAL DIRETA, DAS AUTARQUIAS E DAS FUNDAÇÕES  
FEDERAIS

Art. 68. O § 1º do art. 1º da Lei nº 8.691, de 28 de julho de 1993, passa a vigorar acrescido dos seguintes incisos XXXVIII e XXXIX:

“Art. 1º .....

§ 1º .....

.....

XXXVIII - Centro Tecnológico da Marinha no Rio de Janeiro do Comando da Marinha; e

XXXIX - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação.

.....” (NR)

CAPÍTULO XV  
DA ESTRUTURA REMUNERATÓRIA DE CARGOS ESPECÍFICOS

Art. 69. O art. 22 da Lei nº 12.277, de 30 de junho de 2010, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 22. ....

.....

§ 4º Para fins de incorporação da GDACE aos proventos da aposentadoria, serão adotados os seguintes critérios:



I - quando o benefício de aposentadoria tiver como critério a integralidade e a paridade de que tratam a Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, e a Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, a gratificação corresponderá:

a) a 50 (cinquenta) pontos, considerados o nível, a classe e o padrão do servidor; ou

b) à média dos pontos da gratificação de desempenho recebidos nos últimos 60 (sessenta) meses de atividade, por meio da apresentação do termo de opção de que tratam os arts. 87, 88, 89, 90 e 91 da Lei nº 13.324, de 29 de julho de 2016;

II - quando o benefício de aposentadoria tiver como critério a integralidade e a paridade de que trata a Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, deverá ser observado o disposto no inciso II do § 8º do art. 4º da referida Emenda Constitucional.

a) (revogada);

b) (revogada).

§ 4º-A Aos benefícios de aposentadoria e de pensão instituídos até 19 de fevereiro de 2004, a gratificação corresponderá a 50 (cinquenta) pontos, considerados o nível, a classe e o padrão do servidor.

....." (NR)



Art. 70. O Anexo XII da Lei nº 12.277, de 30 de junho de 2010, passa a vigorar na forma do Anexo XXXIII desta Lei.

CAPÍTULO XVI  
DA TRANSFORMAÇÃO DE CARGOS EFETIVOS VAGOS

Art. 71. Ficam transformados 1.089 (mil e oitenta e nove) cargos efetivos vagos em 638 (seiscentos e trinta e oito) cargos efetivos vagos, no âmbito do Poder Executivo federal, na forma do Anexo XXXIV desta Lei.

Art. 72. A transformação de cargos a que se refere o art. 71 desta Lei será realizada sem aumento de despesa, mediante compensação financeira entre os valores correspondentes à totalidade da remuneração dos cargos e das funções que estão sendo criados e os valores correspondentes à totalidade da remuneração dos cargos que estão sendo transformados, vedada a produção de efeitos retroativos.

CAPÍTULO XVII  
DOS SISTEMAS ESTRUTURADORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL

Art. 73. O art. 15 da Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 15. Fica instituída a Gratificação Temporária das Unidades dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal (GSISTE), devida aos titulares de cargos de provimento efetivo, em efetivo exercício no órgão central e nos órgãos setoriais, seccionais e correlatos dos seguintes sistemas estruturadores, enquanto permanecerem nessa condição:



.....  
VIII - de Administração dos Recursos de  
Informação e Informática (Sisp);  
IX - de Serviços Gerais (SISG);  
X - de Sistema de Gestão de Parcerias da  
União (Sigpar); e  
XI - de Coordenação da Governança e  
Supervisão Ministerial das Empresas Estatais  
(Sisest).  
....." (NR)

CAPÍTULO XVIII  
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 74. Ficam revogados:

I - da Lei nº 8.460, de 17 de setembro de 1992:

- a) o art. 7º; e
- b) o Anexo IX;

II - o art. 2º da Lei nº 9.654, de 2 de junho de  
1998;

III - a Lei nº 10.693, de 25 de junho de 2003;

IV - da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004:

- a) a alínea *c* do inciso II do *caput* do art. 23; e
- b) o art. 36-A;

V - da Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004:

a) as alíneas *a* e *b* do inciso II do *caput* do art.  
21; e

b) o inciso III do *caput* do art. 21;

VI - os incisos V e VI do parágrafo único do art. 1º  
da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006;



VII - o art. 9º da Lei nº 11.358, de 19 de outubro de 2006;

VIII - da Lei nº 11.538, de 8 de novembro de 2007:

a) o art. 3º; e

b) o Anexo;

IX - da Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009:

a) os §§ 4º e 5º do art. 109;

b) o § 3º do art. 110;

c) o art. 116;

d) os arts. 124 e 124-A;

e) os arts. 125 e 126;

f) o inciso II do *caput* do art. 128;

g) as alíneas *a* e *b* do inciso II do *caput* do art.

135;

h) o inciso I do *caput* do art. 292; e

i) os Anexos LXXXVII e XC;

X - da Lei nº 12.094, de 19 de novembro de 2009:

a) o § 5º do art. 2º;

b) o parágrafo único do art. 18; e

c) o art. 23;

XI - as alíneas *a* e *b* do inciso II do § 4º do art.

22 da Lei nº 12.277, de 30 de junho de 2010;

XII - da Lei nº 12.775, de 28 de dezembro de 2012:

a) o art. 21; e

b) os Anexos VIII e IX;

XIII - da Lei nº 13.324, de 29 de julho de 2016:

a) o art. 13;

b) o art. 32;

c) o Anexo XXII; e



d) os Anexos LII, LIII, LIV, LV, LVI e LVII;  
XIV - o art. 12 da Lei nº 13.327, de 29 de julho de 2016;

XV - da Lei nº 13.371, de 14 de dezembro de 2016:

- a) o art. 1º;
- b) o art. 3º;
- c) os Anexos I e II; e
- d) os Anexos V e VI;

XVI - da Lei nº 14.673, de 14 de setembro de 2023:

- a) o art. 69;
- b) o art. 71;
- c) os Anexos CLI e CLII; e
- d) os Anexos CLV e CLVI; e

XVII - a Medida Provisória nº 1.203, de 29 de dezembro de 2023.

Art. 75. Esta Lei entra em vigor:

I - a partir de 1º de agosto de 2024, quanto às alíneas *e*, *f* e *i* do inciso IX do *caput* do art. 74; e

II - na data de sua publicação, quanto aos demais dispositivos.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de maio de 2024.

ARTHUR LIRA  
Presidente



## ANEXO I

## ESTRUTURA DE CLASSES E PADRÕES DAS CARREIRAS DE ESPECIALISTA EM INDIGENISMO E DE TÉCNICO EM INDIGENISMO

## a) Carreira de Especialista em Indigenismo

CARGO	CLASSE	PADRÃO	
ESPECIALISTA EM INDIGENISMO	ESPECIAL	III	
		II	
		I	
	C	VI	
		V	
		IV	
		III	
		II	
		I	
		B	VI
			V
	IV		
	III		
	II		
	I		
	A	V	
		IV	
		III	
		II	
		I	

## b) Carreira de Técnico em Indigenismo

CARGO	CLASSE	PADRÃO
TÉCNICO EM INDIGENISMO	ESPECIAL	III
		II
		I



	C	VI
		V
		IV
		III
		II
		I
	B	VI
		V
		IV
		III
		II
		I
	A	V
		IV
		III
II		
I		



## ANEXO II

TABELA DE CORRELAÇÃO DOS CARGOS DO PLANO GERAL DE CARGOS DO PODER EXECUTIVO COM OS CARGOS DAS CARREIRAS DE ESPECIALISTA EM INDIGENISMO E DE TÉCNICO EM INDIGENISMO

## a) Carreira de Especialista em Indigenismo

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO NOVA		
CARGO	CLASSE	PADRÃO	PADRÃO	CLASSE	CARGO
INDIGENISTA ESPECIALIZADO	ESPECIAL	III	III	ESPECIAL	ESPECIALISTA EM INDIGENISMO
		II	II		
		I	I		
	C	VI	VI	C	
		V	V		
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
		I	I		
	B	VI	VI	B	
		V	V		
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
		I	I		
	A	V	V	A	
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
		I	I		

## b) Carreira de Técnico em Indigenismo

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO NOVA		
CARGO	CLASSE	PADRÃO	PADRÃO	CLASSE	CARGO
AGENTE EM	ESPECIAL	III	III	ESPECIAL	TÉCNICO EM



INDIGENISMO		II	II		INDIGENISMO
		I	I		
	C	VI	VI	C	
		V	V		
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
		I	I		
	B	VI	VI	B	
		V	V		
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
		I	I		
	A	V	V	A	
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
I		I			



ANEXO III  
ESTRUTURA DE CLASSES E PADRÕES DO PLANO ESPECIAL DE CARGOS DA FUNAI  
- PECFUNAI

a) Cargos de nível superior e intermediário:

CARGOS	CLASSE	PADRÃO
Cargos de nível superior e intermediário do PECFUNAI	ESPECIAL	III
		II
		I
	C	VI
		V
		IV
		III
		II
		I
	B	VI
		V
		IV
		III
		II
		I
	A	V
		IV
III		
II		
I		

b) Cargos de nível auxiliar:

CARGOS	CLASSE	PADRÃO
Cargos de nível auxiliar do PECFUNAI	ESPECIAL	III
		II
		I



ANEXO IV  
TABELA DE CORRELAÇÃO

a) Cargos de nível superior e intermediário:

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO NOVA			
CARGO	CLASSE	PADRÃO	PADRÃO	CLASSE	CARGO	
Cargos de provimento efetivo, de nível superior e intermediário do PCC, da CPST, do PGPE e correlatos, pertencentes ao Quadro de Pessoal da Funai	ESPECIAL	III	III	ESPECIAL	Cargos de nível superior e intermediário do PECFUNAI	
		II	II			
		I	I			
	C	C	VI	VI		C
			V	V		
			IV	IV		
			III	III		
			II	II		
			I	I		
	B	B	VI	VI		B
			V	V		
			IV	IV		
			III	III		
			II	II		
			I	I		
	A	A	V	V		A
			IV	IV		
			III	III		
			II	II		
			I	I		

b) Cargos de nível auxiliar:

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO NOVA		
CARGOS	CLASSE	PADRÃO	PADRÃO	CLASSE	CARGOS
Cargos de provimento efetivo,	ESPECIAL	III	III	ESPECIAL	Cargos de nível auxiliar do PECFUNAI



de nível auxiliar do PCC, da CPST, do PGPE e correlatos, pertencentes ao Quadro de Pessoal da Funai		II	II		
		I	I		



## ANEXO V

TABELA DE VENCIMENTO BÁSICO DAS CARREIRAS DE ESPECIALISTA EM  
INDIGENISMO E DE TÉCNICO EM INDIGENISMO

a) Vencimento básico do cargo de Especialista em Indigenismo:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO
ESPECIAL	III	9.229,38
	II	9.036,34
	I	8.883,36
C	VI	8.574,99
	V	8.429,07
	IV	8.287,93
	III	8.148,54
	II	8.012,80
	I	7.880,64
B	VI	7.639,76
	V	7.514,71
	IV	7.393,04
	III	7.273,67
	II	7.153,54
	I	7.037,61
A	V	6.828,54
	IV	6.719,93
	III	6.613,31
	II	6.507,66
	I	6.403,90



## b) Vencimento básico do cargo de Técnico em Indigenismo:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO
ESPECIAL	III	5.838,30
	II	5.800,15
	I	5.763,23
C	VI	5.705,35
	V	5.670,99
	IV	5.633,86
	III	5.597,94
	II	5.563,22
	I	5.527,74
B	VI	5.471,99
	V	5.438,02
	IV	5.405,26
	III	5.370,72
	II	5.336,38
	I	5.305,22
A	V	5.253,46
	IV	5.219,81
	III	5.189,36
	II	5.158,10
	I	5.128,03



## ANEXO VI

TABELA DE VENCIMENTO BÁSICO DOS CARGOS INTEGRANTES DO PLANO ESPECIAL DE CARGOS DA FUNAI - PECFUNAI E DO QUADRO SUPLEMENTAR DA FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS - FUNAI

a) Cargos de nível superior:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO
ESPECIAL	III	4.113,38
	II	4.001,34
	I	3.892,36
C	VI	3.778,99
	V	3.676,07
	IV	3.575,93
	III	3.478,54
	II	3.383,80
	I	3.291,64
B	VI	3.195,76
	V	3.108,71
	IV	3.024,04
	III	2.941,67
	II	2.861,54
	I	2.783,61
A	V	2.702,54
	IV	2.628,93
	III	2.557,31
	II	2.487,66
	I	2.419,90



## b) Cargos de nível intermediário:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO
ESPECIAL	III	2.338,30
	II	2.315,15
	I	2.292,23
C	VI	2.258,35
	V	2.235,99
	IV	2.213,86
	III	2.191,94
	II	2.170,22
	I	2.148,74
B	VI	2.116,99
	V	2.096,02
	IV	2.075,26
	III	2.054,72
	II	2.034,38
	I	2.014,22
A	V	1.984,46
	IV	1.964,81
	III	1.945,36
	II	1.926,10
	I	1.907,03



## c) Cargos de nível auxiliar:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO
ESPECIAL	III	1.409,90
	II	1.408,56
	I	1.407,23



## ANEXO VII

(Anexo LXXXII à Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009)

## "TABELA DE VALORES DA GRATIFICAÇÃO DE APOIO À EXECUÇÃO DA POLÍTICA INDIGENISTA - GAPIN

a) Valor da GAPIN para os cargos de nível superior:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VALOR DA GAPIN			VALOR DA GAPIN EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025			VALOR DA GAPIN EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2026		
		BANDA I	BANDA II	BANDA III	BANDA I	BANDA II	BANDA III	BANDA I	BANDA II	BANDA III
ESPECIAL	III	2.927,4 8	3.331,9 7	3.798,6 9	4.264,0 6	4.971,9 2	5.788,6 8	5.600,6 4	6.611,8 7	7.778,6 7
	II	2.899,3 4	3.300,2 0	3.762,7 2	4.224,8 4	4.926,3 5	5.735,7 6	5.550,3 4	6.552,4 9	7.708,8 1
	I	2.863,1 1	3.261,2 5	3.720,6 4	4.187,8 9	4.884,6 3	5.688,5 7	5.512,6 7	6.508,0 2	7.656,4 9
C	VI	2.860,8 2	3.256,1 8	3.712,3 5	4.167,4 7	4.859,3 5	5.657,6 5	5.474,1 2	6.462,5 1	7.602,9 5
	V	2.825,5 8	3.218,2 6	3.671,3 5	4.131,3 3	4.818,5 2	5.611,4 3	5.437,0 9	6.418,7 8	7.551,5 1
	IV	2.787,0 7	3.174,2 4	3.620,9 8	4.073,9 6	4.751,5 1	5.533,3 1	5.360,8 5	6.328,7 9	7.445,6 3
	III	2.749,8 7	3.131,6 4	3.572,1 5	4.017,9 9	4.686,0 9	5.456,9 8	5.286,1 1	6.240,5 5	7.341,8 2
	II	2.711,9 8	3.088,3 6	3.522,6 5	3.961,7 1	4.620,3 8	5.380,3 9	5.211,4 5	6.152,4 0	7.238,1 2
	I	2.674,8 5	3.045,8 5	3.473,9 2	3.905,8 6	4.555,1 1	5.304,5 5	5.143,2 0	6.071,8 3	7.143,3 3
B	VI	2.665,7 2	3.037,1 7	3.465,7 7	3.904,4 6	4.554,5 0	5.304,2 3	5.136,8 7	6.064,3 6	7.134,5 4
	V	2.570,4 3	2.925,9 9	3.336,2 6	3.746,8 3	4.369,0 6	5.087,0 3	4.923,2 2	5.812,1 3	6.837,8 0
	IV	2.477,7 8	2.817,9 3	3.210,4 2	3.593,8 1	4.189,0 7	4.875,9 3	4.709,8 4	5.560,2 2	6.541,4 4
	III	2.387,9 7	2.713,2 3	3.088,5 3	3.445,7 6	4.014,9 7	4.671,7 4	4.503,5 6	5.316,7 1	6.254,9 5
	II	2.302,5 2	2.613,5 3	2.972,3 9	3.304,4 4	3.848,7 1	4.476,7 1	4.306,3 5	5.083,8 8	5.981,0 4
	I	2.218,4 4	2.515,5 9	2.858,4 5	3.166,4 1	3.686,4 2	4.286,4 3	4.114,3 8	4.857,2 5	5.714,4 1
A	V	2.160,7 3	2.449,4 4	2.782,5 6	3.079,1 1	3.584,3 5	4.167,3 1	3.997,4 8	4.719,2 5	5.552,0 6



IV	2.081,6 0	2.357,2 0	2.675,2 1	2.948,8 3	3.431,1 3	3.987,6 4	3.816,0 5	4.505,0 6	5.300,0 7
III	2.004,9 1	2.267,8 6	2.571,2 5	2.822,8 2	3.282,9 8	3.813,9 2	3.640,7 4	4.298,1 0	5.056,5 9
II	1.930,8 8	2.181,6 4	2.470,9 8	2.701,4 8	3.140,3 1	3.646,6 6	3.472,0 8	4.098,9 9	4.822,3 4
I	1.859,1 6	2.098,1 6	2.373,9 2	2.584,1 8	3.002,4 3	3.485,0 1	3.309,1 9	3.906,6 9	4.596,1 0



b) Valor da GAPIN para os cargos de nível intermediário:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VALOR DA GAPIN		
		BANDA I	BANDA II	BANDA III
ESPECIAL	III	1.585,53	1.673,62	1.761,70
	II	1.551,85	1.638,07	1.724,28
	I	1.517,74	1.602,06	1.686,38
C	VI	1.437,16	1.517,00	1.596,84
	V	1.402,73	1.480,66	1.558,59
	IV	1.371,45	1.447,64	1.523,83
	III	1.339,72	1.414,15	1.488,58
	II	1.307,55	1.380,19	1.452,83
	I	1.276,69	1.347,61	1.418,54
B	VI	1.203,15	1.269,99	1.336,83
	V	1.172,78	1.237,94	1.303,09
	IV	1.141,94	1.205,38	1.268,82
	III	1.113,29	1.175,14	1.236,99
	II	1.085,06	1.145,34	1.205,62
	I	1.054,56	1.113,14	1.171,73
A	V	985,79	1.040,55	1.095,32
	IV	959,26	1.012,55	1.065,84
	III	930,41	982,10	1.033,79
	II	902,85	953,01	1.003,17
	I	874,77	923,37	971,97



c) Valor da GAPIN para os cargos de nível auxiliar:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VALOR DA GAPIN		
		BANDA I	BANDA II	BANDA III
ESPECIAL	III	1.013,72	1.062,19	1.159,12
	II	1.010,89	1.058,55	1.153,87
	I	1.008,13	1.055,01	1.148,77

”



## ANEXO VIII

(Anexo LXXXIII à Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009)

“VALOR DO PONTO DA GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE INDIGENISTA -  
GDAIN DO PLANO ESPECIAL DE CARGOS DA FUNAI - PECFUNAI E DOS CARGOS  
INTEGRANTES DO QUADRO SUPLEMENTAR DA FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS  
INDÍGENAS - FUNAI

.....

c) Valor do ponto da GDAIN para os cargos de nível auxiliar:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDAIN
ESPECIAL	III	26,36
	II	25,58
	I	24,83

”



## ANEXO IX

(Anexo XLV à Lei nº 12.702, de 7 de agosto de 2012)

## "TABELA DE VENCIMENTO BÁSICO E DE VALOR DAS GRATIFICAÇÕES E RETRIBUIÇÕES PARA O CARGO DE MÉDICO

Tabela XVIII - Quadro de Pessoal da Fundação Nacional dos Povos Indígenas - Funai

e) Valor da Gratificação de Apoio à Execução da Política Indigenista - GAPIN para os cargos de Médico e de Médico Veterinário do Quadro de Pessoal da Funai, de que trata a Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, com jornada de 40 horas semanais:

CLASSE	PADRÃO	VALOR DA GAPIN			VALOR DA GAPIN EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025			VALOR DA GAPIN EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2026		
		BANDA I	BANDA II	BANDA III	BANDA I	BANDA II	BANDA III	BANDA I	BANDA II	BANDA III
ESPECIAL	III	2.927,48	3.331,97	3.798,69	4.264,06	4.971,92	5.788,68	5.600,64	6.611,87	7.778,67
	II	2.899,34	3.300,20	3.762,72	4.224,84	4.926,35	5.735,76	5.550,34	6.552,49	7.708,81
	I	2.863,11	3.261,25	3.720,64	4.187,89	4.884,63	5.688,57	5.512,67	6.508,02	7.656,49
C	VI	2.860,82	3.256,18	3.712,35	4.167,47	4.859,35	5.657,65	5.474,12	6.462,51	7.602,95
	V	2.825,58	3.218,26	3.671,35	4.131,33	4.818,52	5.611,43	5.437,09	6.418,78	7.551,51
	IV	2.787,07	3.174,24	3.620,98	4.073,96	4.751,51	5.533,31	5.360,85	6.328,79	7.445,63
	III	2.749,87	3.131,64	3.572,15	4.017,99	4.686,09	5.456,98	5.286,11	6.240,55	7.341,82
	II	2.711,98	3.088,36	3.522,65	3.961,71	4.620,38	5.380,39	5.211,45	6.152,40	7.238,12
	I	2.674,85	3.045,85	3.473,92	3.905,86	4.555,11	5.304,55	5.143,20	6.071,83	7.143,33
B	VI	2.665,72	3.037,17	3.465,77	3.904,46	4.554,50	5.304,23	5.136,87	6.064,36	7.134,54
	V	2.570,43	2.925,99	3.336,26	3.746,83	4.369,06	5.087,03	4.923,22	5.812,13	6.837,80
	IV	2.477,78	2.817,93	3.210,42	3.593,81	4.189,07	4.875,93	4.709,84	5.560,22	6.541,44
	III	2.387,97	2.713,23	3.088,53	3.445,76	4.014,97	4.671,74	4.503,56	5.316,71	6.254,95

79

Avulso do PL 1213/2024 [81 de 130]



	II	2.302,52	2.613,53	2.972,39	3.304,44	3.848,71	4.476,71	4.306,35	5.083,88	5.981,04
	I	2.218,44	2.515,59	2.858,45	3.166,41	3.686,42	4.286,43	4.114,38	4.857,25	5.714,41
A	V	2.160,73	2.449,44	2.782,56	3.079,11	3.584,35	4.167,31	3.997,48	4.719,25	5.552,06
	IV	2.081,60	2.357,20	2.675,21	2.948,83	3.431,13	3.987,64	3.816,05	4.505,06	5.300,07
	III	2.004,91	2.267,86	2.571,25	2.822,82	3.282,98	3.813,92	3.640,74	4.298,10	5.056,59
	II	1.930,88	2.181,64	2.470,98	2.701,48	3.140,31	3.646,66	3.472,08	4.098,99	4.822,34
	I	1.859,16	2.098,16	2.373,92	2.584,18	3.002,43	3.485,01	3.309,19	3.906,69	4.596,10

f) Valor da GAPIN para os cargos de Médico e de Médico Veterinário do Quadro de Pessoal da Funai, de que trata a Lei nº 11.907, de 2009, com jornada de 20 horas semanais:

CLASSE	PADRÃO	VALOR DA GAPIN			VALOR DA GAPIN EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025			VALOR DA GAPIN EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2026		
		BANDA I	BANDA II	BANDA III	BANDA I	BANDA II	BANDA III	BANDA I	BANDA II	BANDA III
ESPECIAL	III	2.927,48	3.331,97	3.798,69	4.264,06	4.971,92	5.788,68	5.600,64	6.611,87	7.778,67
	II	2.899,34	3.300,20	3.762,72	4.224,84	4.926,35	5.735,76	5.550,34	6.552,49	7.708,81
	I	2.863,11	3.261,25	3.720,64	4.187,89	4.884,63	5.688,57	5.512,67	6.508,02	7.656,49
C	VI	2.860,82	3.256,18	3.712,35	4.167,47	4.859,35	5.657,65	5.474,12	6.462,51	7.602,95
	V	2.825,58	3.218,26	3.671,35	4.131,33	4.818,52	5.611,43	5.437,09	6.418,78	7.551,51
	IV	2.787,07	3.174,24	3.620,98	4.073,96	4.751,51	5.533,31	5.360,85	6.328,79	7.445,63
	III	2.749,87	3.131,64	3.572,15	4.017,99	4.686,09	5.456,98	5.286,11	6.240,55	7.341,82
	II	2.711,98	3.088,36	3.522,65	3.961,71	4.620,38	5.380,39	5.211,45	6.152,40	7.238,12
	I	2.674,85	3.045,85	3.473,92	3.905,86	4.555,11	5.304,55	5.143,20	6.071,83	7.143,33
B	VI	2.665,72	3.037,17	3.465,77	3.904,46	4.554,50	5.304,23	5.136,87	6.064,36	7.134,54
	V	2.570,43	2.925,99	3.336,26	3.746,83	4.369,06	5.087,03	4.923,22	5.812,13	6.837,80
	IV	2.477,78	2.817,93	3.210,42	3.593,81	4.189,07	4.875,93	4.709,84	5.560,22	6.541,44
	III	2.387,97	2.713,23	3.088,53	3.445,76	4.014,97	4.671,74	4.503,56	5.316,71	6.254,95
	II	2.302,52	2.613,53	2.972,39	3.304,44	3.848,71	4.476,71	4.306,35	5.083,88	5.981,04
	I	2.218,44	2.515,59	2.858,45	3.166,41	3.686,42	4.286,43	4.114,38	4.857,25	5.714,41
A	V	2.160,73	2.449,44	2.782,56	3.079,11	3.584,35	4.167,31	3.997,48	4.719,25	5.552,06
	IV	2.081,60	2.357,20	2.675,21	2.948,83	3.431,13	3.987,64	3.816,05	4.505,06	5.300,07
	III	2.004,91	2.267,86	2.571,25	2.822,82	3.282,98	3.813,92	3.640,74	4.298,10	5.056,59
	II	1.930,88	2.181,64	2.470,98	2.701,48	3.140,31	3.646,66	3.472,08	4.098,99	4.822,34



	I	1.859,16	2.098,16	2.373,92	2.584,18	3.002,43	3.485,01	3.309,19	3.906,69	4.596,10
--	---	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------

.....  
 .....”  
 .....



ANEXO X  
ESTRUTURA DO CARGO DE ANALISTA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA  
CARREIRA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

CARGO	CLASSE	PADRÃO
Analista em Tecnologia da Informação	ESPECIAL	III
		II
		I
	C	VI
		V
		IV
		III
		II
		I
		B
	V	
	IV	
	III	
	II	
	I	
	A	V
		IV
		III
		II
		I



## ANEXO XI

TABELA DE CORRELAÇÃO DO CARGO DE ANALISTA EM TECNOLOGIA DA  
INFORMAÇÃO DA CARREIRA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO NOVA			
CARGO	CLASSE	PADRÃO	PADRÃO	CLASSE	CARGO	
Cargo de Analista em Tecnologia da Informação do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – PGPE	ESPECIAL	III	III	ESPECIAL	Cargo de Analista em Tecnologia da Informação da Carreira de Tecnologia da Informação	
		II	II			
		I	I			
	C	C	VI	VI		C
			V	V		
			IV	IV		
			III	III		
			II	II		
			I	I		
			B	B		
	V	V				
	IV	IV				
	III	III				
	II	II				
	I	I				
	A	A	V	V		A
			IV	IV		
			III	III		
			II	II		
			I	I		



## ANEXO XII

## SUBSÍDIO DO CARGO DE ANALISTA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA CARREIRA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	SUBSÍDIO		
			EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2026
ESPECIAL	III	18.118,13	19.865,61	21.613,10
	II	17.797,51	19.491,39	21.185,27
	I	17.483,74	19.124,82	20.765,90
C	VI	17.060,93	18.647,02	20.233,12
	V	16.763,43	18.298,02	19.832,60
	IV	16.471,83	17.955,92	19.440,01
	III	16.187,13	17.621,16	19.055,20
	II	15.723,78	17.016,02	18.308,27
	I	15.276,91	16.433,76	17.590,61
B	VI	14.731,88	15.749,17	16.766,46
	V	14.321,05	15.215,15	16.109,25
	IV	13.924,84	14.701,32	15.477,79
	III	13.543,24	14.207,17	14.871,09
	II	13.175,20	13.731,69	14.288,17
	I	12.820,77	13.274,44	13.728,10
A	V	12.387,25	12.736,08	13.084,91
	IV	12.061,29	12.316,65	12.572,01
	III	11.746,93	11.913,07	12.079,21
	II	11.443,21	11.524,47	11.605,72
	I	11.150,80	11.150,80	11.150,80



## ANEXO XIII

(Anexo II à Lei nº 12.094, de 19 de novembro de 2009)

"TABELA DE VENCIMENTO BÁSICO DA CARREIRA DE DESENVOLVIMENTO DE  
POLÍTICAS SOCIAIS

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO
ESPECIAL	III	9.916,26
	II	9.702,96
	I	9.494,18
C	VI	8.831,58
	V	8.641,53
	IV	8.455,05
	III	8.272,99
	II	8.095,18
	I	7.921,48
B	VI	7.348,12
	V	7.092,29
	IV	6.845,88
	III	6.608,34
	II	6.378,10
	I	6.156,64
A	V	5.711,66
	IV	5.513,13
	III	5.321,38
	II	5.136,95
	I	4.958,42

”



## ANEXO XIV

(Anexo III à Lei nº 12.094, de 19 de novembro de 2009)

## "TABELA DE VALOR DO PONTO DA GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE EM POLÍTICAS SOCIAIS - GDAPS

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDAPS
ESPECIAL	III	84,47
	II	82,65
	I	80,87
C	VI	75,23
	V	73,61
	IV	72,03
	III	70,48
	II	68,96
	I	67,47
B	VI	62,59
	V	60,42
	IV	58,32
	III	56,29
	II	54,34
	I	52,45
A	V	48,65
	IV	46,96
	III	45,33
	II	43,75
	I	42,23

”



## ANEXO XV

(Anexo I-A à Lei nº 12.094, de 19 de novembro de 2009)

## "ESTRUTURA DE CARGOS DA CARREIRA DE DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS SOCIAIS

CARGO	CLASSE	PADRÃO
ANALISTA TÉCNICO EM POLÍTICAS SOCIAIS	ESPECIAL	III
		II
		I
	C	VI
		V
		IV
		III
		II
		I
	B	VI
		V
		IV
		III
		II
		I
	A	V
		IV
		III
		II
		I



## ANEXO XVI

(Anexo IV à Lei nº 12.094, de 19 de novembro de 2009)

## "TABELA DE SUBSÍDIOS DA CARREIRA DE DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS SOCIAIS

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	SUBSÍDIO	
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2026
ESPECIAL	III	19.719,92	21.070,00
	II	19.265,26	20.626,48
	I	18.821,08	20.192,29
C	VI	17.524,29	18.836,09
	V	17.120,25	18.412,60
	IV	16.725,53	17.998,64
	III	16.339,90	17.619,77
	II	15.963,17	17.248,87
	I	15.595,13	16.885,79
B	VI	14.480,16	15.350,71
	V	13.923,23	14.731,97
	IV	13.387,72	14.138,17
	III	12.872,81	13.568,30
	II	12.377,70	13.021,40
	I	11.901,63	12.496,55
A	V	11.050,73	11.360,50
	IV	10.625,70	10.923,55
	III	10.217,02	10.503,42
	II	9.824,06	10.099,44
	I	9.446,21	9.711,00



## ANEXO XVII

(Anexo II à Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004)

## "TABELA DE VENCIMENTO BÁSICO DOS CARGOS DAS CARREIRAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO - ANM, DE QUE TRATA O ART. 1º

a) Vencimento básico da Carreira de Especialista em Recursos Minerais:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO	
			EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025
ESPECIAL	III	7.744,35	7.899,54
	II	7.446,22	7.594,96
	I	7.159,38	7.303,03
B	V	6.568,26	6.699,96
	IV	6.316,33	6.442,54
	III	6.073,30	6.194,44
	II	5.839,00	5.955,35
	I	5.614,97	5.727,24
A	V	5.151,65	5.255,14
	IV	4.953,16	5.052,38
	III	4.762,59	4.858,00
	II	4.579,33	4.670,43
	I	4.402,78	4.491,07

b) Vencimento básico da Carreira de Técnico em Atividades de Mineração:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO	
			EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025
ESPECIAL	III	3.896,66	3.974,70
	II	3.782,65	3.858,80



	I	3.672,81	3.746,69
B	V	3.448,57	3.517,89
	IV	3.347,65	3.414,36
	III	3.250,42	3.315,34
	II	3.155,53	3.218,79
	I	3.063,57	3.125,30
A	V	2.863,60	2.920,44
	IV	2.676,27	2.729,35
	III	2.501,08	2.551,58
	II	2.337,28	2.383,90
	I	2.184,46	2.228,39

## c) Vencimento básico da Carreira de Analista Administrativo:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO	
			EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025
ESPECIAL	III	7.743,91	7.899,03
	II	7.446,42	7.595,07
	I	7.159,96	7.303,05
B	V	6.568,69	6.699,70
	IV	6.315,68	6.442,41
	III	6.073,21	6.194,53
	II	5.839,78	5.956,45
	I	5.615,24	5.727,97
A	V	5.151,31	5.254,79
	IV	4.953,06	5.052,45
	III	4.762,53	4.857,89
	II	4.579,85	4.671,33
	I	4.403,14	4.491,70



## d) Vencimento básico da Carreira de Técnico Administrativo:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO	
			EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025
ESPECIAL	III	3.896,70	3.975,01
	II	3.782,49	3.858,01
	I	3.672,27	3.745,50
B	V	3.448,82	3.518,09
	IV	3.347,58	3.414,26
	III	3.251,01	3.315,63
	II	3.155,87	3.218,88
	I	3.063,91	3.125,39
A	V	2.863,86	2.920,89
	IV	2.676,09	2.730,04
	III	2.500,90	2.551,27
	II	2.337,51	2.384,29
	I	2.184,60	2.228,38

”



## ANEXO XVIII

(Anexo V à Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004)

"TABELA DE VENCIMENTO BÁSICO DOS CARGOS DO PLANO ESPECIAL DE CARGOS DA  
AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO - PEC-ANM

a) Vencimento básico dos cargos de nível superior de que trata o art. 3º:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO		
			EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2026
ESPECIAL	III	5.448,40	5.557,25	12.255,11
	II	5.315,06	5.421,56	12.062,06
	I	5.185,12	5.288,65	11.872,17
C	VI	4.996,00	5.095,05	11.594,10
	V	4.873,30	4.971,70	11.413,10
	IV	4.755,25	4.849,76	11.234,27
	III	4.638,46	4.731,85	11.059,23
	II	4.525,81	4.616,55	10.886,29
	I	4.415,44	4.503,43	10.715,42
B	VI	4.254,23	4.338,53	10.466,84
	V	4.150,50	4.233,07	10.209,63
	IV	4.048,99	4.130,07	9.959,16
	III	3.950,24	4.028,82	9.715,40
	II	3.854,23	3.930,56	9.475,89
	I	3.759,33	3.835,47	9.244,62
A	V	3.621,89	3.694,68	9.029,46
	IV	3.533,78	3.604,48	8.808,18
	III	3.447,76	3.517,08	8.593,40
	II	3.363,35	3.430,42	8.383,48
	I	3.281,32	3.347,37	8.178,42

b) Vencimento básico dos cargos de nível superior de que trata o art. 15:



Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO		
			EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2026
ESPECIAL	III	5.448,40	5.557,25	12.255,11
	II	5.315,06	5.421,56	12.062,06
	I	5.185,12	5.288,65	11.872,17
C	VI	4.996,00	5.095,05	11.594,10
	V	4.873,30	4.971,70	11.413,10
	IV	4.755,25	4.849,76	11.234,27
	III	4.638,46	4.731,85	11.059,23
	II	4.525,81	4.616,55	10.886,29
	I	4.415,44	4.503,43	10.715,42
B	VI	4.254,23	4.338,53	10.466,84
	V	4.150,50	4.233,07	10.209,63
	IV	4.048,99	4.130,07	9.959,16
	III	3.950,24	4.028,82	9.715,40
	II	3.854,23	3.930,56	9.475,89
	I	3.759,33	3.835,47	9.244,62
A	V	3.621,89	3.694,68	9.029,46
	IV	3.533,78	3.604,48	8.808,18
	III	3.447,76	3.517,08	8.593,40
	II	3.363,35	3.430,42	8.383,48
	I	3.281,32	3.347,37	8.178,42

c) Vencimento básico dos cargos de nível intermediário de que trata o art. 3º:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO		
			EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2026
ESPECIAL	III	3.410,45	3.477,68	7.040,91



	II	3.326,81	3.393,66	6.866,51
	I	3.246,13	3.310,32	6.695,51
C	VI	3.120,98	3.183,43	6.391,87
	V	3.044,90	3.105,62	6.233,34
	IV	2.970,81	3.029,89	6.077,97
	III	2.898,19	2.956,14	5.928,10
	II	2.827,34	2.883,90	5.780,46
	I	2.758,52	2.813,95	5.637,38
B	VI	2.652,57	2.705,08	5.381,60
	V	2.587,56	2.639,58	5.230,59
	IV	2.524,91	2.575,03	5.083,15
	III	2.463,20	2.512,70	4.939,19
	II	2.403,08	2.450,78	4.799,49
	I	2.343,92	2.390,96	4.663,99
A	V	2.254,40	2.299,14	4.453,88
	IV	2.199,62	2.242,77	4.327,92
	III	2.145,75	2.188,97	4.205,18
	II	2.093,45	2.135,43	4.086,41
	I	2.042,09	2.083,34	3.971,58

d) Vencimento básico dos cargos de nível intermediário de que trata o art. 15:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO		
			EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2026
ESPECIAL	III	3.409,59	3.478,25	7.040,91
	II	3.326,94	3.393,23	6.866,51
	I	3.245,26	3.310,89	6.695,51
C	VI	3.121,12	3.182,99	6.391,87
	V	3.045,03	3.105,19	6.233,34
	IV	2.970,94	3.029,46	6.077,97
	III	2.898,32	2.955,71	5.928,10



	II	2.827,47	2.883,47	5.780,46
	I	2.758,66	2.813,52	5.637,38
B	VI	2.652,70	2.705,65	5.381,60
	V	2.587,70	2.639,14	5.230,59
	IV	2.525,05	2.574,60	5.083,15
	III	2.463,33	2.512,26	4.939,19
	II	2.403,21	2.451,35	4.799,49
	I	2.344,06	2.391,52	4.663,99
A	V	2.254,53	2.299,71	4.453,88
	IV	2.199,76	2.243,34	4.327,92
	III	2.145,88	2.188,53	4.205,18
	II	2.093,58	2.135,00	4.086,41
	I	2.042,23	2.082,90	3.971,58

e) Vencimento básico dos cargos de nível auxiliar:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO		
			EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR 1º DE JANEIRO DE 2025	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2026
ESPECIAL	III	1.875,12	1.912,12	2.529,13
	II	1.856,07	1.893,46	2.472,85
	I	1.837,57	1.874,88	2.418,19



## ANEXO XIX

(Anexo VI-A à Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004)

## "TABELA DE VALOR DO PONTO DA GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADES DE RECURSOS MINERAIS - GDARM

a) Valor do ponto da GDARM para a Carreira de Especialista em Recursos Minerais:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDARM	
			EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025
ESPECIAL	III	126,57	137,66
	II	124,89	135,66
	I	123,19	133,58
B	V	122,29	133,49
	IV	120,46	131,18
	III	118,59	128,79
	II	116,71	126,36
	I	114,79	123,84
A	V	113,46	122,87
	IV	111,46	120,19
	III	109,44	117,45
	II	107,40	114,68
	I	105,32	111,83

b) Valor do ponto da GDARM para a Carreira de Técnico em Atividades de Mineração:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDARM	
			EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025
ESPECIAL	III	58,37	66,18
	II	57,05	64,68



	I	55,77	63,23
B	V	53,46	60,53
	IV	52,27	59,19
	III	51,09	57,85
	II	49,94	56,55
	I	48,81	55,27
A	V	47,03	53,34
	IV	46,22	52,59
	III	45,57	52,1
	II	44,91	51,59
	I	44,23	51,02

”



## ANEXO XX

(Anexo VI-B à Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004)

## “VALOR DO PONTO DA GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADES DE PRODUÇÃO MINERAL - GDAPM

a) Valor do ponto da GDAPM para os cargos de nível superior do PEC-ANM referidos no art. 15 desta Lei:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDAPM		
			EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2026
ESPECIAL	III	100,46	109,44	52,53
	II	98,80	107,92	51,70
	I	97,16	106,42	50,88
C	VI	94,53	104,11	49,69
	V	93,00	102,67	48,91
	IV	91,47	101,26	48,15
	III	89,99	99,86	47,39
	II	88,52	98,48	46,65
	I	87,08	97,12	45,92
B	VI	84,77	95,03	44,85
	V	82,87	92,78	43,75
	IV	81,02	90,59	42,68
	III	79,22	88,47	41,64
	II	77,44	86,37	40,61
	I	75,73	84,34	39,62
A	V	73,76	82,54	38,70
	IV	72,12	80,60	37,75
	III	70,54	78,72	36,83
	II	68,99	76,89	35,93
	I	67,48	75,09	35,05



b) Valor do ponto da GDAPM para os cargos de nível intermediário do PEC-ANM referidos no art. 15 desta Lei:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDAPM		
			EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2026
ESPECIAL	III	53,31	59,21	30,17
	II	52,08	57,79	29,43
	I	50,87	56,38	28,70
C	VI	48,70	53,78	27,39
	V	47,58	52,49	26,72
	IV	46,47	51,21	26,05
	III	45,42	49,99	25,41
	II	44,37	48,78	24,78
	I	43,36	47,61	24,17
B	VI	41,53	45,41	23,06
	V	40,50	44,16	22,42
	IV	39,48	42,93	21,79
	III	38,49	41,72	21,17
	II	37,53	40,55	20,57
	I	36,60	39,42	19,99
A	V	35,10	37,64	19,09
	IV	34,22	36,59	18,55
	III	33,38	35,57	18,02
	II	32,56	34,59	17,52
	I	31,77	33,64	17,03

”



## ANEXO XXI

(Anexo VI-C à Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004)

## "VALOR DO PONTO DA GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO DNPM - GDADNPM

a) Valor do ponto da GDADNPM para o cargo de Analista Administrativo da Carreira de Analista Administrativo:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDADNPM	
			EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025
ESPECIAL	III	93,69	113,20
	II	92,35	111,47
	I	90,97	109,89
B	V	90,52	109,65
	IV	89,02	107,83
	III	87,50	105,73
	II	85,92	103,53
	I	84,32	101,28
A	V	83,44	100,64
	IV	81,76	98,22
	III	80,05	95,74
	II	78,31	93,21
	I	76,56	90,63

b) Valor do ponto da GDADNPM para o cargo de Técnico Administrativo da Carreira de Técnico Administrativo:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDADNPM	
			EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025



ESPECIAL	III	43,67	56,87
	II	42,55	55,48
	I	41,44	54,10
B	V	39,45	51,51
	IV	38,44	50,25
	III	37,45	49,01
	II	36,49	47,80
	I	35,54	46,61
A	V	33,90	44,50
	IV	33,45	44,16
	III	32,98	43,77
	II	32,49	43,34
	I	32,00	42,88

”



## ANEXO XXII

(Anexo VI-D à Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004)

## “VALOR DO PONTO DA GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO PLANO ESPECIAL DE CARGOS DO DNPM - GDAPDNPM

a) Valor do ponto da GDAPDNPM para os cargos de nível superior do PEC-ANM não compreendidos no art. 15 desta Lei:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDAPDNPM		
			EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2026
ESPECIAL	III	100,46	109,44	52,53
	II	98,80	107,92	51,70
	I	97,16	106,42	50,88
C	VI	94,53	104,11	49,69
	V	93,00	102,67	48,91
	IV	91,47	101,26	48,15
	III	89,99	99,86	47,39
	II	88,52	98,48	46,65
	I	87,08	97,12	45,92
B	VI	84,77	95,03	44,85
	V	82,87	92,78	43,75
	IV	81,02	90,59	42,68
	III	79,22	88,47	41,64
	II	77,44	86,37	40,61
	I	75,73	84,34	39,62
A	V	73,76	82,54	38,70
	IV	72,12	80,60	37,75
	III	70,54	78,72	36,83
	II	68,99	76,89	35,93
	I	67,48	75,09	35,05



b) Valor do ponto da GDAPDNPM para os cargos de nível intermediário do PEC-ANM não compreendidos no art. 15 desta Lei:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDAPDNPM		
			EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2026
ESPECIAL	III	49,21	57,17	30,17
	II	47,99	55,74	29,43
	I	46,77	54,34	28,70
C	VI	44,61	51,73	27,39
	V	43,49	50,44	26,72
	IV	42,38	49,16	26,05
	III	41,33	47,94	25,41
	II	40,28	46,73	24,78
	I	39,27	45,56	24,17
B	VI	37,44	43,37	23,06
	V	36,41	42,11	22,42
	IV	35,39	40,88	21,79
	III	34,40	39,67	21,17
	II	33,44	38,51	20,57
	I	32,51	37,38	19,99
A	V	31,01	35,60	19,09
	IV	30,13	34,55	18,55
	III	29,29	33,52	18,02
	II	28,47	32,54	17,52
	I	27,68	31,59	17,03



c) Valor do ponto da GDAPDNPM para os cargos de nível auxiliar do PEC-ANM:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDAPDNPM		
			EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2026
ESPECIAL	III	12,89	14,76	10,83
	II	12,27	14,14	10,59
	I	11,87	13,65	10,37

”



## ANEXO XXIII

(Anexo II-A à Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004)

"TABELA DE SUBSÍDIOS PARA AS CARREIRAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO  
- ANM, DE QUE TRATA O ART. 1º

a) Subsídio da Carreira de Especialista em Recursos Minerais:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	SUBSÍDIO EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 2026
ESPECIAL	III	22.929,74
	II	22.386,70
	I	21.843,68
B	V	21.300,65
	IV	20.758,76
	III	20.214,57
	II	19.672,69
	I	19.128,51
A	V	18.586,63
	IV	18.043,60
	III	17.499,42
	II	16.957,52
	I	16.413,35

b) Subsídio da Carreira de Técnico em Atividades de Mineração:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	SUBSÍDIO EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 2026
ESPECIAL	III	11.451,74
	II	11.165,95
	I	10.889,58
B	V	10.347,22
	IV	10.092,08
	III	9.841,26



	II	9.598,05
	I	9.360,03
A	V	8.942,28
	IV	8.678,44
	III	8.465,08
	II	8.257,51
	I	8.053,32

## c) Subsídio da Carreira de Analista Administrativo:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	SUBSÍDIO
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 2026
ESPECIAL	III	21.325,15
	II	20.802,72
	I	20.279,14
B	V	19.756,72
	IV	19.233,14
	III	18.711,84
	II	18.187,13
	I	17.664,69
A	V	17.142,27
	IV	16.619,84
	III	16.096,26
	II	15.573,82
	I	15.050,25

## d) Subsídio da Carreira de Técnico Administrativo:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	SUBSÍDIO
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 2026
ESPECIAL	III	11.060,32
	II	10.774,53
	I	10.494,73



B	V	9.944,35
	IV	9.686,93
	III	9.437,25
	II	9.192,90
	I	8.954,87
A	V	8.487,92
	IV	8.271,00
	III	8.057,64
	II	7.850,07
	I	7.648,17

”



## ANEXO XXIV

TABELA DE QUANTITATIVO MÁXIMO DE SERVIDORES QUE FAZEM JUS À  
GRATIFICAÇÃO TEMPORÁRIA DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - GPDEC

NÍVEL DO CARGO	QUANTIDADE
Superior	90
Intermediário	10
Total	100



## ANEXO XXV

## VALOR DA GRATIFICAÇÃO TEMPORÁRIA DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - GPDEC

Em R\$

NÍVEL DO CARGO	VALOR DA GPDEC
Superior	3.824,81
Intermediário	2.448,14



## ANEXO XXVI

(Anexo II à Lei nº 11.358, de 19 de outubro de 2006)

## "TABELA DE SUBSÍDIO PARA OS CARGOS DA CARREIRA DE POLICIAL FEDERAL

a) Subsídio dos cargos de Delegado de Polícia Federal e de Perito Criminal Federal:

Em R\$

CATEGORIA	SUBSÍDIO EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
	1º DE AGOSTO DE 2024	1º DE MAIO DE 2025	1º DE MAIO DE 2026
ESPECIAL	34.732,87	36.469,51	41.350,00
PRIMEIRA	31.263,54	32.826,72	35.377,35
SEGUNDA	27.279,84	28.643,83	30.869,46
TERCEIRA	26.300,00	26.800,00	27.831,70

b) Subsídio dos cargos de Agente de Polícia Federal, de Escrivão de Polícia Federal e de Papiloscopista Policial Federal:

Em R\$

CLASSE	SUBSÍDIO EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
	1º DE AGOSTO DE 2024	1º DE MAIO DE 2025	1º DE MAIO DE 2026
ESPECIAL	20.940,36	21.987,38	25.250,00
1ª CLASSE	17.140,56	17.997,59	19.617,37
2ª CLASSE	14.644,96	15.377,21	16.761,16
3ª CLASSE	13.900,54	14.164,81	14.710,10



## ANEXO XXVII

(Anexo III à Lei nº 11.358, de 19 de outubro de 2006)

## "TABELA DE SUBSÍDIO PARA A CARREIRA DE POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	SUBSÍDIO		
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º DE AGOSTO DE 2024	1º DE MAIO DE 2025	1º DE MAIO DE 2026
ESPECIAL	III	18.583,31	19.512,48	23.000,00
	II	18.099,31	19.004,28	22.249,43
	I	17.629,42	18.510,89	21.524,32
PRIMEIRA	VI	16.742,84	17.579,98	20.306,21
	V	16.312,45	17.128,07	19.649,56
	IV	15.894,59	16.689,32	19.015,88
	III	15.488,91	16.263,36	18.404,39
	II	15.095,06	15.849,82	17.814,28
	I	14.712,66	15.448,30	17.244,77
SEGUNDA	VI	13.696,54	14.381,37	15.949,32
	V	13.580,40	14.259,42	15.704,54
	IV	13.465,41	14.138,68	15.463,72
	III	13.351,55	14.019,13	15.226,76
	II	13.238,83	13.900,77	14.993,63
	I	13.127,22	13.783,58	14.764,25
TERCEIRA	III	11.298,47	11.863,40	12.630,98
	II	11.206,08	11.766,38	12.440,90
	I	11.114,60	11.670,33	12.253,84



## ANEXO XXVIII

(Anexo LXXXV à Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009)

## "VENCIMENTO BÁSICO DAS CARREIRAS DE ESPECIALISTA FEDERAL EM ASSISTÊNCIA À EXECUÇÃO PENAL E DE TÉCNICO FEDERAL DE APOIO À EXECUÇÃO PENAL

a) Vencimento básico da Carreira de Especialista Federal em Assistência à Execução Penal:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º DE AGOSTO DE 2024	1º DE MAIO DE 2025	1º DE MAIO DE 2026
ESPECIAL	IV	7.769,87	9.767,88	11.304,13
	III	7.631,25	9.551,44	11.027,84
	II	7.495,31	9.340,11	10.758,54
	I	7.361,78	9.133,10	10.495,03
C	V	7.056,23	8.713,93	9.988,50
	IV	6.931,09	8.521,90	9.745,06
	III	6.808,07	8.333,61	9.506,57
	II	6.687,59	8.150,23	9.274,84
	I	6.569,13	7.970,32	9.047,68
B	V	6.297,24	7.605,46	8.611,32
	IV	6.186,03	7.438,09	8.400,78
	III	6.076,85	7.274,35	8.195,08
	II	5.969,86	7.114,77	7.995,08
	I	5.864,80	6.958,60	7.799,60
A	VI	5.663,16	6.763,47	7.609,48
	V	5.523,86	6.495,02	7.241,73
	IV	5.427,00	6.352,89	7.064,79
	III	5.332,04	6.214,27	6.892,61
	II	5.238,71	6.078,42	6.724,06
	I	5.146,99	5.945,24	6.559,00

b) Vencimento básico da Carreira de Técnico Federal de Apoio à Execução Penal:

112

Avulso do PL 1213/2024 [114 de 130]



Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º DE AGOSTO DE 2024	1º DE MAIO DE 2025	1º DE MAIO DE 2026
ESPECIAL	IV	4.630,42	4.968,20	5.991,78
	III	4.554,70	4.872,68	5.836,27
	II	4.480,42	4.779,58	5.686,10
	I	4.407,36	4.688,17	5.539,12
C	V	4.265,75	4.511,51	5.256,24
	IV	4.196,35	4.425,54	5.120,08
	III	4.128,14	4.341,39	4.987,60
	II	4.061,12	4.259,01	4.858,68
	I	3.995,27	4.178,37	4.733,20
B	V	3.867,66	4.022,60	4.492,13
	IV	3.805,01	3.946,51	4.375,31
	III	3.743,54	3.872,30	4.262,49
	II	3.683,10	3.799,59	4.152,57
	I	3.623,68	3.728,33	4.045,45
A	VI	3.519,50	3.623,84	3.940,02
	V	3.452,02	3.523,45	3.739,90
	IV	3.396,50	3.457,66	3.643,01
	III	3.341,86	3.393,12	3.548,46
	II	3.288,23	3.330,14	3.457,15
	I	3.235,48	3.268,36	3.368,00

11



## ANEXO XXIX

(Anexo LXXXVI à Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009)

## “ESTRUTURA DE CLASSES E PADRÕES DA CARREIRA DE POLICIAL PENAL FEDERAL

CARGO	CLASSE	PADRÃO
POLICIAL PENAL FEDERAL	ESPECIAL SÊNIOR	V
		IV
		III
		II
		I
	ESPECIAL	IV
		III
		II
		I
	PRIMEIRA	IV
		III
		II
		I
	SEGUNDA	IV
		III
		II
		I
	TERCEIRA	III
		II
		I

”



## ANEXO XXX

(Anexo LXXXVIII à Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009)

"TABELA DE CORRELAÇÃO DO CARGO DE AGENTE FEDERAL DE EXECUÇÃO PENAL  
COM O CARGO DE POLICIAL PENAL FEDERAL

CARGO	CLASSE	PADRÃO	PADRÃO	CLASSE	CARGO
AGENTE FEDERAL DE EXECUÇÃO PENAL	ESPECIAL SÊNIOR	V	V	ESPECIAL SÊNIOR	POLICIAL PENAL FEDERAL
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
		I	I		
	ESPECIAL	IV	IV	ESPECIAL	
		III	III		
		II	II		
		I	I		
	PRIMEIRA	IV	IV	PRIMEIRA	
		III	III		
		II	II		
		I	I		
	SEGUNDA	IV	IV	SEGUNDA	
		III	III		
		II	II		
		I	I		
	TERCEIRA	III	III	TERCEIRA	
		II	II		
		I	I		

”



## ANEXO XXXI

(Anexo LXXXIX à Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009)

## "TABELA DE VALOR DO PONTO DA GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE DE ASSISTÊNCIA ESPECIALIZADA DO DEPEN/MJSP - GDAPEN

a) Valor do ponto da GDAPEN da Carreira de Especialista Federal em Assistência à Execução Penal:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDAPEN EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º DE AGOSTO DE 2024	1º DE MAIO DE 2025	1º DE MAIO DE 2026
ESPECIAL	IV	21,68	30,72	37,68
	III	21,36	30,07	36,76
	II	21,01	29,41	35,86
	I	20,70	28,78	34,99
C	V	20,21	27,61	33,30
	IV	19,89	27,01	32,48
	III	19,60	26,43	31,69
	II	19,30	25,86	30,91
	I	19,02	25,32	30,16
B	V	18,57	24,30	28,70
	IV	18,30	23,78	28,00
	III	18,02	23,28	27,32
	II	17,77	22,79	26,65
	I	17,51	22,31	26,00
A	VI	17,24	21,83	25,36
	V	16,87	20,98	24,14
	IV	16,61	20,53	23,55
	III	16,38	20,11	22,97
	II	16,16	19,69	22,41
	I	15,92	19,28	21,87



b) Valor do ponto da GDAPEN da Carreira de Técnico Federal de Apoio à Execução Penal:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDAPEN EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º DE AGOSTO DE 2024	1º DE MAIO DE 2025	1º DE MAIO DE 2026
ESPECIAL	IV	15,39	17,21	19,97
	III	15,09	16,83	19,46
	II	14,81	16,46	18,95
	I	14,52	16,09	18,46
C	V	14,03	15,42	17,52
	IV	13,76	15,08	17,07
	III	13,51	14,75	16,63
	II	13,26	14,43	16,20
	I	13,03	14,12	15,78
B	V	12,58	13,53	14,97
	IV	12,33	13,23	14,59
	III	12,13	12,96	14,21
	II	11,89	12,67	13,84
	I	11,69	12,40	13,48
A	VI	11,45	12,12	13,14
	V	11,10	11,64	12,46
	IV	10,90	11,39	12,14
	III	10,72	11,16	11,83
	II	10,53	10,92	11,52
	I	10,34	10,69	11,22



## ANEXO XXXII

(Anexo XC-A à Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009)

## "TABELA DE SUBSÍDIO PARA A CARREIRA DE POLICIAL PENAL FEDERAL

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	SUBSÍDIO		
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º DE AGOSTO DE 2024	1º DE MAIO DE 2025	1º DE MAIO DE 2026
ESPECIAL SÊNIOR	V	15.965,69	17.632,85	20.000,00
	IV	15.439,64	17.051,87	19.073,95
	III	14.930,92	16.490,03	18.445,49
	II	14.438,97	15.946,71	17.837,73
	I	13.963,22	15.421,28	17.250,00
ESPECIAL	IV	13.435,46	14.838,41	16.243,26
	III	12.992,78	14.349,50	15.708,07
	II	12.564,68	13.876,71	15.190,51
	I	12.150,69	13.419,49	14.690,00
PRIMEIRA	IV	11.750,34	12.977,33	14.208,69
	III	11.363,18	12.549,74	13.740,53
	II	10.988,78	12.136,25	13.287,80
	I	10.591,17	11.697,12	12.807,00
SEGUNDA	IV	10.242,20	11.311,71	12.318,19
	III	9.943,67	10.982,00	11.959,14
	II	9.654,72	10.662,88	11.611,63
	I	9.021,45	9.963,48	10.850,00
TERCEIRA	III	8.725,54	9.636,68	9.927,39
	II	8.437,79	9.318,87	9.600,00
	I	8.160,18	9.012,28	9.100,00

11



## ANEXO XXXIII

(Anexo XII à Lei nº 12.277, de 30 de junho de 2010)

“Cargos de provimento efetivo, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, de nível superior, que poderão optar pela Estrutura Remuneratória de que trata o art. 19 desta Lei.

CARREIRA/PLANO	CARGO
CARREIRA PREVIDENCIÁRIA  Lei nº 10.355, de 26 de dezembro de 2001	ARQUITETO
	ECONOMISTA
	ENGENHEIRO
	ESTATÍSTICO
CARREIRA DA PREVIDÊNCIA, DA SAÚDE E DO TRABALHO  Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006	ARQUITETO
	ECONOMISTA
	ECONOMISTA DOMÉSTICO
	ENGENHEIRO
	ENGENHEIRO AGRIMENSOR
	ENGENHEIRO AGRÔNOMO
	ENGENHEIRO OPERACIONAL
CARREIRA DA SEGURIDADE SOCIAL E DO TRABALHO  Lei nº 10.483, de 3 de julho de 2002	ESTATÍSTICO
	GEÓLOGO
	ARQUITETO
	ECONOMISTA
	ENGENHEIRO
	ENGENHEIRO AGRÔNOMO
PLANO ESPECIAL DE CARGOS DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL Lei nº 10.682, de 28 de maio de 2003	ENGENHEIRO FLORESTAL
	ESTATÍSTICO
PLANO ESPECIAL DE CARGOS DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL Lei nº 10.682, de 28 de maio de 2003	ECONOMISTA
	ENGENHEIRO
PLANO ESPECIAL DE CARGOS DA EMBRATUR  Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006;	ARQUITETO
	ECONOMISTA
	ECONOMISTA SÊNIOR
	ENGENHEIRO
	ESTATÍSTICO
PLANO ESPECIAL DE CARGOS DA CULTURA  Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005	ARQUITETO
	ECONOMISTA
	ENGENHEIRO
	ENGENHEIRO AGRÔNOMO
	ENGENHEIRO CIVIL
	ENGENHEIRO ELÉTRICO
	ESTATÍSTICO
GEÓLOGO	
PLANO ESPECIAL DE CARGOS DA SUFRAMA	ECONOMISTA
	ENGENHEIRO
	ENGENHEIRO AGRÔNOMO



Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006	ENGENHEIRO CIVIL ENGENHEIRO FLORESTAL ENGENHEIRO OPERACIONAL
PLANO ESPECIAL DE CARGOS DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL Lei nº 11.095, de 13 de janeiro de 2005	ARQUITETO ECONOMISTA ENGENHEIRO ESTATÍSTICO
PLANO GERAL DE CARGOS DO PODER EXECUTIVO - PGPE Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006	ARQUITETO ECONOMISTA ENGENHEIRO ENGENHEIRO AGRIMENSOR ENGENHEIRO AGRÔNOMO ENGENHEIRO CIVIL ENGENHEIRO DE MINAS ENGENHEIRO DE OPERAÇÕES ENGENHEIRO DE PESCA ENGENHEIRO ELÉTRICO ENGENHEIRO ELETRÔNICO ENGENHEIRO FLORESTAL ENGENHEIRO MECÂNICO ENGENHEIRO QUÍMICO ESTATÍSTICO GEÓLOGO
PLANO ESPECIAL DE CARGOS DO MINISTÉRIO DA FAZENDA - PECFAZ Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009	ARQUITETO ECONOMISTA ENGENHEIRO ENGENHEIRO AGRIMENSOR ENGENHEIRO AGRÔNOMO ENGENHEIRO DE OPERAÇÕES ESTATÍSTICO
QUADRO DE PESSOAL DA IMPRENSA NACIONAL Lei nº 11.090, de 7 de janeiro de 2005	ECONOMISTA ENGENHEIRO
PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS – PCC Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970	ARQUITETO ECONOMISTA ENGENHEIRO ENGENHEIRO AGRÔNOMO ENGENHEIRO DE PESCA ESTATÍSTICO GEÓLOGO
SEGURO SOCIAL	ARQUITETO ECONOMISTA ECONOMISTA DOMÉSTICO ENGENHEIRO ENGENHEIRO AGRIMENSOR
Lei n 10.855, de 1º de abril de 2004	ENGENHEIRO CIVIL ESTATÍSTICO



PLANO ESPECIAL DE CARGOS DA FUNAI - PECFUNAI Lei nº                   , de                   de de 2024	ARQUITETO
	ECONOMISTA
	ENGENHEIRO
	ENGENHEIRO AGRÔNOMO
	ENGENHEIRO FLORESTAL
	ESTATÍSTICO

”





CÂMARA DOS DEPUTADOS

## ANEXO XXXIV

## CARGOS EFETIVOS VAGOS A SEREM TRANSFORMADOS EM CARGOS EFETIVOS VAGOS

CARGOS EXISTENTES						CARGOS CRIADOS					
CÓDIGO DO ÓRGÃO	DENOMINAÇÃO DO GRUPO	CÓDIGO DO CARGO	NOME DO CARGO	NÍVEL	QTD.	CÓDIGO DO ÓRGÃO	DENOMINAÇÃO DO GRUPO	CÓDIGO DO CARGO	NOME DO CARGO	NÍVEL	QTD.
30204	Carreira de Suporte Técnico em Propriedade Industrial,	466001	Técnico em Propriedade e Industrial	NI	130						
30204	Carreira de Suporte em Planejamento, Gestão e Infraestrutura em Propriedade Industrial	467001	Técnico em Planejamento, Gestão e Infraestrutura em Propriedade e Industrial	NI	209	30204	Carreira de Produção e Análise em Propriedade Industrial	464001	Tecnologista em Propriedade Industrial	NS	138
25000	Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho – CPST	422203	Agente Administrativo	NI	750	98000	Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE	480042	Analista Técnico-Administrativo	NS	500
TOTAL					1.089	TOTAL					638

120

Avulso do PL 1213/2024 [124 de 130]





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Avulso do PL 1213/2024 [125 de 130]





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 73/2024/SGM-P

Brasília, 24 de maio de 2024.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador RODRIGO PACHECO  
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Envio de PL para apreciação**

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei nº 1.213, de 2024, do Poder Executivo, que "Cria as carreiras de Especialista em Indigenismo, de Técnico em Indigenismo e de Tecnologia da Informação; cria o Plano Especial de Cargos da Funai (PECFunai) e o quadro suplementar da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai); define o órgão supervisor e altera a remuneração do cargo de Analista-Técnico de Políticas Sociais; altera a remuneração das carreiras e do Plano Especial de Cargos da Agência Nacional de Mineração (PEC-ANM); altera a remuneração dos cargos das carreiras de Policial Federal e de Policial Rodoviário Federal; cria a Polícia Penal Federal e a carreira de Policial Penal Federal; altera a remuneração dos cargos de Especialista Federal em Assistência à Execução Penal e de Técnico Federal de Apoio à Execução Penal; altera as Leis nºs 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, 12.702, de 7 de agosto de 2012, 12.094, de 19 de novembro de 2009, 11.046, de 27 de dezembro de 2004, 10.871, de 20 de maio de 2004, 13.575, de 26 de dezembro de 2017, 14.204, de 16 de setembro de 2021, 14.600, de 19 de junho de 2023, 10.887, de 18 de junho de 2004, 11.358, de 19 de outubro de 2006, 9.654, de 2 de junho de 1998, 8.691, de 28 de julho de 1993, 12.277, de 30 de junho de 2010, e 11.356, de 19 de outubro de 2006; e revoga a Lei nº 10.693, de 25 de junho de 2003, e a Medida Provisória nº 1.203, de 29 de dezembro de 2023, e dispositivos das Leis nºs 8.460, de 17 de setembro de 1992, 11.357, de 19 de outubro de 2006, 11.538, de 8 de novembro de 2007, 12.775, de 28 de dezembro de 2012, 13.324, de 29 de julho de 2016, 13.327, de 29 de julho de 2016, 13.371, de 14 de dezembro de 2016, e 14.673, de 14 de setembro de 2023".

Informo que a matéria tramita em regime de urgência solicitada pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, nos termos do §1º do art. 64 da Constituição Federal.

Atenciosamente,

  
ARTHUR LIRA  
Presidente



# LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>
  - art37\_cpt\_inc16
  - art40
  - art40\_par2
  - art40\_par19
- Emenda Constitucional nº 41, de 2003 - Reforma Previdenciária (2003) - 41/03  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:emenda.constitucional:2003;41>
  - art2
- Emenda Constitucional nº 47, de 2005 - EMC-47-2005-07-05 , PEC DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA - 47/05  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:emenda.constitucional:2005;47>
- Emenda Constitucional nº 103, de 2019 - Reforma Previdenciária (2019) - 103/19  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:emenda.constitucional:2019;103>
  - art3\_par3
  - art8
  - art10\_par5
  - art26
- Emenda Constitucional nº 104, de 2019 - EMC-104-2019-12-04 - 104/19  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:emenda.constitucional:2019;104>
  - art4
- Lei Delegada nº 13, de 27 de Agosto de 1992 - LDL-13-1992-08-27 - 13/92  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei.delegada:1992;13>
- Lei nº 1.711, de 28 de Outubro de 1952 - Estatuto dos Funcionários Públicos (1952); Estatuto do Funcionário Público (1952); Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis da União - 1711/52  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1952;1711>
  - art180
  - art184
- Lei nº 5.645, de 10 de Dezembro de 1970 - LEI-5645-1970-12-10 - 5645/70  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1970;5645>
- Lei nº 7.210, de 11 de Julho de 1984 - Lei de Execução Penal (1984) - 7210/84  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1984;7210>
  - art77
- Lei nº 8.112, de 11 de Dezembro de 1990 - Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Cíveis da União (1990) - 8112/90  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1990;8112>
  - art190
  - art192
- Lei nº 8.460, de 17 de Setembro de 1992 - LEI-8460-1992-09-17 - 8460/92  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1992;8460>
- Lei nº 8.691, de 28 de Julho de 1993 - LEI-8691-1993-07-28 - 8691/93  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1993;8691>



- art1\_par1

- Lei nº 9.266, de 15 de Março de 1996 - LEI-9266-1996-03-15 - 9266/96  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1996;9266>

- Lei nº 9.654, de 2 de Junho de 1998 - LEI-9654-1998-06-02 - 9654/98  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1998;9654>

- art2

- art7

- Lei nº 10.355, de 26 de Dezembro de 2001 - LEI-10355-2001-12-26 - 10355/01  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2001;10355>

- Lei nº 10.483, de 3 de Julho de 2002 - LEI-10483-2002-07-03 - 10483/02  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2002;10483>

- Lei nº 10.682, de 28 de Maio de 2003 - LEI-10682-2003-05-28 - 10682/03  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2003;10682>

- Lei nº 10.693, de 25 de Junho de 2003 - LEI-10693-2003-06-25 - 10693/03  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2003;10693>

- Lei nº 10.698, de 2 de Julho de 2003 - LEI-10698-2003-07-02 - 10698/03  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2003;10698>

- Lei nº 10.768, de 19 de Novembro de 2003 - LEI-10768-2003-11-19 - 10768/03  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2003;10768>

- Lei nº 10.855, de 1º de Abril de 2004 - LEI-10855-2004-04-01 - 10855/04  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2004;10855>

- Lei nº 10.871, de 20 de Maio de 2004 - LEI-10871-2004-05-20 - 10871/04  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2004;10871>

- art23

- Lei nº 10.887, de 18 de Junho de 2004 - LEI-10887-2004-06-18 - 10887/04  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2004;10887>

- art4

- Lei nº 11.046, de 27 de Dezembro de 2004 - LEI-11046-2004-12-27 - 11046/04  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2004;11046>

- Lei nº 11.090, de 7 de Janeiro de 2005 - LEI-11090-2005-01-07 - 11090/05  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2005;11090>

- Lei nº 11.095, de 13 de Janeiro de 2005 - LEI-11095-2005-01-13 - 11095/05  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2005;11095>

- Lei nº 11.233, de 22 de Dezembro de 2005 - LEI-11233-2005-12-22 - 11233/05  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2005;11233>

- Lei nº 11.355, de 19 de Outubro de 2006 - LEI-11355-2006-10-19 - 11355/06  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2006;11355>

- Lei nº 11.356, de 19 de Outubro de 2006 - LEI-11356-2006-10-19 - 11356/06  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2006;11356>

- art15

- Lei nº 11.357, de 19 de Outubro de 2006 - LEI-11357-2006-10-19 - 11357/06  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2006;11357>

- art1\_par1u

- art1\_par1u\_inc5

- art1\_par1u\_inc6

- art7-1

- Lei nº 11.358, de 19 de Outubro de 2006 - LEI-11358-2006-10-19 - 11358/06  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2006;11358>



- art9
- Lei nº 11.538, de 8 de Novembro de 2007 - LEI-11538-2007-11-08 - 11538/07  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2007;11538>
- Lei nº 11.907, de 2 de Fevereiro de 2009 - LEI-11907-2009-02-02 - 11907/09  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2009;11907>
  - art109
  - art109-1\_cpt\_inc3
  - art110
  - art287
- Lei nº 12.094, de 19 de Novembro de 2009 - LEI-12094-2009-11-19 - 12094/09  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2009;12094>
- Lei nº 12.277, de 30 de Junho de 2010 - LEI-12277-2010-06-30 - 12277/10  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2010;12277>
  - art22
  - art22\_par4\_inc2\_alii1
  - art22\_par4\_inc2\_alii2
- Lei nº 12.618, de 30 de Abril de 2012 - LEI-12618-2012-04-30 - 12618/12  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2012;12618>
- Lei nº 12.702, de 7 de Agosto de 2012 - LEI-12702-2012-08-07 - 12702/12  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2012;12702>
- Lei nº 12.775, de 28 de Dezembro de 2012 - LEI-12775-2012-12-28 - 12775/12  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2012;12775>
- Lei nº 12.813, de 16 de Maio de 2013 - Lei de Conflito de Interesses; Lei de Conflito de Interesses na Administração Pública Federal - 12813/13  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2013;12813>
- Lei nº 13.324, de 29 de Julho de 2016 - LEI-13324-2016-07-29 - 13324/16  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2016;13324>
  - art87
  - art88
  - art89
  - art90
  - art91
- Lei nº 13.327, de 29 de Julho de 2016 - LEI-13327-2016-07-29 - 13327/16  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2016;13327>
  - art12
- Lei nº 13.371, de 14 de Dezembro de 2016 - LEI-13371-2016-12-14 - 13371/16  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2016;13371>
- Lei nº 13.575, de 26 de Dezembro de 2017 - LEI-13575-2017-12-26 - 13575/17  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2017;13575>
- Lei nº 14.204, de 16 de Setembro de 2021 - LEI-14204-2021-09-16 - 14204/21  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2021;14204>
  - art18\_cpt\_inc2
- Lei nº 14.600, de 19 de Junho de 2023 - LEI-14600-2023-06-19 - 14600/23  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2023;14600>
  - art50\_par8
- Lei nº 14.673, de 14 de Setembro de 2023 - LEI-14673-2023-09-14 - 14673/23  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2023;14673>



- Medida Provisória nº 1.203, de 29 de Dezembro de 2023 - MPV-1203-2023-12-29 -  
1203/23

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:medida.provisoria:2023;1203>

Avulso do PL 1213/2024 [130 de 130]



### Projeto recebido da Câmara dos Deputados

- Projeto de Lei nº 1.213, de 2024, de iniciativa do Poder Executivo, que *cria as carreiras de Especialista em Indigenismo, de Técnico em Indigenismo e de Tecnologia da Informação; cria o Plano Especial de Cargos da Funai (PECFunai) e o quadro suplementar da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai); define o órgão supervisor e altera a remuneração do cargo de Analista-Técnico de Políticas Sociais; altera a remuneração das carreiras e do Plano Especial de Cargos da Agência Nacional de Mineração (PEC-ANM); altera a remuneração dos cargos das carreiras de Policial Federal e de Policial Rodoviário Federal; cria a Polícia Penal Federal e a carreira de Policial Penal Federal; altera a remuneração dos cargos de Especialista Federal em Assistência à Execução Penal e de Técnico Federal de Apoio à Execução Penal; altera as Leis nºs 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, 12.702, de 7 de agosto de 2012, 12.094, de 19 de novembro de 2009, 11.046, de 27 de dezembro de 2004, 10.871, de 20 de maio de 2004, 13.575, de 26 de dezembro de 2017, 14.204, de 16 de setembro de 2021, 14.600, de 19 de junho de 2023, 10.887, de 18 de junho de 2004, 11.358, de 19 de outubro de 2006, 9.654, de 2 de junho de 1998, 8.691, de 28 de julho de 1993, 12.277, de 30 de junho de 2010, e 11.356, de 19 de outubro de 2006; e revoga a Lei nº 10.693, de 25 de junho de 2003, e a Medida Provisória nº 1.203, de 29 de dezembro de 2023, e dispositivos das Leis nºs 8.460, de 17 de setembro de 1992, 11.357, de 19 de outubro de 2006, 11.538, de 8 de novembro de 2007, 12.775, de 28 de dezembro de 2012, 13.324, de 29 de julho de 2016, 13.327, de 29 de julho de 2016, 13.371, de 14 de dezembro de 2016, e 14.673, de 14 de setembro de 2023.*

A matéria terá tramitação com prazo determinado de quarenta e cinco dias, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição, combinado com o art. 375, do Regimento Interno, e está incluída na pauta da Ordem do Dia da Sessão Deliberativa Extraordinária de 29 de maio de 2024.

**PROJETO EM REGIME DE URGÊNCIA CONSTITUCIONAL  
(Art. 64, § 1º, da Constituição e 375 do RISF)**

**Leitura: 27/5/2024**

**Início do prazo constitucional (art. 64, §1º, CF): 29/5/2024**

**Final do prazo constitucional (45º dia): 12/7/2024**

**(SOBRESTANDO A PAUTA A PARTIR DO 46º DIA: 13/7/2024)**



# Ofício da Ministra de Estado das Mulheres Substituta



Ofício da Ministra de Estado das Mulheres Substituta, nº 457, de 24 de maio de 2024, em resposta ao Requerimento nº 302, de 2023, de autoria da Senadora Damares Alves.

A requerente foi comunicada e a informação anexada na tramitação do requerimento.

A matéria vai ao Arquivo.



# Projetos de Lei





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 2075, DE 2024

Altera a Lei nº 13.848, 25 de junho de 2019, para dispor sobre a articulação entre as agências reguladoras e os órgãos de defesa do meio ambiente.

**AUTORIA:** CPI DA BRASKEM

**DOCUMENTOS:**

- Parecer nº 1, de 2024, da CPI da BRASKEM

<https://legis.senado.gov.br/legis/ui/repositorioDocs?id=47cb5423-f580-417f-a962-cf93d24f70f1&vs=3.0>



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 2075/2024 [1 de 2]



## PROJETO DE LEI Nº, DE 2024

Altera a Lei nº 13.848, 25 de junho de 2019, para dispor sobre a articulação entre as agências reguladoras e os órgãos de defesa do meio ambiente.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** O art. 33 da Lei nº 13.848, 25 de junho de 2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 33.** As agências reguladoras se articularão com os órgãos de defesa do meio ambiente visando ao intercâmbio de informações, à padronização de exigências e procedimentos, à celeridade na emissão de licenças ambientais e à maior eficiência nos processos de fiscalização.

Parágrafo único. No caso de autorização, licenciamento, monitoramento e fiscalização de atividades e empreendimentos que envolvam riscos ambientais altos, as informações e dados sobre avaliação e gestão desses riscos serão obrigatoriamente compartilhados entre os órgãos de que trata o *caput*, visando a:

- I – diminuir a assimetria de informações entre os processos de fiscalização e monitoramento regulatório e ambiental;
- II – assegurar o efetivo controle dos riscos;
- III – prover eficiência na geração desses dados e informações, que poderão ser utilizados em mais de um processo;
- IV – garantir um duplo grau de gestão sobre risco.” (NR)

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 2076, DE 2024

Altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, para dispor sobre a obrigatoriedade do registro de antecedentes sancionatórios e declaração de inidoneidade no Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental, e a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para prever a responsabilização penal das consultorias ambientais e a declaração de inidoneidade como sanção administrativa.

**AUTORIA:** CPI DA BRASKEM

**DOCUMENTOS:**

- Parecer nº 1, de 2024, da CPI da BRASKEM

<https://legis.senado.gov.br/legis/ui/repositorioDocs?id=47cb5423-f580-417f-a962-cf93d24f70f1&vs=3.0>



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 2076/2024 [1 de 3]



## PROJETO DE LEI Nº, DE 2024

Altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, para dispor sobre a obrigatoriedade do registro de antecedentes sancionatórios e declaração de inidoneidade no Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental, e a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para prever a responsabilização penal das consultorias ambientais e a declaração de inidoneidade como sanção administrativa.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** O art. 17 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

“**Art. 17.** .....

§ 1º Os cadastros de que trata o *caput* conterão informações sobre a idoneidade, histórico de autuações por infrações administrativas às normas ambientais, condenações por crimes ambientais e infrações às normas de conduta profissional, anotadas pelos respectivos conselhos de classe, das pessoas físicas e jurídicas neles cadastradas.

§ 2º Os órgãos competentes para o registro das informações de que trata o § 1º deste artigo se articularão com o órgão ambiental que administra os Cadastros Técnicos Federais para compartilhamento de informações e dados.

§ 3º O órgão administrador dos cadastros técnicos de que trata o *caput* emitirá uma certidão ambiental, pública e acessível por qualquer cidadão, referente ao registro das pessoas jurídicas e físicas cadastradas, contendo, no mínimo, as informações de que trata o § 1º.” (NR)



**Art. 2º** A Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 69-A .....

§3º Incorrem na mesma pena do caput as empresas de consultoria ambiental que auxiliarem, colaborarem ou de qualquer forma participarem da produção ou elaboração de estudo, laudo ou relatório falso ou enganoso, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas restritivas de direitos cabíveis."

"Art. 72 .....

§8º .....

V - proibição de contratar com a Administração Pública, pelo período de até três anos, e declaração de inidoneidade prevista pelo art. 156, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021." (NR)

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 2077, DE 2024

Altera a Lei nº 13.575, de 26 de dezembro de 2017, para dispor sobre o percentual de receitas sobre a lavra de recursos minerais que deverá ser investido em pesquisa e inovação e para criar Taxa de Fiscalização de atividades Mineraias (TFAM) e encargo setorial.

**AUTORIA:** CPI DA BRASKEM

**DOCUMENTOS:**

- Parecer nº 1, de 2024, da CPI da BRASKEM

<https://legis.senado.gov.br/legis/ui/repositorioDocs?id=47cb5423-f580-417f-a962-cf93d24f70f1&vs=3.0>



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 2077/2024 [1 de 4]



## PROJETO DE LEI Nº, DE 2024

Altera a Lei nº 13.575, de 26 de dezembro de 2017, para dispor sobre o percentual de receitas sobre a lavra de recursos minerais que deverá ser investido em pesquisa e inovação e para criar Taxa de Fiscalização de Atividades Minerais (TFAM) e encargo setorial.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** A Lei nº 13.575, de 26 de dezembro de 2017, passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos, renumerando os atuais artigos 38 e 39 para 40 e 40 respectivamente:

“**Art. 38.** A empresa de mineração detentora de título de concessão de lavra fica obrigada a realizar dispêndio mínimo de 0,5% (cinquenta centésimos por cento) de sua receita operacional líquida anual em pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação do setor mineral.

§ 1º O disposto no *caput* se aplica apenas a empresas de médio e grande porte, nos termos do regulamento.

§ 2º Parte dos recursos previstos no *caput* serão utilizados para pesquisas que envolvam mineração e sustentabilidade ambiental, incluindo a prevenção de impactos ambientais e diminuição de riscos ambientais associados à atividade de lavra”. (NR)

“**Art. 39.** Fica instituída a Taxa de Fiscalização de Atividades Minerais (TFAM).

§ 1º A TFAM será devida pelos titulares de direitos minerários sob os regimes legais de autorização de pesquisa, de concessão de lavra, de licenciamento e de permissão de lavra garimpeira.



§ 2º A TFAM deverá ser recolhida até 30 de abril de cada exercício.

§ 3º Para fins de cálculo da TFAM, serão considerados os seguintes valores, por fase do processo minerário:

I – autorização de pesquisa até a entrega do relatório final - R\$ 5.000,00 (cinco mil reais);

II – após a apresentação do relatório final de pesquisa até a outorga da concessão de lavra - R\$ 10.000,00 (dez mil reais);

III – concessão de lavra ou manifesto de mina em vigor – até R\$ 100.000,00 (cem mil reais);

IV – licenciamento em vigor - R\$ 5.000,00 (cinco mil reais);

V – permissão de lavra garimpeira em vigor de titularidade de cooperativa - R\$ 5.000,00 (cinco mil reais); e

VI – permissão de lavra garimpeira em vigor de titularidade de pessoa física - R\$ 1.000,00 (mil reais).

§ 4º A TFAM devida por titular corresponderá à soma total dos valores constantes do § 3º para cada direito minerário sob titularidade do sujeito passivo da obrigação em 1º de janeiro do mesmo ano da data de vencimento da TFAM

§ 5º Incidirão atualização monetária, juros e multa à TFAM não recolhida no prazo estabelecido ou em desacordo com a legislação, calculados na forma estabelecida no art. 61 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.

§ 6º Os recursos arrecadados com a TFAM serão aplicados exclusivamente para atribuições do poder de polícia da fiscalização da ANM.

§ 7º A ANM poderá estabelecer encargo complementar à TFAM a ser aplicado exclusivamente pelo titular do direito minerário para fins de contratação de profissional qualificado independente, em comum acordo entre o regulador e o agente regulado, para finalidade de subsidiar a fiscalização e o monitoramento da atividade minerária, e para garantir o aproveitamento racional das jazidas, a segurança técnico-operacional das minas e de sua infraestrutura, e o fechamento adequado das minas, inclusive o monitoramento pós-fechamento.

§ 8º O direito à participação do proprietário do solo nos resultados da lavra de que trata o art. 11, alínea “b” do Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, devido para terrenos ou terras de titularidade da União, inclusive aquelas sob gestão da Secretaria de Patrimônio da União (SPU), constituição recursos para gestão e regulação do setor



mineral e para pesquisa geológica básica a ser realizada pelo Serviço Geológico do Brasil e por universidades conveniadas. ” (NR)

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



# Projeto de Lei Complementar





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 102, DE 2024

Altera a Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, para conferir à União a competência administrativa para a ação de licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades minerários de alto risco ambiental.

**AUTORIA:** CPI DA BRASKEM

**DOCUMENTOS:**

- Parecer nº 1, de 2024, da CPI da BRASKEM

<https://legis.senado.gov.br/legis/ui/repositorioDocs?id=47cb5423-f580-417f-a962-cf93d24f70f1&vs=3.0>



[Página da matéria](#)

Avulso do PLP 102/2024 [1 de 3]



## PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº, DE 2024

Altera a Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, para conferir à União a competência administrativa para a ação de licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades minerários de alto risco ambiental.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** O inciso XIV do art. 7º da Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, passa a vigorar acrescido da seguinte alínea *i*:

“**Art. 7º** .....

XIV - .....

i) minerários de alto risco ambiental, assim definidos por ato do órgão ou entidade da União responsável pela regulação das atividades de exploração dos recursos minerais no País.

.....” (NR)

**Art. 2º** Os processos de licenciamento e de autorização ambiental das atividades e empreendimentos de que trata o art. 7º, inciso XIV, alínea *i*, da Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, iniciados em data anterior à da publicação desta Lei Complementar, terão sua tramitação mantida perante os órgãos originários até o término da vigência da licença de operação vindoura, se ainda não estiver em operação, ou vincenda, cuja renovação caberá ao novo ente federativo competente.



§ 1º Caso tenha sido protocolado pedido de renovação da licença de operação no órgão ambiental originário em data anterior à da publicação desta Lei, a renovação caberá a este.

§ 2º Os pedidos de renovação posteriores aos referidos no § 1º serão realizados pelo novo ente federativo competente.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



# Requerimentos





# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO N° 377, DE 2024

Requer voto de aplauso à escritora Sylvia Cesco, por ter tomado posse como nova integrante entre imortais da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras.

**AUTORIA:** Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 377/2024 [1 de 3]





SENADO FEDERAL

SF/24951.23630-85 (LexEdit)

**REQUERIMENTO Nº DE**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de aplauso à escritora Sylvia Cesco, por ter tomado posse como nova integrante entre imortais da Academia Sul-Mato-Grossense de Letra.

Requeiro, ainda, que seja enviada cópia do presente voto, conforme dados em anexo.

Seu currículo a qualifica ao posto. Natural de Campo Grande, MS, Sylvia Cesco é graduada em Letras Neolatinas e posteriormente em Pedagogia, ambas pela Fucmat (atual UCDB). Tem pós-graduação pelo MEC-INEP/USP; especialização em Língua Portuguesa pela Universidade de Taubaté – SP; e Especialização em Roteiro para Rádio, TV e Vídeo pela ERTTEL. Sylvia é escritora com trabalhos principalmente como cronista e poeta, mas é também autora e diretora de peça de teatro, letrista de músicas, e foi roteirista-auxiliar do filme “Nasce uma Estrela”, sobre Glauce Rocha.

Profissionalmente, exerceu diversas atividades e ocupou cargos nas áreas de educação e cultura. Foi representante da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor em MS, órgão do Ministério de Assistência social, por oito anos; nesta gestão propôs a substituição da Política Nacional vigente de internação de crianças e adolescentes em situação de abandono, nos internatos tradicionais, pela de acolhimento em residências menores (Casas-lares), projeto que lhe rendeu homenagem e reconhecimento do então MPAS. Também participou da elaboração

Avulso do RQS 377/2024 [2 de 3]



do ECA-Estatuto da Criança e do Adolescente; da implantação dos Conselhos Tutelares nas cidades de MS; e do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente de Campo Grande. Prestou ainda assessoria à FAPEMS, Fundação de Apoio ao Ensino e à Pesquisa de Mato Grosso do Sul- órgão ligado à UEMS.

Seus livros publicados são “Guavira Virou”; “Mulher do Mato”; “Sinhá Rendeira”; “Três Poetas uma Via: Aldravia” (em coautoria); “Ave Marias, Cheias de Raça”; “Histórias de Dona Menina”; “A Glória dessa Morena” (coautora e organizadora); “Amor e volezza - amor Incondicional” (em coautoria); "Vozes da Literatura" (em coautoria); “Palavras Pelo Correio” (coautora e organizadora) e “Um Palmo e Meio de Proseio”. Participou de antologias: "Mato Grosso do Sul - 40 anos", "101 Reivencões para Manoel de Barros" e "Antologia de Autores de Mato Grosso do Sul". Possui publicações em Revistas literárias em vários Estados. Escreveu para o Jornal "Correio do Estado" até 2021, e atualmente escreve para o Jornal "O Estado de MS" e para o Blog "Cultura é sobrevida de um povo", de Alex Fraga.

Pela sua vida e obra, desejamos que sua história inspire muitas outras!

Sala das Sessões, 24 de maio de 2024.

**Senador Nelsinho Trad**  
(PSD - MS)



Apresentado o Requerimento nº 377, de 2024, do Senador Nelsinho Trad, *solicitando o envio de voto de aplauso à escritora Sylvia Cesco, por ter tomado posse como nova integrante entre imortais da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras.*

Será encaminhada cópia do voto nos termos solicitados.





# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO N° 378, DE 2024

Requer urgência para o Projeto de Lei nº 1.213/2024, nos termos dos arts. 336, II, e 338, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

**AUTORIA:** Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática Eliziane Gama (PSD/MA), Líder do Bloco Parlamentar Aliança Laércio Oliveira (PP/SE), Líder do Bloco Parlamentar Democracia Efraim Filho (UNIÃO/PB)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 378/2024 [1 de 2]





SENADO FEDERAL

SF/24126.27825-92 (LexEdit\*)

**REQUERIMENTO Nº DE**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 336, II, e 338, II, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 1213/2024, que "Dispõe sobre a criação das Carreiras de Especialista em Indigenismo, de Técnico em Indigenismo e de Tecnologia da Informação, cria o Plano Especial de Cargos da Funai - PECFUNAI e o quadro suplementar da Fundação Nacional dos Povos Indígenas - Funai, define o órgão supervisor e altera a remuneração do cargo de Analista Técnico de Políticas Sociais, de que trata a Lei nº 12.094, de 19 de novembro de 2009, altera a remuneração das Carreiras e do Plano Especial de Cargos da Agência Nacional de Mineração, de que trata a Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004, altera a remuneração dos cargos das Carreiras de Policial Federal e de Policial Rodoviário Federal, cria a Polícia Penal Federal e a Carreira de Policial Penal Federal, altera a remuneração do cargo de Especialista Federal em Assistência à Execução Penal e de Técnico Federal de Apoio à Execução Penal, altera a Lei nº 8.691, de 28 de julho de 1993, e dá outras providências"

Sala das Sessões, 23 de maio de 2024.

**Senador Jaques Wagner**  
**(PT - BA)**  
**Líder do Governo no Senado Federal**

Avulso do RQS 378/2024 [2 de 2]





# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO N° 379, DE 2024

Requer voto de pesar pelo falecimento do Sr. Otoni Moura de Paulo, Deputado Estadual do Rio de Janeiro.

**AUTORIA:** Senador Magno Malta (PL/ES)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 379/2024 [1 de 4]





SENADO FEDERAL

SF/24521.34525-65 (LexEdit)

**REQUERIMENTO Nº DE**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais e de acordo com as tradições da Casa inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do Deputado Estadual Otoni Moura de Paulo, mais conhecido como Otoni de Paula Pai (MDB-RJ), pai do Deputado Federal Otoni de Paula (MDB-RJ), ocorrido hoje, dia 27 de maio de 2024, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, aos 71 anos, bem como a apresentação de condolências a seus filhos na pessoa do Deputado Federal Otoni de Paula, ao Deputado Estadual Rodrigo Bacellar, presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, e ao Deputado Baleia Rossi, Presidente Nacional do Movimento Democrático do Brasil - MDB.

**JUSTIFICAÇÃO**

É com tristeza que recebemos a notícia do falecimento do pastor evangélico e Deputado Estadual Otoni Moura de Paulo, mais conhecido como Otoni de Paula Pai (MDB-RJ), pai do Deputado Federal Otoni de Paula (MDB-RJ), ocorrido no dia 27 de maio de 2024, no Rio de Janeiro/RJ, aos 71 anos.

Nascido em Magé, no Rio de Janeiro, em 3 de janeiro de 1953, ele foi vereador nas cidades de Nova Iguaçu (1988-1992) e do Rio de Janeiro (2017-2020), tendo sido eleito deputado estadual em 2022. Em sua trajetória política, passou pelo PTdoB, PL, PR, PSC, Solidariedade e o MDB.

Avulso do RQS 379/2024 [2 de 4]



Ele dedicou sua vida ao serviço público, especialmente à população do Estado do Rio de Janeiro, por quem sempre lutou por melhorias sociais e em defesa dos interesses da população.

É conhecido por suas posições conservadoras e por seu envolvimento em questões relacionadas à defesa dos valores cristãos e da família. Em sua biografia no site da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), ele se definia como pai do Deputado Federal Otoni de Paula e em favor da vida, da família e dos valores conservadores. Vide link <https://www.alerj.rj.gov.br/Deputados/PerfilDeputado/496?Legislatura=20>.

Autoridades fluminenses lamentaram a morte do Dep. Otoni de Paula Pai. O Governador do estado do Rio de Janeiro, Cláudio de Castro, lamentou a morte dele e decretou luto de três dias pelo seu falecimento. Ele comentou: “A política fluminense perdeu hoje um político atuante e um homem de Deus” e, ainda, “Como pastor e parlamentar, devotou, com amor e integridade, sua vida em favor da comunidade e inspirou muitos com sua fé e bondade”, assim noticiou o portal Poder360 por intermédio do link <https://www.poder360.com.br/brasil/morre-o-deputado-estadual-otoni-de-paula-aos-71-anos/>.

O Presidente da Assembleia Legislativo do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), Deputado Rodrigo Bacellar (União-RJ), também lamentou a morte de Otoni de Paula Pai e lembrou por intermédio de publicação em suas redes sociais que ele foi “Um deputado atuante, que conquistava todos ao seu redor com carisma, fé, caráter e disposição para trabalhar”.

Seu legado como homem público e pai de família, defensor da vida, da família e dos valores cristãos, permanecerá vivo em nossa memória. Que possamos honrar sua memória e contribuições, reconhecendo sua incansável dedicação ao povo do Rio de Janeiro.

Solicito ainda que seja enviado uma cópia deste requerimento, como expressão do nosso profundo respeito e condolências, à sua família, na pessoa



do Deputado Federal Otoni de Paula, ao Deputado Rodrigo Bacellar, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, e ao Deputado Baleia Rossi, Presidente Nacional do MDB.

Sala das Sessões, 27 de maio de 2024.

**Senador Magno Malta**  
**(PL - ES)**

SF/24521.34525-65 (LexEdit)

Avulso do RQS 379/2024 [4 de 4]



Apresentado o Requerimento nº 379, de 2024, do Senador Magno Malta, *solicitando o envio de voto de pesar pelo falecimento do Sr. Otoni Moura de Paulo, Deputado Estadual do Rio de Janeiro.*

Será encaminhada cópia do voto nos termos solicitados.



# ATA DA FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE - FPJOVEM





Senado Federal  
Frente Parlamentar em Defesa das Políticas Públicas de Juventude - FPJOVEM

**1ª REUNIÃO DE 2024**

**22 DE MAIO DE 2024, QUARTA-FEIRA, ÀS 17:00 Horas, NO PLENÁRIO Nº  
3 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.**

Ata Circunstanciada da **1ª Reunião de 2024 da Frente Parlamentar em Defesa das Políticas Públicas de Juventude - FPJOVEM**, realizada em 22 de maio de 2024, quarta-feira, às 17:00 horas, no Plenário nº 03 da Ala Senador Alexandre Costa, no Senado Federal, com o seguinte resultado:

ITEM 1: apresentada a Agenda Legislativa de 2024;

ITEM 2: aprovada alteração no Estatuto da Frente Parlamentar; eleito o Senador Randolfe Rodrigues para exercer a função de Terceiro Vice-Presidente da Frente; eleito o Deputado Ulisses Guimarães para exercer a função de Quarto Secretário da Frente; designado, de ordem do Presidente da Frente, o senhor Gustavo Henrique Lobo da Gama para a função de Secretário Executivo da Frente Parlamentar.

Conforme documentos anexos. Publique-se.

Assinatura manuscrita de Ulisses Guimarães.

Deputado **ULISSES GUIMARÃES**

4º Secretário da Frente Parlamentar em Defesa das Políticas Públicas de Juventude





**CONGRESSO NACIONAL**  
**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA**  
**57ª LEGISLATURA**

Em 22 de maio de 2024  
(quarta-feira)  
às 17h

**RESULTADO**

1ª Reunião

**FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DAS POLÍTICAS**  
**PÚBLICAS DE JUVENTUDE - FPJOVEM**

**Coordenadora na Câmara dos Deputados:** Deputada Daiana Santos

**Coordenadora no Senado Federal:** Senadora Leila Barros

**PRESIDENTE:** Senador Irajá

**1º SECRETÁRIO:** Deputado Aliel Machado

**1ª VICE-PRESIDENTE:** Deputada Camila Jara

**2º SECRETÁRIO:** Deputado Pedro Campos

**2º VICE-PRESIDENTE:** Senador Weverton

**3º SECRETÁRIO:** Senador Nelsinho Trad

**3º VICE-PRESIDENTE:** Senador Randolfe Rodrigues

**4º SECRETÁRIO:** Deputado Ulisses Guimarães

**5º SECRETÁRIO:** Deputado Pastor Henrique Vieira

	Reunião de Trabalho da Frente Parlamentar
<b>Local</b>	Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3



Resultado da 1ª Reunião da FPJOVEM, em 22 de maio de 2024

2

## Reunião de Trabalho da Frente Parlamentar

### Assunto / Finalidade:

ITEM 1 - Agenda Legislativa 2024

ITEM 2 - Outros assuntos

### Participantes:

#### Sra Yara Lorrane

Gestora de Juventude de Santana/AP

#### Sr Ronald Sorriso

Secretário Nacional da Juventude

[Apresentação](#)

#### Sr Gustavo Gama

Secretário-Geral do Conselho Nacional da Juventude

#### Sra Nádia Garcia

Secretária Nacional de Juventude do Partido dos Trabalhadores

#### Sr Lucas Pretti

Coordenador de Projetos da Secretaria Nacional da Juventude

**Resultado:** ITEM 1: Apresentada a Agenda Legislativa de 2024;

ITEM 2: Aprovada alteração no Estatuto da Frente Parlamentar; eleito o Senador Randolfe Rodrigues para exercer a função de Terceiro Vice-Presidente da Frente; eleito o Deputado Ulisses Guimarães para exercer a função de Quarto Secretário da Frente; designado, de ordem do Presidente da Frente, o senhor Gustavo Henrique Lobo da Gama para a função de Secretário Executivo da Frente Parlamentar.





Senado Federal



## Relatório de Registro de Presença

## 1ª, Reunião

Frente Parlamentar em Defesa das Políticas Públicas de Juventude

Senado Federal	
TITULARES	SUPLENTE
ALESSANDRO VIEIRA	PRESENTE
ANGELO CORONEL	PRESENTE
CHICO RODRIGUES	
CID GOMES	
CONFÚCIO MOURA	
DAVI ALCOLUMBRE	
EDUARDO GOMES	PRESENTE
ESPERIDIÃO AMIN	PRESENTE
FABIANO CONTARATO	
FLÁVIO ARNS	
FLÁVIO BOLSONARO	PRESENTE
HUMBERTO COSTA	PRESENTE
IRAJÁ	
IZALCI LUCAS	PRESENTE
JAYME CAMPOS	
JORGE KAJURU	PRESENTE
LUIS CARLOS HEINZE	
MARCELO CASTRO	PRESENTE
MARCIO BITTAR	
MARCOS DO VAL	PRESENTE
MECIAS DE JESUS	PRESENTE
NELSINHO TRAD	
OTTO ALENCAR	
PAULO PAIM	PRESENTE
PLÍNIO VALÉRIO	
RANDOLFE RODRIGUES	
RODRIGO PACHECO	
ROMÁRIO	
STYVENSON VALENTIM	
VENEZIANO VITAL DO RÊGO	
WEVERTON	PRESENTE
DANIELLA RIBEIRO	
ELIZIANE GAMA	PRESENTE
LEILA BARROS	PRESENTE
MARA GABRILLI	
SORAYA THRONICKE	PRESENTE
ZENAIDE MAIA	PRESENTE
JORGE SEIF	
DAMARES ALVES	PRESENTE
MARCOS ROGÉRIO	





Senado Federal  
**Relatório de Registro de Presença**  
**1ª, Reunião**



Câmara dos Deputados	
TITULARES	SUPLENTES
BIA KICIS	
ELCIONE BARBALHO	
GREYCE ELIAS	
NATÁLIA BONAVIDES	
CARLOS JORDY	
CÉLIO STUDART	
CEZINHA DE MADUREIRA	
CHARLES FERNANDES	
DOMINGOS NETO	
FILIFE BARROS	
FRED COSTA	
GENERAL GIRÃO	
GLAUSTIN DA FOKUS	
ZÉ HAROLDO CATHEDRAL	
HELIO LOPES	
JOAQUIM PASSARINHO	
JÚNIOR FERRARI	
LUCIANO BIVAR	
MARCOS PEREIRA	
MISAEEL VARELLA	
MOSES RODRIGUES	
NEWTON CARDOSO JR	
SIDNEY LEITE	
SILVIO COSTA FILHO	
VERMELHO	
LUIZ GASTÃO	
ICARO DE VALMIR	
CAIO VIANNA	
CAMILA JARA	
DANDARA	
PEDRO CAMPOS	
ALIEL MACHADO	
DAIANA SANTOS	
CARLOS HENRIQUE GAGUIM	
PASTOR HENRIQUE VIEIRA	
ULISSES GUIMARÃES	PRESENTE

### Não Membros Presentes

PROFESSORA DORINHA SEABRA  
 WILDER MORAIS  
 DUDA SALABERT  
 SÉRGIO PETECÃO



Reunião de: 22/05/2024

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL



**SENADO FEDERAL**  
**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
**SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR**

**REUNIÃO**

22/05/2024 - 1ª - Frente Parlamentar em Defesa das Políticas Públicas de Juventude

**A SRA. PRESIDENTE** (Leila Barros. Bloco/PDT - DF. Fala da Presidência.) - Boa tarde a todas e a todos.

É muito legal, está sendo muito legal ver este Senado Federal recheado de jovens, jovens promissores, gestores, aqueles que tão cedo já estão se apresentando para o enorme desafio que é cuidar do nosso país de alguma forma, cada um nos seus estados, com as suas atribuições e missões. Parabéns!

Estou muito feliz aqui de declarar aberta a 1ª Reunião, de 2024, da Frente Parlamentar em Defesa das Políticas Públicas de Juventude, cuja pauta destina-se a: item 1, Agenda Legislativa de 2024; e item 2, outros assuntos.

Até o momento esta frente parlamentar conta com a adesão de 40 Senadores - dentre eles essa que vos fala, que está aqui presidindo - e 36 Deputados Federais.

Informo aos Parlamentares que desejarem compor a frente parlamentar que os termos de adesão estão disponíveis na Secretaria e na página do Colegiado no *site* do Senado Federal.

Compõem a Mesa: o Deputado Ulisses Guimarães, que está a caminho e vai me substituir numa segunda parte aqui da nossa reunião; Ronald Sorriso, Secretário Nacional de Juventude da Secretaria-Geral da Presidência da República (*Palmas.*); Gustavo Gama, Secretário-Geral do Conselho Nacional de Juventude da Secretaria-Geral da Presidência da República - sejam bem-vindos os dois (*Palmas.*); Nádia Garcia, Secretária Nacional de Juventude do Partido dos Trabalhadores, que também está a caminho; e Yara Lorrane, Gestora de Juventude do Município de Santana. (*Palmas.*)

E é muito legal ver homens e mulheres - temos muitas mulheres jovens aqui. E um recado para elas, com todo o respeito aos jovens homens aqui: o ambiente da política é desafiador para todos, mas em especial para as mulheres, portanto o meu maior conselho para vocês é que não desistam! Sigam em frente, busquem os sonhos de vocês e não deixem que, no mundo, qualquer pessoa diga para vocês que vocês não são capazes, porque vocês são - e muito! A maior prova disso é que vocês estão aqui agora. (*Palmas.*)

Sras. e Srs. Parlamentares, é uma grande satisfação ter a oportunidade de presidir a 1ª Reunião, de 2024, da Frente Parlamentar em Defesa das Políticas Públicas de Juventude, afinal cuidar da nossa juventude é cuidar do nosso futuro.

Nesse sentido, na condição de Presidente da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal e considerando o momento trágico que enfrentamos com as enchentes do Rio Grande do Sul e agora também em Santa Catarina, não posso deixar de ressaltar que cuidar do futuro é, antes de tudo, cuidar do meio ambiente. Para defender a juventude e o futuro da humanidade, é fundamental que nós Parlamentares passemos a considerar as consequências ambientais em todas as nossas deliberações.

Defender políticas públicas para a juventude é assegurar que os nossos jovens tenham os seus direitos garantidos, é promover o desenvolvimento integral da nova geração, capacitando-os para enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades em suas vidas pessoais, educacionais e profissionais. Há muito que se fazer pelos jovens brasileiros nas áreas de educação, emprego, saúde, cultura, esportes e, principalmente, participação política. Nós não podemos deixar de reforçar isso.

A educação de qualidade segue sendo uma das principais demandas da nossa juventude. As políticas públicas devem garantir que os jovens adquiram as habilidades necessárias para competir em um mercado de trabalho cada vez mais

1/15



Reunião de: 22/05/2024

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

dinâmico e fluido e para se tornarem cidadãos ativos e verdadeiramente informados. Para tanto, é essencial que tenhamos um sistema educacional público inclusivo e qualificado em todos os níveis, desde o ensino fundamental até o ensino superior, bem como programas de educação não formal, além de educação para o desenvolvimento de habilidades socioemocionais e competências digitais.

Além da educação, as políticas públicas para a juventude também devem focar a promoção do emprego e o empreendedorismo juvenil. Isso envolve a criação de oportunidades de emprego decente e remunerado, o apoio ao empreendedorismo jovem, através do acesso ao financiamento, capacitação e mentoria, bem como a promoção de estágios e programas de aprendizagem para facilitar a transição dos jovens para o mercado de trabalho.

A saúde é outra área crucial de intervenção das políticas públicas para a juventude. Isso inclui o acesso a serviços de saúde sexual e reprodutiva, prevenção e tratamento de doenças mentais, saúde preventiva e promoção de estilo de vida saudáveis. Falando em saúde, precisamos incentivar a prática esportiva para os nossos jovens, ferramenta importante na promoção do bem-estar social, além de auxiliar na construção de cidadania, disciplina e respeito dentre os indivíduos.

Por fim, penso que as políticas públicas para a juventude também devem promover a participação ativa dos jovens na vida cívica e política. Isso inclui a criação de espaços e mecanismos para que os jovens possam se envolver em processos de tomada de decisão, como conselhos da juventude, Parlamentos jovens, entre outros. Temos que garantir que os jovens tenham acesso à informação e à educação de qualidade, para que possam exercer seus direitos e deveres como cidadãos conscientes e responsáveis com a humanidade e com o meio ambiente.

Em suma, senhoras e senhores, jovens que estão aqui presentes e todos os que nos acompanham, as políticas públicas para a juventude são essenciais para a garantia de um futuro promissor para os nossos jovens, o que consequentemente resultará num futuro muito melhor para a nossa sociedade e o nosso país.

Desejo muito trabalho e todo êxito à Frente Parlamentar em Defesa das Políticas Públicas de Juventude, pois nosso propósito é dos mais nobres e mais importantes deste Parlamento.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

Bom, vou passar a palavra aqui para os nossos convidados. Agora é o momento deles.

Então, como é de praxe aqui, nós colocamos inicialmente cinco minutos para as exposições.

Nós vamos passar para Yara Lorrane, que é Gestora de Juventude de Santana, no Amapá.

Seja, mais uma vez, bem-vinda, Yara. São cinco minutos, mas fique à vontade para terminar a sua exposição.

**A SRA. YARA LORRANE** - Muito obrigada, Senadora.

Boa tarde a todos e a todas.

Senadora, que honra tê-la aqui, como mulher, presidindo esta reunião, a senhora que sabe tão bem da importância das políticas públicas para a juventude.

Meu querido Secretário Ronald Sorriso, que honra e que alegria. Eu falo sempre com muita emoção da Secretaria Nacional de Juventude. Na sua pessoa, eu cumprimento todos os meus colegas que hoje trabalham nessa secretaria, que reconstrói de fato as políticas públicas de juventude.

Sou gestora há três anos e cinco meses e sei, na ponta, a diferença que nós sentimos há um ano e cinco meses. Então, uma salva de palmas. (*Palmas.*)

E viva a SNJ, porque a SNJ voltou.

Cumprimento o querido Gustavo, representando o nosso conselho, que também teve um *up - o go up* do Conselho Nacional de Juventude veio também - com essa retomada da Secretaria Nacional de Juventude, com a retomada das políticas públicas de juventude dentro do nosso país.

Como eu começo falando sempre, em todos os meus vídeos e em todas as minhas falas, para os meus caros colegas, gestores e gestoras: mãos e manas, boa tarde!

Eu venho do extremo norte do nosso país e quão representativo é a gente estar aqui hoje, não é isso, meu amigo Binho? Na pessoa do meu colega Binho, eu cumprimento, com toda a honra, a todos os gestores que estão aqui presentes. Binho é do Município de Pedra Branca, também do Estado do Amapá. E para a gente é de um simbolismo muito grande o Norte estar aqui nesta mesa hoje. Sabem por quê? Porque a gente tem peculiaridades que nunca, nunca foram atendidas. Nós falamos de juventude, mas estamos falando também de uma juventude amazônica e de uma juventude ribeirinha.

Eu sou fruto da educação pública. Tive minha vida transformada por um programa do Ministério da Educação chamado Parlamento Juvenil do Mercosul. Foi onde eu tive a oportunidade de ter minha primeira viagem de avião e ir ao exterior,

2/15



Reunião de: 22/05/2024

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

sem nenhuma perspectiva de a minha família ter condições de bancar isso. Isso tudo foi oportunizado graças à educação pública de qualidade.

E fico muito feliz - o Yann não está aqui agora, mas fico muito feliz - de saber que o Parlamento Juvenil do Mercosul também retornou neste Governo. Viva a nossa educação e viva também o Pé-de-Meia, que é uma das nossas principais políticas. *(Palmas.)*

Eu falo com muito orgulho hoje da minha história. Meu pai teve um envolvimento com o tráfico de drogas, e eu perdi meu pai quando eu tinha dez anos de idade. Eu só fui ter a magnitude de toda a minha história de vida depois que meu pai faleceu, porque imaginem um superpai. Agora, vocês multipliquem por dez e multipliquem mais cinco vezes. Esse era meu pai. Meu pai, dentro de casa, sempre foi o melhor pai do mundo, e eu não falo isso só porque ele faleceu, mas porque ele, de fato, foi essa pessoa.

A minha mãe me teve muito cedo, com 17 anos de idade, e, depois que meu pai faleceu, a minha mãe ficou meio que desnorreada, tendo que reconstruir a vida dela. Minha mãe é professora, dá aula no Município do Binho também, em Pedra Branca do Amapari. E, na pessoa da minha mãe, eu cumprimento todos aqueles que carregaram alguma luta para que hoje nós pudéssemos estar aqui. Então, viva a nossa família, vivam todos aqueles que lutaram também pela juventude antes de nós.

Este é o nosso segundo encontro de gestores municipais de juventude. Eu tive a graça de estar no primeiro, e hoje, com muita honra e muita felicidade, contemplo os avanços que a gente conseguiu ter, dentro de um ano e cinco meses, no que tange à política pública para a juventude.

*(Soa a campainha.)*

**A SRA. YARA LORRANE** - Mas, quando a gente fala, especialmente...

*(Intervenção fora do microfone.)*

**A SRA. YARA LORRANE** - Obrigada! *(Risos.)*

Mas, quando a gente está falando hoje de tudo que a gente discutiu um ano atrás, de tudo que a gente discutiu ontem e de tudo que a gente vem discutindo há muito tempo... A gente teve uma fala ontem muito importante: a gente está discutindo novamente o que se discutia dez anos atrás. E aí, eu acho que o questionamento que tem que ficar para cada um de nós é: por quanto mais tempo a gente quer ficar discutindo as mesmas coisas? Por quantos mais anos a gente quer ficar discutindo sempre o mesmo? Que falta recurso para a juventude, que não está chegando recurso à ponta, que os municípios não conseguem avançar. Quem assume a cadeira de juventude não sabe o que tem que fazer. A gente assume e tem que ir desenhando. Se tiver muito esforço, vai fazer acontecer; se não tiver muito esforço, não vai fazer acontecer, e vai ficar por isso, e está tudo bem, porque, até hoje, a gente não tem nenhuma normativa que defina qual é o papel dos organismos municipais de juventude, qual é o papel dos organismos estaduais de juventude. Por quantas mais décadas nós vamos continuar neste debate?

Eu acredito que a frente é muito importante - e agradeço a sua presença aqui, Senadora -, mas eu trago, mais uma vez, uma reflexão para cada um de nós, gestores, mas enquanto movimento de juventude, porque muitos de nós estamos vindo de movimentos sociais, movimentos de educação, movimentos estudantis, movimentos partidários, movimentos religiosos. Fica o questionamento para cada um de nós: cadê a nossa bancada federal? Cadê a bancada federal dos nossos estados? Onde está a nossa luta?

Muito alegrou a todos que estavam hoje pela manhã a fala do nosso Ministro Márcio Macêdo, quando ele disse: "Já iniciamos a discussão para a criação do Fundo Nacional de Juventude".

E aqui eu trago para a pauta a recordação da aprovação do Fundo Nacional de Cultura. Conseguiram, mas conseguiram com muita luta, com muita garra e indo, de fato, à frente. Para que, gente? Para que tivesse a aprovação.

Não podemos ser crianças, leigos, levianos, pensando que essa luta vai ser alcançada com meros diálogos, porque senão continuaremos, por mais 30 anos, discutindo a mesma coisa. Não! Não podemos deixar que essa discussão passe dez anos, tal como aconteceu com o nosso Estatuto da Juventude.

*(Soa a campainha.)*

**A SRA. YARA LORRANE** - Não podemos permitir isso.

Por isso, o Plano Nacional de Juventude, o Fundo Nacional da Juventude precisam ser uma pauta do Congresso Nacional, mas precisam primeiramente ser uma pauta nossa, do movimento dos gestores municipais de juventude, impulsionando,

3/15



Reunião de: 22/05/2024

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

primeiramente, a adesão dos nossos Parlamentares federais quanto à Frente Parlamentar de Juventude e, posteriormente, comprando essa luta. Esse movimento precisa partir da gente, da juventude.

Este é um ano eleitoral; nossa juventude não pode voltar somente para balançar a bandeira, não! A gente precisa ser pauta prioritária no orçamento.

E viva a juventude brasileira! (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Leila Barros. PDT - DF) - Excelente, Yara.

E, olha, vesti a carapuça, tá? (*Risos.*)

Essa questão de cobrar das bancadas acaba que só... Sou a única Senadora aqui, mas entendi perfeitamente essa questão da participação. Mas depende muito do trabalho coletivo de vocês, porque são vocês que vão ter que procurar esses Parlamentares e provocar. Não adianta... porque a demanda nossa diária aqui, para quem está no Senado e na bancada, no Congresso Nacional, são pautas macro. Então, todo mundo está aqui defendendo o que de fato lhe é de interesse. E, como nós temos aqui, pelo que estou vendo, um coletivo muito forte, engajado e que hoje está aguerrido com relação a essa pauta, principalmente a questão do Fundo Nacional da Juventude, eu tenho certeza de que vocês terão apoio da frente parlamentar. Mas nós somos 40 Senadores e 36 Deputados, então esse trabalho de formiguinha, provocado pela Yara, de vocês vai ser fundamental, principalmente agora, em ano eleitoral.

Olhem eu dando a dica, hein? Vamos embora! (*Risos.*) (*Palmas.*)

Agora eu vou passar a palavra para o Gustavo Gama, que é o Secretário-Geral do Conselho Nacional da Juventude.

Parabéns, Yara, pela fala.

**A SRA. YARA LORRANE** (*Fora do microfone.*) - Obrigada.

**O SR. GUSTAVO GAMA** - Boa tarde a todas as pessoas.

**A SRA. PRESIDENTE** (Leila Barros. PDT - DF. *Fora do microfone.*) - Boa tarde.

**O SR. GUSTAVO GAMA** - Que alegria estar aqui.

Provavelmente - não é, Sorriso? -, agora, com o encerramento do nosso mandato no Conselho Nacional de Juventude, provavelmente, como Secretário-Geral, esta seja a minha última participação como Secretário, depois, Senadora, de uma gestão que foi extremamente longa, até não por escolha nossa, mas porque, no último período, o conselho foi totalmente atacado e desestruturado, e aí houve um processo de reconstrução junto com o Secretário Nacional de Juventude, Ronald, e toda a equipe da SNJ.

Antes de mais nada, cumprimento a Yara. A fala da Yara nos inspira muito, porque, quando a gente pensa no universo de mais de 5 mil municípios, a gente fica feliz por Santana, por ter uma gestora com a força da Yara, mas a gente se preocupa com vários municípios que talvez não tenham a oportunidade de ter uma gestora ou um gestor como vocês, que estão tirando o tempo e vindo a Brasília discutir política pública, buscando, lutando pela gestão. E, no Brasil, naquilo que se chama "Brasil profundo", nem sempre as gestões têm um órgão de juventude. É preciso ser dito isso. Há vários lugares no país que não têm nenhum órgão de juventude - a juventude não tem oportunidade de ter uma representação que faça essa defesa.

Dito isso, quero também cumprimentar o Secretário Ronald Sorriso...

Aliás, quero convidar à mesa a Secretária Nacional de Juventude do Partido dos Trabalhadores, Nádia Garcia. (*Palmas.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. GUSTAVO GAMA** - Seja bem-vinda, Nádia. A Nádia fez um deslocamento intenso para estar aqui. Muito obrigado, Nádia, pela presença. A Nádia é sempre uma grande parceira.

Mas eu estava cumprimentando o Secretário Ronald, porque eu queria dizer para vocês que, quando a gente iniciou a ideia da frente parlamentar, em 2019, ela, antes de mais nada, era fruto de um documento elaborado pelo Conselho Nacional de Juventude, chamado Pacto pela Juventude. Ele é feito em anos eleitorais, Senadora Leila. E o Pacto pela Juventude é um conjunto de recomendações que são feitas às candidaturas, seja aos cargos, no caso daquela eleição, a Presidente, Senador e Deputado Federal, seja agora, nas eleições municipais. E um dos compromissos era a criação da Frente Parlamentar de Juventude. Na época, o Senador Irajá assinou esse compromisso, lá no Estado de Tocantins. E aí, quando ele ganhou a eleição, surgiu a cobrança do cumprimento do Pacto pela Juventude. E aí, a frente foi criada em tempo recorde, e houve a construção de um processo. E o Secretário Ronald Sorriso, na época Secretário Nacional de Juventude do PT, foi um

4/15



Reunião de: 22/05/2024

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

dos idealizadores da frente parlamentar. O tempo passou, e hoje a gente tem a oportunidade de ter o Ronald à frente da Secretaria Nacional de Juventude, fazendo um trabalho extraordinário e nos levando à possibilidade de alcançar...

(*Soa a campanha.*)

**O SR. GUSTAVO GAMA** - ... pontos, na política de juventude, que a gente jamais teve em todos esses 19 anos de Secretaria Nacional de Juventude. Então, é uma alegria muito grande construir isso.

A reativação da frente parlamentar, agora no ano passado, também foi uma provocação do Secretário, porque é isso que a Senadora Leila...

E faço um cumprimento especial e um agradecimento à Senadora, porque quando a gente construiu essa nova configuração da frente parlamentar - e aí, quero dizer que tem dedo da Gabi, da Juventude do PDT, nesse processo de construção -, houve um entendimento de que a Senadora Leila, pela habilidade política, pelas entregas em prol da política de juventude, seria a melhor Senadora para estar à frente da coordenação do Senado.

Na estrutura da Frente Parlamentar de Juventude, a gente tem uma coordenação do Senado e uma coordenação da Câmara. Por quê? A gente vai passar por desafios agora, e está muito claro para a política de juventude que a gente precisa ter um alinhamento, ao lançar como projeto de lei ao Congresso Nacional o Plano Nacional de Juventude e o Fundo Nacional ao mesmo tempo, porque uma coisa vai complementar a outra, no processo de articulação que vai passar por todos vocês e pelas bancadas dos seus estados, para a gente conseguir essa aprovação. Então, a gente vai precisar da liderança da Senadora Leila aqui no Senado e a liderança dos nossos Parlamentares, do próprio Deputado Ulisses está chegando, para conseguir fazer essa aprovação.

E aí, eu digo para vocês que, agora, como Secretário-Geral do Conselho Nacional de Juventude quase cessante, e assumindo o papel de Secretário-Executivo da Frente Parlamentar de Juventude, eu tenho contado com uma parceria com a diretoria do Florentino, com o Miguel, com a Bruna, com o Neilson... Mas faço um agradecimento especial ao Lucas Pretti (*Palmas.*), que é quase um "aspar" aí da Secretaria Nacional de Juventude. Sem o Lucas, este evento não teria acontecido hoje. E, Lucas, faço este agradecimento e digo que, graças a essa relação da sociedade civil com a Secretaria Nacional de Juventude, a frente parlamentar e os gestores municipais e estaduais, é possível, sim, a gente sonhar que, se a geração que veio antes da gente entregou o Estatuto da Juventude, a nossa geração vai poder olhar para trás e falar: "Olha, se tem um fundo municipal hoje, se tem um fundo estadual, se a gente tem o tão sonhado Plano Nacional de Juventude, é porque uma luta coletiva dessa geração entregou".

No mais, é isso. Queria agradecer, mais uma vez, a presença de todos, essa parceria, e dizer que a gente só está começando. Que, em breve, todos nós estejamos de novo aqui, batendo na porta do gabinete da Senadora Leila, pedindo apoio, para aprovarmos o plano nacional e o sistema nacional, que são tão caros à juventude brasileira.

É isso, gente. Obrigado. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Leila Barros. PDT - DF) - Muito bom, Gustavo.

Eu não preciso dizer que vocês podem contar comigo, não é? Com certeza, vamos trabalhar.

Estava até falando agora com Sorriso, vamos marcar uma reunião, porque eu quero entender quais são as pautas, os pleitos, para a gente fazer um trabalho aqui conjunto, junto à Casa.

Vou passar a palavra, agora, para Nádía Garcia, Secretária Nacional da Juventude do Partido dos Trabalhadores.

Seja bem-vinda, Nádía. (*Palmas.*)

**A SRA. NÁDIA GARCIA** - Gente, boa tarde. Boa tarde, Senadora.

**A SRA. PRESIDENTE** (Leila Barros. PDT - DF) - Boa tarde.

**A SRA. NÁDIA GARCIA** - Primeiro, eu quero pedir desculpa. Goiânia nunca foi tão longe, gente. (*Risos.*)

Eu demorei horas para chegar, vindo de Goiânia, que fica a duas horas e meia daqui, mas estava um caos essa estrada para cá e tivemos mil problemas quando chegamos aqui a Brasília. Mas eu cheguei, viu? Cheguei! Eu vim só para esta agenda e vou voltar para Goiânia, porque eu estou fazendo uma bateria de exames - estou toda furada de exames. Vim só para fazer agenda e estou voltando. Mas deu certo, e é isso que importa.

Quero agradecer a meu amigo, parceiro Gustavo pelo convite para estar aqui falando hoje nesta frente parlamentar mista, porque a gente sabe a alegria que é poder ter de novo essa frente discutindo as políticas públicas para a juventude no Brasil e o quanto foi difícil conseguir tê-la de volta, o quanto a gente teve que articular. Mas é sempre bom saber que a gente tem Senadores, Senadoras, Deputados e Deputadas que são parceiros da juventude, que representam a juventude, que pensam e constroem políticas para as juventudes brasileiras. E só foi possível tirar essa frente do papel e trazê-la de volta,

5/15



Reunião de: 22/05/2024

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

desde o último ano, por conta desses Parlamentares e dessas Parlamentares que realmente têm construído, aqui dentro do Congresso, não só uma narrativa de defesa da juventude, mas uma prioridade política para as juventudes brasileiras em todos os projetos, em todas as questões que são pautadas aqui dentro. É muito gratificante ver isso e poder ter tudo isso aqui de volta.

Saúdo o nosso Secretário Nacional de Juventude, meu amigo, ex-chefinho, Ronald Sorriso, e a Yara, que é a nossa gestora lá em Santana. Eu tenho a alegria de ser uma gestora da juventude do Partido dos Trabalhadores. Fui lá ao Amapá e pude ver de perto tudo que ela tem construído lá. Isso me deixa muito feliz também.

Está cheio de gente aqui que eu conheço. Não vou saudar todo mundo, porque eu conheço a maioria de vocês. Olá! Saudades e beijos.

Acho que, enquanto representação político-partidária, é importante que a gente coloque aqui não só a transversalidade da pauta da juventude - não preciso falar para vocês, vocês sabem disso bem melhor do que eu -, mas como a gente precisa, para este novo momento que as juventudes brasileiras têm vivido agora, colocar essa pauta...

Olha, chegou o nosso Deputado. Não sou a única atrasada, viu, gente? É um grande momento. *(Risos.)*

Eu achei que ia ser a última.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**A SRA. NÁDIA GARCIA** - Sempre há outra pessoa. *(Risos.)*

Estou perdoada.

Mas acho que é importante que a gente pegue agora este momento para colocar as pautas das juventudes brasileiras não só como prioridade dentro do Congresso, mas como prioridade nos espaços onde a gente tem gestores e gestoras de juventude. A gente sabe que ainda não são todos os municípios que têm e a gente sabe que ainda não é uma regra que sejam secretarias, que sejam superintendências ou que sejam coordenações ou o que quer que seja, mas essas pautas, onde há esses gestores e gestoras de juventude, têm que ser prioridade também para os nossos governantes. E aí, quando eu falo "para os nossos governantes", é independentemente de partido político.

A gente teve agora, sem ser na última semana, duas semanas atrás, o processo da eleição do novo Conselho Nacional de Juventude. E aí, em determinado momento, estávamos conversando, as juventudes partidárias - a Juventude do PT, a Juventude do Novo, a Juventude do PDT, a Juventude do PSB, várias juventudes partidárias, direita, esquerda e de centro -, dialogando para pensar qual seria a melhor representação das juventudes partidárias dentro daquele espaço, para a podermos não só construir o Conselho Nacional de Juventudes com essas juventudes partidárias representadas, mas para que todas as juventudes que englobam esses partidos e que são milhares Brasil afora consigam se ver representadas naquele espaço, porque as juventudes partidárias constroem política a partir dos seus partidos, mas também fora deles. Seria importante que a gente tivesse essa unidade não só de pensamento, mas de ação. E nós conseguimos fazer isso.

A gente vai ter agora um Conselho Nacional de Juventude que tem juventudes partidárias de todos os campos políticos aí, dialogando para tentar construir mais políticas públicas para a juventude. E isso tem que ser feito também nos espaços onde a gente tem gestores e gestoras, independentemente dos partidos que estejam governando a cidade naquele momento, independentemente de como foi feita a construção daquele espaço, independentemente, inclusive, de esses gestores serem ou não de partidos políticos.

A política de juventude, assim como a política de mulheres, assim como a política de combate ao racismo, assim como a política dos povos indígenas, tem que ser suprapartidária, tem que ser além dos campos políticos, porque ela trata não só dessa política setorial, dessa política representativa, mas ela trata da vida diretamente das pessoas. Se a gente não tiver atores e atrizes de juventude que dialoguem, que construam a pauta no seu mais amplo caminho, a gente não vai ter representação e política pública para todas as juventudes brasileiras.

E vocês sabem muito bem que são amplas. A minha realidade em Goiás não é a realidade da Yara lá no Amapá...

*(Soa a campanha.)*

**A SRA. NÁDIA GARCIA** - ... não é a realidade do Sorriso no Rio de Janeiro, não é a realidade dessas juventudes nos mais diversos espaços, porque essas juventudes são totalmente diferentes. O Brasil é muito diverso, é muito grande, mas a pauta de juventude é uma só: nós queremos a nossa juventude viva; nós queremos a nossa juventude com emprego, com educação; nós queremos a nossa juventude com acesso à cidade, com cultura; nós queremos tudo isso com segurança pública. Nós queremos que a vida da juventude seja garantida a partir das políticas públicas, e não só a partir do que o terceiro setor, não só a partir do que as empresas privadas e do que o público-privado conseguem nos entregar. Porque a gestão pública é importante na garantia dos direitos das juventudes, mais ainda do que o próprio serviço privado.

6/15



Reunião de: 22/05/2024

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

E é por isso que a gente luta tanto para que esses municípios tenham representação de juventude, tenham espaços de gestores e de gestoras de juventude, que esses espaços sejam conduzidos pelas juventudes, que essas equipes tenham condições de construir seus trabalhos. Porque, assim, lá no município, em cada um dos mais de 5 mil municípios do Brasil, aquele gestor e aquela gestora de juventude sabem a realidade específica daquele município. Aquele gestor e aquela gestora de juventude sabem muito bem que, às vezes, uma política pública que é feita aqui em Brasília, em macro, não vai chegar da maneira que deveria à sua cidade, ou se chega, não tem a formulação, o objetivo que ela deveria ter.

Eu sou de uma cidade que não tem ônibus. Então não adianta a gente ficar pensando política pública de transporte público para todo mundo, se não pensar que tem cidades que não precisam de ônibus, gente. Eu sou do interior do Estado de Goiás, você vê cavalo toda hora passando no meio da rua. Não necessariamente eu preciso de um ônibus articulado. Mas a gente precisa saber como é que essa juventude que mora nas fazendas, na área rural da minha cidade, consegue chegar às escolas que estão na área urbana; como é que tem transporte para levar essa juventude, sim, da fazenda para estudar na cidade. Aí eu preciso do transporte público. E aí, eu não estou falando de passe livre, porque não é um transporte que é pago. Normalmente ele vem das gestões municipais, que se dispõem a construir isso.

E se não tiver um jovem para fazer esse diálogo dentro da Secretaria de Educação, dentro da Secretaria de Transporte Público, a gente não vai ter essa discussão nessas cidades pequenas, cidades que são muito pequenininhas, nos mais diversos interiores do nosso Brasil. Isso, na situação do Estado de Goiás. A gente sai para outros, é ainda mais difícil. Se a gente sobe ali ao Norte do país, nós sabemos também que as coisas se tornam ainda mais difíceis para essa juventude poder acessar a educação, poder acessar o seu direito à cidade, que não fala só da cidade, mas no aspecto urbano, direito à cidade, tem que falar também do direito de essas juventudes conseguirem sobreviver no seu município. Isso inclui a área rural dos nossos municípios também.

Enfim, tudo isso tem que ser discutido e pensado com as juventudes. Não é apenas com os nossos gestores e gestoras que não são jovens. E para ouvir a juventude, é preciso que a gente tenha ali representação, dentro do governo municipal, dentro dos governos estaduais e no nosso Governo nacional, de jovens. E é por isso que eu acho essa SNJ agora tão bonita. Esses meninos são mais novos que eu, inclusive. Bonita também com você, Bruninha. *(Risos.)*

Mas bonita também na política. Isso, mais jovens tipo você, isso, exato, exato, com certeza. Mas tem meninos muito jovens, meninas muito jovens construindo essa SNJ junto com os nossos outros companheiros que não são mais tão jovens, mas que estão ali à disposição de ouvir a juventude.

Os municípios que têm gestores colocam-se também nessa disposição de poder ouvir a sua juventude daquela representação. Mas isso tem que crescer, isso tem que mudar, isso tem que se expandir, e as juventudes partidárias são essenciais nisso, para poder puxar ali o ouvido dos nossos gestores, dos nossos Prefeitos e Prefeitas, para falar: "Oi querido, precisamos aqui de um jovem neste lugar".

Então é muito bom poder falar com vocês, para dizer que essas juventudes partidárias estão nesse compromisso, que a gente tem conversado nos mais diversos partidos afora, da direita ou da esquerda, onde vocês imaginarem, para a gente poder ter, cada vez mais, representações de juventude nesses espaços, nessas prefeituras, nessas construções, para que o Brasil seja, cada vez mais, um Brasil para as juventudes, construído com as juventudes, pensado a partir das juventudes. Afinal, em pouco, muito pouco tempo, este Brasil vai ser todo nosso, e não dá para pensar isso sem que comecemos agora a construir o que é que nós queremos para as juventudes. Depois da gente, que nem está tão longe assim, para alguns. *(Risos.)*

Mas para outros, até que está um pouquinho longe, mas a gente vai construindo a partir também de espaços como este.

Quero parabenizar não só a SNJ, como o Conselho Nacional de Juventude pela agenda que vocês fizeram esta semana. Estava lá bem bonita, nos médicos, assistindo, acompanhando tudo. Poder ver tantos gestores e tantas gestoras faz a gente ter certeza de que o Brasil é sim das juventudes e das mais diversas, das mais incríveis e vai ser ainda mais.

Podem contar com a juventude do Partido dos Trabalhadores, com o Partido dos Trabalhadores, com o nosso Presidente Lula, que a gente sempre está à disposição para construir este país para toda a nossa população.

Obrigada. *(Palmas.)*

**A SRA. PRESIDENTE** (Leila Barros. PDT - DF) - Excelente, Nádia. É isso aí. Passa muito rápido. Olhando para vocês, meu Deus, voou. Já estou com 52.

Olha só, eu vou, antes eu queria registrar a presença...

*(Intervenção fora do microfone.)*

7/15



Reunião de: 22/05/2024

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

**A SRA. PRESIDENTE** (Leila Barros. PDT - DF) - Estou bem. Esporte, gente, 53! É, passa muito rápido, olhando para vocês.

Vou registrar a presença aqui do Vereador Cassyo Vieira, da cidade de Catas Altas, Minas Gerais. Por favor, uma salva de palmas. E a Prefeita Valmira Miranda, do Maranhão, Colinas, cidade de Colinas, no Maranhão. *(Palmas.)*

Sejam bem-vindos.

Vou passar a palavra agora para o Gustavo... não, o Gustavo já passou. Desculpa, desculpa, Gustavo. É para o Sorriso, claro. Vou passar para o Sorriso, Secretário Nacional de Juventude, para apresentar as ações da secretaria e os encaminhamentos aos atos da pauta do dia.

Antes disso, eu já vou me despedir de vocês - vou me despedir de vocês. Vou passar a Presidência aqui para o Deputado Ulisses Guimarães. Por favor, uma salva de palmas. *(Palmas.)*

E quero dizer que foi uma troca sensacional e que é só o início dessa troca. Está bom? Prazer enorme estar aqui com vocês. Eu tenho que voltar para o Plenário do Senado. Nós ainda estamos em reunião deliberativa, mas agradeço o carinho e a receptividade de todos vocês.

Sorriso, as portas do meu gabinete estarão abertas para vocês e vamos dialogar. Vamos construir juntos o plano e todas as demandas que a juventude do nosso país, o futuro do nosso país espera. Obrigada. *(Palmas.) (Pausa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Ulisses Guimarães. MDB - MG) - Bom, primeiro, boa tarde a todos. É uma satisfação estar aqui. Já vou justificar o atraso e pedir desculpa a todos, mas todos estão acompanhando aí a Marcha dos Prefeitos aqui em Brasília. E eu estava agora no FNDE com vários Prefeitos, para a gente ver as ações tão importantes, principalmente para nós.

Quando a gente fala de educação, é a educação que transforma, é a educação que vai transformar aí o nosso país e a gente com demandas de vários Prefeitos lá precisando seguir em frente. Minha cidade mesmo, Poços de Caldas, no sul de Minas, não sei quem nos conhece lá, mas nós temos aí uma demanda reprimida. Uma fila em creches lá de 0 a 3 anos de mais de 500 crianças precisando de vaga em creche.

Então, é importante a gente estar lá, mas só para justificar o porquê do atraso. Depois eu vou dar uma palavrinha com vocês, mas já vou passar aqui para o nosso Secretário Nacional da Juventude, o Ronald. Vou passar a palavra para ele, depois eu falo um pouquinho com vocês.

**O SR. RONALD SORRISO** - Deputado, muito obrigado pela gentileza. Sabemos como é difícil o trabalho parlamentar, pelo contrário daquilo que às vezes as pessoas que tentam atacar a política dizem; muita dedicação, abnegação, às vezes ficar distante da família. Então, tenho certeza de que esse atraso está mais do que justificado.

Quero fazer uma saudação ao senhor... a você. E dizem que elogiar na ausência às vezes é até falta de educação, mas como vai ficar registrado, quero também registrar aqui que eu sou um fã confesso tanto do trabalho da Parlamentar Senadora Leila e obviamente da dupla que ela fazia com a Virna na Seleção Brasileira de Vôlei. Trouxe muitas felicidades para todos nós.

Quero fazer uma saudação à Mesa aqui, à Nádia Garcia, Secretária Nacional da Juventude do Partido dos Trabalhadores; ao Secretário-Geral do Conselho Nacional de Juventude, Gustavo Gama, que tem sido um articulador dessa frente desde a sua criação. Ele disse que eu fui idealizador. Eu assinei a ideia que ele apresentou junto. Sabe quando você faz uma composição e chama um outro compositor para às vezes ver uma nota ou outra? O texto veio pronto e eu ajudei a compor a música, mas a ideia foi do Gustavo. Isso é muito importante ser dito. Também saúdo a Yara Lorrane, a nossa Gestora Municipal de Juventude, que está aqui na mesa. E eu quero saudar especialmente, Deputado, duas gestoras que estão aqui presentes. Na ausência do município onde eu fui criado, a Gestora do Município de Niterói, onde comecei a minha militância, a Luisa, que está aqui presente. *(Palmas.)*

E a gestora do município onde eu residia antes de estar em Brasília, que é a Gabriela, que é Secretária de Juventude da Cidade do Rio de Janeiro. *(Palmas.)*

Então Luisa e Gabriela, sintam-se todos e todas aqui abraçados a partir dessa perspectiva.

Como vocês vão ver, eu vou fazer uma rápida projeção aqui para poder apresentar um pouco do que vai ser o processo de construção do Plano Nacional de Juventude, mas antes eu preciso introduzir a todos e todas aqueles que estão nos assistindo ou vão assistir depois e também aos gestores qual é o processo de construção do Plano Nacional de Juventude desde a sua principal iniciativa, que já foi registrada aqui.



Reunião de: 22/05/2024

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Deputado Ulisses Guimarães, você é colega do Deputado Reginaldo Lopes e você sabe que ele foi um entusiasta da juventude. Ele é um entusiasta da juventude desde jovem. Quando ele tinha 30 anos, no seu primeiro mandato, em 2004, ele apresentou o PL 4.530, que era para criar o Plano Nacional de Juventude.

De lá para cá, passaram 20 anos, ele deixou de ser jovem, tem 50. A gente tem aqui a presença do Deputado Ulisses, que possivelmente não tinha idade para ser Deputado naquele momento, o mundo mudou, mas a gente não aprovou o Plano Nacional de Juventude.

O Plano Nacional de Juventude, entre idas e vindas, testemunhou nesse processo a criação da Secretaria Nacional de Juventude, do Conselho Nacional de Juventude, do ProJovem, da Lei de Estágios, melhorias na Lei da Aprendizagem, uma série de iniciativas, mas ele não foi aprovado.

Em 2010, a partir da PEC da Juventude, nós aprovamos a Emenda Constitucional nº 65. E essa emenda constitucional introduziu, no art. 227 da Constituição Federal, a palavra jovem ao lado da palavra criança, da palavra adolescente e da palavra idoso como seres, cidadãos e cidadãs, que teriam a necessidade de ter política pública observada de maneira específica para esse segmento.

Então, a partir de 2010, o jovem passou a existir na Constituição Federal. E essa mesma emenda constitucional determinou, no seu art. 8º, a criação, item 1, do Estatuto da Juventude, que nós criamos; e, item 2, do Plano Nacional de Juventude, que até hoje não foi criado.

O Plano Nacional de Juventude também está presente em outras disposições. O Estatuto da Juventude, a Lei 12.852, de 2013, determina, no seu art. 41, que é competência da União elaborar o Plano Nacional de Juventude em conjunto com os estados, com os municípios e com a sociedade civil, em especial a juventude. É o que nós temos feito.

E aí, há uma série de outras regulamentações, eu vou citar uma, que é o decreto do Sistema Nacional de Juventude, que regulamenta essa relação entre a União, os estados e os municípios, ou seja, vocês gestoras e gestores de juventude.

Esse decreto é o Decreto 9.306, que foi alterado no ano passado, por iniciativa nossa, pelo Decreto 11.701, que acrescentou responsabilidades à União, aos estados e aos municípios e que determina, no seu art. 7º, o que é essa participação da sociedade civil na construção do Plano Nacional de Juventude. E essa participação é a partir da Conferência Nacional de Juventude. Por isso que nós convocamos a Conferência Nacional de Juventude no ano passado. Por isso, nós tivemos pressa porque nós já tínhamos, Deputado Ulisses, oito anos sem a realização da Conferência Nacional de Juventude. E o mesmo Estatuto da Juventude dizia que a conferência deveria ser realizada de quatro em quatro anos e o Governo anterior se omitiu em 2019, principalmente, a realizar a conferência.

Então, como vocês vão ver, a apresentação é bem sintética para explicar quais são os passos de construção porque nós vamos elaborar uma matéria e apresentar a esta Casa, ao Congresso Nacional, seja ao Senado e à Câmara, por iniciativa do Executivo, a criação do Plano Nacional de Juventude, que pode ser um substitutivo global em relação ao PL 4.530 ou pode ser um novo procedimento a ser construído.

Bom, como eu disse, nós realizamos... já me explicaram que eu tinha que apontar para cá, mas a intuição me apontou para cá...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. RONALD SORRISO** - ... nós realizamos a 4ª Conferência Nacional de Juventude, que retomou a participação social através do tema "Reconstruir no Presente, Construir o Futuro: Desenvolvimento, Direitos, Participação e Bem-Viver", porque nós acreditávamos e acreditamos que toda essa reconstrução deveria ser feita para o desenvolvimento pleno do país; o país que vive a maior geração de jovens da sua história. Nós temos 45 milhões de jovens, segundo o Censo de 2022, mas nós, Deputado, esperávamos mais. Esperávamos uma população ainda maior. O nosso país viveu e ainda vive, agora, o final do seu bônus geracional, do seu *boom* demográfico, e ou a gente desenvolve plenamente o nosso país neste momento ou talvez não haverá juventude para ajudar no desenvolvimento do nosso país, com a criatividade, com a inventividade, com a força, com a indignação das pessoas jovens para mudar o estado de coisas.

Nós, a partir do resultado da Conferência Nacional de Juventude, todos e todas que estavam aqui lembram, aprovamos três prioridades por eixo. Eram 12 eixos, 11 do Estatuto da Juventude e mais 1 do Sistema Nacional de Juventude. Fizemos uma oficina com o Conselho Nacional de Juventude, com gestores, com entidades e movimentos sociais e também com juventudes partidárias no momento em que nós tivemos o lançamento do Juventude Negra Viva. E nessa oficina a gente desenhou um primeiro caminho para a elaboração do Plano Nacional de Juventude.

Contudo, nós achamos fundamental convocar, para participar desse caldeirão de efervescência de ideias, de perfis, da pluralidade que constrói a política de juventude, também convocar os especialistas, os pesquisadores, a academia.

9/15



Por isso, ao aproveitar as resoluções dos 12 eixos, está aqui, nós chamamos o seminário de elaboração para estabelecer as primeiras metas, objetivos e estratégias dos eixos do Plano Nacional de Juventude.

Essa oficina foi realizada no Rio de Janeiro, na Unirio. E por que na Unirio? Não é porque eu sou carioca e eu queria estar no Rio de Janeiro, ainda que isso fosse um bom motivo, mas porque a Unirio foi a universidade que ajudou todo o desenvolvimento, desde 2005, da política pública de juventude.

E nós fizemos lá com a Profa. Eliane Ribeiro, com Regina Novaes, que foi a primeira Secretária Nacional Adjunta e a primeira Presidenta do Conselho Nacional de Juventude, pesquisadoras daquela universidade, reunindo mais de 40 pesquisadores e pesquisadoras, além de gestores estaduais que foram contribuir, enfim. E a gente começou o processo de elaboração.

Esse processo termina aí? Não, ele não termina aí. Nós vamos realizar cinco oficinas regionais. A primeira vai ser realizada agora, às vésperas do Congresso Nacional da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, na cidade de Belo Horizonte. Quero já deixar o nosso Deputado Ulisses aqui convidado. *(Palmas.)*

Quero fazer uma saudação também aqui rapidamente aos gestores aí. Eu tenho que falar meio mineirês, não é? De Betim, BH e Contagem, que estão ali presentes, viu, Deputado? Estão ali, aquela gente bonita. E nós vamos fazer lá o primeiro seminário reunindo todos os atores e atrizes que queiram debater da Região Sudeste.

Depois nós vamos fazer na Região Centro-Oeste, que deve ser em Goiânia, na Região Norte deve ser em Manaus, na Região Nordeste deve ser em Teresina, no Piauí. E o último, até por conta da situação que está acontecendo no Rio Grande do Sul, e aí a gente leva toda a nossa solidariedade. O Governo já tem agido com muito afinco, sob coordenação do Ministro Paulo Pimenta, para levar todo o apoio necessário e a sociedade civil tem se mobilizado para levar o apoio necessário à população do Rio Grande do Sul. Nós vamos fazer a última etapa em Curitiba, reunindo todos os atores e atrizes da Região Sul.

Quando terminar esse processo, nós vamos levar para o Comitê Interministerial da Política de Juventude, conforme também determina o Decreto 9.306. Levando a esse comitê, nós vamos formatar o texto e buscar também a aprovação, o acordo de todos os ministérios que são envolvidos na construção da política de juventude. Só no Comitê Interministerial, Deputado, são 25 ministérios. E ainda tem outros que não estão presentes, como o Ministério da Fazenda, que faz parte do processo de construção da política de juventude, e estão, por exemplo, no Conselho Nacional de Juventude.

E nós vamos, depois de fazer essa aprovação, também consultando o Conselho Nacional de Juventude, levar essa matéria à Presidência da Câmara e do Senado, à Presidência do Congresso Nacional. Contando obviamente com aliados como o Deputado Ulisses Guimarães, o Deputado Reginaldo Lopes, que é o autor original da matéria, todos os Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras dessa frente parlamentar e a Senadora Leila do Vólei, além do Presidente Irajá.

Então, o que eu quero passar como mensagem final, gente? Essa não é uma matéria do Executivo. O Executivo vai apresentar essa matéria, mas essa é uma matéria para ser elaborada por toda a juventude brasileira. Mais cedo, o Ministro Márcio Macêdo - trago dele também um abraço fraterno da Secretaria-Geral da Presidência da República, onde está a Secretaria Nacional de Juventude - anunciou para vocês além do primeiro edital de 20 Estações Juventude, que foi um edital muito importante. *(Palmas.)*

Edital que não existia desde o ano de 2018. Desde o ano de 2018, a gente não fomentava equipamentos de referência de política pública nos municípios. Ele anunciou, Deputado Ulisses, a criação de um grupo de trabalho dentro do Governo Federal, liderado pelo Ministério da Fazenda, com o acordo, a aprovação e o estímulo do Ministro Fernando Haddad para a gente também tratar do Fundo Nacional de Juventude porque não dá para a política ser subfinanciada.

Quando eu recebi a Secretaria Nacional de Juventude, todos e todas sabem, o nosso orçamento era de R\$4 milhões, R\$4 milhões para organizar política para 45 milhões de jovens brasileiros e brasileiras. Hoje o meu orçamento já é um pouco maior, o nosso orçamento é um pouco maior, mas ainda falta muito para a gente cumprir o que determina o Estatuto da Juventude, que diz que é competência do Governo Federal compartilhar as responsabilidades e também ajudar a financiar a política pública de juventude nos estados e nos municípios.

É nos municípios que as pessoas moram. É no município onde eu estudo, é no município onde eu tenho a minha primeira ilusão amorosa, é no município onde eu tenho a minha primeira felicidade, é no município que eu tropeço no buraco que está na quadra de futebol enquanto eu estou jogando e vou ter que engessar a minha perna. É o município que é a nossa casa.

Então, é uma satisfação estar com vocês e nós queremos que essa matéria seja de vocês, dos movimentos sociais de juventude, dos gestores municipais de juventude, de toda a política articulada no Sistema Nacional de Juventude, para a gente conseguir cumprir com esse legado tão importante de construção daqueles que lutaram pela democracia no nosso



Reunião de: 22/05/2024

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

país, que é fazer com que o nosso país, além de democrático - para ser plenamente democrático -, além do direito ao voto, que todos e todas tenham direitos, que todos e todas tenham dignidade e que todos e todas tenham o direito à felicidade.

Esse é o sentimento, é a determinação do Presidente Lula, do Governo do Presidente Lula, da Secretaria-Geral da Presidência, do Ministro Márcio Macêdo, de toda a equipe da Secretaria Nacional de Juventude. Eu quero agradecer também ao Lucas e, na pessoa dele, a toda a equipe da Secretaria Nacional de Juventude pelo trabalho que tem feito.

Esse é o desejo daqueles e daquelas que têm compromisso na reconstrução do Brasil. Muito obrigado. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Ulisses Guimarães. MDB - MG) - Muito bem. Nosso Secretário Nacional da Juventude, Ronald Sorriso. Parabéns aí pelas palavras.

O exemplo arrasta e todos nós aqui temos que ser exemplo para as nossas futuras gerações. Está nas nossas mãos. Eu tenho certeza de que com a juventude, com determinação, com coragem, com a garra que todos nós temos, nós vamos deixar bons exemplos.

Assim como meu conterrâneo mineiro, Deputado Reginaldo Lopes, que 20 anos atrás já, 20 anos atrás pensava na nossa juventude. E hoje está aqui nas nossas mãos e nós não podemos deixar que se arraste por mais 20. Nós temos que resolver.

E hoje estar aqui fazendo parte dessa Frente Parlamentar Mista em Defesa das Políticas de Juventude. Eu, como jovem, um Deputado de 35 anos, da juventude do nosso MDB de Minas Gerais, tive a oportunidade de ser Prefeito aos 22 anos. Eu fui Prefeito eleito e reeleito da minha cidade. Em 2018, fui candidato a Deputado Estadual, tive 50 mil votos, e hoje estou aqui como Deputado Federal, representando cada um de vocês e cada um de nós. *(Palmas.)*

Então, falar depois da Senadora Leila aqui não é fácil, não. Ela, que está no esporte. Eu, como médico veterinário também de formação, acho que eu andei muito na estrada de terra. Ela está mais jovem que eu, com 50, mas é assim.

O que importa é a gente sair realmente da nossa zona de conforto, a gente ter garra, ter determinação. E foi o que eu passei. Quando coloquei meu nome à disposição como Prefeito aos 22 anos, foi por ver tanta injustiça, tanta política... não vou falar velha política, não, política retrógrada, arcaica, que não pensa nas pessoas, que não pensa no melhor para a nossa população, no nosso município.

E resolvi enfrentar tudo aquilo que muitas vezes vários de vocês passam nos municípios de vocês, daquela política do coronelismo, daquela política de sempre os mesmos. E nós temos que enfrentar porque, quando a juventude se une, quando a juventude se posiciona e a juventude age, o exemplo arrasta, as pessoas vêm junto e transforma a vida de cada um que está ali.

Porque nós estamos aqui para isso, para transformar a vida das pessoas, para fazer por aqueles que mais precisam, dar voz e vez muitas vezes para aquele que está lá na periferia, na última rua do último bairro da cidade e que não tem a possibilidade de estar aqui lutando e batalhando como nós.

Então, parabéns para vocês que estão aqui hoje. Parabéns para essa juventude. É isso que nos move, é isso que nos fortalece.

Quereria aqui cumprimentar de uma forma muito especial a Nádia - viu, Nádia? Parabéns pelo seu empenho, seu entusiasmo. Nós já nos reunimos por diversas vezes aqui. O Gustavo Gama também. A nossa Yara aí, que faz um trabalho excelente junto com o Ronald também. Então assim, estar aqui no meio dessa juventude, estar aqui nessa mesa tão seleta e tão formada, nos enche de alegria e de orgulho.

E podem ter certeza, viu, esse Plano Nacional de Juventude vai andar, vai andar. *(Palmas.)*

E o que eu puder fazer aqui no Congresso Nacional, o que eu puder fazer na Câmara dos Deputados. Se precisar ir de gabinete em gabinete, nós vamos, tanto da Câmara quanto do Senado, porque nós não vamos estar aqui depois de 20 anos falando a mesma coisa.

Nós temos que agir, lógico, com muita responsabilidade, com muito respeito, com muita cautela, mas hoje nós temos um Governo que nos apoia, que quer fazer isso acontecer. Então, é importante. Está na mão agora do Legislativo, mas, se o Executivo não desse essa sustentação que nós estamos tendo, nós não estaríamos aqui neste momento.

Então, agradeço ao Neidson também, junto com o nosso MDB, que tem feito esse trabalho junto com a gente. E nós vamos estar aí. E como você falou, Ronald, não adianta também a gente aprovar o plano se não tiver o Fundo Nacional, se a gente não tiver orçamento.

Sem orçamento, não adianta a gente ficar aqui só falando coisas bonitas, colocar palavras para fora aqui, ficar falando, falando e não ter ações concretas que vão fazer a nossa juventude transformar a vida dos brasileiros. Então, pode ter certeza de que nós vamos lutar e muito para que o nosso orçamento público inclua a nossa juventude.

As pautas estão aqui e vão ser de várias mãos. Estou aqui à disposição de cada um de vocês. O gabinete do Ulisses Guimarães, no anexo IV, 932, é da juventude, é de cada um de vocês. Independentemente de cada cidade, de cada canto

11/15



Reunião de: 22/05/2024

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

do país em que vocês estiverem, já coloco aí toda a minha assessoria, todo o nosso gabinete à disposição para a gente lutar e batalhar porque essa frente aqui me deixa muito alegre e eu tenho certeza de que nós vamos transformar a vida de muita gente aqui. Então, contem com a gente. Vamos firmes, vamos juntos, unidos, que o Brasil precisa de nós.

E não diferente o meu homônimo e sou da mesma família, o nosso saudoso Ulysses Guimarães, que fez tanto pela nossa democracia, que fez tanto pelo nosso país e hoje está aqui na Câmara dos Deputados representando a família, representando esse homônimo que está aí, o senhor das Diretas, o senhor da Constituinte, deixa a nossa régua alta. Então, nós temos que trabalhar ainda mais.

Então, podem ter certeza de que cada minuto meu aqui, cada segundo é de trabalho, é de dedicação: 24 horas por dia, em 365 dias do ano, nós vamos estar aqui, levando o nome da nossa juventude, batalhando por políticas públicas sérias que vão transformar a vida dos brasileiros.

E nós vamos ter muito orgulho. Nós vamos ter muito orgulho de olhar para trás e saber que essa juventude maravilhosa do nosso país deu as mãos, se uniu e transformou este país para melhor.

Contem comigo, Deus nos abençoe e vamos em frente, porque quem fala aqui é vocês, e a juventude tem que ter voz e tem que ter vez.

Obrigado. (*Palmas.*)

Eu vou dar sequência aqui e chamar o Ramirez Lopes, Coordenador da Juventude da Cidade de São Paulo, para usar a palavra por esse estado tão importante para nós que é o Estado de São Paulo.

**O SR. RAMIREZ LOPES** - Boa tarde, bom começo de noite a todos e a todas, colegas gestores e gestoras de juventude, Gustavo, querida Nádia, Yara - que muito bem falou pelos gestores -, nosso Secretário Ronald e, em especial, Deputado Ulisses, quero te saudar. Eu sou natural de Minas Gerais, de uma cidade que é bem próxima de Poços de Caldas, que se chama Itamogi, perto de São Sebastião do Paraíso, e eu já conhecia sua história e é muito bacana te ver aqui junto à Senadora Leila e aos outros Senadores, aos outros Deputados Federais, articulando pelas políticas de juventude.

Eu ia cobrar de você e da Senadora justamente o mantra que eu venho falando em todas as reuniões, desde a primeira reunião com o Sorriso, com os gestores de juventude das capitais brasileiras, porque a gente tem um fórum, está aqui o Marconi, a Gabriela, e outros colegas aqui do Fundo Nacional e do Plano Nacional de Juventude.

E por que a cobrança do fundo é tão importante? Porque nós, por mais que tenhamos vontade de, nos nossos municípios, implementarmos fundos, a gente tem uma barreira legal que é: se eu for criar um novo fundo, de onde vai vir o recurso?

Tendo essa diretriz nacional, a gente consegue fazer igual ao Fundo da Criança e do Adolescente, a gente consegue fazer uma captação, por exemplo, pelas empresas de dedução de imposto de renda, da pessoa física também, e tem vários caminhos pelos quais a gente pode fomentar recursos.

É engraçado nós, enquanto capital - eu em São Paulo com 2,7 milhões de jovens -, falarmos de mais recursos, mas é importante, porque a gente precisa de mais e mais orçamento para as políticas públicas de juventude.

Embora, lá em São Paulo, a gente tenha sorte - o Prefeito Ricardo Nunes, também do MDB, está acreditando no nosso processo, em tudo que a gente tem feito nos projetos de juventude -, é fundamental que o recurso seja distribuído para todos os municípios. Isso é transformador. E a gente consegue, de fato, emancipar essas juventudes.

O Sorriso fala muito bem dessa questão do bônus demográfico que a gente tem no Brasil hoje, só que esse bônus demográfico vai ser um problema daqui a uns anos. Se a gente já tem o problema da previdência e os debates destas duas Casas são intensos acerca da previdência, quem dirá daqui 30 ou 40 anos, quando essa juventude começar a entrar no sistema previdenciário? Qual será o nosso futuro? Então, a gente tem que emancipar essas juventudes agora para que a gente tenha, de fato, a transformação social.

Eu sei que, independentemente de partido, todo mundo que está aqui está por paixão, porque a gestão pública é vocação. A gente só faz com muito amor, porque, se fosse por carreira, a gente iria trabalhar em banco ou em outras coisas da vida. E a gente sabe as horas de dedicação, a gente conversa sobre o pouco que dorme, o tanto que fala, o tanto que roda e o tanto que vai para muitos lugares.

Muito me alegra estar aqui e eu peço novamente para o senhor esse compromisso, Deputado, de também nos ajudar a mobilizar essas listas.

Essa lista aqui do lado - eu estava acompanhando - é muito grande, muitas pessoas aderiram, mas a gente gostaria que esse movimento de gestores também... como a gente pode fazer para que essas pessoas, para que esses Deputados e esses Senadores, cumpram a nossa bandeira de verdade, para que eles, junto contigo, possam bater nesses outros gabinetes,

12/15



Reunião de: 22/05/2024

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

para que a juventude seja uma pauta de unanimidade e não de polarização. Eu acho que essa é uma grande questão que a gente tem que levantar aqui.

No mais, vou já encerrar a minha fala para não ficar muito longa. Essas políticas estruturantes serão as que facilitarão a vida de nós, gestores municipais, para que a gente possa chegar para os nossos Prefeitos, para que a gente possa chegar para os nossos Vereadores e conseguir sensibilizá-los para colocarem a pauta das juventudes na agenda municipal.

Eu vou dar um exemplo que eu queria propor e lançar aqui. A Frente Parlamentar é extremamente importante.

*(Soa a campainha.)*

**O SR. RAMIREZ LOPES** - Nós fizemos em São Paulo uma ação que é a seguinte: na Câmara Municipal nós criamos uma Subcomissão de Juventude dentro da Comissão de Orçamento e Finanças. Então, eu estou lançando aqui mais uma ideia, um desafio, Deputado, para que, lá na Câmara ou aqui mesmo no Senado, se crie uma Subcomissão de Juventude dentro da Comissão de Orçamento e Finanças, para que a gente possa, *(Palmas.)* de fato, inserir as juventudes nas rubricas para que o Governo Federal tenha maior facilidade lá na SNJ, para que a gente não precise ficar passando o pires de gabinete em gabinete ou de ministério em ministério.

Peço sua ajuda e conto com o seu apoio.

Obrigado. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Ulisses Guimarães. MDB - MG) - Parabéns, Ramirez, pelas palavras.

Com certeza, conte comigo. Excelente ideia. Não estou na Comissão de Orçamento, mas vamos buscar junto à assessoria se algum Deputado consegue criar e nos colocar. Vou conversar.

E, realmente, é triste a gente ver a falta de presença dos colegas. Então, como eu disse na minha fala, nós vamos, se necessário, de gabinete em gabinete, ao lado de vocês, fazer essa movimentação. Conte comigo. Parabéns, viu?!

Voltando lá para as minhas Minas Gerais, minha conterrânea Camilla Marques, que é a Superintendente de Juventude de Contagem.

Camilla, a palavra é sua.

**A SRA. CAMILLA MARQUES** - Obrigada.

*(Interrupção do som.)*

**A SRA. CAMILLA MARQUES** - Gostaria de saudar o senhor, Presidente desta sessão solene, saudar o nosso Secretário Nacional de Juventude, Ronald Sorriso, e, na pessoa da minha companheira Yara, saudar a todos os gestores, e do nosso querido Gustavo, que faz toda essa articulação, a toda a Secretaria Nacional de Juventude. Não poderia também deixar de saudar, é claro, a Nara, companheira de partido, nossa Presidente do partido.

Eu acho que este momento que nós estamos vivenciando aqui é fundamental. Eu estive aqui em Brasília há cerca de um ano, na primeira reunião e chamada que a Secretaria Nacional de Juventude fez a todos os gestores e gestoras de juventude, e vivenciar essa realidade de um ano e vivenciar essa realidade de hoje é muito diferente. É muito gratificante para a gente ver como a Secretaria Nacional de Juventude tem de fato avançado.

Quando nós assumimos a gestão de juventude lá em Contagem, uma cidade que tem 700 mil habitantes - 28% da sua população é jovem -, nós estávamos sozinhos, nós não tínhamos apoio nenhum do Governo Federal, do Governo estadual, e nós conseguimos, mesmo diante dessa realidade, avançar muito em Contagem.

De forma pioneira, nós inauguramos um equipamento de juventude, um investimento histórico na cidade, o maior investimento em política de juventude nós conseguimos realizar lá, a partir da inauguração da Estação Juventude. Tivemos a alegria de o Sorriso e de, também, o Guilherme, da SNJ, estarem lá conosco.

Faz uma diferença muito grande - sabe Deputado, sabe Ronald? - a gente ter o apoio, de forma tão substancial, do Governo Federal, como a gente está tendo agora, retomando os avanços da Secretaria Nacional de Juventude. Por isso, eu gostaria de, mais uma vez, parabenizar essas iniciativas.

A gente brincava, quando o Sorriso esteve lá, que o orçamento da Secretaria Nacional era quase o orçamento do Tesouro Municipal de Contagem. Isto era um absurdo: pensar no orçamento nacional equivalente ao orçamento de uma cidade. E fiquei muito feliz, deixou-me muito feliz escutar você mais cedo dizer que esse nosso orçamento está quase dez vezes maior.

Agora eu acho que nós temos que avançar para águas mais profundas e pensar em como nós conseguiremos, a partir daqui do Congresso, ter parâmetros, a partir do Plano Nacional de Juventude, para a gente conseguir implementar também

13/15



Reunião de: 22/05/2024

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

os nossos planos municipais de juventude e garantir orçamento não só daqui de Brasília, mas orçamentos nos nossos municípios, para que cidades pequenas, médias e grandes consigam ter uma gestão de juventude eficiente, que entregue o que a nossa juventude precisa, que é educação, saúde, oportunidades, trabalho, geração de renda, porque é disso que a gente precisa.

Toda essa articulação... a gente fez uma rodada, passando em alguns gabinetes de Deputados de Minas - não tivemos a oportunidade de estar com o Deputado Ulisses, mas estivemos com alguns outros Deputados -, para fazer essa cobrança e aproximação. Fica o convite aqui também para os gestores fazerem essa cobrança e essa aproximação para que a gente fortaleça esta frente aqui, porque, de fato, a gente precisa de uma presença mais substancial das pessoas que estão lá próximas da gente - Deputados e Senadores que representam os nossos estados -, para que a gente consiga fortalecer a pauta de juventude, que não pode ser uma pauta secundária, não pode ser uma pauta menor, não pode ser deixada para depois.

Quando a gente fala que juventude é o futuro, a gente deixa para depois. Juventude é o presente, tem que ser resolvida no presente, olhada no presente, e que nós, gestores, sejamos, de fato, porta-vozes dessa luta que é do agora. Muito obrigada. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Ulisses Guimarães. MDB - MG) - Parabéns, Camila, muito bem colocado. É para o presente, é para agora mesmo, e nós temos esse compromisso, todos nós, com a juventude.

E o Sorriso aqui já até me falava - a gente estava conversando - que essa semana nós estamos tendo a Marcha dos Prefeitos. Vamos fazer a nossa Marcha da Juventude aqui em Brasília, *(Palmas.)* vamos reunir nossa juventude, chamar os Deputados, Senadores, Ministros, enfim, fazer uma pauta para a juventude e passar nos gabinetes. Vamos organizar, viu, Nádia? Conte comigo para isso.

Vamos lá, dando sequência, nós temos uma proposta de alteração do estatuto, então vou colocar em deliberação a proposta de alteração do Estatuto da Frente Parlamentar em Defesa das Políticas Públicas de Juventude.

Propõe-se a alteração do art. 15, parágrafo único, do referido estatuto, dispositivo que atualmente possui a seguinte redação:

Art. 15, parágrafo único: "O Presidente designará o secretário-executivo da frente parlamentar, escolhido entre os Parlamentares do Congresso Nacional".

A nova redação da proposta é a seguinte:

Art. 15, parágrafo único: "O Presidente designará o secretário-executivo da frente parlamentar, escolhido entre as pessoas que detêm notório conhecimento administrativo ou sobre o tema tratado pela frente parlamentar".

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado. *(Palmas.)*

Aprovada a alteração.

Informo que, conforme a indicação do Presidente da Frente Parlamentar Jovem, o Senador Irajá, foi designado o Sr. Gustavo Henrique Lobo da Gama para exercer a função de Secretário-Executivo da frente. *(Palmas.)*

Parabéns!

*(Intervenções fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Ulisses Guimarães. MDB - MG) - Isso aí.

*(Intervenções fora do microfone.) (Risos.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Ulisses Guimarães. MDB - MG) - Eleição e designação. Isso aí.

Coloco em deliberação a proposta de composição da Comissão Executiva com os seguintes nomes:

- 3º Vice-Presidente: Senador Randolfe Rodrigues, sem partido, Amapá.

- 4º Secretário: eu, Deputado Ulisses Guimarães, MDB, Minas Gerais. *(Palmas.)*

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

14/15



Reunião de: 22/05/2024

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Aprovado. *(Palmas.)*

Vamos partir agora já para o nosso encerramento.

Antes de encerrar, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata, que será composta pela lista de presença, pelo estatuto ratificado e pelas notas taquigráficas.

Os Srs. e as Sras. Parlamentares que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Cumprida a finalidade, agradeço pela presença e declaro encerrada a sessão. *(Palmas.)*

*(Intervenções fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Ulisses Guimarães, MDB - MG) - Olha a foto, hein? Ninguém vai embora sem a foto. É retrato, não é? Tem umas que são retrato.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Ulisses Guimarães, MDB - MG) - Eu queria aproveitar aqui para... eu não poderia deixar de cumprimentar - passou aqui, vocês me desculpem - o Bruno Magalhães, lá de Boa Vista, do meu MDB. Brunão, obrigado pela presença. *(Palmas.)*

E também o Prof. Tiago, de Colinas, no Maranhão, também do meu MDB. Obrigado, viu? *(Palmas.)*

E todos vocês, pessoal.

Foi muito bom estar aqui com vocês. Vamos em frente, contem comigo.

*(Iniciada às 17 horas e 26 minutos, a reunião é encerrada às 18 horas e 37 minutos.)*





**Senado Federal**  
**Frente Parlamentar em Defesa das Políticas Públicas da Juventude**

**ESTATUTO**

O Estatuto da Frente Parlamentar em Defesa das Políticas Públicas da Juventude (FPJOVEM), aprovado na Reunião de Instalação da Frente, na 57ª Legislatura, realizada em 26 de outubro de 2023, passa a vigorar nos seguintes termos:

**CAPÍTULO I**  
**DA CONSTITUIÇÃO, SEDE E OBJETIVOS**

**Art. 1º** A Frente Parlamentar em Defesa das Políticas Públicas da Juventude (FPJOVEM), criado pela Resolução nº 06, de 2019, do Senado Federal, é uma associação política de caráter suprapartidário, com o objetivo principal de garantir a plena efetivação do Estatuto da Juventude, expresso pela Lei nº 12.852, de 2013, e reger-se-á pelo presente Estatuto.

*Parágrafo único.* A Frente Parlamentar não tem objetivos político-partidários.

**Art. 2º** A Frente Parlamentar atuará de forma coordenada e articulada com as comissões do Congresso Nacional, visando o intercâmbio de conhecimento, experiências e estratégias para o cumprimento eficaz de sua finalidade, otimizando, com isso, o tempo e recursos financeiros.

**Art. 3º** A Frente Parlamentar, com sede e foro em Brasília - DF, é constituída por prazo indeterminado e funcionará em dependências do edifício do Congresso Nacional.

§ 1º O fim da Legislatura não desativa a Frente Parlamentar.

§ 2º No início de cada nova Legislatura, os membros da Frente Parlamentar que tiverem sido reeleitos dela continuam a fazer parte, salvo expressa manifestação em contrário, e os novos Parlamentares serão convidados a nela ingressar.

**Art. 4º** A Frente Parlamentar em Defesa das Políticas Públicas da Juventude (FPJOVEM) tem por finalidade:

I – acompanhar, propor e analisar proposições e programas que disciplinem todos os assuntos referentes à políticas públicas de juventude;

II - realizar encontros, simpósios, seminários, debates e outros eventos, com vistas a difundir as medidas legislativas necessárias à efetiva regulamentação do segmento;

III – articular e integrar as iniciativas e atividades da Frente Parlamentar com as ações de governo e das entidades da sociedade civil;





**Senado Federal**  
**Frente Parlamentar em Defesa das Políticas Públicas da Juventude**

IV – promover a divulgação das atividades da Frente Parlamentar no âmbito do Parlamento e perante a sociedade; e

V - acompanhar as ações a serem empreendidas pelo Poder Público no sentido de aprimorar as políticas públicas de juventude.

*Parágrafo único.* A Frente Parlamentar poderá manter relações culturais e de intercâmbio, bem como de cooperação técnica, sob qualquer forma de auxílio e reciprocidade, com entidades nacionais e estrangeiras.

**CAPÍTULO II**  
**DAS REUNIÕES DA FRENTE PARLAMENTAR**

**Art. 5º** A Frente Parlamentar reunir-se-á, por convocação da Comissão Executiva ou a requerimento de, no mínimo, dez por cento de seus membros.

*Parágrafo único.* As reuniões da Frente Parlamentar serão sempre anunciadas, com designação de local e hora, por correspondência escrita ou eletrônica, expedida com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis.

**CAPÍTULO III**  
**DA ORGANIZAÇÃO**

**SEÇÃO I**  
**DOS MEMBROS**

**Art. 6º** A Frente Parlamentar será integrada pelos parlamentares do Congresso Nacional ou do Senado Federal que assinarem a ata da sua instalação e pelos que a ela aderirem livremente, subscrevendo o Termo de Adesão, com direitos iguais de palavra, voto e mandato diretivo

§ 1º Ao filiar-se, o Parlamentar compromete-se a observar este Estatuto.

§ 2º Qualquer membro pode desligar-se da Frente Parlamentar mediante requerimento a ser protocolado junto à Secretaria Executiva.

**Art. 7º** São direitos e deveres dos Membros:

I - Dos direitos:

- a) votar e ser votado na composição da Comissão Executiva, na forma prevista neste Estatuto;
- b) intervir e votar nas reuniões da Frente Parlamentar;





**Senado Federal**  
**Frente Parlamentar em Defesa das Políticas Públicas da Juventude**

c) participar dos subgrupos e missões da Frente Parlamentar.

II - Dos deveres:

a) cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto;

b) acatar e cumprir as decisões plenárias e da Comissão Executiva;

c) comparecer e votar nas reuniões da Frente Parlamentar e dos órgãos de que for integrante.

**SEÇÃO II**  
**DOS ÓRGÃOS**

**Art. 8º** A Frente Parlamentar será composta por parlamentares do Congresso Nacional com o apoio técnica da sociedade civil e do Governo Federal que subscreverem termo de adesão a este estatuto:

§ 1º A Frente Parlamentar poderá ser constituída por Senadores e Deputados, ou somente por Senadores, incluindo na Comissão Executiva, obedecendo, quando for o caso, sempre que possível, a paridade de representantes de cada Casa Parlamentar.

§ 2º Até dois meses após o início da Primeira e da Terceira Sessões Legislativas Ordinárias de cada Legislatura, os Membros da Frente Parlamentar reunir-se-ão para eleger os membros da Comissão Executiva, em escrutínio secreto, sendo exigida a maioria de votos e a presença da maioria absoluta dos membros da Comissão Executiva ou, pelo menos, um terço dos membros filiados, convocados por correspondência escrita ou eletrônica, expedida com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis.

§ 3º O mandato dos membros da Comissão Executiva será de dois anos, sendo permitida uma reeleição consecutiva.

§ 4º Se qualquer membro da Comissão Executiva deixar de fazer parte do órgão ou renunciar a sua permanência nele, proceder-se-á a escolha de seu sucessor, dentro de 5 (cinco) dias úteis, pela forma estabelecida no § 2º deste artigo, salvo se faltarem menos de cento e vinte dias para o término do mandato da Comissão ou do Conselho, caso em que os cargos serão preenchidos pelos Membros da Frente Parlamentar, segundo o critério do parlamentar mais jovem, dentre os de maior número de legislaturas.

**Art. 9º** Compõe a Frente:

- I- A Comissão Executiva
- II- O Conselho Consultivo





**Senado Federal**  
**Frente Parlamentar em Defesa das Políticas Públicas da Juventude**

**SEÇÃO III**  
**DA COMISSÃO EXECUTIVA**

**Art. 10** A Comissão Executiva é o órgão dirigente da Frente Parlamentar e será composta por:

- a) um ou dois Presidentes de Honra;
- b) um Presidente;
- c) três Vice-Presidentes;
- d) Cinco Secretários;
- e) um Coordenador na Câmara dos Deputados;
- f) um Coordenador no Senado Federal.

§ 1º A Comissão Executiva reunir-se-á, sempre que convocada por seu Presidente ou pelo Primeiro Vice-Presidente, pela maioria absoluta de seus membros ou por, no mínimo, um terço dos membros da Frente Parlamentar.

§ 2º A Comissão Executiva será instalada, em primeira convocação, com a maioria simples dos seus membros ou, em segunda convocação, 20 (vinte) minutos após a primeira, com qualquer número de membros, sendo suas deliberações aprovadas por maioria simples dos presentes, cabendo ao Presidente o voto de qualidade nos casos de empate.

§ 3º Os Presidentes de Honra serão os parlamentares do Congresso que tiveram atividades de grande relevância para a juventude Brasileira, sendo indicados pelo presidente da Frente Parlamentar

**Art. 11.** Compete à Comissão Executiva:

- I - organizar o programa de atividades da Frente Parlamentar;
- II - noticiar à Frente Parlamentar fatos recentes acerca das políticas públicas de juventude;
- III - coligir trabalhos, estudos, pareceres e teses a serem apresentados às Comissões do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, conforme a constituição da Frente Parlamentar, ou em eventos nacionais ou internacionais;





**Senado Federal**  
**Frente Parlamentar em Defesa das Políticas Públicas da Juventude**

IV - constituir delegação em missões autônomas do Congresso Nacional, ou do Senado Federal, conforme a constituição da Frente Parlamentar;

V - indicar observadores parlamentares, em missões nacionais ou internacionais, dentre os servidores do Senado Federal ou da Câmara dos Deputados, de acordo com a constituição da Frente Parlamentar;

VI - comunicar à Presidência das respectivas Casas do Congresso Nacional, ou somente do Senado Federal, de acordo com a constituição da Frente Parlamentar, para fins regimentais, os nomes dos integrantes de delegações ou dos observadores parlamentares;

VII - propor e homologar a admissão de novos membros;

VIII - propor e homologar a alteração dos Estatutos;

IX - fixar a competência do Secretário Executivo;

X - delegar ao Presidente, total ou parcialmente, suas competências;

XI - divulgar os trabalhos da Frente Parlamentar;

XII - resolver os casos omissos neste Estatuto.

**Art. 12.** O Presidente da Comissão Executiva representa a Frente Parlamentar, regula e fiscaliza os seus trabalhos.

§ 1º O Presidente, em suas ausências ou impedimentos, será substituído pelo Primeiro-Vice-Presidente e, na ausência deste, pelo Segundo-Vice-Presidente e em caso de ausência respectivamente pelo Terceiro-Vice-Presidente.

§ 2º Ausentes todos os membros da Comissão Executiva, a Presidência será exercida pelo parlamentar mais idoso da Frente Parlamentar, dentre os de maior número de legislaturas.

§ 3º O Presidente poderá delegar aos Vice-Presidentes competência que lhe seja própria.

**Art. 13.** São atribuições do Presidente da Comissão Executiva:

I - representar a Frente em suas atividades;

II - convocar e presidir as reuniões da Comissão Executiva;

III - fazer cumprir as resoluções da Comissão Executiva;





**Senado Federal**  
**Frente Parlamentar em Defesa das Políticas Públicas da Juventude**

IV - manter a ordem e a solenidade necessárias nas reuniões da Frente Parlamentar ou da Comissão Executiva;

V - conceder a palavra aos membros que a solicitarem;

VI - submeter à aprovação da Frente Parlamentar a ata da reunião anterior;

VII - submeter à discussão matérias de interesse da Frente Parlamentar;

VIII - dar conhecimento à Frente Parlamentar de todo expediente recebido e despachá-lo;

IX - decidir as questões de ordem e as reclamações;

X - votar, em caso de empate, nas reuniões da Comissão Executiva;

XI - distribuir aos membros da Frente Parlamentar e às Comissões de ambas as Casas Legislativas, ou somente do Senado Federal, em sintonia com a constituição da Frente Parlamentar, todas as informações recebidas acerca das Políticas Públicas de Juventude, de caráter oficial e não-oficial, bem como os trabalhos apresentados pelos membros da Frente Parlamentar ou de qualquer outra origem, recebidos a título de colaboração;

XII - trabalhar em cooperação e coordenação com as comissões de ambas as Casas Legislativas, ou somente com as Comissão do Senado Federal, de acordo com a constituição da Frente Parlamentar, apresentando-lhes as conclusões das discussões havidas na Frente Parlamentar;

XIII - propor a indicação de parlamentares para participarem de missões internacionais;

XIV - designar o Secretário Executivo;

XV - outras que decorram da natureza de suas funções e prerrogativas.

*Parágrafo único.* Caso as informações de que trata o inciso XI do caput deste artigo sejam de caráter privado e sigiloso, deverão ser assim tratadas pelos membros da Frente Parlamentar, bem como pelas comissões do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, ou somente do Senado Federal, em sintonia com a constituição da Frente Parlamentar.

**Art. 14.** Os Secretários terão as designações de Primeiro, Segundo, Terceiro, Quarto e Quinto cabendo ao Primeiro superintender, com o auxílio dos demais, os serviços administrativos da Frente Parlamentar.





**Senado Federal**  
**Frente Parlamentar em Defesa das Políticas Públicas da Juventude**

*Parágrafo único.* Nas reuniões da Comissão Executiva, os Secretários substituir-se-ão conforme sua numeração ordinal, e assim substituirão o Presidente, na falta dos Vice-Presidentes.

**Art. 15.** As Coordenações da Câmara Federal e do Senado Federal serão responsáveis pelo suporte nas atividades da FPJOVEM em suas respectivas casas.

*Parágrafo único.* O Presidente designará o Secretário Executivo da Frente Parlamentar, escolhido entre pessoas que detenham notório conhecimento administrativo ou sobre o tema tratado pela Frente Parlamentar.

**SEÇÃO IV**

**Art. 16** Compete ao Conselho Consultivo assessorar a Comissão Executiva sempre que demandado.

§ 1º Poderão integrar o Conselho Consultivo, além de parlamentares do Congresso Nacional, outros agentes políticos e especialistas das áreas afins.

§ 2º Em caso de urgência, a nomeação de consultores convidados poderá ser feita pela Comissão Executiva, ad referendum.

**Art. 17** O Conselho Consultivo é o órgão de apoio da Frente Parlamentar e será composta por:

- a) Um Parlamentar de cada Partido Político que compõe o Congresso Nacional
- b) Um representante da Secretaria Nacional da Juventude da Secretaria Geral da Presidência da República
- c) Um representante do Conselho Nacional de Juventude
- d) Um representante do Organismo Internacional de Juventude para a Ibero América
- e) Um representante do Fórum Nacional de Gestores Estaduais de Juventude
- f) Um representante pela sociedade civil de cada Juventude Partidária que compõe o Congresso Nacional
- g) Oito convidados da sociedade civil por notório saber.





**Senado Federal**  
**Frente Parlamentar em Defesa das Políticas Públicas da Juventude**

§ 1º O Conselho Consultivo reunir-se-á, sempre que convocado pelo presidente da Frente Parlamentar.

§ 2º O Conselho Consultivo será instaurado em primeira convocação, com a maioria simples dos seus membros ou, em segunda convocação, 20 (vinte) minutos após a primeira, com qualquer número de membros.

**CAPÍTULO IV**  
**DAS VIAGENS E MISSÕES INTERNACIONAIS**

**Art. 18.** As viagens e missões internacionais dos membros da Frente Parlamentar deverão ser custeadas pelos parlamentares designados para integrar as respectivas missões no exterior, salvo missões oficiais autorizadas, ou por convites oficiais de governos ou entidades.

*Parágrafo único.* É proibida a promessa de reciprocidade de custeamento de despesas e gastos a missões parlamentares estrangeiras que visitem o Congresso Nacional.

**CAPÍTULO V**  
**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

**Art. 19.** Em caso de lacuna neste Estatuto, aplicam-se as disposições do Regimento Interno Comum do Congresso Nacional ou do Senado Federal, de acordo com a constituição da Frente Parlamentar.

**Art. 20.** No fim de cada gestão, a documentação pertinente à Frente Parlamentar deverá ser repassada para o novo Presidente do Grupo.

**Art. 21.** Este Estatuto entra em vigor na data de sua aprovação.

Brasília, 26 de outubro de 2023.



## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

### Bahia

PSD - Angelo Coronel\*  
PT - Jaques Wagner\*  
PSD - Otto Alencar\*\*

### Rio de Janeiro

PL - Carlos Portinho\* (S)  
PL - Flávio Bolsonaro\*  
PL - Romário\*\*

### Maranhão

PSD - Eliziane Gama\*  
PDT - Weverton\*  
PDT - Ana Paula Lobato\*\* (S)

### Pará

MDB - Jader Barbalho\*  
PODEMOS - Zequinha Marinho\*  
PT - Beto Faro\*\*

### Pernambuco

MDB - Fernando Dueire\* (S)  
PT - Humberto Costa\*  
PT - Teresa Leitão\*\*

### São Paulo

MDB - Giordano\* (S)  
PSD - Mara Gabrielli\*  
PL - Astronauta Marcos Pontes\*\*

### Minas Gerais

PODEMOS - Carlos Viana\*  
PSD - Rodrigo Pacheco\*  
REPUBLICANOS - Cleitinho\*\*

### Goiás

PSB - Jorge Kajuru\*  
PSD - Vanderlan Cardoso\*  
PL - Wilder Morais\*\*

### Mato Grosso

UNIÃO - Jayme Campos\*  
PSD - Margareth Buzetti\* (S)  
PL - Wellington Fagundes\*\*

### Rio Grande do Sul

PP - Ireneu Orth\* (S)  
PT - Paulo Paim\*  
REPUBLICANOS - Hamilton Mourão\*\*

### Ceará

PSB - Cid Gomes\*  
NOVO - Eduardo Girão\*  
PT - Janaina Farias\*\* (S)

### Paraíba

PSD - Daniella Ribeiro\*  
MDB - Veneziano Vital do Rêgo\*  
UNIÃO - Efraim Filho\*\*

### Espírito Santo

PT - Fabiano Contarato\*  
PODEMOS - Marcos do Val\*  
PL - Magno Malta\*\*

### Piauí

PP - Ciro Nogueira\*  
MDB - Marcelo Castro\*  
PSD - Jussara Lima\*\* (S)

### Rio Grande do Norte

PODEMOS - Styvenson Valentim\*  
PSD - Zenaide Maia\*  
PL - Rogerio Marinho\*\*

### Santa Catarina

PP - Esperidião Amin\*  
MDB - Ivete da Silveira\* (S)  
PL - Jorge Seif\*\*

### Alagoas

MDB - Renan Calheiros\*  
PODEMOS - Rodrigo Cunha\*  
MDB - Fernando Farias\*\* (S)

### Sergipe

MDB - Alessandro Vieira\*  
PT - Rogério Carvalho\*  
PP - Laércio Oliveira\*\*

### Mandatos

\*: Período 2019/2027    \*\*: Período 2023/2031

### Amazonas

MDB - Eduardo Braga\*  
PSDB - Plínio Valério\*  
PSD - Omar Aziz\*\*

### Paraná

PSB - Flávio Arns\*  
PODEMOS - Oriovisto Guimarães\*  
UNIÃO - Sergio Moro\*\*

### Acre

UNIÃO - Marcio Bittar\*  
PSD - Sérgio Petecão\*  
UNIÃO - Alan Rick\*\*

### Mato Grosso do Sul

PSD - Nelsinho Trad\*  
PODEMOS - Soraya Thronicke\*  
PP - Tereza Cristina\*\*

### Distrito Federal

PL - Izalci Lucas\*  
PDT - Leila Barros\*  
REPUBLICANOS - Damares Alves\*\*

### Rondônia

MDB - Confúcio Moura\*  
PL - Marcos Rogério\*  
PL - Jaime Bagattoli\*\*

### Tocantins

PL - Eduardo Gomes\*  
PSD - Irajá\*  
UNIÃO - Professora Dorinha Seabra\*\*

### Amapá

PSD - Lucas Barreto\*  
S/Partido - Randolfe Rodrigues\*  
UNIÃO - Davi Alcolumbre\*\*

### Roraima

PSB - Chico Rodrigues\*  
REPUBLICANOS - Mecias de Jesus\*  
PP - Dr. Hiran\*\*



## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

### Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 27

PSD-15 / PT-8 / PSB-4

Angelo Coronel	PSD / BA
Beto Faro	PT / PA
Chico Rodrigues	PSB / RR
Cid Gomes	PSB / CE
Daniella Ribeiro	PSD / PB
Eliziane Gama	PSD / MA
Fabiano Contarato	PT / ES
Flávio Arns	PSB / PR
Humberto Costa	PT / PE
Irajá	PSD / TO
Janaína Farias	PT / CE
Jaques Wagner	PT / BA
Jorge Kajuru	PSB / GO
Jussara Lima	PSD / PI
Lucas Barreto	PSD / AP
Mara Gabrilli	PSD / SP
Margareth Buzetti	PSD / MT
Nelsinho Trad	PSD / MS
Omar Aziz	PSD / AM
Otto Alencar	PSD / BA
Paulo Paim	PT / RS
Rodrigo Pacheco	PSD / MG
Rogério Carvalho	PT / SE
Sérgio Petecão	PSD / AC
Teresa Leitão	PT / PE
Vanderlan Cardoso	PSD / GO
Zenaide Maia	PSD / RN

### Bloco Parlamentar Democracia - 18

MDB-11 / UNIÃO-7

Alan Rick	UNIÃO / AC
Alessandro Vieira	MDB / SE
Confúcio Moura	MDB / RO
Davi Alcolumbre	UNIÃO / AP
Eduardo Braga	MDB / AM
Efraim Filho	UNIÃO / PB
Fernando Dueire	MDB / PE
Fernando Farias	MDB / AL
Giordano	MDB / SP
Ivete da Silveira	MDB / SC
Jader Barbalho	MDB / PA
Jayme Campos	UNIÃO / MT
Marcelo Castro	MDB / PI
Marcio Bittar	UNIÃO / AC
Professora Dorinha Seabra	UNIÃO / TO
Renan Calheiros	MDB / AL
Sergio Moro	UNIÃO / PR
Veneziano Vital do Rêgo	MDB / PB

### Bloco Parlamentar Vanguarda - 14

PL-13 / NOVO-1

Astronauta Marcos Pontes	PL / SP
Carlos Portinho	PL / RJ
Eduardo Girão	NOVO / CE
Eduardo Gomes	PL / TO
Flávio Bolsonaro	PL / RJ
Izalci Lucas	PL / DF
Jaime Bagattoli	PL / RO

Jorge Seif	PL / SC
Magno Malta	PL / ES
Marcos Rogério	PL / RO
Rogério Marinho	PL / RN
Romário	PL / RJ
Wellington Fagundes	PL / MT
Wilder Morais	PL / GO

### Bloco Parlamentar Independência - 11

PODEMOS-7 / PSDB-1 / PDT-3

Ana Paula Lobato	PDT / MA
Carlos Viana	PODEMOS / MG
Leila Barros	PDT / DF
Marcos do Val	PODEMOS / ES
Oriovisto Guimarães	PODEMOS / PR
Plínio Valério	PSDB / AM
Rodrigo Cunha	PODEMOS / AL
Soraya Thronicke	PODEMOS / MS
Styvenson Valentim	PODEMOS / RN
Weverton	PDT / MA
Zequinha Marinho	PODEMOS / PA

### Bloco Parlamentar Aliança - 10

PP-6 / REPUBLICANOS-4

Ciro Nogueira	PP / PI
Cleitinho	REPUBLICANOS / MG
Damares Alves	REPUBLICANOS / DF
Dr. Hiran	PP / RR
Esperidião Amin	PP / SC
Hamilton Mourão	REPUBLICANOS / RS
Ireneu Orth	PP / RS
Laércio Oliveira	PP / SE
Mecias de Jesus	REPUBLICANOS / RR
Tereza Cristina	PP / MS

### S/Partido - 1

Randolfe Rodrigues	AP
--------------------	----

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática	27
Bloco Parlamentar Democracia	18
Bloco Parlamentar Vanguarda	14
Bloco Parlamentar Independência	11
Bloco Parlamentar Aliança	10
S/Partido	1
<b>TOTAL</b>	<b>81</b>



## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Alan Rick** (UNIÃO-AC)	Flávio Bolsonaro* (PL-RJ)	Nelsinho Trad* (PSD-MS)
Alessandro Vieira* (MDB-SE)	Giordano* (MDB-SP)	Omar Aziz** (PSD-AM)
Ana Paula Lobato** (PDT-MA)	Hamilton Mourão** (REPUBLICANOS-RS)	Oriovisto Guimarães* (PODEMOS-PR)
Angelo Coronel* (PSD-BA)	Humberto Costa* (PT-PE)	Otto Alencar** (PSD-BA)
Astronauta Marcos Pontes** (PL-SP)	Irajá* (PSD-TO)	Paulo Paim* (PT-RS)
Beto Faro** (PT-PA)	Ireneu Orth* (PP-RS)	Plínio Valério* (PSDB-AM)
Carlos Portinho* (PL-RJ)	Ivete da Silveira* (MDB-SC)	Professora Dorinha Seabra** (UNIÃO-TO)
Carlos Viana* (PODEMOS-MG)	Izalci Lucas* (PL-DF)	Randolfe Rodrigues* (S/Partido-AP)
Chico Rodrigues* (PSB-RR)	Jader Barbalho* (MDB-PA)	Renan Calheiros* (MDB-AL)
Cid Gomes* (PSB-CE)	Jaime Bagattoli** (PL-RO)	Rodrigo Cunha* (PODEMOS-AL)
Ciro Nogueira* (PP-PI)	Janaina Farias** (PT-CE)	Rodrigo Pacheco* (PSD-MG)
Cleitinho** (REPUBLICANOS-MG)	Jaques Wagner* (PT-BA)	Rogério Carvalho* (PT-SE)
Confúcio Moura* (MDB-RO)	Jayme Campos* (UNIÃO-MT)	Rogério Marinho** (PL-RN)
Damara Alves** (REPUBLICANOS-DF)	Jorge Kajuru* (PSB-GO)	Romário** (PL-RJ)
Daniella Ribeiro* (PSD-PB)	Jorge Seif** (PL-SC)	Sergio Moro** (UNIÃO-PR)
Davi Alcolumbre** (UNIÃO-AP)	Jussara Lima** (PSD-PI)	Sérgio Petecão* (PSD-AC)
Dr. Hiran** (PP-RR)	Laércio Oliveira** (PP-SE)	Soraya Thronicke* (PODEMOS-MS)
Eduardo Braga* (MDB-AM)	Leila Barros* (PDT-DF)	Styvenson Valentim* (PODEMOS-RN)
Eduardo Girão* (NOVO-CE)	Lucas Barreto* (PSD-AP)	Teresa Leitão** (PT-PE)
Eduardo Gomes* (PL-TO)	Magno Malta** (PL-ES)	Tereza Cristina** (PP-MS)
Efraim Filho** (UNIÃO-PB)	Mara Gabrilli* (PSD-SP)	Vanderlan Cardoso* (PSD-GO)
Eliziane Gama* (PSD-MA)	Marcelo Castro* (MDB-PI)	Veneziano Vital do Rêgo* (MDB-PB)
Esperidião Amin* (PP-SC)	Marcio Bittar* (UNIÃO-AC)	Wellington Fagundes** (PL-MT)
Fabiano Contarato* (PT-ES)	Marcos Rogério* (PL-RO)	Weverton* (PDT-MA)
Fernando Dueire* (MDB-PE)	Marcos do Val* (PODEMOS-ES)	Wilder Moraes** (PL-GO)
Fernando Farias** (MDB-AL)	Margareth Buzetti* (PSD-MT)	Zenaide Maia* (PSD-RN)
Flávio Arns* (PSB-PR)	Mecias de Jesus* (REPUBLICANOS-RR)	Zequinha Marinho* (PODEMOS-PA)

### Mandatos

\*: Período 2019/2027    \*\*: Período 2023/2031



**COMPOSIÇÃO**  
**COMISSÃO DIRETORA**

**PRESIDENTE**

Rodrigo Pacheco - (PSD-MG)

**1º VICE-PRESIDENTE**

Veneziano Vital do Rêgo - (MDB-PB)

**2º VICE-PRESIDENTE**

Rodrigo Cunha - (PODEMOS-AL)

**1º SECRETÁRIO**

Rogério Carvalho - (PT-SE)

**2º SECRETÁRIO**

Weverton - (PDT-MA)

**3º SECRETÁRIO**

Chico Rodrigues - (PSB-RR)

**4º SECRETÁRIO**

Styverson Valentim - (PODEMOS-RN)

**SUPLENTE DE SECRETÁRIO**

**1º** Mara Gabrilli - (PSD-SP)

**2º** Ivete da Silveira - (MDB-SC)

**3º** Dr. Hiran - (PP-RR)

**4º** Mecias de Jesus - (REPUBLICANOS-RR)



## COMPOSIÇÃO LIDERANÇAS

<p><b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD/PT/PSB) - 27</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Eliziane Gama - PSD</b> (22)</p> <p>.....</p> <p><b>Líder do PSD - 15</b> <b>Otto Alencar</b> (6)</p> <p>Vice-Líderes do PSD Omar Aziz (24) Lucas Barreto (41)</p> <p><b>Líder do PT - 8</b> <b>Beto Faro</b> (47)</p> <p>Vice-Líder do PT Teresa Leitão (39,60)</p> <p><b>Líder do PSB - 4</b> <b>Jorge Kajuru</b> (7,32)</p>	<p><b>Bloco Parlamentar Democracia (MDB/UNIÃO) - 18</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Efraim Filho - UNIÃO</b> (4,13)</p> <p>Vice-Líder Professora Dorinha Seabra (15,20,29)</p> <p>.....</p> <p><b>Líder do MDB - 11</b> <b>Eduardo Braga</b> (5)</p> <p>Vice-Líderes do MDB Marcelo Castro (35) Confúcio Moura (27,34) Giordano (36)</p> <p><b>Líder do UNIÃO - 7</b> <b>Efraim Filho</b> (4,13)</p> <p>Vice-Líderes do UNIÃO Professora Dorinha Seabra (15,20,29) Davi Alcolumbre (19) Alan Rick (21)</p>	<p><b>Bloco Parlamentar Vanguarda (PL/NOVO) - 14</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Wellington Fagundes - PL</b> (43)</p> <p>Vice-Líder Astronauta Marcos Pontes (40)</p> <p>.....</p> <p><b>Líder do PL - 13</b> <b>Carlos Portinho</b> (16)</p> <p>Vice-Líderes do PL Jorge Seif (37) Izalci Lucas (53) Jaime Bagattoli (56)</p> <p><b>Líder do NOVO - 1</b> <b>Eduardo Girão</b> (14,18)</p>
<p><b>Bloco Parlamentar Aliança (PP/REPUBLICANOS) - 10</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Laércio Oliveira - PP</b> (50)</p> <p>Vice-Líder Damares Alves (51)</p> <p>.....</p> <p><b>Líder do PP - 6</b> <b>Tereza Cristina</b> (9)</p> <p><b>Líder do REPUBLICANOS - 4</b> <b>Mecias de Jesus</b> (8)</p> <p>Vice-Líder do REPUBLICANOS Hamilton Mourão (26)</p>	<p><b>Bloco Parlamentar Independência (PODEMOS/PSDB/PDT) - 11</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Styvenson Valentim - PODEMOS</b> (49,55)</p> <p>.....</p> <p><b>Líder do PODEMOS - 7</b> <b>Rodrigo Cunha</b> (46)</p> <p>Vice-Líderes do PODEMOS Styvenson Valentim (49,55) Marcos do Val (48)</p> <p><b>Líder do PSDB - 1</b> <b>Plínio Valério</b> (54)</p> <p><b>Líder do PDT - 3</b> <b>Ana Paula Lobato</b> (57)</p>	<p><b>Majoria</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Renan Calheiros - MDB</b> (12)</p>
<p><b>Minoria</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Ciro Nogueira - PP</b> (1,3,10)</p>	<p><b>Governo</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Jaques Wagner - PT</b> (2)</p> <p>Vice-Líderes Confúcio Moura (27,34) Daniella Ribeiro (33) Jorge Kajuru (7,32) Professora Dorinha Seabra (15,20,29) Randolfe Rodrigues (28) Weverton (30) Zenaide Maia (31)</p>	<p><b>Oposição</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Rogério Marinho - PL</b> (11)</p> <p>Vice-Líderes Eduardo Girão (14,18) Magno Malta (17) Eduardo Gomes (25)</p>
<p><b>Bancada Feminina</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Leila Barros - PDT</b> (58)</p> <p>Vice-Líderes Teresa Leitão (39,60) Soraya Thronicke (59)</p>		

**Notas:**

1. Em 02.01.2023, o Senador **Ciro Nogueira** foi designado Líder do Partido Progressista (Of. 36/2022-GLDPP).
2. Em 06.01.2023, o Senador **Jaques Wagner** foi designado Líder do Governo (Mensagem nº 7, de 2023, da Presidência da República).
3. Em 01.02.2023, o Senador **Ciro Nogueira** foi designado Líder do Bloco Progressistas/Republicanos (Of. nº 1/2023-Lid PP/Republicanos).
4. Em 01.02.2023, o Senador **Efraim Filho** foi designado Líder do União Brasil (Of. 02/23-GLUNIAO).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)  
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



5. Em 01.02.2023, o Senador Eduardo Braga foi designado Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. 071/2022-GLMDB).
6. Em 01.02.2023, o Senador Otto Alencar foi designado Líder do Partido Social Democrático (Of. 001/2023-GLPSD).
7. Em 01.02.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. 6/2023-GLPSB).
8. Em 01.02.2023, o Senador Mecias de Jesus foi designado Líder do Republicanos (Of. 4/2023-GSMJESUS).
9. Em 02.02.2023, a Senadora Tereza Cristina Corrêa foi designada Líder do Partido Progressista (Of. 1/2023-GLDPP).
10. Em 03.02.2023, o Senador Ciro Nogueira foi designado Líder da Minoria (Of. 10/2023-GSCNOG).
11. Em 06.02.2023, o Senador Rogerio Marinho foi designado Líder da Oposição (Of. nº 03/2023-GSFB).
12. Em 08.02.2023, o Senador Renan Calheiros foi designado Líder da Maioria (Of. 5/2023-GLUNIAO).
13. Em 08.02.2023, o Senador Efraim Filho foi designado Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 5/2023-GLUNIAO).
14. Em 08.02.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado Líder do NOVO (Of. nº 19/2023-GSGIRAO).
15. Em 16.02.2023, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. 4/2023-BLDEM).
16. Em 17.02.2023, o Senador Carlos Portinho foi designado Líder do Partido Liberal (Of. 1/2023-GLPL).
17. Em 27.02.2023, o Senador Magno Malta foi designado 2º Vice-Líder da Oposição (Of. 2/2023-GLDOP).
18. Em 27.02.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado 1º Vice-Líder da Oposição (Of. 2/2023-GLDOP).
19. Em 28.02.2023, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º Vice-Líder do União Brasil (Of. 6/2023-GLUNIAO).
20. Em 28.02.2023, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada 1ª Vice-Líder do União Brasil (Of. 6/2023-GLUNIAO).
21. Em 28.02.2023, o Senador Alan Rick foi designado 3º Vice-Líder do União Brasil (Of. 6/2023-GLUNIAO).
22. Em 28.02.2023, a Senadora Eliziane Gama foi designada Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 01/2023-BLPRD).
23. Em 02.03.2023, o Senador Luís Carlos Heinze foi designado Vice-Líder do Bloco Vanguarda (Of. 51/2023-BLVANG).
24. Em 08.03.2023, o Senador Omar Aziz foi designado 1º Vice-Líder do Partido Social Democrático (Of. 007/2023-GLPSD).
25. Em 09.03.2023, o Senador Eduardo Gomes foi designado Vice-Líder da Oposição (Of. nº 04/2023-GLDOP).
26. Em 09.03.2023, o Senador Hamilton Mourão foi designado Vice-Líder do Republicanos (Of. 17/2023-GSMJESUS).
27. Em 23.03.2023, o Senador Confúcio Moura foi designado 1º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
28. Em 23.03.2023, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 5º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
29. Em 23.03.2023, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada 4ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
30. Em 23.03.2023, o Senador Weverton Rocha foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
31. Em 23.03.2023, a Senadora Zenaide Maia foi designada 7ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
32. Em 23.03.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado 3º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
33. Em 23.03.2023, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada 2ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
34. Em 11.04.2023, o Senador Confúcio Moura foi designado 2º Vice-Líder do MDB (Of. 32/2023-GLMDB).
35. Em 11.04.2023, o Senador Marcelo Castro foi designado 1º Vice-Líder do MDB (Of. 32/2023-GLMDB).
36. Em 11.04.2023, o Senador Giordano foi designado 3º Vice-Líder do MDB (Of. 32/2021-GLMDB).
37. Em 19.04.2023, o Senador Jorge Seif foi designado 1º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 12/2023-GLPL).
38. Em 17.05.2023, a Senadora Jussara Lima foi designada 2ª Vice-Líder da Bancada Feminina no Senado Federal (Of. 41/2023).
39. Em 18.05.2023 a Senadora Teresa Leitão foi designada 1ª Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 29/2023-GLDPT).
40. Em 29.06.2023, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 122/2023 - BLVANG).
41. Em 05.07.2023, o Senador Lucas Barreto foi designado 2º Vice-Líder do PSD (Of. nº 48/2023-GLPSD).
42. Em 24.10.2023, a Senadora Augusta Brito foi designada 8ª Vice-Líder do Governo (Of. nº 104/2023-GLDGOV).
43. Em 03.11.2023, o Senador Wellington Fagundes retorna ao exercício do mandato e dá continuidade ao cargo de Líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN).
44. Em 12/12/2023, a Senadora Augusta Brito foi destituída da função de vice-líder do Governo no Senado Federal pelo motivo de "Retorno do titular".
45. Em 12/12/2023, a Senadora Jussara Lima foi destituída da função de vice-líder da Bancada Feminina no Senado Federal pelo motivo de "Retorno do titular".
46. Em 21.02.2024, o Senador Rodrigo Cunha foi designado Líder do Podemos (Of. 004/2024-GLPODEMOS).
47. Em 27.02.2024, o Senador Beto Faro foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 005/2024-GLDPT).
48. Em 28.02.2024, o Senador Marcos do Val foi designado 2º Vice-Líder do PODEMOS (Of. nº 05/2024-GLPODEMOS).
49. Em 28.02.2024, o Senador Styvenson Valentim foi designado 1º Vice-Líder do PODEMOS (Of. nº 05/2024-GLPODEMOS).
50. Em 06.03.2024, o Senador Laércio Oliveira foi designado Líder do Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 10/2024-GABLI/BLALIAN).
51. Em 06.03.2024, a Senadora Damares Alves foi designada 1ª Vice-Líder do Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 10/2024-GABLI/BLALIAN).
52. Em 31.03.2024, a Senadora Augusta Brito foi destituída da função de Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores pelo motivo de "Licença com convocação de suplente (superior a 120 dias)".
53. Em 02.04.2024, o Senador Izalci Lucas foi designado 2º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 12/2024-GLPL).
54. Em 09.04.2024, o Senador Plínio Valério foi designado Líder do PSDB (Of. nº 008/2024-GSPVALER).
55. Em 09.04.2024, o Senador Styvenson Valentim foi designado Líder do Bloco Parlamentar Independência (Of. 60/2024-GLPODEMOS).
56. Em 22.04.2024, o Senador Jaime Bagattoli foi designado 3º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 20/2024-GLPL).
57. Em 03.05.2024, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada Líder do Partido Democrático Trabalhista (Of. nº 79/2024-GSALOBAT).
58. Em 23.05.2024, a Senadora Leila Barros foi designada Líder da Bancada Feminina do Senado Federal (Of. nº 8/2024).
59. Em 23.05.2024, a Senadora Soraya Thronicke foi designada 2ª Vice-Líder da Bancada Feminina do Senado Federal (Of. nº 8/2024).
60. Em 23.05.2024, a Senadora Teresa Leitão foi designada 1ª Vice-Líder da Bancada Feminina do Senado Federal (Of. nº 8/2024).



**COMISSÕES TEMPORÁRIAS****1) COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EXAMINAR O PLS 258, DE 2016****Finalidade:** destinada a examinar o PLS 258, de 2016, que institui o Código Brasileiro de Aeronáutica.**Número de membros:** 11**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO**RELATOR:** VAGO**Designação:** 22/06/2016**Leitura:** 13/07/2016**Instalação:** 12/07/2016**MEMBROS**

VAGO

**Secretário(a):** Marcelo Assaife Lopes**Telefone(s):** 61 3303 3514**E-mail:** coceti@senado.leg.br

## 2) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF) - 2019

**Finalidade:** examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial. Prazo de funcionamento suspenso desde 20 de março de 2020, conforme resposta a questão de ordem proferida na sessão de 22 de abril de 2020.

Ato do Presidente nº 21, de 2019

Relatórios Parciais - prazo final: 06/11/2019

Instalação: 25/09/2019

Apresentação de Emendas - prazo final: 23/10/2019

Apresentação de Emendas - prazo final duplicado: 26/11/2019

Relatórios Parciais - prazo final duplicado: 10/12/2019

Relatório do Relator-Geral - prazo final: 13/11/2019

Relatório do Relator-Geral - prazo final duplicado: 17/12/2019

Parecer Final da Comissão - prazo final: 21/11/2019

Parecer Final da Comissão - prazo final duplicado: 21/12/2019

### MEMBROS

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO



### 3) COMISSÃO ESPECIAL PARA DEBATE DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE HIDROGÊNIO VERDE

**Finalidade:** debater, no prazo de dois anos, políticas públicas sobre hidrogênio verde, de modo a fomentar o ganho em escala dessa tecnologia de geração de energia limpa e avaliar políticas públicas que fomentem a tecnologia do hidrogênio verde.

ATS nº 4, de 2023

**Número de membros:** 7 titulares e 3 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Cid Gomes (PSB-CE) <sup>(1)</sup>

**RELATOR:** Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(1)</sup>

**Instalação:** 12/04/2023

**Prazo final:** 13/08/2025

TITULARES	SUPLENTES
Senador Cid Gomes (PSB-CE) <sup>(2)</sup>	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) <sup>(2)</sup>
Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(2)</sup>	2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(2,3)</sup>
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) <sup>(2)</sup>	3. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) <sup>(2)</sup>
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) <sup>(2)</sup>	
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) <sup>(2)</sup>	
Senador Randolfe Rodrigues (S/Partido-AP) <sup>(2)</sup>	
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) <sup>(2)</sup>	

**Notas:**

- Em 14.03.2023, os Senadores Cid Gomes e Otto Alencar foram designados Presidente e Relator, respectivamente, da Comissão (ATS 4/2023).
- Em 14.03.2023, os Senadores Cid Gomes, Otto Alencar, Astronauta Marcos Pontes, Fernando Dueire, Luis Carlos Heinze, Randolfe Rodrigues e Rodrigo Cunha membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira, Eliziane Gama e Eduardo Girão, membros suplentes, para compor a Comissão (ATS nº 4/2023).
- Em 14.05.2024, a Presidência do Senado Federal designa o Senador Nelsinho Trad membro suplente, em substituição à Senadora Eliziane Gama, que deixa de compor a comissão (Of. nº 34/2024-BLRESDEM).

**Secretário(a):** Marcelo Assaife Lopes | Secretário-Adjunto: Donaldo Portela Rodrigues

**Telefone(s):** 3303 3490

**E-mail:** cehv@senado.leg.br



#### 4) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA EXAME DE PROJETOS DE REFORMA DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO NACIONAL

**Finalidade:** destinada a, no prazo de até noventa dias, examinar e, se assim entender, consolidar os anteprojetos apresentados no âmbito da Comissão de Juristas responsável pela elaboração de anteprojetos de proposições legislativas que dinamizem, unifiquem e modernizem o processo administrativo e tributário nacional - CJADMTR, composta por nove membros titulares e igual número de suplentes.

Requerimento nº 479, de 2023.

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Izalci Lucas (PL-DF) <sup>(4)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) <sup>(4)</sup>

**RELATOR:** Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) <sup>(4)</sup>

**Instalação:** 28/11/2023

**Prazo final:** 07/04/2024

**Prazo final prorrogado:** 22/05/2024

**Prazo final prorrogado:** 03/09/2024

TITULARES	SUPLENTES
Senador Izalci Lucas (PL-DF) <sup>(1,3)</sup>	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(1)</sup>
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) <sup>(1)</sup>	2. Senador Weverton (PDT-MA) <sup>(1)</sup>
Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) <sup>(1)</sup>	3. Senador Fernando Farias (MDB-AL) <sup>(1)</sup>
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) <sup>(1)</sup>	4. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) <sup>(1)</sup>
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) <sup>(1)</sup>	5. Senadora Janaína Farias (PT-CE) <sup>(1,6)</sup>
Senador Jaques Wagner (PT-BA) <sup>(1)</sup>	6. Senador Irajá (PSD-TO) <sup>(1)</sup>
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) <sup>(1)</sup>	7. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) <sup>(1,3)</sup>
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) <sup>(1)</sup>	8. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) <sup>(1,2,5)</sup>
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) <sup>(1)</sup>	9. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(1)</sup>

**Notas:**

- Em 18.05.2023, os Senadores Eduardo Braga, Efraim Filho, Oriovisto Guimarães, Vanderlan Cardoso, Daniella Ribeiro, Jaques Wagner, Eduardo Gomes, Rogerio Marinho e Tereza Cristina foram designados membros titulares; e os Senadores Otto Alencar, Weverton, Fernando Farias, Professora Dorinha Seabra, Augusta Brito, Irajá, Izalci Lucas, Laércio Oliveira e Wellington Fagundes, membros suplentes, para compor a Comissão.
- Em 30.08.2023, a Presidência do Senado Federal destituiu o Senador Laércio Oliveira, a pedido, como membro suplente desta comissão.
- Em 28.11.2023, a Presidência do Senado Federal designa o Senador Izalci Lucas membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Braga, que passa a membro suplente, para compor a comissão.
- Em 28.11.2023, os Senadores Izalci Lucas, Oriovisto Guimarães e Efraim Filho foram designados Presidente, Vice-Presidente e Relator, respectivamente, da comissão (Of. nº 001/2023-CTIADMTR).
- Em 28.02.2024, a Presidência do Senado Federal designa o Senador Hamilton Mourão para compor, como membro suplente, a comissão.
- Em 08.04.2024, a Presidência do Senado Federal designa a Senadora Janaína Farias para compor a comissão, como membro suplente, em substituição à Senadora Augusta Brito.

**Secretário(a):** Reinilson Prado dos Santos | Secretária-Adjunta: Gabriel Udelsman

**Telefone(s):** 3303 3490

**E-mail:** rprado@senado.leg.br



## 5) COMISSÃO TEMPORÁRIA INTERNA SOBRE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO BRASIL

**Finalidade:** examinar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, os projetos concernentes ao relatório final aprovado pela Comissão de Juristas responsável por subsidiar a elaboração de substitutivo sobre Inteligência Artificial no Brasil, criada pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 4, de 2022, bem como eventuais novos projetos que disciplinem a matéria.

Requerimento nº 722, de 2023

**Número de membros:** 13 titulares e 13 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) <sup>(2)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) <sup>(2)</sup>

**RELATOR:** Senador Eduardo Gomes (PL-TO) <sup>(2)</sup>

**Instalação:** 16/08/2023

**Prazo final:** 14/12/2023

**Prazo prorrogado:** 23/05/2024

**Prazo prorrogado:** 17/07/2024

TITULARES	SUPLENTES
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) <sup>(1)</sup>	1. Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) <sup>(1)</sup>
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) <sup>(1)</sup>	2. Senador Izalci Lucas (PL-DF) <sup>(1)</sup>
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) <sup>(1)</sup>	3. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) <sup>(1,3)</sup>
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) <sup>(1)</sup>	4. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) <sup>(1)</sup>
Senador Weverton (PDT-MA) <sup>(1)</sup>	5. Senador Cid Gomes (PSB-CE) <sup>(1)</sup>
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) <sup>(1)</sup>	6. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) <sup>(1)</sup>
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) <sup>(1)</sup>	7. Senadora Mara Gabrielli (PSD-SP) <sup>(1)</sup>
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(1)</sup>	8. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(1)</sup>
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) <sup>(1)</sup>	9. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(1)</sup>
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) <sup>(1)</sup>	10. Senador Flávio Arns (PSB-PR) <sup>(1)</sup>
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) <sup>(1)</sup>	11. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) <sup>(1)</sup>
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) <sup>(1)</sup>	12. Senador Marcos Rogério (PL-RO) <sup>(1)</sup>
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) <sup>(1)</sup>	13. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) <sup>(1)</sup>

### Notas:

- Em 15.08.2023, os Senadores Carlos Viana, Styvenson Valentim, Veneziano Vital do Rêgo, Efraim Filho, Weverton, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Nelsinho Trad, Fabiano Contarato, Chico Rodrigues, Eduardo Gomes, Astronauta Marcos Pontes e Laércio Oliveira foram designados membros titulares; e os Senadores Rodrigo Cunha, Izalci Lucas, Marcelo Castro, Alan Rick, Cid Gomes, Angelo Coronel, Mara Gabrielli, Sérgio Petecão, Rogério Carvalho, Flávio Arns, Carlos Portinho, Marcos Rogério e Mecias de Jesus, membros suplentes, para compor a comissão.
- Em 17.08.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Carlos Viana e Astronauta Marcos Pontes, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 001/2023-SACTIA). O Presidente designa como Relator o Senador Eduardo Gomes.
- Em 17.08.2023, a Presidência do Senado Federal designa o Senador Alessandro Vieira para compor, como membro suplente, a Comissão Temporária sobre a Inteligência Artificial no Brasil, na vaga ocupada pelo Senador Marcelo Castro, que deixa de compor a Comissão.

**Secretário(a):** Leomar Diniz

**E-mail:** ctia@senado.leg.br



6) COMISSÃO TEMPORÁRIA INTERNA EM COMEMORAÇÃO  
AOS 200 (DUZENTOS) ANOS DA CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR

**Finalidade:** planejar e coordenar, no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, as atividades de comemoração dos 200 (duzentos) anos da Confederação do Equador.

Requerimento nº 752, de 2023.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Teresa Leitão (PT-PE) <sup>(2)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Jussara Lima (PSD-PI) <sup>(2)</sup>

**Instalação:** 12/12/2023

**Prazo final:** 17/03/2025

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) <sup>(1)</sup>	1. Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) <sup>(1)</sup>
Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(1)</sup>	2.
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) <sup>(1)</sup>	3.
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) <sup>(1)</sup>	4.
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) <sup>(1)</sup>	5.

**Notas:**

1. Em 06.12.2023, a Presidência designa os Senadores Teresa Leitão, Humberto Costa, Fernando Dueire, Jussara Lima e Efraim Filho membros titulares e a Senadora Ana Paula Lobato, membro suplente, para compor a comissão.

2. Em 12.12.2023, a comissão reunida elegeu as Senadoras Teresa Leitão e Jussara Lima, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 001/2023-CTI200CONFEQ).

**Secretário(a):** Lenita Cunha e Silva | Secretária-Adjunta: Camila Moraes Bittar

**Telefone(s):** 3303 3490

**E-mail:** cti200confeq@senado.leg.br



7) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA VERIFICAR "IN LOCO" A  
SITUAÇÃO POLÍTICA E SOCIAL DO ESTADO PLURINACIONAL DA BOLÍVIA

**Finalidade:** verificar "in loco", no prazo de 180 dias, a situação política e social do Estado Plurinacional da Bolívia, no que diz respeito à cláusula democrática do Mercosul, prevista nos Protocolos de Ushuaia, cujo texto estabelece que a plena vigência das instituições democráticas é indispensável para o desenvolvimento dos processos de integração entre os signatários do referido Bloco.

Requerimento nº 1.067, de 2023

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO)</b>	
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) <sup>(1)</sup>	1.
	2.
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)</b>	
	1.
	2.
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)</b>	
	1.

**Notas:**

1. Em 15.03.2024, o Senador Sergio Moro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 18/2024-BLDEM).



8) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO  
DE ANTEPROJETO DE LEI DO PROCESSO ESTRUTURAL NO BRASIL

**Finalidade:** apresentar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, anteprojeto de Lei do Processo Estrutural no Brasil.

ATO DO PRESIDENTE Nº 3, DE 2024

**Número de membros:** 15

**PRESIDENTE:** Augusto Aras <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Marcelo Navarro Ribeiro Dantas <sup>(1)</sup>

**RELATOR:** Edilson Vitorelli <sup>(1)</sup>

**Aguardando instalação:** 12/04/2024

**Leitura:** 12/04/2024

**MEMBROS**

Augusto Aras <sup>(2)</sup>

Marcelo Navarro Ribeiro Dantas <sup>(2)</sup>

Edilson Vitorelli <sup>(2)</sup>

Nancy Andrighi <sup>(2)</sup>

Luiz Alberto Gurgel de Faria <sup>(2)</sup>

Aluísio Mendes <sup>(2)</sup>

Sérgio Cruz Arenhart <sup>(2)</sup>

Antonio Nabor Areias Bulhões <sup>(2)</sup>

Marcus Vinícius Furtado Coêlho <sup>(2)</sup>

Benedito Cerezzo Pereira Filho <sup>(2)</sup>

Antonio Gidi <sup>(2)</sup>

José Bernardo de Assis Júnior <sup>(2)</sup>

Juliana Cordeiro de Faria <sup>(2)</sup>

Márcio Carvalho Faria <sup>(2)</sup>

Roberto P. Campos Gouveia Filho <sup>(2)</sup>

**Notas:**

1. Em 12.04.2024, a Presidência do Senado Federal designa os Senhores Augusto Aras, Marcelo Navarro Ribeiro Dantas e Edilson Vitorelli a Presidente, Vice-Presidente e Relator, respectivamente, deste colegiado (ATO nº 3/2024).

2. Em 12.04.2024, a Presidência do Senado Federal designa os Senhores Augusto Aras, Marcelo Navarro Ribeiro Dantas, Edilson Vitorelli, Nancy Andrighi, Luiz Alberto Gurgel de Faria, Aluísio Mendes, Sérgio Cruz Arenhart, Antônio Nabor Areias Bulhões, Marcus Vinicius Furtado Coêlho, Benedito Cerezzo Pereira Filho, Antonio Gidi, José Bernardo de Assis Júnior, Juliana Cordeiro de Faria, Márcio Carvalho Faria e Roberto P. Campos Gouveia Filho membros desta comissão (ATO nº 3/2024).

**Secretário(a):** Renata Felix Perez | Adjuntos: Antonio das Dores P. Silva Neto; Henrique C. Evangelista

**Telefone(s):** 3303 3490

**E-mail:** cjprestr@senado.leg.br



## 9) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA ACOMPANHAR AS ATIVIDADES RELATIVAS AO ENFRENTAMENTO DA CALAMIDADE QUE ATINGIU O RIO GRANDE DO SUL

**Finalidade:** acompanhar, por tempo indeterminado, as atividades relativas ao enfrentamento da calamidade ocasionada pelas fortes chuvas que atingiram o Rio Grande do Sul e apresentar medidas legislativas para auxiliar na superação da situação.

ATO nº 5, de 2024

**Número de membros:** 8

**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(2)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Ireneu Orth (PP-RS) <sup>(2)</sup>

**RELATOR:** Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) <sup>(2)</sup>

**Instalação:** 07/05/2024

### MEMBROS

Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(1)</sup>

Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) <sup>(1)</sup>

Senador Ireneu Orth (PP-RS) <sup>(1)</sup>

Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) <sup>(6)</sup>

Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) <sup>(4)</sup>

Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) <sup>(3)</sup>

Senadora Leila Barros (PDT-DF) <sup>(7)</sup>

Senador Esperidião Amin (PP-SC) <sup>(5)</sup>

#### Notas:

- Em 06.05.2024, a Presidência do Senado Federal designa os Senadores Paulo Paim, Hamilton Mourão e Ireneu Orth membros desta comissão (ATO nº 5/2024).
- Em 07.05.2024, a Comissão reunida elegeu os Senadores Paulo Paim e Ireneu Orth, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado, e o Presidente designa como Relator o Senador Hamilton Mourão (Of. nº 001/2024-CTERS).
- Em 07.05.2024, a Presidência do Senado Federal designa o Senador Astronauta Marcos Pontes membro desta comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 21/2024-BLVANG).
- Em 07.05.2024, a Presidência do Senado Federal designa o Senador Alessandro Vieira membro desta comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 26/2024-BLDEM).
- Em 07.05.2024, a Presidência do Senado Federal designa o Senador Esperidião Amin membro desta comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 23/2024-GABLI/BLALIAN).
- Em 07.05.2024, a Presidência do Senado Federal designa o Senador Jorge Kajuru membro desta comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 26/2024-BLREDEM).
- Em 07.05.2024, a Presidência do Senado Federal designa a Senadora Leila Barros membro desta comissão, pelo Bloco Parlamentar Independência (Of. nº 2/2024-BLIDEP).

**Secretário(a):** Renata Felix Perez | Adjuntos: Fernanda Lima; Antonio das Dores P. Silva Neto

**Telefone(s):** 3303 3490

**E-mail:** cters@senado.leg.br



## COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

### 1)CPI DA MANIPULAÇÃO DE JOGOS E APOSTAS ESPORTIVAS

**Finalidade:** apurar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, com limite de despesas de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), fatos relacionados às denúncias e suspeitas de manipulação de resultados no futebol brasileiro, envolvendo jogadores, dirigentes e empresas de apostas.

Requerimento nº 158, de 2024

**Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) <sup>(10)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) <sup>(10)</sup>

**RELATOR:** Senador Romário (PL-RJ) <sup>(11)</sup>

Leitura: 13/03/2024

Instalação: 10/04/2024

Prazo final: 21/10/2024

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO)</b>	
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) <sup>(1)</sup>	1. Senador Giordano (MDB-SP) <sup>(1)</sup>
Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) <sup>(4)</sup>	2. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) <sup>(4)</sup>
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) <sup>(9)</sup>	3. Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) <sup>(9)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)</b>	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(3,8)</sup>	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(3,8)</sup>
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) <sup>(3)</sup>	2. Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) <sup>(12)</sup>
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) <sup>(6)</sup>	
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) <sup>(5)</sup>	
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)</b>	
Senador Romário (PL-RJ) <sup>(2)</sup>	1. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) <sup>(2)</sup>
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) <sup>(2)</sup>	
<b>Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)</b>	
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) <sup>(7)</sup>	1. Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) <sup>(7)</sup>

**Notas:**

- Em 09.04.2024, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro titular e o Senador Giordano, membro suplente, pela liderança do MDB, para compor a comissão (Of. nº 15/2024-GLMDB).
- Em 09.04.2024, os Senadores Romário e Eduardo Girão foram designados membros titulares e o Senador Carlos Portinho, membro suplente, pela liderança do PL, para compor a comissão (Of. nº 05/2024-GLPL).
- Em 09.04.2024, os Senadores Otto Alencar e Angelo Coronel foram designados membros titulares e o Senador Sérgio Petecão, membro suplente, pela liderança do PSD, para compor a comissão (Of. nº 04/2024-GLPSD).
- Em 09.04.2024, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular e o Senador Efraim Filho, membro suplente, pela liderança do União Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09/2024).
- Em 09.04.2024, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro titular, em vaga cedida pelo PT, para compor a comissão (Of. nº 11/2024-GLDPT).
- Em 09.04.2024, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular, pela liderança do PSB, para compor a comissão (Of. nº 18/2024-GLDPSB).
- Em 09.04.2024, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular e o Senador Cleitinho, membro suplente, pela liderança do Progressistas, para compor a comissão (Of. nº 05/2024-GLPP).
- Em 09.04.2024, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Otto Alencar, que passa à suplência, pela liderança do PSD, para compor a comissão (Of. nº 06/2024-GLPSD).
- Em 10.04.2024, os Senadores Styvenson Valentim e Rodrigo Cunha foram designados membros titular e suplente, respectivamente, pela liderança do PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 65/2024-GLPODEMOS).
- Em 10.04.2024, a comissão reunida elegeu os Senadores Jorge Kajuru e Eduardo Girão, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 001/2024-CPIAE).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)  
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



11. Em 10.04.2024, o Senador Romário foi designado Relator deste colegiado (Of. nº 01/2024-CPIAE).

12. Em 21.05.2024, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro suplente, em vaga cedida pelo PT, para compor a comissão (Of. nº 017/2024-GLDPT).

**Secretário(a):** Marcelo Assaife Lopes | Secretário-Adjunto: Gabriel Udelsmann

**Telefone(s):** 3303 3490

**E-mail:** [cpiae@senado.leg.br](mailto:cpiae@senado.leg.br)



## 2)CPI DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

**Finalidade:** apurar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, com limite de despesas de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher desde 2019 até os dias atuais, com base em diferentes levantamentos e estudos, com a finalidade de investigar a ação ou omissão do poder público com relação à aplicação dos instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres da violência, bem como suas responsabilidades decorrentes do descumprimento da legislação criada para esse fim.

Requerimento nº 157, de 2024

**Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes

**Leitura:** 13/03/2024



## COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

### 1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

**Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes**

**PRESIDENTE:** Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) <sup>(3)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Angelo Coronel (PSD-BA) <sup>(6)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO )</b>	
Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) <sup>(2)</sup>	1. Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) <sup>(2)</sup>
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) <sup>(2)</sup>	2. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) <sup>(2,5,13)</sup>
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) <sup>(2)</sup>	3. Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) <sup>(2,5,13)</sup>
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) <sup>(2)</sup>	4. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) <sup>(2,5,13)</sup>
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) <sup>(2,26,29)</sup>	5. Senador Giordano (MDB-SP) <sup>(2,5,11,12,13,33,35,39,41)</sup>
Senador Fernando Farias (MDB-AL) <sup>(2)</sup>	6. Senador Fernando Dueire (MDB-PE) <sup>(2)</sup>
Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) <sup>(2)</sup>	7. Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) <sup>(2)</sup>
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) <sup>(2)</sup>	8. Senador Weverton (PDT-MA) <sup>(2,13)</sup>
Senador Cid Gomes (PSB-CE) <sup>(2)</sup>	9. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(2,13)</sup>
Senador Izalci Lucas (PL-DF) <sup>(2,16)</sup>	10. Senador Randolfe Rodrigues (S/Partido-AP) <sup>(2,13)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB )</b>	
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) <sup>(4)</sup>	1. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) <sup>(4,9,10,21)</sup>
Senador Irajá (PSD-TO) <sup>(4)</sup>	2. Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) <sup>(4,25,31)</sup>
Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(4,9)</sup>	3. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(4)</sup>
Senador Omar Aziz (PSD-AM) <sup>(4)</sup>	4. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) <sup>(4)</sup>
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) <sup>(4)</sup>	5. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) <sup>(4,15,19,30)</sup>
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(4)</sup>	6. Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(4)</sup>
Senadora Janáina Farias (PT-CE) <sup>(4,38,40,42)</sup>	7. Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(4)</sup>
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) <sup>(4)</sup>	8. Senador Jaques Wagner (PT-BA) <sup>(4)</sup>
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(4,10)</sup>	9. Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) <sup>(7)</sup>
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) <sup>(18,20)</sup>	10. Senador Flávio Arns (PSB-PR) <sup>(18,37)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO ) <sup>(8)</sup></b>	
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(1,17,23,24,27,28)</sup>	1. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) <sup>(1,22,32)</sup>
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) <sup>(1)</sup>	2. Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) <sup>(1)</sup>
Senador Wilder Moraes (PL-GO) <sup>(1,34,36)</sup>	3. Senador Magno Malta (PL-ES) <sup>(1)</sup>
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) <sup>(1)</sup>	4. Senador Romário (PL-RJ) <sup>(1)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) <sup>(1)</sup>	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) <sup>(1)</sup>
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) <sup>(1,14)</sup>	2. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) <sup>(1)</sup>
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) <sup>(1)</sup>	3. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) <sup>(1)</sup>

**Notas:**

\*. 1 (uma) vaga compartilhada entre os Blocos, de acordo com o cálculo de proporcionalidade comunicado por meio dos Ofícios nºs 36 a 38/2023-SGM, em 28/02/2023.

1. Em 07.03.2023, os Senadores Wellington Fagundes, Rogerio Marinho, Wilder Moraes, Eduardo Gomes, Ciro Nogueira, Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e os Senadores Jaime Bagattoli, Flávio Bolsonaro, Magno Malta, Romário, Esperidião Amin, Laércio Oliveira e Damares Alves membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG). ([DSF de 08/03/2023, p. 134](#))

2. Em 07.03.2023, os Senadores Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Farias, Oriovisto Guimarães, Carlos Viana, Cid Gomes e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Sergio Moro, Efraim Filho, Davi

- Alcolumbre, Jader Barbalho, Giordano, Fernando Dueire, Marcos do Val, Randolfe Rodrigues, Weverton e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 126](#))
3. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Vanderlan Cardoso Presidente deste colegiado.
4. Em 07.03.2023, os Senadores Vanderlan Cardoso, Irajá, Sérgio Petecão, Omar Aziz, Angelo Coronel, Rogério Carvalho, Augusta Brito, Teresa Leitão e Flávio Arns foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Margareth Buzetti, Nelsinho Trad, Lucas Barreto, Dr. Samuel Araújo, Paulo Paim, Humberto Costa e Jaques Wagner, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 120](#))
5. Em 10.03.2023, os Senadores Jader Barbalho, Efraim Filho, Giordano e Davi Alcolumbre foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM). ([DSF de 11/03/2023, p. 8](#))
6. Em 14.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Angelo Coronel Vice-Presidente deste colegiado.
7. Em 15.03.2023, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em vaga cedida pelo PSB, para compor a Comissão (Of. 17/2023-BLRESDEM). ([DSF de 16/03/2023, p. 144](#))
8. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP). ([DSF de 21/03/2023, p. 73](#))
9. Em 22.03.2023, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, e o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 20/2023-BLRESDEM). ([DSF de 23/03/2023, p. 114](#))
10. Em 27.03.2023, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Flávio Arns; e o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 27/2023-BLRESDEM). ([DSF de 28/03/2023, p. 39](#))
11. Em 12.04.2023, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Davi Alcolumbre, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 27/2023-BLDEM). ([DSF de 13/04/2023, p. 121](#))
12. Em 25.04.2023, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 29/2023-BLDEM). ([DSF de 26/04/2023, p. 117](#))
13. Em 16.05.2023, os Senadores Efraim Filho, Davi Alcolumbre, Jader Barbalho, Giordano, Weverton, Plínio Valério e Randolfe Rodrigues tiveram suas posições como suplentes modificadas na Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 44/2023-BLDEM). ([DSF de 17/05/2023, p. 210](#))
14. Em 05.06.2023, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro titular, em substituição ao Senador Luis Carlos Heinze, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. nº 25/2023-BLALIAN). ([DSF de 06/06/2023, p. 35](#))
15. Vago em 11.06.2023, em razão do retorno do titular.
16. Em 22.06.2023, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, em substituição ao Senador Alessandro Vieira, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 101/2023-BLDEM). ([DSF de 23/06/2023, p. 149](#))
17. Em 07.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 128/2023-BLVANG). ([DSF de 08/07/2023, p. 35](#))
18. Em 12.07.2023 foi definida pelos líderes a distribuição da vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Democracia, Resistência Democrática e Vanguarda, cabendo nesta Comissão ao Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 81/2023-GLMDB). ([DSF de 13/07/2023, p. 149](#))
19. Em 08.08.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 82/2023-BLRESDEM). ([DSF de 09/08/2023, p. 101](#))
20. Em 14.09.2023, a Senadora Zenaide Maia foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 100/2023-BLRESDEM). ([DSF de 01/09/2023, p. 78](#))
21. Em 03.10.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Arns, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 106/2023-BLRESDEM). ([DSF de 04/10/2023, p. 161](#))
22. Em 17.10.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jaime Bagattoli, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 153/2023-BLVANG). ([DSF de 18/10/2023, p. 147](#))
23. Vago em 02.11.2023, em razão do retorno do titular (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN).
24. Em 07.11.2023, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 170/2023-BLVANG). ([DSF de 08/11/2023, p. 200](#))
25. Em 22.11.2023, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Margareth Buzetti, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Ofs. nºs 120 e 121/2023-BLRESDEM). ([DSF de 23/11/2023, p. 138](#))
26. Em 22.11.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular, em substituição ao Senador Renan Calheiros, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 174/2023-BLDEM). ([DSF de 23/11/2023, p. 137](#))
27. Em 22.11.2023, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 178/2023-BLVANG). ([DSF de 23/11/2023, p. 136](#))
28. Em 23.11.2023, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Portinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 179/2023-BLVANG). ([DSF de 24/11/2023, p. 71](#))
29. Em 23.11.2023, o Senador Renan Calheiros foi designado membro titular, em substituição ao Senador Alessandro Vieira, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 175/2023-BLDEM). ([DSF de 24/11/2023, p. 70](#))
30. Em 24.11.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 122/2023-BLRESDEM). ([DSF de 25/11/2023, p. 21](#))
31. Em 28.11.2023, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Fávaro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 123/2023-BLRESDEM). ([DSF de 29/11/2023, p. 179](#))
32. Em 28.11.2023, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 180/2023-BLVANG). ([DSF de 29/11/2023, p. 182](#))
33. Em 29.02.2024, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Giordano, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 10/2024-BLDEM).
34. Em 12.03.2024, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wilder Morais, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 14/2024-BLVANG).
35. Em 13.03.2024, o Senador Giordano foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Veneziano Vital do Rêgo, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 16/2024-BLDEM).
36. Em 14.03.2024, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 15/2024-BLVANG).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)  
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



37. Em 18.03.2024, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 11/2024-BLREDEM).

38. Em 08.04.2024, a Senadora Janaína Farias foi designada membro titular, em substituição à Senadora Augusta Brito, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 17/2024-BLREDEM).

39. Em 24.04.2024, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Giordano, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 25/2024-BLDEM).

40. Em 07.05.2024, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição à Senadora Janaína Farias, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 28/2024-BLREDEM).

41. Em 14.05.2024, o Senador Giordano foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Veneziano Vital do Rêgo, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 36/2024-BLDEM).

42. Em 15.05.2024, a Senadora Janaína Farias foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 33/2024-BLREDEM).

**Secretário(a):** João Pedro de Souza Lobo Caetano

**Reuniões:** Terças-Feiras 10 horas - Ala Alexandre Costa - Sala 19

**Telefone(s):** 6133033516

**E-mail:** cae@senado.leg.br



### 1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE MUNICIPALISTA

**Finalidade:** opinar sobre questões municipalistas, tais como: (a) desenvolvimento econômico-social; (b) políticas de financiamento das ações de competência municipal, inclusive mediante transferências constitucionais; (c) endividamento público; (d) política tributária; (e) viabilidade econômica e fiscal para criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios; (f) cooperação técnica e financeira com a União; (g) políticas de geração de emprego e renda; e (h) políticas de ordenamento territorial.

**(Requerimento 160, de 2023 - CAE)**

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**Secretário(a):** João Pedro de Souza Lobo Caetano

**Reuniões:** Terças-Feiras 10 horas - Ala Alexandre Costa - Sala 19

**Telefone(s):** 6133033516

**E-mail:** cae@senado.leg.br



## 2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(4)</sup>VICE-PRESIDENTE: Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) <sup>(4)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO )</b>	
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) <sup>(3)</sup>	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) <sup>(3,6)</sup>
Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) <sup>(3)</sup>	2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) <sup>(3,6)</sup>
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) <sup>(3)</sup>	3. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) <sup>(3,6)</sup>
Senador Giordano (MDB-SP) <sup>(3)</sup>	4. Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) <sup>(3,6)</sup>
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) <sup>(3)</sup>	5. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) <sup>(3)</sup>
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) <sup>(3)</sup>	6. Senador Weverton (PDT-MA) <sup>(3)</sup>
Senadora Leila Barros (PDT-DF) <sup>(3)</sup>	7. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) <sup>(3)</sup>
Senador Izalci Lucas (PL-DF) <sup>(3)</sup>	8. VAGO <sup>(10,14,15,16,17)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB )</b>	
Senador Flávio Arns (PSB-PR) <sup>(2,8)</sup>	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(2)</sup>
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) <sup>(2)</sup>	2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(2)</sup>
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) <sup>(2)</sup>	3. Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) <sup>(2)</sup>
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) <sup>(2)</sup>	4. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) <sup>(2)</sup>
Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(2)</sup>	5. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) <sup>(2)</sup>
Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(2)</sup>	6. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) <sup>(2)</sup>
Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) <sup>(2)</sup>	7. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(2,8)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO ) <sup>(7)</sup></b>	
Senador Romário (PL-RJ) <sup>(1)</sup>	1. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) <sup>(1)</sup>
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) <sup>(1)</sup>	2. Senador Magno Malta (PL-ES) <sup>(1)</sup>
Senador Wilder Moraes (PL-GO) <sup>(1)</sup>	3. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) <sup>(1)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) <sup>(1,9)</sup>	1. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) <sup>(1,9,11,12)</sup>
Senador Dr. Hiran (PP-RR) <sup>(1,9)</sup>	2. <sup>(5,9,13)</sup>
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) <sup>(1,9)</sup>	3. Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) <sup>(1,9)</sup>

**Notas:**

- Em 07.03.2023, os Senadores Romário, Eduardo Girão, Wilder Moraes, Dr. Hiran, Laércio Oliveira e Damares Alves foram designados membros titulares, e os Senadores Rogerio Marinho, Magno Malta, Jaime Bagattoli, Zequinha Marinho e Cleitinho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG). ([DSF de 08/03/2023, p. 134](#))
- Em 07.03.2023, os Senadores Sérgio Petecão, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Jussara Lima, Paulo Paim, Humberto Costa e Ana Paula Lobato foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Nelsinho Trad, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Teresa Leitão, Fabiano Contarato e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 004/2023-BLREDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 125](#))
- Em 07.03.2023, os Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Giordano, Ivete Silveira, Styvenson Valentim, Leila Barros e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Alan Rick, Davi Alcolumbre, Renan Calheiros, Marcelo Castro, Carlos Viana, Weverton e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 126](#))
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Humberto Costa e a Senadora Mara Gabrilli o Presidente e a Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
- Em 09.03.2023, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 56/2023-BLVANG). ([DSF de 10/03/2023, p. 91](#))
- Em 10.03.2023, os Senadores Renan Calheiros, Alan Rick, Marcelo Castro e Davi Alcolumbre foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM). ([DSF de 11/03/2023, p. 10](#))
- Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP). ([DSF de 21/03/2023, p. 73](#))
- Em 27.03.2023, o Senador Flávio Arns foi designado membro titular, em substituição ao Senador Sérgio Petecão; e o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Arns, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 27/2023-BLREDEM). ([DSF de 28/03/2023, p. 39](#))



9. Em 31.03.2023, os Senadores Laércio Oliveira, Dr. Hiran e Damares Alves foram designados membros titulares; o Senador Cleitinho, membro suplente; e os Senadores Eduardo Gomes e Zequinha Marinho deixaram de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 4/2023-GABLD/BLPPREP). ([DSF de 01/04/2023, p. 16](#))
10. Em 31.05.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 57/2023-BLDEM). ([DSF de 01/06/2023, p. 104](#))
11. Em 15.08.2023, o Bloco Parlamentar Aliança cedeu, temporariamente, uma vaga de suplente ao Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 40/2023-GABLD/BLALIAN). ([DSF de 16/08/2023, p. 197](#))
12. Em 15.08.2023, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar Aliança, na Comissão (Of. nº 137/2023-BLVANG). ([DSF de 16/08/2023, p. 201](#))
13. Em 30.08.2023, o Bloco Parlamentar Aliança cedeu, temporariamente, uma vaga de suplente ao Partido União Brasil (Of. nº 44/2023-GABLD/BLALIAN). ([DSF de 31/08/2023, p. 165](#))
14. Em 13.09.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Efraim Filho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 139/2023-BLDEM). ([DSF de 14/09/2023, p. 95](#))
15. Vago em 02.11.2023, em razão do retorno do titular (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN). ([DSF de 01/11/2023, p. 84](#))
16. Em 10.11.2023, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 172/2023-BLDEM). ([DSF de 11/11/2023, p. 9](#))
17. Em 05.12.2023, o Senador Eduardo Braga deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 182/2023-BLDEM). ([DSF de 06/12/2023, p. 92](#))

**Secretário(a):** Saulo Kléber Rodrigues Ribeiro

**Telefone(s):** 3303-4608

**E-mail:** cas@senado.leg.br



## 2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS DAS PESSOAS COM DOENÇAS RARAS

**Finalidade:** acompanhar e aprimorar as políticas públicas direcionadas às pessoas com doenças raras.

**(Requerimento 53, de 2023 - CAS)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Mara Gabrielli (PSD-SP) <sup>(4)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) <sup>(4)</sup>

**Instalação:** 30/08/2023

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO )</b>	
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) <sup>(1)</sup>	1. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) <sup>(5)</sup>
Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) <sup>(5)</sup>	2.
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB )</b>	
Senadora Mara Gabrielli (PSD-SP) <sup>(2)</sup>	1. Senador Flávio Arns (PSB-PR) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO )</b>	
	1.
<b>Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) <sup>(3)</sup>	1.

**Notas:**

- Em 11.08.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 139/2023-SACAS). ([DSF de 12/08/2023, p. 37](#))
- Em 11.08.2023, a Senadora Mara Gabrielli foi designada membro titular e o Senador Flávio Arns, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 139/2023-SACAS). ([DSF de 12/08/2023, p. 37](#))
- Em 11.08.2023, a Senadora Damares Alves foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 139/2023-SACAS). ([DSF de 12/08/2023, p. 37](#))
- Em 30.08.2023, a comissão reunida elegeu as Senadoras Mara Gabrielli e Damares Alves, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 161/2023-SACAS). ([DSF de 31/08/2023, p. 166](#))
- Em 31.08.2023, os Senadores Alan Rick e Efraim Filho foram designados membros titular e suplente, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 162/2023-SACAS). ([DSF de 01/09/2023, p. 54](#))

**Secretário(a):** Saulo Kléber Rodrigues Ribeiro

**Telefone(s):** 3303-4608

**E-mail:** cas@senado.leg.br



## 3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCI

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) <sup>(4)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Marcos Rogério (PL-RO) <sup>(25)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO )</b>	
Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) <sup>(2)</sup>	1. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) <sup>(2,5)</sup>
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) <sup>(2)</sup>	2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) <sup>(2,5,27,29,30,37,50,55,57)</sup>
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) <sup>(2,27,29,50,55,66)</sup>	3. Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) <sup>(2,5,8,30,37,66)</sup>
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) <sup>(2)</sup>	4. Senador Giordano (MDB-SP) <sup>(2,5,8,13,32,34,44,47)</sup>
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) <sup>(2)</sup>	5. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) <sup>(2,5,8,30,41,57)</sup>
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) <sup>(2,38,40)</sup>	6. Senador Izalci Lucas (PL-DF) <sup>(2,5,8,18)</sup>
Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) <sup>(2)</sup>	7. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) <sup>(2,5,8,38,40)</sup>
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) <sup>(2,15,19)</sup>	8. Senador Cid Gomes (PSB-CE) <sup>(2,7,8)</sup>
Senador Weverton (PDT-MA) <sup>(2)</sup>	9. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) <sup>(2,8,12,16,19)</sup>
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(2)</sup>	10. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) <sup>(2,8,28,30,39,41)</sup>
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) <sup>(17,18)</sup>	11. Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) <sup>(17,18,30,39,41,51,52,53)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB )</b>	
Senador Omar Aziz (PSD-AM) <sup>(3,35,42)</sup>	1. Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) <sup>(3)</sup>
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) <sup>(3)</sup>	2. Senador Irajá (PSD-TO) <sup>(3,9,20,22)</sup>
Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(3,48,49)</sup>	3. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) <sup>(3,23,35,42,46)</sup>
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) <sup>(3,36,42)</sup>	4. Senadora Mara Gabrielli (PSD-SP) <sup>(3)</sup>
Senador Lucas Barreto (PSD-AP) <sup>(3,24,31)</sup>	5. Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) <sup>(3)</sup>
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) <sup>(3,64,67)</sup>	6. Senador Jaques Wagner (PT-BA) <sup>(3,56,65,68,70,71)</sup>
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(3,69,72)</sup>	7. Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(3)</sup>
Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(3,58,59,63,73)</sup>	8. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) <sup>(3,5)</sup>
Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) <sup>(3,60,61,62)</sup>	9. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) <sup>(3)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO ) <sup>(6)</sup></b>	
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) <sup>(1)</sup>	1. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) <sup>(1)</sup>
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) <sup>(1)</sup>	2. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) <sup>(1,14,43,45)</sup>
Senador Magno Malta (PL-ES) <sup>(1)</sup>	3. Senador Jorge Seif (PL-SC) <sup>(1)</sup>
Senador Marcos Rogério (PL-RO) <sup>(1,14)</sup>	4. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) <sup>(1)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) <sup>(1,10,11)</sup>	1. Senadora Tereza Cristina (PP-MS) <sup>(1,21,26,33,54)</sup>
Senador Esperidião Amin (PP-SC) <sup>(1)</sup>	2. Senador Dr. Hiran (PP-RR) <sup>(1,10,11)</sup>
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) <sup>(1)</sup>	3. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) <sup>(1)</sup>

**Notas:**

\*. 1 (uma) vaga compartilhada entre os Blocos, de acordo com o cálculo de proporcionalidade comunicado por meio dos Ofícios nºs 36 a 38/2023-SGM, em 28/02/2023.

1. Em 07.03.2023, os Senadores Flávio Bolsonaro, Carlos Portinho, Magno Malta, Eduardo Girão, Ciro Nogueira, Esperidião Amin e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e os Senadores Rogerio Marinho, Zequinha Marinho, Jorge Seif, Eduardo Gomes, Tereza Cristina, Dr. Hiran e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG). ([DSF de 08/03/2023, p. 134](#))

2. Em 07.03.2023, os Senadores Davi Alcolumbre, Sergio Moro, Marcio Bittar, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho, Oriovisto Guimarães, Marcos do Val, Weverton e Plínio Valério foram designados membros titulares; e os Senadores Efraim Filho, Professora Dorinha Seabra, Alan Rick, Veneziano Vital do Rêgo, Giordano, Fernando Farias, Carlos Viana, Randalfe Rodrigues, Cid Gomes e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM). ([DSF de 21/09/2023, p. 126](#))

3. Em 07.03.2023, os Senadores Omar Aziz, Angelo Coronel, Otto Alencar, Eliziane Gama, Lucas Barreto, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Augusta Brito e Ana Paula Lobato foram designados membros titulares, e os Senadores Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Vanderlan Cardoso, Mara Gabrielli, Daniella Ribeiro, Paulo Paim, Humberto Costa, Teresa Leitão e Jorge Kajuru, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 120](#))

4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado.



5. Em 10.03.2023, os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Efraim Filho, Randolfe Rodrigues, Professora Dorinha Seabra, Fernando Farias, Alan Rick e Giordano foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM). ([DSF de 11/03/2023, p. 8](#))
6. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDP). ([DSF de 21/03/2023, p. 73](#))
7. Em 11.04.2023, o Senador Marcelo Castro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Giordano, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 25/2023-BLDEM).
8. Em 10.05.2023, os Senadores Professora Dorinha Seabra, Fernando Farias, Alan Rick, Carlos Viana, Marcelo Castro, Cid Gomes, Alessandro Vieira e Randolfe Rodrigues tiveram suas posições como Suplentes modificadas na Comissão (Of. 42/2023-BLDEM). ([DSF de 11/05/2023, p. 252](#); [DSF de 11/05/2023, p. 252](#))
9. Em 10.05.2023, o Senador Irajá foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 47/2023-BLRESDEM). ([DSF de 11/05/2023, p. 253](#))
10. Em 07.06.2023, o Senador Dr. Hiran foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passa a ocupar a Comissão como membro suplente (Of. 26/2023-BLALIAN). ([DSF de 08/06/2023, p. 10](#))
11. Em 19.06.2023, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, em substituição ao Senador Dr. Hiran, que passa a ocupar a Comissão como membro suplente (Of. 31/2023-BLALIAN). ([DSF de 20/06/2023, p. 51](#))
12. Em 22.06.2023, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Alessandro Vieira, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 102/2023-BLDEM). ([DSF de 23/06/2023, p. 12](#))
13. Em 26.06.2023, o Senador Giordano foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Fernando Farias, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 103/2023-BLDEM). ([DSF de 27/06/2023, p. 51](#))
14. Em 06.07.2023, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que passa a membro suplente, em substituição ao Senador Zequinha Marinho, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 126/2023-BLVANG). ([DSF de 07/07/2023, p. 48](#))
15. Em 06.07.2023, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 109/2023-BLDEM). ([DSF de 07/07/2023, p. 49](#))
16. Em 06.07.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Izalci Lucas, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 112/2023-BLDEM). ([DSF de 07/07/2023, p. 51](#))
17. Em 12.07.2023 foi definida pelos líderes a distribuição da vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Democracia, Resistência Democrática e Vanguarda, cabendo nesta Comissão ao Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 81/2023-GLMDB). ([DSF de 13/07/2023, p. 149](#))
18. Em 02.08.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular e os Senadores Izalci Lucas e Mauro Carvalho Junior, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 118/2023-BLDEM). ([DSF de 03/08/2023, p. 112](#))
19. Em 08.08.2023, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que passa a integrar a comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 124/2023-BLDEM). ([DSF de 09/08/2023, p. 102](#))
20. Em 08.08.2023, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Irajá, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 81/2023-BLRESDEM). ([DSF de 09/08/2023, p. 100](#))
21. Em 15.08.2023, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Tereza Cristina, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. 39/2023-GABLI-DLALIAN). ([DSF de 16/08/2023, p. 196](#))
22. Em 17.08.2023, o Senador Irajá foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Margareth Buzetti, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 88/2023-BLRESDEM). ([DSF de 18/08/2023, p. 61](#))
23. Em 30.08.2023, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 94/2023-BLRESDEM). ([DSF de 31/08/2023, p. 163](#))
24. Em 12.09.2023, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro titular, em substituição ao Senador Lucas Barreto, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 99/2023-BLRESDEM). ([DSF de 13/09/2023, p. 217](#))
25. Em 13.09.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Marcos Rogério Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 119/2023-PRESIDÊNCIA/CCJ). ([DSF de 14/09/2023, p. 93](#))
26. Em 13.09.2023, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Laércio Oliveira, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. 48/2023-GABLI-DLALIAN). ([DSF de 14/09/2023, p. 94](#))
27. Em 13.09.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcio Bittar, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 143/2023-BLDEM). ([DSF de 14/09/2023, p. 97](#))
28. Em 13.09.2023, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 142/2023-BLDEM). ([DSF de 14/09/2023, p. 96](#))
29. Em 14.09.2023, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Efraim Filho, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 144/2023-BLDEM). ([DSF de 15/09/2023, p. 77](#))
30. Em 27.09.2023, os Senadores Alan Rick, Zequinha Marinho, Mauro Carvalho Junior, Efraim Filho e Professora Dorinha Seabra foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 155/2023-BLDEM). ([DSF de 27/09/2023, p. 95](#))
31. Em 27.09.2023, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, em substituição à Senadora Margareth Buzetti, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 104/2023-BLRESDEM). ([DSF de 28/09/2023, p. 179](#))
32. Em 28.09.2023, o Senador Fernando Farias foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Giordano, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 157/2023-BLDEM). ([DSF de 29/09/2023, p. 54](#))
33. Em 29.09.2023, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Tereza Cristina, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 52/2023-BLALIAN). ([DSF de 30/09/2023, p. 16](#))
34. Em 03.10.2023, o Senador Giordano foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Fernando Farias, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 158/2023-BLDEM). ([DSF de 04/10/2023, p. 162](#))
35. Em 04.10.2023, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro titular, em substituição ao Senador Omar Aziz, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 107/2023-BLRESDEM). ([DSF de 05/10/2023, p. 108](#))
36. Em 04.10.2023, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular, em substituição à Senadora Eliziane Gama, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 108/2023-BLRESDEM). ([DSF de 05/10/2023, p. 109](#))
37. Em 04.10.2023, os Senadores Efraim Filho e Professora Dorinha Seabra foram designados segundo e terceiro suplentes, respectivamente, em substituição aos Senadores Alan Rick e Zequinha Marinho, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 162/2023-BLDEM). ([DSF de 05/10/2023, p. 114](#))



38. Em 04.10.2023, o Senador Marcelo Castro foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jader Barbalho, que passa à suplência, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 97/2023-GLMDB). ([DSF de 05/10/2023, p. 107](#))
39. Em 04.10.2023, os Senadores Alan Rick e Zequinha Marinho foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 161/2023-BLDEM). ([DSF de 05/10/2023, p. 113](#))
40. Em 05.10.2023, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcelo Castro, que passa a compor a comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 163/2023-BLDEM). ([DSF de 06/10/2023, p. 78](#))
41. Em 05.10.2023, os Senadores Alan Rick, Zequinha Marinho e Mauro Carvalho Junior foram designados 5º, 10º e 11º suplentes, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 147/2023-BLDEM). ([DSF de 06/10/2023, p. 77](#))
42. Em 09.10.2023, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, em substituição ao Senador Sérgio Petecção, e o Senador Omar Aziz designado membro titular, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 109/2023-BLRESDM). ([DSF de 10/10/2023, p. 39](#))
43. Em 09.10.2023, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 150/2023-BLVANG). ([DSF de 10/10/2023, p. 40](#))
44. Em 10.10.2023, o Senador Fernando Farias foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Giordano, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 165/2023-BLDEM). ([DSF de 11/10/2023, p. 178](#))
45. Em 11.10.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Astronauta Marcos Pontes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 152/2023-BLVANG). ([DSF de 12/10/2023, p. 13](#))
46. Em 17.10.2023, o Senador Vandervan Cardoso foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 111/2023-BLRESDM). ([DSF de 18/10/2023, p. 146](#))
47. Em 18.10.2023, o Senador Giordano foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Fernando Farias, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 166/2023-BLDEM). ([DSF de 19/10/2023, p. 101](#))
48. Em 18.10.2023, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro titular, em substituição ao Senador Otto Alencar, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2023-BLRESDM). ([DSF de 19/10/2023, p. 99](#))
49. Em 18.10.2023, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 113/2023-BLRESDM). ([DSF de 19/10/2023, p. 100](#))
50. Em 31.10.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcio Bittar, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 167/2023-BLDEM). ([DSF de 01/11/2023, p. 81](#))
51. Vago em 02.11.2023, em razão do retorno do titular (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN). ([DSF de 01/11/2023, p. 84](#))
52. Em 07.11.2023, o Senador Jaques Wagner foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 169/2023-BLDEM). ([DSF de 08/11/2023, p. 199](#))
53. Em 13.11.2023, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jaques Wagner, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 170/2023-BLDEM). ([DSF de 14/11/2023, p. 70](#))
54. Em 20.11.2023, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Laércio Oliveira, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 59/2023-GABLID/BLALIAN). ([DSF de 21/11/2023, p. 43](#))
55. Em 21.11.2023, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Efraim Filho, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 173/2023-BLDEM). ([DSF de 22/11/2023, p. 136](#); [DSF de 28/11/2023, p. 22](#))
56. Em 27.11.2023, o Senador Jaques Wagner foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Paulo Paim, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 150/2023-GSFCONTA).
57. Em 06.12.2023, o Senador Alan Rick foi designado 2º membro suplente, em substituição ao Senador Efraim Filho, que passa à 5ª suplência, para compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 183/2023-BLDEM). ([DSF de 07/12/2023, p. 101](#))
58. Em 13.12.2023, o Senador Camilo Santana foi designado membro titular, em substituição à Senadora Augusta Brito, 1ª suplente da chapa, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 131/2023-RESDEM). ([DSF de 14/12/2023, p. 147](#))
59. Em 15.12.2023, a Senadora Augusta Brito foi designada membro titular, em substituição ao Senador Camilo Santana, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 135/2023-BLRESDM). ([DSF de 16/12/2023, p. 37](#))
60. Em 05.02.2024, o Senador Flávio Dino foi designado membro titular, em substituição à Senadora Ana Paula Lobato, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 03/2024-BLRESDM).
61. Vago em 21.02.2024, em razão da renúncia do titular.
62. Em 27.02.2024, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 06/2024-BLRESDM).
63. Em 08.04.2024, a Senadora Janaína Farias foi designada membro titular, em substituição à Senadora Augusta Brito, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 17/2024-BLRESDM).
64. Em 16.04.2024, o Senador Jaques Wagner foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 20/2024-BLRESDM).
65. Em 16.04.2024, o Senador Beto Faro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jaques Wagner, que passa a titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 20/2024-BLRESDM).
66. Em 17.04.2024, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada membro titular, em substituição ao Senador Marcio Bittar, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 23/2024-BLDEM).
67. Em 22.04.2024, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jaques Wagner, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 21/2024-BLRESDM).
68. Em 22.04.2024, o Senador Jaques Wagner foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Beto Faro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 21/2024-BLRESDM).
69. Em 07.05.2024, o Senador Jaques Wagner foi designado membro titular, em substituição ao Senador Rogério Carvalho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 27/2024-BLRESDM).
70. Em 07.05.2024, o Senador Beto Faro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jaques Wagner, que passa à titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 27/2024-BLRESDM).
71. Em 10.05.2024, o Senador Jaques Wagner foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Beto Faro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 30/2024-BLRESDM).
72. Em 10.05.2024, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jaques Wagner, que passa a suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 30/2024-BLRESDM).
73. Em 21.05.2024, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular, em substituição à Senadora Janaína Farias, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 36/2024-BLRESDM).



**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira

**Reuniões:** Quartas-Feiras 10:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-3972

**Fax:** 3303-4315

**E-mail:** ccj@senado.gov.br



## 4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Flávio Arns (PSB-PR) <sup>(4)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) <sup>(4,14)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO )</b>	
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) <sup>(3)</sup>	1. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) <sup>(3,6)</sup>
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) <sup>(3)</sup>	2. Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) <sup>(3,6)</sup>
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) <sup>(3)</sup>	3. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) <sup>(3,6)</sup>
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) <sup>(3)</sup>	4. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) <sup>(3,6,7,8)</sup>
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) <sup>(3)</sup>	5. Senadora Leila Barros (PDT-DF) <sup>(3)</sup>
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) <sup>(3)</sup>	6. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(3)</sup>
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) <sup>(3)</sup>	7. VAGO <sup>(15)</sup>
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) <sup>(3)</sup>	8.
Senador Cid Gomes (PSB-CE) <sup>(3)</sup>	9.
Senador Izalci Lucas (PL-DF) <sup>(3)</sup>	10.
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB )</b>	
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) <sup>(2)</sup>	1. Senador Irajá (PSD-TO) <sup>(2)</sup>
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) <sup>(2)</sup>	2. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) <sup>(2)</sup>
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(2)</sup>	3. VAGO <sup>(2,13)</sup>
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) <sup>(2)</sup>	4. Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) <sup>(2)</sup>
	5. Senador Sérgio Petecção (PSD-AC) <sup>(2)</sup>
Senadora Janaína Farias (PT-CE) <sup>(2,23)</sup>	6. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) <sup>(2)</sup>
Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(2)</sup>	7. Senador Jaques Wagner (PT-BA) <sup>(2)</sup>
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) <sup>(2)</sup>	8. Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(2)</sup>
Senador Flávio Arns (PSB-PR) <sup>(2)</sup>	9.
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO ) <sup>(9)</sup></b>	
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(1,11,16,19,20)</sup>	1. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) <sup>(1,11)</sup>
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) <sup>(1,11)</sup>	2. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) <sup>(1,11)</sup>
Senador Magno Malta (PL-ES) <sup>(1,11)</sup>	3. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) <sup>(1,11)</sup>
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) <sup>(1,11)</sup>	4. Senador Wilder Moraes (PL-GO) <sup>(12)</sup>
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) <sup>(17,18,21,22)</sup>	5. Senador Marcos Rogério (PL-RO) <sup>(17,18)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Romário (PL-RJ) <sup>(1,5,10)</sup>	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) <sup>(1,5,10)</sup>
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) <sup>(1,10)</sup>	2. Senador Dr. Hiran (PP-RR) <sup>(1,10)</sup>
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) <sup>(1,10)</sup>	3. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) <sup>(1,10)</sup>

**Notas:**

\*. 1 (uma) vaga compartilhada entre os Blocos, de acordo com o cálculo de proporcionalidade comunicado por meio dos Ofícios nºs 36 a 38/2023-SGM, em 28/02/2023.

1. Em 07.03.2023, os Senadores Wellington Fagundes, Carlos Portinho, Magno Malta, Astronauta Marcos Pontes, Laércio Oliveira, Esperidião Amin e Damares Alves foram designados membros titulares, e os Senadores Romário, Eduardo Gomes, Zequinha Marinho, Rogerio Marinho, Dr. Hiran e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG). ([DSF de 08/03/2023, p. 134](#))

2. Em 07.03.2023, os Senadores Jussara Lima, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso, Augusta Brito, Paulo Paim, Teresa Leitão e Flávio Arns foram designados membros titulares, e os Senadores Irajá, Lucas Barreto, Dr. Samuel Araújo, Daniella Ribeiro, Sérgio Petecção, Fabiano Contarato, Jaques Wagner e Humberto Costa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDM). ([DSF de 08/03/2023, p. 120](#))

3. Em 07.03.2023, os Senadores Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Carlos Viana, Styvenson Valentim, Cid Gomes e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Marcio Bittar, Soraya Thronicke, Alan Rick, Ivete Silveira, Leila Barros e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 126](#))

4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Flávio Arns e Cid Gomes Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.



5. Em 08.03.2023, o Senador Romário foi designado membro titular e o Senador Esperidião Amin, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 54/2023-BLVANG). ([DSF de 09/03/2023, p. 66](#))
6. Em 10.03.2023, os Senadores Ivete da Silveira, Marcio Bittar, Soraya Thronicke e Alan Rick foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM). ([DSF de 11/03/2023, p. 8](#))
7. Em 15.03.2023, o Senador Alan Rick deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. 09/2023-BLDEM). ([DSF de 16/03/2023, p. 141](#))
8. Em 15.03.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 11/2023-BLDEM). ([DSF de 16/03/2023, p. 142](#))
9. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDPP). ([DSF de 21/03/2023, p. 73](#))
10. Em 31.03.2023, os Senadores Romário (vaga cedida ao PL), Laércio Oliveira e Damares Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Esperidião Amin, Dr. Hiran e Hamilton Mourão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS, para compor a Comissão (Ofs. nºs 69/2023-BLVANG e 4/2023-GABLI/BLPPREP). ([DSF de 01/04/2023, p. 14](#))
11. Em 31.03.2023, os Senadores Wellington Fagundes, Carlos Portinho, Magno Malta e Astronauta Marcos Pontes foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Gomes, Zequinha Marinho e Rogerio Marinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 69/2023-BLVANG). ([DSF de 01/04/2023, p. 14](#))
12. Em 04.04.2023, o Senador Wilder Morais foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 75/2023-BLVANG). ([DSF de 05/04/2023, p. 106](#))
13. Vago em 11.06.2023, em razão do retorno do titular.
14. Em 30.05.2023, a Comissão reunida elegeu a Senadora Professora Dorinha Seabra Vice-Presidente deste colegiado, em razão de renúncia do Senador Cid Gomes (Of. 146/2023-CE).
15. Em 05.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 107/2023-BLDEM). ([DSF de 06/07/2023, p. 264](#))
16. Em 11.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 129/2023-BLVANG). ([DSF de 12/07/2023, p. 109](#))
17. Em 12.07.2023 foi definida pelos líderes a distribuição da vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Democracia, Resistência Democrática e Vanguarda, cabendo nesta Comissão ao Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 81/2023-GLMDB). ([DSF de 13/07/2023, p. 149](#))
18. Em 24.10.2023, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro titular e o Senador Marcos Rogério, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 154/2023-BLVANG). ([DSF de 25/10/2023, p. 193](#))
19. Vago em 02.11.2023, em razão do retorno do titular (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN).
20. Em 07.11.2023, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 171/2023-BLVANG). ([DSF de 08/11/2023, p. 201](#))
21. Em 29.11.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jaime Bagattoli, que deixa de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 183/2023-BLVANG). ([DSF de 30/11/2023, p. 402](#))
22. Em 26.02.2024, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 005/2024-BLVANG).
23. Em 08.04.2024, a Senadora Janaína Farias foi designada membro titular, em substituição à Senadora Augusta Brito, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 17/2024-BLREDEM).

**Secretário(a):** Andréia Mano Da Silva Tavares

**Telefone(s):** 3303-3498

**E-mail:** ce@senado.leg.br



#### 4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA

**Finalidade:** acompanhar as políticas de Alfabetização na Idade Certa, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

**(Requerimento 56, de 2023 - CE)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO )</b>	
Senador Cid Gomes (PSB-CE) <sup>(1)</sup>	1. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) <sup>(1)</sup>
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) <sup>(1)</sup>	2. Senadora Leila Barros (PDT-DF) <sup>(1)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB )</b>	
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) <sup>(1)</sup>	1. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) <sup>(1)</sup>
Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(1)</sup>	2. Senadora Janaína Farias (PT-CE) <sup>(1)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO )</b>	
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(2)</sup>	1. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) <sup>(2)</sup>

**Notas:**

1. Em 21.05.2024, os Senadores Cid Gomes e Professora Dorinha Seabra foram designados membros titulares e os Senadores Alessandro Vieira e Leila Barros, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia; e os Senadores Zenaide Maia e Paulo Paim, membros titulares e os Senadores Lucas Barreto e Janaína Farias, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a subcomissão (Of. nº 180/2024-CE).

2. Em 22.05.2024, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular e o Senador Astronauta Marcos Pontes, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a subcomissão (Of. nº 191/2024-CE).

**Secretário(a):** Andréia Mano Da Silva Tavares

**Telefone(s):** 3303-3498

**E-mail:** ce@senado.leg.br



## 4.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA DEBATER E AVALIAR O ENSINO MÉDIO NO BRASIL

**Finalidade:** debater e avaliar, no prazo de cento e oitenta dias, o Ensino Médio no Brasil, seus desafios e perspectivas.

**(Requerimento 5, de 2023 - CE)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Teresa Leitão (PT-PE) <sup>(2)</sup>

**Instalação:** 29/03/2023

**Prazo final:** 08/10/2023

**Prazo prorrogado:** 30/09/2024

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO )</b>	
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) <sup>(1)</sup>	1.
Senador Izalci Lucas (PL-DF) <sup>(1)</sup>	2.
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB )</b>	
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) <sup>(1)</sup>	1.
Senadora Augusta Brito (PT-CE) <sup>(1)</sup>	2.
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO )</b>	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) <sup>(1)</sup>	1.

**Notas:**

1. Em 27.03.2023, os Senadores Professora Dorinha Seabra e Izalci Lucas foram designadas membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Democracia; as Senadoras Teresa Leitão e Augusta Brito, membros titulares, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática; e o Senador Astronauta Marcos Pontes, membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 17/2023-CE).

2. Em 28.03.2023, a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Teresa Leitão Presidente deste colegiado (Of. 18/2023-CE).

\*. Em 12.12.2023 a Comissão de Educação e Cultura aprovou o Requerimento nº 141/2023-CE, da Senadora Teresa Leitão, para prorrogação do prazo de funcionamento desta Subcomissão até 31 de setembro de 2024 (Of. nº 509/2023-CE).

**Secretário(a):** Andréia Mano Da Silva Tavares

**E-mail:** ce@senado.leg.br



**5) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA,  
FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC**

**Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes**

**PRESIDENTE: Senador Omar Aziz (PSD-AM) <sup>(4)</sup>**

**VICE-PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(10)</sup>**

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO )</b>	
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) <sup>(3)</sup>	1. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) <sup>(3)</sup>
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) <sup>(3)</sup>	2. Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) <sup>(3)</sup>
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) <sup>(3)</sup>	3. Senador Izalci Lucas (PL-DF) <sup>(3)</sup>
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) <sup>(3)</sup>	4. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) <sup>(8)</sup>
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) <sup>(3)</sup>	5. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) <sup>(13)</sup>
Senador Cid Gomes (PSB-CE) <sup>(3)</sup>	6. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) <sup>(14)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB )</b>	
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) <sup>(2)</sup>	1. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(2,7)</sup>
Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(2,7)</sup>	2. Senadora Jussara Lima (PSD-PI) <sup>(2)</sup>
Senador Omar Aziz (PSD-AM) <sup>(2,5)</sup>	3. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) <sup>(2)</sup>
Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(2)</sup>	4. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(2)</sup>
Senador Beto Faro (PT-PA) <sup>(2,15)</sup>	5. Senador Randolfe Rodrigues (S/Partido-AP) <sup>(2,15,23)</sup>
Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) <sup>(6,20)</sup>	6. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) <sup>(19)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO ) <sup>(9)</sup></b>	
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) <sup>(1,11)</sup>	1. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) <sup>(1,11)</sup>
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) <sup>(1,11)</sup>	2. Senador Marcos Rogério (PL-RO) <sup>(1,11,16)</sup>
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) <sup>(1,11)</sup>	3. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) <sup>(11,16,18,21)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Ireneu Orth (PP-RS) <sup>(1,12,22)</sup>	1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) <sup>(1,12,17)</sup>
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) <sup>(1,12)</sup>	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) <sup>(1,12)</sup>

**Notas:**

- Em 07.03.2023, os Senadores Eduardo Girão, Rogerio Marinho, Flávio Bolsonaro, Luis Carlos Heinze e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Jaime Bagattoli, Ciro Nogueira, Esperidião Amin e Damares Alves membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG). ([DSF de 08/03/2023, p. 134](#))
- Em 07.03.2023, os Senadores Mara Gabrilli, Nelsinho Trad, Sérgio Petecão, Humberto Costa e Fabiano Contarato foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Jussara Lima, Vanderlan Cardoso, Rogério Carvalho e Beto Faro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 120](#))
- Em 07.03.2023, os Senadores Sergio Moro, Rodrigo Cunha, Renan Calheiros, Eduardo Braga, Styvenson Valentim e Cid Gomes foram designados membros titulares; e os Senadores Soraya Thronicke, Marcos do Val e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 126](#))
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Omar Aziz Presidente deste colegiado (Of. 1/2023-SACTFC). ([DSF de 10/03/2023, p. 83](#))
- Em 08.03.2023, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLRESDEM). ([DSF de 09/03/2023, p. 56](#))
- Em 09.03.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 13/2023-BLRESDEM). ([DSF de 10/03/2023, p. 87](#))
- Em 09.03.2023, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 14/2023-BLRESDEM). ([DSF de 10/03/2023, p. 88](#))
- Em 15.03.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 11/2023-BLDEM). ([DSF de 16/03/2023, p. 142](#))
- Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP). ([DSF de 21/03/2023, p. 73](#))
- Em 22.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Otto Alencar Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2023-SACTFC). ([DSF de 23/03/2023, p. 110](#))
- Em 31.03.2023, os Senadores Eduardo Girão, Rogerio Marinho e Flávio Bolsonaro foram designados membros titulares e o Senador Jaime Bagattoli, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 69/2023-BLVANG). ([DSF de 01/04/2023, p. 14](#); [DSF de 01/04/2023, p. 14](#))



12. Em 31.03.2023, os Senadores Luis Carlos Heinze e Cleitinho foram designados membros titulares e os Senadores Esperidião Amin e Damares Alves, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS, para compor a comissão (Of. nº 04/2023-GABLIID-BLPPREP). ([DSF de 01/04/2023, p. 16](#))
13. Em 13.04.2023, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 28/2023-BLDEM). ([DSF de 14/04/2023, p. 55](#))
14. Em 25.04.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 30/2023-BLDEM). ([DSF de 26/04/2023, p. 118](#); [DSF de 26/04/2023, p. 118](#))
15. Em 14.08.2023, o Senador Beto Faro foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 84/2023-BLRESDM). ([DSF de 15/08/2023, p. 54](#))
16. Em 24.10.2023, os Senadores Marcos Rogério e Romário foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 155/2023-BLVANG). ([DSF de 25/10/2023, p. 194](#))
17. Em 02.02.2024, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Esperidião Amin, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 001/2024-GABLIID/BLALIAN).
18. Em 07.02.2024, o Senador Romário deixa de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 04/2024-BLVANG).
19. Em 05.03.2024, o Senador Lucas Barreto foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em vaga cedida pelo PSB ao PSD, para compor a comissão (Of. nº 07/2024-BLRESDM).
20. Em 14.03.2024, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada membro titular, em substituição ao Senador Jorge Kajuru, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 08/2024-BLRESDM).
21. Em 09.04.2024, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, em vaga cedida ao Progressistas, para compor a comissão (Of. nº 17/2024-BLVANG).
22. Em 10.04.2024, o Senador Ireneu Orth foi designado membro titular, em substituição ao Senador Luis Carlos Heinze, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 14/2024-BLALIAN).
23. Em 15.05.2024, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 32/2024-BLRESDM).

**Secretário(a):** Oscar Perné do Carmo Júnior

**Reuniões:** Terças-feiras 11:30 horas -

**Telefone(s):** 61 33033519

**E-mail:** ctfc@senado.leg.br



## 6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(4)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) <sup>(4)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO )</b>	
Senador Randolfe Rodrigues (S/Partido-AP) <sup>(3)</sup>	1. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) <sup>(3)</sup>
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) <sup>(3)</sup>	2. Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) <sup>(3)</sup>
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) <sup>(3)</sup>	3. Senador Giordano (MDB-SP) <sup>(3,6,9)</sup>
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) <sup>(3)</sup>	4. Senador Weverton (PDT-MA) <sup>(3)</sup>
Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) <sup>(3,12)</sup>	5. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) <sup>(3)</sup>
Senadora Leila Barros (PDT-DF) <sup>(3)</sup>	6.
Senador Izalci Lucas (PL-DF) <sup>(3)</sup>	7.
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB )</b>	
Senadora Mara Gabriilli (PSD-SP) <sup>(2)</sup>	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(2)</sup>
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) <sup>(2)</sup>	2. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) <sup>(2)</sup>
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) <sup>(2)</sup>	3. Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) <sup>(2,8,15)</sup>
Senadora Janaína Farias (PT-CE) <sup>(2,16)</sup>	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(2)</sup>
Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(2)</sup>	5. VAGO <sup>(2,10)</sup>
Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(2)</sup>	6. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) <sup>(2)</sup>
Senador Flávio Arns (PSB-PR) <sup>(2)</sup>	7. Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO ) <sup>(7)</sup></b>	
Senador Magno Malta (PL-ES) <sup>(1)</sup>	1. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) <sup>(11)</sup>
Senador Romário (PL-RJ) <sup>(1)</sup>	2.
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) <sup>(5)</sup>	3.
<b>Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) <sup>(1)</sup>	1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) <sup>(1,13,14)</sup>
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) <sup>(1)</sup>	2. Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) <sup>(1)</sup>

**Notas:**

- Em 07.03.2023, os Senadores Magno Malta, Romário, Dr. Hiran e Damares Alves foram designados membros titulares, e os Senadores Eduardo Girão, Laércio Oliveira e Cleitinho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG). ([DSF de 08/03/2023, p. 134](#))
- Em 07.03.2023, os Senadores Mara Gabriilli, Zenaide Maia, Jussara Lima, Augusta Brito, Paulo Paim, Humberto Costa e Flávio Arns foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Lucas Barreto, Dr. Samuel Araújo, Nelsinho Trad, Eliziane Gama, Fabiano Contarato e Ana Paula Lobato, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 120](#))
- Em 07.03.2023, os Senadores Randolfe Rodrigues, Professora Dorinha Seabra, Renan Calheiros, Ivete Silveira, Carlos Viana, Leila Barros e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Soraya Thronicke, Marcio Bittar, Alan Rick, Weverton e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 126](#))
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim e a Senadora Zenaide Maia Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
- Em 08.03.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 54/2023-BLVANG). ([DSF de 09/03/2023, p. 66](#))
- Em 15.03.2023, o Senador Alan Rick deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. 09/2023-BLDEM). ([DSF de 16/03/2023, p. 141](#))
- Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP). ([DSF de 21/03/2023, p. 73](#))
- Em 23.03.2023, o Senador Dr. Samuel Araújo deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 24/2023-BLREDEM). ([DSF de 24/03/2023, p. 75](#))
- Em 31.05.2023, o Senador Giordano foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 56/2023-BLDEM). ([DSF de 01/06/2023, p. 103](#))
- Em 19.06.2023, a Senadora Eliziane Gama deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 72/2023-BLREDEM). ([DSF de 20/06/2023, p. 54](#))
- Em 02.08.2023, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 133/2023-BLVANG). ([DSF de 03/08/2023, p. 113](#))

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)  
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



12. Em 29.08.2023, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 133/2023-BLDEM). ([DSF de 30/08/2023, p. 168](#))

13. Em 30.08.2023, o Senador Laércio Oliveira deixou de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 42/2023-BLALIAN). ([DSF de 31/08/2023, p. 164](#))

14. Em 02.02.2024, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 001/2024-GABLD/BLALIAN).

15. Em 05.02.2024, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 03/2024-BLREDEM).

16. Em 08.04.2024, a Senadora Janaína Farias foi designada membro titular, em substituição à Senadora Augusta Brito, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 17/2024-BLREDEM).

**Secretário(a):** Christiano De Oliveira Emery

**Reuniões:** Quartas-feiras 11:00 -

**Telefone(s):** 3303-2005

**E-mail:** cdh@senado.leg.br



## 7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Renan Calheiros (MDB-AL) <sup>(4)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cid Gomes (PSB-CE) <sup>(7)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO )</b>	
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) <sup>(3)</sup>	1. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) <sup>(3,6)</sup>
Senador Randolfe Rodrigues (S/Partido-AP) <sup>(3,6)</sup>	2. Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) <sup>(3,6)</sup>
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) <sup>(3)</sup>	3. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) <sup>(3,6)</sup>
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) <sup>(3)</sup>	4. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) <sup>(3,6)</sup>
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) <sup>(3,14,16)</sup>	5. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) <sup>(3,14,16)</sup>
Senador Cid Gomes (PSB-CE) <sup>(3,8)</sup>	6. Senadora Leila Barros (PDT-DF) <sup>(3,8)</sup>
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) <sup>(3)</sup>	7. Senador Izalci Lucas (PL-DF) <sup>(3)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB )</b>	
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) <sup>(2)</sup>	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(2)</sup>
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(2)</sup>	2. Senador Omar Aziz (PSD-AM) <sup>(2)</sup>
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) <sup>(2)</sup>	3. Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) <sup>(2,19,20)</sup>
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) <sup>(2)</sup>	4. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(2)</sup>
Senador Jaques Wagner (PT-BA) <sup>(2)</sup>	5. Senador Beto Faro (PT-PA) <sup>(2)</sup>
Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(2)</sup>	6. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) <sup>(2)</sup>
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) <sup>(2)</sup>	7. Senador Flávio Arns (PSB-PR) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO ) <sup>(9)</sup></b>	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) <sup>(1,11)</sup>	1. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) <sup>(1,11)</sup>
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(1,11,15,17,18,21,22)</sup>	2. Senador Wilder Moraes (PL-GO) <sup>(1,11)</sup>
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) <sup>(1,5,11)</sup>	3. Senador Magno Malta (PL-ES) <sup>(5,10,11,13)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) <sup>(1,12)</sup>	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) <sup>(1,12)</sup>
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) <sup>(1,12)</sup>	2. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) <sup>(1,12)</sup>

**Notas:**

- Em 07.03.2023, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes, Romário, Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Carlos Portinho, Wilder Moraes, Ciro Nogueira e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG). ([DSF de 08/03/2023, p. 134](#))
- Em 07.03.2023, os Senadores Daniella Ribeiro, Nelsinho Trad, Mara Gabrilli, Vanderlan Cardoso, Jaques Wagner, Humberto Costa e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz, Margareth Buzetti, Sérgio Petecão, Beto Faro, Fabiano Contarato e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 120](#))
- Em 07.03.2023, os Senadores Professora Dorinha Seabra, Efraim Filho, Renan Calheiros, Fernando Dueire, Marcos do Val, Leila Barros e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Sergio Moro, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Ivete Silveira, Carlos Viana, Cid Gomes e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 126](#))
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Renan Calheiros Presidente deste colegiado (Of. 1/2023-CRE). ([DSF de 09/03/2023, p. 49](#))
- Em 08.03.2023, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro titular e o Senador Romário, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 54/2023-BLVANG). ([DSF de 09/03/2023, p. 67](#))
- Em 10.03.2023, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular; e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Sergio Moro, Ivete da Silveira e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM). ([DSF de 11/03/2023, p. 8](#))
- Em 16.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senado Cid Gomes Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2023-CRE). ([DSF de 17/03/2023, p. 90](#))
- Em 16.03.2023, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, em substituição à Senadora Leila Barros, que passou a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2023-BLDEM). ([DSF de 17/03/2023, p. 92](#))
- Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP). ([DSF de 21/03/2023, p. 73](#))
- Em 31.03.2023, o Senador Romário deixou de compor a Comissão pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 69/2023-BLVANG). ([DSF de 01/04/2023, p. 14](#))



11. Em 31.03.2023, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes e Tereza Cristina (vaga cedida ao PP) foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Portinho e Wilder Moraes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 69/2023-BLVANG). ([DSF de 01/04/2023, p. 14](#))
12. Em 31.03.2023, os Senadores Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 4/2023-GABLIID/BLPPREP). ([DSF de 01/04/2023, p. 16](#))
13. Em 19.05.2023, o Senador Magno Malta foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 104/2023-BLVANG). ([DSF de 20/05/2023, p. 15](#))
14. Em 06.07.2023, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar Democracia, deixando de ocupar vaga de membro suplente na Comissão (Of. nº 110/2023-BLDEM). ([DSF de 07/07/2023, p. 50](#))
15. Em 07.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 128/2023-BLVANG). ([DSF de 08/07/2023, p. 35](#))
16. Em 08.08.2023, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que passa a integrar a comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 125/2023-BLDEM). ([DSF de 09/08/2023, p. 103](#))
17. Vago em 02.11.2023, em razão do retorno do titular (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN).
18. Em 07.11.2023, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 174/2023-BLVANG). ([DSF de 08/11/2023, p. 204](#))
19. Em 22.11.2023, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Margareth Buzetti, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 121/2023-BLRESDEM). ([DSF de 23/11/2023, p. 139](#))
20. Em 28.11.2023, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Fávaro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 123/2023-BLRESDEM). ([DSF de 29/11/2023, p. 179](#))
21. Em 28.02.2024, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 008/2024-BLVANG).
22. Em 29.02.2024, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 09/2024-BLVANG).

**Secretário(a):** Marcos Aurélio Pereira

**Reuniões:** Quintas-feiras 10:00 - Ala Alexandre Costa, Sala 7

**Telefone(s):** 3303-5919

**E-mail:** cre@senado.leg.br



## 7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DEFESA CIBERNÉTICA

**Finalidade:** acompanhar a política pública relacionada à defesa cibernética.

**(Requerimento 20, de 2023 - CRE)**

**Número de membros:** 3 titulares e 3 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Esperidião Amin (PP-SC) <sup>(2)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO )</b>	
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) <sup>(1)</sup>	1. Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) <sup>(1,3)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB )</b>	
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(1)</sup>	1. Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) <sup>(1)</sup>
<b>Blocos Parlamentares Vanguarda (PL, NOVO) e Aliança (PP,REPUBLICANOS)</b>	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) <sup>(1)</sup>	1. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) <sup>(1)</sup>

**Notas:**

- Em 25.04.2024, o Senador Fernando Dueire foi designado membro titular e o Senador Izalci Lucas, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia; o Senador Nelsinho Trad, membro titular e o Senador Chico Rodrigues, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática; e o Senador Esperidião Amin, membro titular e o Senador Astronauta Marcos Pontes, membro suplente, pelos Blocos Parlamentares Vanguarda e Aliança, para compor a subcomissão (Of. nº 4/2024-CRE).
- Em 14.05.2024, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Esperidião Amin Presidente deste colegiado (Of. nº 06/2024-CRE).
- Em 17.05.2024, o Senador Sergio Moro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Izalci Lucas, que deixa de compor a subcomissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Ofs. nºs 7/2024-CRE e 38/2024-BLDEM).

**Secretário(a):** Marcos Aurélio Pereira

**Reuniões:** Quintas-feiras 10:00 - Ala Alexandre Costa, Sala 7

**Telefone(s):** 3303-5919

**E-mail:** cre@senado.leg.br



## 8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Confúcio Moura (MDB-RO) <sup>(3)</sup>VICE-PRESIDENTE: Senadora Augusta Brito (PT-CE) <sup>(9)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO )</b>	
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) <sup>(2)</sup>	1. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) <sup>(2)</sup>
Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) <sup>(2)</sup>	2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) <sup>(2,5,10)</sup>
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) <sup>(2)</sup>	3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) <sup>(2,5,6,10)</sup>
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) <sup>(2)</sup>	4. Senador Fernando Farias (MDB-AL) <sup>(2,5,10)</sup>
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) <sup>(2)</sup>	5. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) <sup>(2,10)</sup>
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) <sup>(2)</sup>	6. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) <sup>(2,10,14)</sup>
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) <sup>(2)</sup>	7. Senador Cid Gomes (PSB-CE) <sup>(2,10)</sup>
Senador Weverton (PDT-MA) <sup>(2)</sup>	8. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) <sup>(2,10)</sup>
Senador Marcos Rogério (PL-RO) <sup>(2,24)</sup>	9. Senador Randolfe Rodrigues (S/Partido-AP) <sup>(2,10)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB )</b>	
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) <sup>(4)</sup>	1. Senador Irajá (PSD-TO) <sup>(4)</sup>
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) <sup>(4)</sup>	2. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(4,11,13)</sup>
Senador Lucas Barreto (PSD-AP) <sup>(4)</sup>	3. Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) <sup>(4,16,17,19,20)</sup>
Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(4,8,20,21)</sup>	4. Senador Omar Aziz (PSD-AM) <sup>(4)</sup>
Senadora Augusta Brito (PT-CE) <sup>(4)</sup>	5. Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(4)</sup>
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) <sup>(4)</sup>	6. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(4)</sup>
Senador Beto Faro (PT-PA) <sup>(4)</sup>	7. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) <sup>(4)</sup>
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) <sup>(4)</sup>	8. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) <sup>(4)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO ) <sup>(7)</sup></b>	
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(1,12,15)</sup>	1. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) <sup>(1)</sup>
Senador Wilder Morais (PL-GO) <sup>(1)</sup>	2. Senador Jorge Seif (PL-SC) <sup>(1,18,23)</sup>
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) <sup>(1)</sup>	3. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) <sup>(1)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) <sup>(1)</sup>	1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) <sup>(1)</sup>
Senador Ireneu Orth (PP-RS) <sup>(1,22)</sup>	2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) <sup>(1)</sup>
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) <sup>(1)</sup>	3. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) <sup>(1)</sup>

**Notas:**

- Em 07.03.2023, os Senadores Wellington Fagundes, Wilder Morais, Eduardo Gomes, Tereza Cristina, Luis Carlos Heinze e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Jaime Bagattoli, Jorge Seif, Astronauta Marcos Pontes, Laércio Oliveira, Esperidião Amin e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG). ([DSF de 08/03/2023, p. 134](#))
- Em 07.03.2023, os Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Rodrigo Cunha, Eduardo Braga, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Carlos Viana, Weverton e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Efraim Filho, Alan Rick, Randolfe Rodrigues, Jader Barbalho, Fernando Farias, Marcelo Castro, Oriovisto Guimarães, Cid Gomes e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 126](#))
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Confúcio Moura Presidente deste colegiado.
- Em 07.03.2023, os Senadores Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Lucas Barreto, Sérgio Petecão, Augusta Brito, Teresa Leitão, Beto Faro e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Irajá, Dr. Samuel Araújo, Margareth Buzetti, Omar Aziz, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Fabiano Contarato e Jorge Kajuru, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 120](#))
- Em 10.03.2023, os Senadores Jader Barbalho, Alan Rick e Randolfe Rodrigues foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM). ([DSF de 11/03/2023, p. 10](#))
- Em 15.03.2023, o Senador Alan Rick deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. 09/2023-BLDEM). ([DSF de 16/03/2023, p. 141](#))
- Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP). ([DSF de 21/03/2023, p. 73](#))
- Em 23.03.2023, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 22/2023-BLRESDEM). ([DSF de 24/03/2023, p. 73](#))

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)  
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



9. Em 21.03.2023, a Comissão reunida elegeu a Senadora Augusta Brito Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 29/2023-CI). ([DSF de 28/03/2023, p. 40](#))
10. Em 16.05.2023, os Senadores Alan Rick, Jader Barbalho, Fernando Farias, Marcelo Castro, Oriovisto Guimarães, Cid Gomes, Alessandro Vieira e Randolfe Rodrigues tiveram suas posições como suplentes modificadas na Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 44/2023-BLDEM). ([DSF de 17/05/2023, p. 210](#))
11. Vago em 11.06.2023, em razão do retorno do titular.
12. Em 05.07.2023, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 123/2023-BLVANG). ([DSF de 06/07/2023, p. 265](#))
13. Em 15.08.2023, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 87/2023-BLRESDEM). ([DSF de 16/08/2023, p. 199](#))
14. Em 21.09.2023, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 145/2023-BLDEM). ([DSF de 22/09/2023, p. 8](#))
15. Em 10.11.2023, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcos Rogério, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 176/2023-BLVANG). ([DSF de 11/11/2023, p. 10](#))
16. Em 22.11.2023, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Margareth Buzetti, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 121/2023-BLRESDEM). ([DSF de 23/11/2023, p. 139](#))
17. Em 28.11.2023, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Fávaro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 123/2023-BLRESDEM). ([DSF de 29/11/2023, p. 179](#))
18. Em 29.11.2023, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jorge Seif, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 182/2023-BLVANG). ([DSF de 30/11/2023, p. 401](#))
19. Em 13.12.2023, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Margareth Buzeth, 1ª suplente da chapa, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 132/2023-RESDEM). ([DSF de 14/12/2023, p. 148](#))
20. Em 21.12.2023, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, em substituição ao Senador Otto Alencar, e a Senadora Margareth Buzetti, membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Fávaro, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 138/2023-BLRESDEM). ([DSF de 22/12/2023, p. 13](#))
21. Em 02.02.2024, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, em substituição à Senadora Eliziane Gama, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 02/2024-BLRESDEM).
22. Em 10.04.2024, o Senador Ireneu Orth foi designado membro titular, em substituição ao Senador Luis Carlos Heinze, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 14/2024-BLALIAN).
23. Em 09.05.2024, o Senador Jorge Seif foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Portinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 22/2024-BLVANG).
24. Em 22.05.2024, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, em substituição ao Senador Izalci Lucas, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 42/2024-BLDEM).

**Secretário(a):** Thales Roberto Furtado Morais

**Reuniões:** Terças-Feiras 9:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-4607

**Fax:** 61 3303-3286

**E-mail:** ci@senado.gov.br



## 9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Marcelo Castro (MDB-PI) <sup>(3)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cid Gomes (PSB-CE) <sup>(3)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO )</b>	
Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) <sup>(2)</sup>	1. Senador Fernando Farias (MDB-AL) <sup>(2,5)</sup>
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) <sup>(2)</sup>	2. Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) <sup>(2,5)</sup>
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) <sup>(2)</sup>	3. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) <sup>(2,5)</sup>
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) <sup>(2)</sup>	4. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) <sup>(2,5)</sup>
Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) <sup>(2,5,10)</sup>	5. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) <sup>(2)</sup>
Senador Cid Gomes (PSB-CE) <sup>(2)</sup>	6. Senador Izalci Lucas (PL-DF) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB )</b>	
Senador Irajá (PSD-TO) <sup>(4)</sup>	1. Senador Omar Aziz (PSD-AM) <sup>(4)</sup>
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(4)</sup>	2. Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) <sup>(4)</sup>
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) <sup>(4)</sup>	3. Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) <sup>(4,11,12,13)</sup>
Senador Beto Faro (PT-PA) <sup>(4)</sup>	4. Senadora Janaína Farias (PT-CE) <sup>(4,14)</sup>
Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(4)</sup>	5. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) <sup>(4)</sup>
Senador Jaques Wagner (PT-BA) <sup>(6)</sup>	6. Senador Randolfe Rodrigues (S/Partido-AP) <sup>(9)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO ) <sup>(7)</sup></b>	
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) <sup>(1)</sup>	1. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) <sup>(1)</sup>
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) <sup>(1)</sup>	2. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) <sup>(1)</sup>
Senador Jorge Seif (PL-SC) <sup>(1)</sup>	3. Senador Wilder Morais (PL-GO) <sup>(1,8)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) <sup>(1)</sup>	1. Senador Dr. Hiran (PP-RR) <sup>(1)</sup>
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) <sup>(1)</sup>	2. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) <sup>(1)</sup>

**Notas:**

- Em 07.03.2023, os Senadores Flávio Bolsonaro, Rogerio Marinho, Jorge Seif, Laércio Oliveira e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Eduardo Girão, Zequinha Marinho, Dr. Hiran e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG). ([DSF de 08/03/2023, p. 134](#))
- Em 07.03.2023, os Senadores Davi Alcolumbre, Efraim Filho, Eduardo Braga, Marcelo Castro, Carlos Viana e Cid Gomes foram designados membros titulares; e os Senadores Rodrigo Cunha, Professora Dorinha Seabra, Fernando Farias, Ivete da Silveira, Alan Rick e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 126](#))
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Marcelo Castro e Cid Gomes Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 001/2023-CDR). ([DSF de 10/03/2023, p. 84](#))
- Em 07.03.2023, os Senadores Irajá, Sérgio Petecão, Angelo Coronel, Beto Faro e Paulo Paim foram designados membros titulares, e os Senadores Omar Aziz, Zenaide Maia, Otto Alencar, Augusta Brito e Teresa Leitão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDM). ([DSF de 08/03/2023, p. 120](#))
- Em 10.03.2023, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular e os Senadores Fernando Farias, Rodrigo Cunha, Ivete da Silveira e Professora Dorinha Seabra, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM). ([DSF de 11/03/2023, p. 8](#))
- Em 14.03.2023, o Senador Jaques Wagner foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em vaga cedida pelo PSB, para compor a Comissão (Of. 16/2023-BLRESDM). ([DSF de 15/03/2023, p. 161](#))
- Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP). ([DSF de 21/03/2023, p. 73](#))
- Em 17.08.2023, o Senador Wilder Morais foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Zequinha Marinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 138/2023-BLVANG). ([DSF de 18/08/2023, p. 59](#))
- Em 31.08.2023, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 95/2023-BLRESDM). ([DSF de 01/09/2023, p. 55](#))
- Em 31.08.2023, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 135/2023-BLDEM). ([DSF de 01/09/2023, p. 56](#))
- Em 30.10.2023, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Otto Alencar, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 115/2023-BLRESDM). ([DSF de 31/10/2023, p. 35](#))
- Em 22.11.2023, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Margareth Buzetti, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 121/2023-BLRESDM). ([DSF de 23/11/2023, p. 139](#))



13. Em 28.11.2023, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Fávaro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 123/2023-BLRESDEM). ([DSF de 29/11/2023, p. 179](#))

14. Em 08.04.2024, a Senadora Janaína Farias foi designada membro suplente, em substituição à Senadora Augusta Brito, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 17/2024-BLRESDEM).

**Secretário(a):** Marcus Guevara Sousa de Carvalho

**Reuniões:** Quartas-Feiras 14:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-4282

**Fax:** 3303-1627

**E-mail:** cdr@senado.gov.br



## 10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) <sup>(4,13,16)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) <sup>(10)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO )</b>	
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) <sup>(3)</sup>	1. Senador Giordano (MDB-SP) <sup>(3,5)</sup>
Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) <sup>(3,12)</sup>	2. Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) <sup>(3,5)</sup>
Senador Fernando Farias (MDB-AL) <sup>(3,23,26)</sup>	3. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) <sup>(3,5)</sup>
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) <sup>(3)</sup>	4. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) <sup>(3,5,15,22,27)</sup>
Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) <sup>(3,14)</sup>	5. Senador Weverton (PDT-MA) <sup>(3)</sup>
Senador Izalci Lucas (PL-DF) <sup>(3)</sup>	6. Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) <sup>(11,12,15,17)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB )</b>	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(2)</sup>	1. Senadora Jussara Lima (PSD-PI) <sup>(2)</sup>
Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) <sup>(2,24,25)</sup>	2. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) <sup>(2,18)</sup>
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) <sup>(2)</sup>	3. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) <sup>(2)</sup>
Senador Beto Faro (PT-PA) <sup>(2)</sup>	4. Senadora Janaína Farias (PT-CE) <sup>(2,28)</sup>
Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(2)</sup>	5. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) <sup>(2)</sup>
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) <sup>(2)</sup>	6. Senador Flávio Arns (PSB-PR) <sup>(8)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO ) <sup>(6)</sup></b>	
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) <sup>(1)</sup>	1. Senador Wilder Morais (PL-GO) <sup>(1)</sup>
Senador Jorge Seif (PL-SC) <sup>(1)</sup>	2. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) <sup>(1,7,9)</sup>
Senador Marcos Rogério (PL-RO) <sup>(1,19)</sup>	3. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) <sup>(1,20,21)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Ireneu Orth (PP-RS) <sup>(1,29)</sup>	1. Senadora Tereza Cristina (PP-MS) <sup>(1)</sup>
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) <sup>(1)</sup>	2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) <sup>(1)</sup>

**Notas:**

- Em 07.03.2023, os Senadores Jaime Bagattoli, Jorge Seif, Zequinha Marinho, Luis Carlos Heinze e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Wilder Morais, Eduardo Girão, Rogerio Marinho, Tereza Cristina e Esperidião Amin membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG). ([DSF de 08/03/2023, p. 134](#))
- Em 07.03.2023, os Senadores Sérgio Petecão, Margareth Buzetti, Eliziane Gama, Beto Faro, Humberto Costa e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Jussara Lima, Otto Alencar, Angelo Coronel, Augusta Brito e Teresa Leitão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 120](#))
- Em 07.03.2023, os Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Fernando Farias, Jader Barbalho, Davi Alcolumbre, Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Sergio Moro, Efraim Filho, Giordano, Ivete da Silveira e Weverton, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 126](#))
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu a Senadora Soraya Thronicke Presidente deste colegiado (Of. 1/2023-CRA). ([DSF de 09/03/2023, p. 48](#))
- Em 10.03.2023, os Senadores Giordano, Sergio Moro, Ivete da Silveira e Efraim Filho, foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM). ([DSF de 11/03/2023, p. 8](#))
- Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP). ([DSF de 21/03/2023, p. 73](#))
- Em 22.03.2023, o Senador Eduardo Girão deixou de compor a Comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 61/2023-BLVANG). ([DSF de 23/03/2023, p. 116](#))
- Em 23.03.2023, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 21/2023-BLREDEM). ([DSF de 24/03/2023, p. 72](#))
- Em 16.05.2023, o Senador Laercio Oliveira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 94/2023-BLVANG). ([DSF de 17/05/2023, p. 213](#))
- Em 05.07.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Jaime Bagattoli Vice-Presidente deste colegiado (Of. 36/2023-CRA). ([DSF de 06/07/2023, p. 261](#))
- Em 05.07.2023, o Senador Alan Rick foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 106/2023-BLDEM). ([DSF de 06/07/2023, p. 263](#))
- Em 1º.08.2023, o Senador Alan Rick foi designado membro titular, em substituição à Senadora Soraya Thronicke, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 108/2023-BLDEM). ([DSF de 02/08/2023, p. 85](#))
- Vago em 1º.08.2023, em virtude de a Senadora Soraya Thronicke deixar de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 108/2023-BLDEM). ([DSF de 02/08/2023, p. 85](#))

14. Em 1º.08.2023, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, em substituição ao Senador Davi Alcolumbre, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 113/2023-BLDEM). ([DSF de 02/08/2023, p. 86](#))
15. Em 02.08.2023, os Senadores Mauro Carvalho Junior e Efraim Filho foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 117/2023-BLDEM). ([DSF de 03/08/2023, p. 111](#))
16. Em 09.08.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Alan Rick Presidente deste colegiado (Of. 38/2023-CRA). ([DSF de 10/08/2023, p. 68](#))
17. Em 15.08.2023, o Senador Marcio Bittar foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Efraim Filho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 128/2023-BLDEM). ([DSF de 16/08/2023, p. 200](#))
18. Em 15.08.2023, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Otto Alencar, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 86/2023-BLRESDM). ([DSF de 16/08/2023, p. 198](#))
19. Em 29.08.2023, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, em substituição ao Senador Zequinha Marinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 141/2023-BLVANG). ([DSF de 30/08/2023, p. 165](#))
20. Em 28.09.2023, o Senador Romário foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Rogerio Marinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 147/2023-BLVANG). ([DSF de 29/09/2023, p. 53](#))
21. Em 04.10.2023, o Senador Rogerio Marinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romário, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 150/2023-BLVANG). ([DSF de 05/10/2023, p. 110](#))
22. Vago em 02.11.2023, em razão do retorno do titular (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN).
23. Em 14.11.2023, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fernando Farias, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 172/2023-BLDEM). ([DSF de 15/11/2023, p. 242](#))
24. Em 22.11.2023, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro titular, em substituição à Senadora Margareth Buzetti, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 121/2023-BLRESDM). ([DSF de 23/11/2023, p. 139](#))
25. Em 28.11.2023, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro titular, em substituição ao Senador Carlos Fávaro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 123/2023-BLRESDM). ([DSF de 29/11/2023, p. 179](#))
26. Em 05.12.2023, o Senador Fernando Farias foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Braga, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 182/2023-BLDEM). ([DSF de 06/12/2023, p. 93](#))
27. Em 20.12.2023, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 186/2023-BLDEM). ([DSF de 21/12/2023, p. 179](#))
28. Em 08.04.2024, a Senadora Janaína Farias foi designada membro suplente, em substituição à Senadora Augusta Brito, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 17/2024-BLRESDM).
29. Em 10.04.2024, o Senador Ireneu Orth foi designado membro titular, em substituição ao Senador Luis Carlos Heinze, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 14/2024-BLALIAN).

**Secretário(a):** Pedro Glukhas Cassar Nunes

**Reuniões:** Quartas-feiras 14h -

**Telefone(s):** 3303 3506

**E-mail:** cra@senado.gov.br



## 11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) <sup>(4)</sup>

VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO )</b>	
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) <sup>(3)</sup>	1. Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) <sup>(3)</sup>
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) <sup>(3)</sup>	2. Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) <sup>(3)</sup>
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) <sup>(3)</sup>	3. Senador Cid Gomes (PSB-CE) <sup>(3)</sup>
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) <sup>(3)</sup>	4. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) <sup>(5)</sup>
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) <sup>(3)</sup>	5. VAGO <sup>(10,13)</sup>
VAGO <sup>(3,15)</sup>	6.
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB )</b>	
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) <sup>(2)</sup>	1. Senador Omar Aziz (PSD-AM) <sup>(2)</sup>
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) <sup>(2)</sup>	2. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) <sup>(2)</sup>
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) <sup>(2)</sup>	3. Senador Sérgio Petecção (PSD-AC) <sup>(8)</sup>
Senador Beto Faro (PT-PA) <sup>(2)</sup>	4. Senadora Janaína Farias (PT-CE) <sup>(2,14)</sup>
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) <sup>(2)</sup>	5. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(2)</sup>
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) <sup>(2)</sup>	6. VAGO <sup>(2,9)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO ) <sup>(6)</sup></b>	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) <sup>(1)</sup>	1. Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) <sup>(1)</sup>
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) <sup>(1)</sup>	2. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(1)</sup>
Senador Izalci Lucas (PL-DF) <sup>(1,11,12,16)</sup>	3. Senador Jorge Seif (PL-SC) <sup>(1)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) <sup>(1)</sup>	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) <sup>(1)</sup>
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) <sup>(7)</sup>	2. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) <sup>(1)</sup>

**Notas:**

- Em 07.03.2023, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Carlos Portinho, Eduardo Gomes e Dr. Hiran foram designados membros titulares, e os Senadores Flávio Bolsonaro, Wellington Fagundes, Jorge Seif, Ciro Nogueira e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG). ([DSF de 08/03/2023, p. 134](#))
- Em 07.03.2023, os Senadores Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Jussara Lima, Beto Faro, Teresa Leitão e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Omar Aziz, Lucas Barreto, Augusta Brito, Rogério Carvalho e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 120](#))
- Em 07.03.2023, os Senadores Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Confúcio Moura, Fernando Dueire, Carlos Viana e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre, Marcos do Val e Cid Gomes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 130](#))
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida eleger o Senador Carlos Viana Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2023-SACCT). ([DSF de 10/03/2023, p. 85](#))
- Em 17.03.2023, o Senador Alan Rick foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 13/2023-BLDEM). ([DSF de 18/03/2023, p. 26](#))
- Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP). ([DSF de 21/03/2023, p. 73](#))
- Em 31.03.2023, a Senadora Damares Alves foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS, para compor a Comissão (Of. 05/2023-BLPPP). ([DSF de 01/04/2023, p. 18](#))
- Em 03.05.2023, o Senador Sérgio Petecção foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 46/2023-BLREDEM). ([DSF de 04/05/2023, p. 145](#))
- Em 14.06.2023, o Senador Flávio Arns deixou de compor a Comissão pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 69/2023-BLREDEM). ([DSF de 15/06/2023, p. 73](#))
- Em 05.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 107/2023-BLDEM). ([DSF de 06/07/2023, p. 264](#))
- Em 1º.08.2023, o Senador Eduardo Gomes deixou de compor a Comissão pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 132/2023-BLVANG). ([DSF de 02/12/2023, p. 88](#))
- Em 25.10.2023, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 157/2023-BLVANG). ([DSF de 26/10/2023, p. 125](#))
- Vago em 02.11.2023, em razão do retorno do titular (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN). ([DSF de 01/11/2023, p. 84](#))
- Em 08.04.2024, a Senadora Janaína Farias foi designada membro suplente, em substituição à Senadora Augusta Brito, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 17/2024-BLREDEM).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)  
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



15. Em 22.05.2024, o Senador Izalci Lucas deixou de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 43/2024-BLDEM).

16. Em 22.05.2024, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcos Rogério, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 26/2024-BLVANG).

**Secretário(a):** Leomar Diniz

**Reuniões:** Quartas-feiras 11:00 -

**Telefone(s):** 3303-1120

**E-mail:** cct@senado.leg.br



## 12) COMISSÃO DE DEFESA DA DEMOCRACIA - CDD

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) <sup>(3)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) <sup>(15)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO )</b>	
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) <sup>(2)</sup>	1. Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) <sup>(5)</sup>
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) <sup>(5)</sup>	2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) <sup>(5)</sup>
Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) <sup>(5)</sup>	3. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) <sup>(7)</sup>
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) <sup>(7)</sup>	4. Senador Weverton (PDT-MA) <sup>(10)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB )</b>	
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) <sup>(6)</sup>	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(6)</sup>
Senador Randolfe Rodrigues (S/Partido-AP) <sup>(6)</sup>	2. Senador Omar Aziz (PSD-AM) <sup>(6)</sup>
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) <sup>(6,13,14)</sup>	3. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) <sup>(6,13,14)</sup>
Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) <sup>(6,9)</sup>	4. Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(13)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO )</b>	
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) <sup>(1)</sup>	1. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) <sup>(11)</sup>
Senador Magno Malta (PL-ES) <sup>(4)</sup>	2. Senador Marcos Rogério (PL-RO) <sup>(12)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) <sup>(8)</sup>	1. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) <sup>(8)</sup>

**Notas:**

- Em 13.06.2023, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 111/2023-BLVANG). ([DSF de 14/06/2023, p. 263](#))
- Em 13.06.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 79/2023-BLDEM). ([DSF de 14/06/2023, p. 260](#))
- Em 14.06.2023, a comissão reunida elegeu a Senadora Eliziane Gama Presidente deste colegiado.
- Em 14.06.2023, o Senador Magno Malta foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 114/2023-BLVANG). ([DSF de 15/06/2023, p. 79](#); [DSF de 15/06/2023, p. 79](#))
- Em 14.06.2023, os Senadores Marcos do Val e Soraya Thronicke foram designados membros titulares e os Senadores Oriovisto Guimarães e Alan Rick, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 70/2023-BLDEM). ([DSF de 15/06/2023, p. 74](#))
- Em 14.06.2023, os Senadores Eliziane Gama, Randolfe Rodrigues, Teresa Leitão e Jorge Kajuru foram designados membros titulares; e os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz e Fabiano Contarato, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 70/2023-BLRESDEM). ([DSF de 14/06/2023, p. 81](#); [DSF de 15/06/2023, p. 81](#))
- Em 14.06.2023, o Senador Renan Calheiros foi designado membro titular e o Senador Eduardo Braga, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 83/2023-BLDEM). ([DSF de 15/06/2023, p. 77](#))
- Em 14.06.2023, o Senador Dr. Hiran foi designado membro titular e o Senador Hamilton Mourão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. nº 30/2023-GABLID/BLALIAN). ([DSF de 15/06/2023, p. 71](#))
- Em 14.06.2023, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada membro titular, em substituição ao Senador Jorge Kajuru, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 70/2023-BLRESDEM). ([DSF de 15/06/2023, p. 81](#))
- Em 15.06.2023, o Senador Weverton foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 88/2023-BLDEM). ([DSF de 16/06/2023, p. 58](#))
- Em 19.06.2023, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 17/2023-BLVANG). ([DSF de 20/06/2023, p. 52](#))
- Em 20.06.2023, o Senador Marcos Rogério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 115/2023-BLVANG). ([DSF de 21/06/2023, p. 366](#))
- Em 26.06.2023, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular e os Senadores Teresa Leitão e Humberto Costa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 74/2023-BLRESDEM).
- Em 14.08.2023, a Senadora Teresa Leitão foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 84/2023-BLRESDEM). ([DSF de 15/08/2023, p. 54](#))
- Em 20.09.2023, a comissão reunida elegeu a Senadora Soraya Thronicke Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 07/2023-CDD). ([DSF de 21/09/2023, p. 166](#))

**Secretário(a):** Felipe Costa Geraldês**Telefone(s):** 3303-3491**E-mail:** cdd@senado.leg.br

**13) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA****Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes****PRESIDENTE:** Senadora Leila Barros (PDT-DF) <sup>(4)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Fabiano Contarato (PT-ES) <sup>(4)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO )</b>	
Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) <sup>(3,23,24)</sup>	1. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) <sup>(3,14)</sup>
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) <sup>(3)</sup>	2. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(3,14,22,25)</sup>
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) <sup>(3)</sup>	3. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) <sup>(3,14,20,21)</sup>
Senador Giordano (MDB-SP) <sup>(3)</sup>	4. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) <sup>(7,14)</sup>
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) <sup>(3)</sup>	5. Senador Cid Gomes (PSB-CE) <sup>(6,14)</sup>
Senadora Leila Barros (PDT-DF) <sup>(3)</sup>	6. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) <sup>(9,14,19,22,25)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB )</b>	
Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) <sup>(2,29,30)</sup>	1. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) <sup>(2,5)</sup>
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) <sup>(2)</sup>	2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(2)</sup>
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(2,5,15,18)</sup>	3. Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(2)</sup>
Senador Beto Faro (PT-PA) <sup>(2,26)</sup>	4. Senador Jaques Wagner (PT-BA) <sup>(2,26)</sup>
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) <sup>(2)</sup>	5. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) <sup>(2)</sup>
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) <sup>(2)</sup>	6. Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) <sup>(13)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO ) <sup>(8)</sup></b>	
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) <sup>(1)</sup>	1. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(1,16,27,28)</sup>
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) <sup>(1,17)</sup>	2. Senador Jorge Seif (PL-SC) <sup>(1)</sup>
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) <sup>(1)</sup>	3. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) <sup>(1)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) <sup>(1)</sup>	1. Senador Ireneu Orth (PP-RS) <sup>(1,11,12,31)</sup>
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) <sup>(1,10)</sup>	2. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) <sup>(1)</sup>

**Notas:**

- Em 07.03.2023, os Senadores Rogerio Marinho, Zequinha Marinho, Jaime Bagattoli, Tereza Cristina e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Wellington Fagundes, Jorge Seif, Carlos Portinho, Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG). ([DSF de 08/03/2023, p. 134](#))
- Em 07.03.2023, os Senadores Margareth Buzetti, Eliziane Gama, Vanderlan Cardoso, Jaques Wagner, Fabiano Contarato e Jorge Kajuru foram designados membros titulares, e os Senadores Dr. Samuel Araújo, Nelsinho Trad, Otto Alencar, Beto Faro e Teresa Leitão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 120](#))
- Em 07.03.2023, os Senadores Marcio Bittar, Jayme Campos, Confúcio Moura, Giordano, Marcos do Val e Leila Barros foram designados membros titulares; e os Senadores Randolfe Rodrigues, Carlos Viana e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 126](#))
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu a Senadora Leila Barros e o Senador Fabiano Contarato Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
- Em 08.03.2023, o Senador Dr. Samuel Araújo foi designado membro titular e o Senador Vanderlan Cardoso, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 06/2023-BLREDEM). ([DSF de 09/03/2023, p. 54](#))
- Em 15.03.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 11/2023-BLDEM). ([DSF de 16/03/2023, p. 142](#))
- Em 15.03.2023, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 09/2023-BLDEM). ([DSF de 16/03/2023, p. 141](#))
- Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP). ([DSF de 21/03/2023, p. 73](#))
- Em 22.03.2023, o Senador Cid Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 14/2023-BLDEM). ([DSF de 23/03/2023, p. 114](#))
- Em 26.04.2023, a Senadora Damares Alves foi designada membro titular, em substituição ao Senador Cleitinho, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 14/2023-BLALIAN). ([DSF de 27/04/2023, p. 86](#))
- Em 27.04.2023, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Luis Carlos Heinze, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 15/2023-BLALIAN). ([DSF de 28/04/2023, p. 87](#))
- Em 08.05.2023, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Laércio Oliveira, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 19/2023-GABLI/BLALIAN). ([DSF de 09/05/2023, p. 22](#))
- Em 16.05.2023, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 48/2023-BLREDEM). ([DSF de 17/05/2023, p. 212](#))

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)  
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



14. Em 16.05.2023, os Senadores Carlos Viana, Plínio Valério, Veneziano Vital do Rêgo, Alessandro Vieira, Cid Gomes e Randolfe Rodrigues tiveram suas posições como suplentes modificadas na Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 44/2023-BLDEM). ([DSF de 17/05/2023, p. 210](#))
15. Vago em 11.06.2023, em razão do retorno do titular.
16. Em 25.08.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 139/2023-BLVANG). ([DSF de 26/08/2023, p. 46](#))
17. Em 29.08.2023, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Zequinha Marinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 142/2023-BLVANG). ([DSF de 30/08/2023, p. 166](#))
18. Em 30.08.2023, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 93/2023-BLRESDM). ([DSF de 31/08/2023, p. 162](#))
19. Em 31.08.2023, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 136/2023-BLDEM). ([DSF de 01/09/2023, p. 57](#))
20. Em 20.09.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Veneziano Vital do Rêgo, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 144/2023-BLDEM). ([DSF de 21/09/2023, p. 168](#))
21. Em 21.09.2023, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Efraim Filho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 150/2023-BLDEM). ([DSF de 22/09/2023, p. 9](#))
22. Em 04.10.2023, os Senadores Zequinha Marinho e Plínio Valério foram designados 2º e 6º suplentes, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 159/2023-BLDEM). ([DSF de 05/10/2023, p. 111](#))
23. Em 04.10.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcio Bittar, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 160/2023-BLDEM). ([DSF de 05/10/2023, p. 112](#))
24. Em 06.10.2023, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Efraim Filho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 164/2023-BLDEM). ([DSF de 07/10/2023, p. 33](#))
25. Em 06.10.2023, os Senadores Plínio Valério e Zequinha Marinho foram designados 2º e 6º suplentes, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 165/2023-BLDEM). ([DSF de 07/10/2023, p. 34](#))
26. Em 25.10.2023, o Senador Beto Faro foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jaques Wagner, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 114/2023-BLRESDM). ([DSF de 26/10/2023, p. 124](#))
27. Vago em 02.11.2023, em razão do retorno do titular (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN).
28. Em 07.11.2023, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 173/2023-BLVANG). ([DSF de 08/11/2023, p. 203](#))
29. Em 22.11.2023, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro titular, em substituição à Senadora Margareth Buzetti, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 121/2023-BLRESDM). ([DSF de 23/11/2023, p. 139](#))
30. Em 28.11.2023, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro titular, em substituição ao Senador Carlos Fávaro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 123/2023-BLRESDM). ([DSF de 29/11/2023, p. 179](#))
31. Em 10.04.2024, o Senador Ireneu Orth foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Luis Carlos Heinze, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 14/2024-BLALIAN).

**Secretário(a):** Airtton Luciano Aragão Júnior

**Reuniões:** Quartas-Feiras 09:00 -

**Telefone(s):** 61 33033284

**E-mail:** cma@senado.leg.br



**13.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO BIOMA PANTANAL.**

**Finalidade:** estudar os temas pertinentes à proteção do bioma Pantanal, para propor o aprimoramento da legislação, políticas públicas e outras ações para proteção desse patrimônio nacional.

**(Requerimento 13, de 2023 - CMA)**

**Número de membros:** 4 titulares e 4 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(4)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Tereza Cristina (PP-MS) <sup>(4)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(1)</sup>	1. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(1)</sup>
Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) <sup>(1)</sup>	2. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) <sup>(2)</sup>
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) <sup>(1)</sup>	3. Senador Jorge Seif (PL-SC) <sup>(3)</sup>
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) <sup>(1)</sup>	4. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) <sup>(5)</sup>

**Notas:**

- Em 30.11.2023, os Senadores Wellington Fagundes, Margareth Buzetti, Tereza Cristina e Jayme Campos foram designados membros titulares, e o Senador Nelsinho Trad, membro suplente, para compor este colegiado (Of. nº 200/2023-CMA).
- Em 07.03.2024, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, para compor este colegiado (Of. nº 04/2024-CMA).
- Em 12.03.2024, o Senador Jorge Seif foi designado membro suplente, para compor este colegiado (Of. nº 05/2024-CMA).
- Em 13.03.2024, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes e a Senadora Tereza Cristina Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
- Em 13.03.2024, a Senadora Damares Alves foi designada membro suplente, para compor este colegiado (Of. nº 13/2024-CMA).

**Secretário(a):** Airton Luciano Aragão Júnior

**Reuniões:** Quartas-Feiras 09:00 -

**Telefone(s):** 61 33033284

**E-mail:** cma@senado.leg.br



## 13.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA DISCUTIR E ANALISAR O MERCADO DE ATIVOS AMBIENTAIS BRASILEIROS

**Finalidade:** discutir e analisar, no prazo de 90 (noventa) dias, o mercado de ativos ambientais brasileiros no âmbito da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal.

**(Requerimento 53, de 2023 - CMA)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) <sup>(2)</sup>

**Instalação:** 13/03/2024

**Prazo final:** 11/06/2024

TITULARES	SUPLENTES
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) <sup>(1)</sup>	1. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) <sup>(1)</sup>
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(1)</sup>	2. Senadora Tereza Cristina (PP-MS) <sup>(1)</sup>
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(1)</sup>	3. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) <sup>(3)</sup>
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) <sup>(1)</sup>	4. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) <sup>(4)</sup>
Senador Jorge Seif (PL-SC) <sup>(1)</sup>	5.

**Notas:**

- Em 06.03.2024, os Senadores Jorge Kajuru, Sérgio Petecão, Plínio Valério, Carlos Viana e Jorge Seif foram designados membros titulares e as Senadoras Damares Alves e Tereza Cristina, membros suplentes, para compor este colegiado (Of. nº 03/2024-CMA).
- Em 13.03.2024, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Jorge Kajuru Presidente deste colegiado (Of. nº 01/2024 - CMAATIVOS).
- Em 13.03.2024, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, para compor este colegiado (Of. nº 14/2024-CMA).
- Em 09.05.2024, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, para compor este colegiado (Of. nº 87/2024-CMA).

**Secretário(a):** Airton Luciano Aragão Júnior

**Reuniões:** Quartas-Feiras 09:00 -

**Telefone(s):** 61 33033284

**E-mail:** cma@senado.leg.br



## 14) COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA - CSP

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(4)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) <sup>(4)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO )</b>	
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) <sup>(3)</sup>	1. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) <sup>(3)</sup>
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) <sup>(3,6)</sup>	2. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) <sup>(3,10)</sup>
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) <sup>(3)</sup>	3. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) <sup>(3)</sup>
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) <sup>(3)</sup>	4. Senadora Leila Barros (PDT-DF) <sup>(3)</sup>
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) <sup>(3)</sup>	5. Senador Izalci Lucas (PL-DF) <sup>(3)</sup>
Senador Weverton (PDT-MA) <sup>(3)</sup>	6. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) <sup>(14)</sup>
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) <sup>(3)</sup>	7. Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) <sup>(15,20)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB )</b>	
Senador Omar Aziz (PSD-AM) <sup>(2)</sup>	1. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) <sup>(2)</sup>
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(2)</sup>	2. Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) <sup>(2)</sup>
Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(2)</sup>	3. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) <sup>(2)</sup>
Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) <sup>(2,16,17)</sup>	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(2)</sup>
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(2)</sup>	5. Senador Jaques Wagner (PT-BA) <sup>(2)</sup>
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) <sup>(2)</sup>	6. Senadora Janaína Farias (PT-CE) <sup>(2,18)</sup>
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) <sup>(5)</sup>	7. Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) <sup>(8)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO ) <sup>(7)</sup></b>	
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) <sup>(1)</sup>	1. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) <sup>(1)</sup>
Senador Jorge Seif (PL-SC) <sup>(1)</sup>	2. Senador Magno Malta (PL-ES) <sup>(11)</sup>
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) <sup>(9)</sup>	3. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) <sup>(12)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) <sup>(1)</sup>	1. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) <sup>(1)</sup>
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) <sup>(1)</sup>	2. Senador Ireneu Orth (PP-RS) <sup>(13,19)</sup>

**Notas:**

- Em 07.03.2023, os Senadores Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Astronauta Marcos Pontes e Damares Alves membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG). ([DSF de 08/03/2023, p. 134](#))
- Em 07.03.2023, os Senadores Omar Aziz, Sérgio Petecão, Otto Alencar, Dr. Samuel Araújo, Rogério Carvalho e Fabiano Contarato foram designados membros titulares, e os Senadores Lucas Barreto, Eliziane Gama, Angelo Coronel, Nelsinho Trad, Jaques Wagner e Augusta Brito, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 120](#))
- Em 07.03.2023, os Senadores Sergio Moro, Alan Rick, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Marcos do Val, Weverton e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Professora Dorinha Seabra, Efraim Filho, Styvenson Valentim, Leila Barros e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 07/2023-BLDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 126](#))
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Sérgio Petecão e Jorge Kajuru Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
- Em 08.03.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 5/2023-BLRESDEM). ([DSF de 09/03/2023, p. 52](#))
- Em 15.03.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Alan Rick, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 09/2023-BLDEM). ([DSF de 16/03/2023, p. 141](#))
- Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP). ([DSF de 21/03/2023, p. 73](#))
- Em 22.03.2023, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 19/2023-BLRESDEM). ([DSF de 23/03/2023, p. 113](#))
- Em 22.03.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 61/2023-BLVANG). ([DSF de 23/03/2023, p. 116](#))
- Em 22.03.2023, a Senadora Ivete da Silveira foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 15/2023-BLDEM). ([DSF de 23/03/2023, p. 112](#))
- Em 28.03.2023, o Senador Magno Malta foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 65/2023-BLVANG). ([DSF de 29/03/2023, p. 105](#))



12. Em 28.03.2023, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 66/2023-BLVANG). ([DSF de 29/03/2023, p. 106](#))
13. Em 12.04.2023, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PP/Republicanos, para compor a comissão (Of. 11/2023-BLPPREP). ([DSF de 13/04/2023, p. 119](#))
14. Em 12.04.2023, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 26/2023-BLDEM). ([DSF de 13/04/2023, p. 120](#))
15. Em 02.06.2023, o Senador Carlos Viana foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 64/2023-BLDEM). ([DSF de 03/06/2023, p. 34](#))
16. Vago em 11.06.2023, em razão do retorno do titular.
17. Em 05.02.2024, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 03/2024-BLRESDM).
18. Em 08.04.2024, a Senadora Janaína Farias foi designada membro suplente, em substituição à Senadora Augusta Brito, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 17/2024-BLRESDM).
19. Em 10.04.2024, o Senador Ireneu Orth foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Luis Carlos Heinze, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 14/2024-BLALIAN).
20. Em 25.04.2024, o Senador Rodrigo Cunha foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Viana, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. 79/2024-GLPODEMOS).

**Secretário(a):** Waldir Bezerra Miranda

**Reuniões:** Quintas-Feiras 9:00 horas -

**Telefone(s):** (61) 3303-2315

**E-mail:** [csp@senado.leg.br](mailto:csp@senado.leg.br)



## 15) COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL - CCDD

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Gomes (PL-TO) <sup>(5)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) <sup>(5)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO )</b>	
Senador Cid Gomes (PSB-CE) <sup>(3,10,11)</sup>	1. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) <sup>(7)</sup>
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) <sup>(7)</sup>	2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) <sup>(7)</sup>
Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) <sup>(7)</sup>	3. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) <sup>(8,26)</sup>
Senador Giordano (MDB-SP) <sup>(8)</sup>	4. Senador Izalci Lucas (PL-DF) <sup>(10)</sup>
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) <sup>(8)</sup>	5. Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) <sup>(8)</sup>
Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) <sup>(8)</sup>	6. Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) <sup>(16,22,28)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB )</b>	
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) <sup>(1)</sup>	1. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) <sup>(1)</sup>
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) <sup>(1)</sup>	2. Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) <sup>(1,23,24)</sup>
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(1)</sup>	3. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) <sup>(1)</sup>
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(4)</sup>	4. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) <sup>(4,13,18)</sup>
Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(4,13,18)</sup>	5. Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(4,13,19)</sup>
Senador Flávio Arns (PSB-PR) <sup>(4)</sup>	6. Senador Beto Faro (PT-PA) <sup>(20)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO )</b>	
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) <sup>(2)</sup>	1. Senador Magno Malta (PL-ES) <sup>(6)</sup>
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) <sup>(2,17)</sup>	2. Senador Jorge Seif (PL-SC) <sup>(12,17,21,25,27)</sup>
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) <sup>(2)</sup>	3. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) <sup>(15)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) <sup>(9,14)</sup>	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) <sup>(9)</sup>
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) <sup>(9)</sup>	2. Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) <sup>(9)</sup>

**Notas:**

- Em 13.06.2023, os Senadores Daniella Ribeiro, Zenaide Maia e Nelsinho Trad foram designados membros titulares e os Senadores Angelo Coronel, Margareth Buzetti e Vanderlan Cardoso, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 63/2023-BLRESDEM). ([DSF de 14/06/2023, p. 256](#))
- Em 13.06.2023, os Senadores Eduardo Gomes, Wellington Fagundes e Flávio Bolsonaro foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 112/2023-BLVANG). ([DSF de 14/06/2023, p. 264](#))
- Em 13.06.2023, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (of. 80/2023-BLDEM). ([DSF de 14/06/2023, p. 261](#))
- Em 13.06.2023, os Senadores Rogério Carvalho, Paulo Paim e Flávio Arns foram designados membros titulares e os Senadores Augusta Brito e Fabiano Contarato, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 68/2023-BLRESDEM). ([DSF de 14/06/2023, p. 258](#))
- Em 14.06.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eduardo Gomes e Veneziano Vital do Rêgo, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
- Em 14.06.2023, o Senador Magno Malta foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 113/2023-BLVANG). ([DSF de 15/06/2023, p. 78](#))
- Em 14.06.2023, os Senadores Efraim Filho e Davi Alcolumbre foram designados membros titulares e os Senadores Professora Dorinha Seabra e Alan Rick membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 70/2023 - BLDEM). ([DSF de 15/06/2023, p. 74](#))
- Em 14.06.2023, os Senadores Giordano, Veneziano Vital do Rêgo e Zequinha Marinho foram designados membros titulares e os Senadores Jader Barbalho e Rodrigo Cunha membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 83/2023-BLDEM). ([DSF de 15/06/2023, p. 77](#))
- Em 14.06.2023, os Senadores Tereza Cristina e Hamilton Mourão foram designados membros titulares e os Senadores Esperidião Amin e Cleitinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. 30/2023-GABLID/BLALIAN). ([DSF de 15/06/2023, p. 71](#))
- Em 15.06.2023, o Senador Izalci Lucas deixou a vaga de titular e passa a ocupar a comissão como membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 87/2023-BLDEM). ([DSF de 16/06/2023, p. 57](#))
- Em 15.06.2023, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 88/2023-BLDEM). ([DSF de 16/06/2023, p. 58](#))
- Em 19.06.2023, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 18/2023-BLVANG). ([DSF de 20/06/2023, p. 53](#))
- Em 26.06.2023, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular e os Senadores Paulo Paim e Beto Faro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 74/2023-BLRESDEM).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)  
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



14. Em 05.07.2023, o Senador Dr. Hiran foi designado membro titular, em substituição à Senadora Tereza Cristina, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. nº 33/2023-GABLIID/BLALIAN). ([DSF de 06/07/2023, p. 260](#))
15. Em 05.07.2023, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 124/2023-BLVANG). ([DSF de 06/07/2023, p. 266](#))
16. Em 05.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 107/2023-BLDEM). ([DSF de 06/07/2023, p. 264](#))
17. Em 10.08.2023, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado membro titular deixando de atuar como suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 136/2023-BLVANG). ([DSF de 10/08/2023, p. 69](#))
18. Em 14.08.2023, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 84/2023-BLRESDM). ([DSF de 15/08/2023, p. 54](#); [DSF de 30/08/2023, p. 164](#))
19. Em 29.08.2023, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Beto Faro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 92/2023-BLRESDM). ([DSF de 30/08/2023, p. 164](#))
20. Em 12.09.2023, o Senador Beto Faro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 98/2023-BLRESDM). ([DSF de 13/09/2023, p. 216](#))
21. Em 24.10.2023, o Senador Romário foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 158/2023-BLVANG). ([DSF de 25/10/2023, p. 196](#))
22. Vago em 02.11.2023, em razão do retorno do titular (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN).
23. Em 22.11.2023, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Margareth Buzetti, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 121/2023-BLRESDM). ([DSF de 23/11/2023, p. 139](#))
24. Em 28.11.2023, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Fávaro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 123/2023-BLRESDM). ([DSF de 29/11/2023, p. 179](#))
25. Em 07.02.2024, o Senador Romário deixa de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 03/2024-BLVANG).
26. Em 29.02.2024, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jader Barbalho, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 09/2024-BLDEM).
27. Em 20.03.2024, o Senador Jorge Seif foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 16/2024-BLVANG).
28. Em 25.04.2024, o Senador Sergio Moro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 24/2024-BLDEM).

**Secretário(a):** Antônio Oscar Guimarães Lossio

**Telefone(s):** 3303-2554

**E-mail:** [ccdd@senado.leg.br](mailto:ccdd@senado.leg.br)



## 15.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA DEBATER A DESIGUALDADE E A EXCLUSÃO DIGITAL NO BRASIL

**Finalidade:** Debater a temática relacionada à desigualdade e à exclusão digital no Brasil.

**(Requerimento 3, de 2024 - CCDD)**

**Número de membros:** 8 titulares e 8 suplentes

**Secretário(a):** Antônio Oscar Guimarães Lossio

**Telefone(s):** 3303-2554

**E-mail:** ccdd@senado.leg.br



15.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA VIABILIZAR O SURGIMENTO DOS JUIZADOS  
ESPECIAIS DE CRIMES CIBERNÉTICOS

**Finalidade:** viabilizar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a criação de proposta legislativa que instale, em todo o Brasil, Juizados Especiais de Crimes Cibernéticos.

**(Requerimento 9, de 2023 - CCDD)**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Antônio Oscar Guimarães Lossio

**Telefone(s):** 3303-2554

**E-mail:** ccdd@senado.leg.br



**16) COMISSÃO DE ESPORTE - CEsp**  
**Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes**

**PRESIDENTE:** Senador Romário (PL-RJ) <sup>(5)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) <sup>(5)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO )</b>	
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) <sup>(6,12)</sup>	1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(4)</sup>
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) <sup>(7,15)</sup>	2. Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) <sup>(6)</sup>
Senador Fernando Farias (MDB-AL) <sup>(7)</sup>	3. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) <sup>(7)</sup>
Senadora Leila Barros (PDT-DF) <sup>(9)</sup>	4. Senador Fernando Dueire (MDB-PE) <sup>(7)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB )</b>	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(1)</sup>	1. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) <sup>(1)</sup>
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(1)</sup>	2. Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) <sup>(1)</sup>
Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(3,11)</sup>	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(3,11)</sup>
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) <sup>(1)</sup>	4.
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO )</b>	
Senador Romário (PL-RJ) <sup>(2)</sup>	1. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(10,13,17,18)</sup>
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) <sup>(2)</sup>	2. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) <sup>(10)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) <sup>(8)</sup>	1. Senador Dr. Hiran (PP-RR) <sup>(8,14,16)</sup>

**Notas:**

- Em 13.06.2023, os Senadores Sérgio Petecão, Nelsinho Trad e Jorge Kajuru foram designados membros titulares e o Senadores Lucas Barreto e Mara Gabrilli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 63/2023-BLREDEM). ([DSF de 14/06/2023, p. 256](#))
- Em 13.06.2023, os Senadores Romário e Carlos Portinho foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 110/2023-BLVANG). ([DSF de 14/06/2023, p. 262](#))
- Em 13.06.2023, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular e o Senador Humberto Costa, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 68/2023-BLREDEM). ([DSF de 14/06/2023, p. 258](#))
- Em 13.06.2023, o Senador Plínio Valério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 78/2023-BLDEM). ([DSF de 14/06/2023, p. 259](#))
- Em 14.06.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Jorge Kajuru, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
- Em 14.06.2023, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular e o Senador Jayme Campos membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 70/2023 - BLDEM). ([DSF de 15/06/2023, p. 74](#))
- Em 14.06.2023, os Senadores Carlos Viana e Fernando Farias foram designados membros titulares e os Senadores Zequinha Marinho e Fernando Dueire membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 83/2023-BLDEM). ([DSF de 15/06/2023, p. 77](#))
- Em 14.06.2023, o Senador Cleitinho foi designado membro titular e o Senador Laércio Oliveira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. nº 30/2023-GABLI/BLALIAN). ([DSF de 15/06/2023, p. 71](#))
- Em 15.06.2023, a Senadora Leila Barros foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 88/2023-BLDEM). ([DSF de 16/06/2023, p. 58](#))
- Em 16.06.2023, os Senadores Wellington Fagundes e Eduardo Girão foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 116/2023-BLVANG). ([DSF de 17/06/2023, p. 17](#))
- Em 26.06.2023, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Paulo Paim, que passa à suplência, para compor a Comissão (Of. nº 74/2023-BLREDEM).
- Em 30.06.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcio Bittar, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 105/2023-BLDEM). ([DSF de 01/07/2023, p. 10](#))
- Em 07.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 128/2023-BLVANG). ([DSF de 08/07/2023, p. 35](#))
- Em 30.08.2023, o Senador Laércio Oliveira deixou de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 42/2023-BLALIAN). ([DSF de 31/08/2023, p. 164](#))
- Em 26.09.2023, o Senador Rodrigo Cunha foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 152/2023-BLDEM). ([DSF de 27/09/2023, p. 94](#))
- Em 03.10.2023, o Senador Dr. Hiran foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 54/2023-BLALIAN). ([DSF de 04/10/2023, p. 160](#))
- Vago em 02.11.2023, em razão do retorno do titular (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN). ([DSF de 01/11/2023, p. 84](#))
- Em 07.11.2023, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 172/2023-BLVANG). ([DSF de 08/11/2023, p. 202](#))



**Secretário(a):** Flávio Eduardo De Oliveira Santos

**Reuniões:** Quartas-feiras 10:30 -

**Telefone(s):** 3303-2540

**E-mail:** cesp@senado.leg.br



**CONSELHOS e ÓRGÃOS****1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR**  
*(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)*

<b>SENADOR</b>	<b>CARGO</b>
Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC)	CORREGEDOR

**Atualização:** 27/06/2017**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Núcleo de Apoio a Órgãos Técnicos

**Endereço:** Edifício Principal - Térreo**Telefone(s):** 33035258**E-mail:** naot@senado.leg.br

## 2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

**Número de membros:** 15 titulares e 15 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Braga (MDB-AM)

<b>1ª Eleição Geral:</b> 19/04/1995	<b>8ª Eleição Geral:</b> 26/04/2011
<b>2ª Eleição Geral:</b> 30/06/1999	<b>9ª Eleição Geral:</b> 06/03/2013
<b>3ª Eleição Geral:</b> 27/06/2001	<b>10ª Eleição Geral:</b> 02/06/2015
<b>4ª Eleição Geral:</b> 13/03/2003	<b>11ª Eleição Geral:</b> 30/05/2017
<b>5ª Eleição Geral:</b> 23/11/2005	<b>12ª Eleição Geral:</b> 18/09/2019
<b>6ª Eleição Geral:</b> 06/03/2007	<b>13ª Eleição Geral:</b> 21/03/2023
<b>7ª Eleição Geral:</b> 14/07/2009	

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO )</b>	
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT)	1. Senador Randolfe Rodrigues (S/Partido-AP)
Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM)	3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL)	4. Senador Marcelo Castro (MDB-PI)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES)	5. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG)
Senador Weverton (PDT-MA)	6. VAGO
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB )</b>	
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS)
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN)	3. Senador Lucas Barreto (PSD-AP)
Senador Fabiano Contarato (PT-ES)	4. Senador Rogério Carvalho (PT-SE)
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO)	5. Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA)
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO )</b>	
Senador Magno Malta (PL-ES)	1.
Senador Jorge Seif (PL-SC)	2.
<b>Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Dr. Hiran (PP-RR)	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS)	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF)
<b>Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)</b>	
Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC)	

Atualização: 21/03/2023

### SECRETARIA-GERAL DA MESA

Núcleo de Apoio a Órgãos Técnicos

**Endereço:** Edifício Principal - Térreo

**Telefone(s):** 33035258

**E-mail:** naot@senado.leg.br



3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ  
(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)

1ª Designação: 03/12/2001  
2ª Designação: 26/02/2003  
3ª Designação: 03/04/2007  
4ª Designação: 12/02/2009  
5ª Designação: 11/02/2011  
6ª Designação: 11/03/2013  
7ª Designação: 26/11/2015

Atualização: 08/02/2017

**Secretaria-Geral da Mesa**  
NPG  
Endereço: Edifício Principal - Térreo  
Telefone(s): 33035713  
E-mail: npfg@senado.leg.br



4) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA  
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

3ª Designação: 21/03/2012

4ª Designação: 11/03/2013

5ª Designação: 20/05/2014

6ª Designação: 04/03/2015

---

Atualização: 11/11/2015

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

**Endereço:** Senado Federal - Anexo Principal - Térreo

**Telefone(s):** 3303-713

**E-mail:** saop@senado.leg.br



5) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL  
(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)

1ª Designação: 12/09/2012

2ª Designação: 11/03/2013

Atualização: 31/01/2015

**Secretaria-Geral da Mesa**

NPFG

**Endereço:** Edifício Principal - Térreo

**Telefone(s):** 33035713

**E-mail:** npfg@senado.leg.br



6) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÊA NOWILL  
(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)

1ª Designação: 22/08/2013

2ª Designação: 01/07/2015

Atualização: 18/10/2016

**Secretaria-Geral da Mesa**

NPFG

**Endereço:** Senado Federal - Ed. Principal - Térreo

**Telefone(s):** 3303-5713

**E-mail:** npfg@senado.leg.br



7) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO  
(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013)

1ª Designação: 20/12/2013

2ª Designação: 16/09/2015

Atualização: 11/11/2015

**Secretaria-Geral da Mesa**

NPFG

**Endereço:** Edifício Principal - Térreo

**Telefone(s):** 33035713

**E-mail:** npfg@senado.leg.br



8) PROCURADORIA PARLAMENTAR  
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

COORDENADOR:

1ª Designação: 16/11/1995  
2ª Designação: 30/06/1999  
3ª Designação: 27/06/2001  
4ª Designação: 25/09/2003  
5ª Designação: 26/04/2011  
6ª Designação: 21/02/2013  
7ª Designação: 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
VAGO	Procurador do Senado

Atualização: 03/02/2017

Secretaria-Geral da Mesa  
NAOT  
Telefone(s): 33035714



9) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER  
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN)	PROCURADORA

Atualização: 30/03/2023



**10) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL**

*(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 )*

<b>SENADOR</b>	<b>CARGO</b>
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(1)</sup>	OUVIDOR-GERAL

**Atualização:** 11/02/2023

**Notas:**

1. Portaria do Presidente nº 1, de 2023, designa o Senador PLÍNIO VALÉRIO, como Ouvidor-Geral do Senado Federal.



**11) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR**

*(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)*

**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)

**1ª Designação:** 14/03/2011

**2ª Designação:** 21/03/2012

**3ª Designação:** 11/03/2013

**4ª Designação:** 26/03/2014

**5ª Designação:** 01/07/2015

**Atualização:** 29/11/2016

**Notas:**

1. Ato do Presidente - nº 9, de 2023.

**Secretaria-Geral da Mesa**

NPFG

**Endereço:** Edifício Principal - Térreo

**Telefone(s):** 33035713

**E-mail:** npfg@senado.leg.br



12) COMENDA REI PELÉ  
(Resolução do Senado Federal nº 4, de 2023.)

---



13) COMENDA NISE MAGALHÃES DA SILVEIRA  
(Resolução do Senado Federal nº 43, de 2016)

---

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

NPG

**Endereço:** Edifício Principal - Térreo

**Telefone(s):** 3303-5713

**E-mail:** npfg@senado.leg.br



14) CONSELHO DO PRÊMIO ADOÇÃO TARDIA - GESTO REDOBRADO DE CIDADANIA  
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 2021)

---

**Secretaria-Geral da Mesa**

NPG

**Endereço:** Edifício Principal - Térreo

**Telefone(s):** 33035713

**E-mail:** npfg@senado.leg.br



15) COMENDA SANTA DULCE DOS POBRES  
(Resolução do Senado Federal nº 25, de 2020)

---

**Secretaria Geral da Mesa**

NPG

**Telefone(s):** 33035713

**E-mail:** npfg@senado.leg.br



16) CONSELHO DO PRÊMIO JOVEM EMPREENDEDOR  
(Resolução do Senado Federal nº 31, de 2016)

---

**Secretaria-Geral da Mesa**

NPG

**Endereço:** Edifício Principal - Térreo

**Telefone(s):** 33035713

**E-mail:** npfg@senado.leg.br



17) CONSELHO DO PRÊMIO TRÂNSITO SEGURO - GESTO REDOBRADO PARA O FUTURO  
(Resolução do Senado Federal nº 29, de 2023.)

**PRESIDENTE:**

---



18) COMENDA DE INCENTIVO À CULTURA LUÍS DA CÂMARA CASCUDO  
(Resolução do Senado Federal nº 7, de 2018)

---

**Secretaria-Geral da Mesa**

NPG

**Endereço:** Edifício Principal - Térreo

**Telefone(s):** 33035713

**E-mail:** npfg@senado.leg.br



19) COMENDA MISSIONÁRIOS DANIEL BERG E GUNNAR VINGREN  
(Resolução do Senado Federal nº 3, de 2023.)

**PRESIDENTE:**  
**VICE-PRESIDENTE:**

---



20) COMENDA DO MÉRITO FUTEBOLÍSTICO ASSOCIAÇÃO CHAPECOENSE DE FUTEBOL  
(Resolução do Senado Federal nº 27, de 2017)

---

**Secretaria-Geral da Mesa**

NPG

**Endereço:** Edifício Principal - Térreo

**Telefone(s):** 33035713

**E-mail:** npfg@senado.leg.br



21) CONSELHO DO PRÊMIO CHICO MENDES  
(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2020.)

---

**Secretaria-Geral da Mesa**

NPG

**Endereço:** Edifício Principal - Térreo

**Telefone(s):** 33035713

**E-mail:** npfg@senado.leg.br



22) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO  
(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)

---

**Secretaria-Geral da Mesa**

NPG

**Endereço:** Edifício Principal - Térreo

**Telefone(s):** 33035713

**E-mail:** npfg@senado.leg.br



23) CONSELHO DO DIPLOMA PAUL SINGER  
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2022.)

---

**Secretaria-Geral da Mesa**

NPG

**Endereço:** Edifício Principal - Térreo

**Telefone(s):** 33035713

**E-mail:** npfg@senado.leg.br



24) COMENDA DE INCENTIVO À CARIDADE CHICO XAVIER  
(Resolução do Senado Federal nº19, de 2020.)

---

**Secretaria Geral da Mesa**

NPG

**Telefone(s):** 33035713

**E-mail:** npfg@senado.leg.br



25) MEDALHA MARIA QUITÉRIA  
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 2022.)

---

**Secretaria-Geral da Mesa**

NPG

**Endereço:** Edifício Principal - Térreo

**Telefone(s):** 33035713

**E-mail:** npfg@senado.leg.br



26) PRÊMIO DE EFICIÊNCIA EDUCACIONAL FLORESTAN FERNANDES  
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2022.)

---

**Secretaria-Geral da Mesa**

NPG

**Endereço:** Edifício Principal - Térreo

**Telefone(s):** 33035713

**E-mail:** npfg@senado.leg.br



27) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL  
(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

---

**Secretaria-Geral da Mesa**

NPG

**Endereço:** Edifício Principal - Térreo

**Telefone(s):** 33035713

**E-mail:** npfg@senado.leg.br



28) MEDALHA DE MÉRITO EDUCACIONAL DARCY RIBEIRO  
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2022.)

---

**Secretaria-Geral da Mesa**

NPG

**Endereço:** Edifício Principal - Térreo

**Telefone(s):** 33035713

**E-mail:** npfg@senado.leg.br



29) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA  
ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO  
(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

1ª Designação: 01/07/2015

Atualização: 01/06/2016

**Secretaria-Geral da Mesa**  
NPGF  
**Endereço:** Edifício Principal - Térreo  
**Telefone(s):** 33035713  
**E-mail:** npfg@senado.leg.br



30) COMENDA ZILDA ARNS  
(Resolução do Senado Federal nº 21, de 2017)

**Número de membros:** 0 titulares

---

**Secretaria Geral da Mesa**

NPG

**Telefone(s):** 5713

**E-mail:** npfg@senado.leg.br



Fale com o Senado  
0800 61 2211

 /senadofederal  
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa  
Secretaria de Atas e Diários

SENADO  
FEDERAL

